

Igor Pouchain Matela

Padrões de produção do espaço na longa duração do capitalismo

LETRACAPITAL



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

coleção
METRÓPOLES
TESES & DISSERTAÇÕES

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Igor Pouchain Matela

Padrões de produção do espaço na longa
duração do capitalismo

LETRAPITAL

Copyright © Igor Pouchain Matela, 2024

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610,
de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida
ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados,
sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Do autor

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M377p

Matela, Igor Pouchain

Padrões de produção do espaço na longa duração do capitalismo [livro eletrônico] / Igor
Pouchain Matela. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

2,5 Mb ; Recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-052-4 (e-book)

1. Capitalismo 2. Ciências políticas 3. Ciências econômicas I. Título

CDD 306.342

24-5077

CDU 330.342.14

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Agradecimentos

No final de 2015, aceitei o convite do professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro para formar um grupo de estudos, inicialmente junto com Nelson Diniz e Marcelo Rodríguez Mancilla, com o objetivo de aprofundar a compreensão acerca das relações entre as transformações mais recentes da acumulação capitalista e o processo de financeirização. Isso porque, naquele momento, os debates sobre a financeirização chegavam com muita força no campo de estudos urbanos e regionais no Brasil. Com a devida precaução, resolvemos que seria importante entender os fundamentos do que seria a financeirização do capitalismo, para então termos condições de intervir com melhor qualidade no debate acadêmico. Nesse sentido, começamos nossas leituras por Fernand Braudel que, a partir de sua abordagem de longa duração histórica, nos levou a Giovanni Arrighi e aos ciclos sistêmicos de acumulação. Em seguida, numa maior aproximação com nosso campo de estudos, empreendemos a leitura e a discussão de *Os Limites do Capital*, de David Harvey. Ao longo desse período, tivemos contato e estudamos uma série de outros autores com diferentes perspectivas e abordagens, incluindo necessariamente trabalhos de pesquisadores brasileiros e latino americanos. Nesse percurso, o grupo também foi se ampliando e recebeu a colaboração de novos participantes: Priscilla Rodrigues, Tarcyla Fidalgo, Alexandre Yassu, Ísis Camarinha, Pedro Paulo Gonçalves e, mais recentemente, Paulo Monsores. Cada um, com o tempo que dedicou ao grupo, é parte dessa construção coletiva.

Em algum momento, percebemos que já tínhamos acúmulo suficiente para contribuir com o debate. Aí, já com o nome de “Metrópole, Estado e Capital”, passamos gradativamente a realizar publicações de artigos e de livros (alguns frutos das teses de seus integrantes), assim como organizamos seminários e espaços de diálogo. Dentre as publicações, destaca-se a coletânea “As metrópoles e o capitalismo financeirizado”, com sua primeira edição em 2020. A seguir, nossa preocupação foi se voltando com mais intensidade

para a compreensão da realidade social e espacial brasileira no contexto das transformações sistêmicas do capitalismo. Assim, inspirados pelos debates clássicos, fomos nos aproximamos cada vez mais das discussões relacionadas à inserção do Brasil no sistema mundial, os fundamentos de nossa posição periférica e dependente. Para isso, recorreremos tanto às leituras e às releituras atuais sobre a dependência, às teorias do sistema-mundo, assim como à economia política internacional. Faço essa breve menção ao grupo de estudos e pesquisas sem a pretensão de que seja uma descrição precisa do que realizamos nesses quase dez anos, mas, em primeiro lugar, para afirmar que a presente tese é o resultado de um grande e duradouro esforço coletivo. Esforço que vai muito além desse trabalho – que reflete apenas a forma como esse conhecimento compartilhado foi internalizado por mim. E, acima de tudo, faço essa menção para agradecer a todos e ao professor Luiz Cesar por tudo o que construímos juntos.

Eu não poderia ter feito essa tese, entretanto, sem outros importantes apoios que tive desde que ingressei no doutorado. Gostaria de agradecer à professora Lúcia Shimbo e aos professores Jeroen Klink, Carlos Brandão e Marcelo Ribeiro por terem constituído minha banca de defesa, terem feito uma leitura atenciosa e generosa do texto e compartilhado suas considerações, críticas e comentários sobre o tema e sobre questões futuras. Eles foram os primeiros leitores “externos” ao grupo de estudos e me ajudaram a ver o texto de formas que eu ainda não tinha percebido.

É necessário também agradecer ao CNPq pelo suporte que tive com a bolsa de doutorado, que garantiu que eu me dedicasse com mais tempo e com mais atenção à pesquisa e ao desenvolvimento do trabalho.

Muitos amigos fizeram parte, de diversas formas, do processo que culminou na produção dessa tese. Não teria como nomear todo mundo, por isso cito aqueles com quem tive um diálogo mais estreito em torno do objeto da pesquisa e que, em alguma medida, me ajudaram a pensar melhor nas questões levantadas. Assim, gostaria de agradecer ao Pedro Paulo Gonçalves, que criou um grupo de *whatsapp* para manter em contato alguns amigos da época de mestrado. Além dele, e de mim evidentemente, o Dante Pezzin e

o Nelson fazem parte desse grupo que acabou sendo um espaço descontraído de reflexão sobre os assuntos que nos afligem pessoalmente e sobre os temas do dia-a-dia. Um grupo que também tem seus momentos de debates de alto nível, de troca de experiências, de angústias e de figurinhas. Tive muita sorte também de ter feito parte de uma turma de doutorado tão boa, especialmente nas relações interpessoais. Aí também fiz grandes amigos. Menciono aqui o Martín Scarpacci, o Rodrigo Portugal e o Thiago Pinho por serem aqueles com quem mais dialoguei sobre as questões que envolvem essa tese. Amigos que me ajudaram a refletir, a formular perguntas e a desenvolver ideias. E não podia deixar de falar da minha amiga Ileri Ceja, que conheci através do Martín e que me ajudou a passar num concurso com sua consultoria especializada em migrações internacionais.

Conviver durante todo o processo de preparação, pesquisa e escrita de uma tese deve ser muito duro. Por isso, toda minha gratidão à Marina, minha companheira, por compreender e conseguir me aturar durante esse tempo. Só com muito afeto isso foi possível. Te amo.

Por fim, agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nessa escolha e em todas as outras escolhas que fiz na vida. Meu pai, Horácio, que sempre esteve junto, fica feliz e compartilha com os amigos todos os passos da minha caminhada. E minha mãe, Rose, que me acompanhou até o início da trajetória do doutorado e que, mesmo não estando mais aqui, sempre será parte fundamental de quem eu sou.

Sumário

1. Introdução	13
2. A acumulação de capital e a produção capitalista do espaço	23
2.1 Primeiro recorte: superacumulação e desvalorização no processo de produção de mercadorias.....	26
2.2 Segundo Recorte: deslocamentos temporais	35
2.2.1 Investimentos de longo prazo e a formação de capital fixo.....	36
2.2.2 Desenvolvimento do sistema de crédito: a ascensão das finanças	43
2.2.3 A produção do ambiente construído	53
2.3 Terceiro recorte: deslocamentos espaciais	61
2.3.1 Desenvolvimento geográfico desigual e a formação de “coerências estruturadas”	62
2.3.2 Alianças de classe de base territorial, lógicas capitalista e territorial de poder	69
2.3.3 Ajuste espacial, imperialismo e crise global.....	72
2.3.4 Acumulação por despossessão.....	78
3. Os ciclos sistêmicos de acumulação	84
3.1 Sociedade mercantil, capitalismo e a recorrência das altas finanças em Braudel	87
3.2 A formalização dos ciclos sistêmicos de acumulação	90
3.3 As expansões materiais	98

3.3.1 Da cooperação à competição	100
3.3.2 Regimes de acumulação e vias de desenvolvimento	102
3.3.3 A contradição entre os meios e os fins da acumulação de capital	103
3.4 As expansões financeiras	106
3.4.1 Mudança dos agentes líderes para as altas finanças	107
3.4.2 Condições de oferta e de demanda do capital circulante.....	107
3.4.3 Redistribuições de valor nas expansões financeiras.....	110
3.4.4 Investimentos na terra e a formação das classes rentistas	111
3.4.5 Restauração da riqueza e do poder para as classes capitalistas	112
3.4.6 A emergência de um novo regime de acumulação	113
3.4.7 Caos sistêmico e transição hegemônica	115
3.5 Ciclos sistêmicos de acumulação como estágios na história do capitalismo.....	119
3.5.1 Aumento da complexidade e tamanho dos agentes e estruturas organizacionais	120
3.5.2 Padrões de recorrência e evolução determinados pela história e pela geografia.....	125

4. Padrões de produção do espaço no sistema mundial capitalista	128
4.1 Recapitulação e síntese: ajustes espaço-temporais nas fases de expansão material e financeira	133
4.2 Os padrões de produção do espaço nas expansões materiais e financeiras	151
5. A produção do espaço na periferia do sistema mundial: apontamentos sobre o caso brasileiro	167
5.1 A estrutura centro-periferia do sistema mundial capitalista.....	167
5.2 As formas históricas das relações de dependência.....	181
5.3 Padrões de produção do espaço no Brasil no longo século XX	191
5.3.1 Padrão de produção do espaço e forma de dependência na expansão financeira do ciclo britânico	193
5.3.2 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão material do ciclo estadunidense.....	215
5.3.3 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão financeira do ciclo estadunidense	222
6. Conclusão	253
Referências	259

Introdução

Nas últimas décadas, especialmente na virada do século XX para o XXI, o debate crítico sobre as questões urbanas e regionais passou por uma importante inflexão. Até mais ou menos ou anos 1980, a produção acadêmica esteve focada nos processos que resultavam das contradições da industrialização. No caso da América Latina e mais especificamente do Brasil, as preocupações giravam em torno de compreender os efeitos de uma industrialização periférica que não havia conseguido superar o subdesenvolvimento e a dependência em relação aos países centrais. Questões como a rápida urbanização e metropolização, a intensa migração campo-cidade, a formação de uma massa marginal urbana, os desafios da produção habitacional, a segregação socioespacial nas cidades, a dicotomia legal-ilegal do trabalho e da moradia, a emergência das classes médias e de novos movimentos sociais com bases urbanas, o desenvolvimento desigual das regiões do país, a modernização conservadora do campo etc. foram típicas dos estudos e pesquisas no período. Junto a isso, pensava-se em como o planejamento e as políticas estatais poderiam enfrentar os problemas decorrentes desses processos. Esse cenário muda gradativamente do final dos anos 1980 em diante. Refletindo as transformações mais gerais a nível mundial, as novas questões passam a tentar capturar as mudanças associadas ao processo de globalização que, associado ao triunfo de uma nova ordem neoliberal, arrebatava todos os países. Assim, o relativo enfraquecimento do poder de ação dos Estados nacionais frente às dinâmicas capitalistas teria necessariamente repercussões nas formas de produção e gestão do espaço tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Os debates passam a apontar a imposição de uma razão de mercado, a predominância do valor de troca sobre o valor de uso, seja nas cidades seja na escala regional. Entram em pauta, por exemplo, discussões sobre a perda de centralidade do Estado nacional enquanto escala

privilegiada da produção e da gestão do espaço, os processos de privatização dos bens comuns ou públicos, a competição entre cidades e regiões, a mudança das formas de governança em direção a um viés competitivo e empresarial e, mais recentemente, os processos de mercantilização e financeirização com a tendência de transformação da terra e de bens comuns em ativos financeiros.

Esses novos processos, no entanto, têm sido muitas vezes abordados de maneira pontual, com referências genéricas às novas dinâmicas resultantes das transformações sistêmicas do capitalismo e às mudanças nas formas de organização do Estado a elas associadas. Poucas são as tentativas mais rigorosas de analisar esses processos em conjunto, como manifestações vinculadas a uma determinação comum. Nesse sentido, algumas questões ainda carecem de maior consideração teórica. Seria possível compreender, de modo abrangente, a variedade de processos descritos pelos estudos urbanos e regionais recentes como expressões de uma mesma totalidade? De que modo esses processos se relacionam? Poderíamos delimitar temporalmente a predominância desses processos, isto é, construir uma periodização histórica para eles? Qual é exatamente a relação entre a emergência desses processos nos últimos 40 anos e as transformações sistêmicas no modo de funcionamento do capitalismo? Esses processos se diferem no centro e na periferia? Como e por quê?

Em certa medida, algumas abordagens teóricas procuram oferecer respostas a esses questionamentos. Como bem observado por Diniz (2020), as transformações gerais do capitalismo, a partir do final dos anos 1970, e as mudanças dos processos espaciais a elas relacionadas têm sido interpretadas, na perspectiva crítica do campo de estudos urbanos e regionais, predominantemente a partir do arcabouço explicativo da teoria da regulação. Em linhas gerais, essa teoria propõe que as tendências potencialmente críticas do regime de acumulação capitalista do pós Segunda Guerra Mundial foram temporariamente estabilizadas por meio de um modo de regulação próprio que estabeleceu grandes compromissos sociais entre Estado, capital e trabalho. A acumulação fordista, as políticas econômicas de viés keynesiano e o Estado de Bem-Estar social seriam as marcas desse regime que vigorou por cerca de trinta anos. Porém, enquanto há um relativo consenso de que o regime

de acumulação e o modo de regulação fordistas foram difundidos variegadamente entre os países capitalistas centrais, o mesmo não se pode dizer em relação aos demais países que compõem a periferia ou semi-periferia do sistema mundial. Alguns autores tentaram descrever a forma específica desse regime em países industrializados não-desenvolvidos. Lipietz (1989), por exemplo, formulou a concepção de um fordismo periférico. Entretanto, mesmo aceitando sua hipótese, ela não podia ser generalizada.

Ainda segundo Diniz (2020), boa parte da influência da teoria da regulação no campo dos estudos urbanos e regionais deve-se à receptividade da publicação, por David Harvey, de *A Condição Pós-Moderna*, em 1989. Nesse livro, que teve grande acolhida nos meios acadêmicos brasileiros, Harvey sugere que o regime de acumulação fordista estaria sendo substituído por um novo regime de acumulação flexível, sob os efeitos da ascensão dos mercados financeiros e da reestruturação produtiva. Essa linha de interpretação, deixada de lado por Harvey em seus trabalhos posteriores, acabou marcando especialmente os debates brasileiros nos estudos urbanos e regionais, que tentaram, de alguma forma, importar e adaptar essa hipótese para dar conta da nossa realidade.

Além de Harvey ([1989] 1996), autores mais próximos às abordagens regulacionistas também buscaram formular explicações sobre as transformações em curso no modo de funcionamento do capitalismo a partir desse marco teórico. Colocava-se em questão se o ocaso do fordismo teria dado ou poderia dar lugar a um novo regime de acumulação e a um novo modo de regulação. Aglietta (1998), por exemplo, chegou a identificar a ascensão, no final do século XX, especialmente nos Estados Unidos, de um regime de crescimento patrimonial que estaria, naquele momento, garantindo um período de crescimento econômico com legitimidade social, fundado nos ganhos proporcionados aos trabalhadores associados aos fundos de pensão daquele país. Chesnais (2002), no entanto, recusa a perspectiva da emergência de um novo regime de acumulação que poderia substituir o fordismo. Para ele, não seria possível sustentar, nos termos da teoria da regulação, a viabilidade de um regime de acumulação financeirizado ou sob dominância financeira na medida em que não surgiram, desde o fim do fordismo, nem instituições, nem compromissos sociais e políticos

fundadores capazes de conter, temporariamente, os conflitos e as contradições do capitalismo. Além disso, para Chesnais (2002), mesmo que os circuitos de acumulação financeira e seus processos exibam traços sistêmicos, esse novo regime de acumulação financeirizado não criou e não teria condições de criar raízes e ser bem sucedido fora dos Estados Unidos, único país que conheceu um período – basicamente os anos 1990 – de crescimento econômico plenamente identificável baseado na acumulação financeira. Ou seja, apenas nos Estados Unidos a hipótese do novo regime pôde mostrar, por um curto período, alguma consistência.

A partir dessas observações, Chesnais (2002) questiona a possibilidade de difusão internacional do capitalismo financeiro como um regime de acumulação capaz de permitir um desenvolvimento estável da economia mundial. Para ele, a resposta é negativa. Isso porque a economia mundial vinha passando por dois importantes processos interligados: se de um lado, havia a constituição de um espaço comum de valorização com o fortalecimento do mercado mundial, por outro lado, a reprodução dos fatores de diferenciação entre os países, constituía relações ainda mais assimétricas e hierarquizadas do que no período fordista anterior. Tais relações assimétricas com outros países seriam um forte elemento explicativo do crescimento estadunidense dos anos 1990, uma vez que eles puderam obter vantagens dessas relações graças a sua posição no topo da hierarquia mundial. Em suma, Chesnais (2002) reforça a impossibilidade de um regime de acumulação sob dominância financeira tanto pela falta de compromissos sociais internos aos países quanto devido à ausência de compromissos políticos entre os Estados que permitissem um crescimento econômico compartilhado.

Em um artigo crítico sobre os limites das abordagens da financeirização do capitalismo, das empresas e da vida cotidiana, Christophers (2015) levanta alguns pontos que podem muito bem ser colocados também frente à hipótese do regime de acumulação financeirizado. Em especial, destacamos o que ele chama de ‘limites óticos’ dessas abordagens. Esses limites podem ser considerados em duas dimensões: uma temporal e uma espacial. Sobre os limites espaciais, e em consonância com as observações de Chesnais (2002), Christophers (2015) aponta a falta de interesse ou a negligência em relação às questões sobre o poder e a hege-

monia mundiais. De fato, tais questões são colocadas de lado e não aparecem na maior parte das análises sobre a financeirização, que geralmente enxergam apenas um espaço econômico mundial de fluxos de capitais financeiros em busca de valorização. Capitais que circulam, se territorializam e se desterritorializam em Estados nacionais que respondem variegadamente a esse movimento. Além disso, esses estudos geralmente têm como referência e exemplos privilegiados os Estados Unidos e a Inglaterra, tendendo, portanto, a enxergar as evidências de uma financeirização sistêmica do capitalismo apenas a partir desses dois países e não percebendo as interdependências/dependências entre os Estados nacionais que em grande medida possibilitaram a ascensão das finanças nesses territórios específicos. Sobre os limites temporais, Christophers (2015) lembra que a financeirização já ocorreu em outros momentos históricos de forma semelhante, mas não idêntica, a que presenciamos atualmente. Com lentes históricas restritas e desconsiderando os paralelos com outras épocas, tais perspectivas projetam um falso senso de ineditismo ou exageram os aspectos de novidade do presente. Ele vai além e afirma que, em sua perspectiva, é um erro tomar a financeirização como algo excepcional, um desvio do desenvolvimento capitalista. Isso porque a situação mais anômala ou divergente do padrão de funcionamento do capitalismo seria exatamente a do período fordista, de intenso crescimento econômico dominado pelo capital produtivo. Portanto, em sua perspectiva, na longa história do capitalismo “somente entre meados da década de 1930 e meados da década de 1970, nas principais nações industrializadas do Ocidente, as finanças foram verdadeiramente acorrentadas” (CHRISTOPHERS, 2015, p. 193, tradução nossa).

Seja como for, por que exatamente essas óticas historicamente restritas representariam um problema para as interpretações da financeirização atual? Christophers (2015) apresenta dois motivos. Em primeiro lugar, ao não considerarmos os processos semelhantes que ocorreram no passado, enfraquecemos nossa análise dos processos atuais. A compreensão do que exatamente é novo e o que é recorrente na história é fundamental para ampliarmos os horizontes de compreensão das dinâmicas sociais. Em segundo lugar, a separação entre o passado e o presente é apenas um recorte analítico resultado dos modos como

entendemos o tempo histórico. Se o presente está ligado material e ideologicamente ao passado, se eles são parte de um único processo histórico contínuo – no nosso caso de interesse, o do desenvolvimento do capitalismo – então “olhar para a financeirização no presente através de uma lente estritamente ‘presenteísta’, por outras palavras, só pode fornecer uma perspectiva parcial sobre a sua constituição” (CHRISTOPHERS, 2015, p. 194, tradução nossa).

Nesse sentido, a maior parte das abordagens sobre a financeirização e, mais especificamente, a hipótese de um regime de acumulação financeirizado nos trazem algumas dificuldades para a compreensão das transformações sistêmicas do capitalismo e das relações dessas transformações com os processos emergentes de produção e gestão do espaço. Primeiro, essas abordagens não oferecem um quadro interpretativo totalizante que permita uma análise interligada dos processos no centro e na periferia do sistema mundial. Ao contrário, como vimos, elas estão, via de regra, delimitadas em um único país ou em um pequeno conjunto de países, refletindo, dessa maneira, um nacionalismo metodológico. Segundo, são abordagens que não consideram o desenvolvimento do capitalismo em sua longa duração histórica, o que impossibilita o entendimento da origem e da natureza dos processos em curso, assim como das estruturas de poder dominantes em nível sistêmico. Terceiro, elas acabam tendo uma compreensão restrita do capitalismo como modo de produção, o que impede que a reflexão alcance horizontes temporais e sociais mais amplos, que considerem em suas análises a acumulação capitalista em todas as suas formas, isto é, o capitalismo como um modo de acumulação.

De acordo com a hipótese que será desenvolvida ao longo desse trabalho, os atuais processos urbanos e regionais são manifestações espaciais do modo de funcionamento do capitalismo em nível sistêmico que se impõe desde anos 1970, aproximadamente. Como se tentará demonstrar, ao longo de seu desenvolvimento histórico, os modos de funcionamento do capitalismo se alternaram assumindo, a cada momento, determinadas características. E, junto com eles, também os padrões de produção do espaço. Portanto, nosso objetivo na presente tese é construir um quadro teórico que permita a interpretação dos processos e dinâmicas espaciais

a partir das dinâmicas gerais do sistema mundial interestatal capitalista. Um quadro teórico que aponte para as transformações sistêmicas contemporâneas, que têm na ascensão das finanças, sem dúvida, seu traço mais marcante, mas que não desconsidere a dimensão da competição pelo poder no sistema interestatal nem a longa duração do capitalismo enquanto sistema histórico. Esse quadro interpretativo deve oferecer uma análise da totalidade, mas que, ao mesmo tempo, permita capturar as diferenças particulares da produção do espaço em função da posição de cada parte dentro do todo, de cada Estado dentro do sistema mundial interestatal e, também, em função da história concreta e específica de cada formação socioespacial.

Dito isso, é importante reforçar que o sistema mundial capitalista é fundamentalmente composto por uma série de Estados – suas unidades político-territoriais – sendo, portanto, um sistema interestatal. Daí decorre, em primeiro lugar, que as dinâmicas de poder, a disputa por hegemonia, as relações de dependência, de associação ou confronto, são intrínsecas a esse sistema, não podendo as dimensões econômicas serem separadas das dimensões políticas. Em segundo lugar, as escalas e os poderes subnacionais estão sempre, em diferentes medidas, subordinadas ao poder do Estado nacional, não apenas pelo comando sobre a política econômica, mas, antes de tudo, pelo controle legitimado do território e da força militar.

Para os objetivos desse trabalho, recorreremos à proposta dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi. Essa foi a inspiração inicial. Arrighi ([1994] 2012) reconstrói a história do capitalismo a partir dos agentes que estiveram no alto comando do sistema mundial desde as cidades-Estado italianas do século XV até os dias atuais. Sua formulação, preocupada, antes de tudo, com as transformações recorrentes no modo de funcionamento do capitalismo e com as transições hegemônicas no sistema mundial, foi de grande valia para nós. A abordagem de Arrighi busca conciliar as estruturas sistêmicas e as contingências históricas do longo processo de recorrência e evolução do sistema mundial capitalista, sistema que está baseado na acumulação e expansão tanto da riqueza quanto do poder. Porém, apesar de sua perspectiva de longo alcance e de sua consideração consistente da dimensão da

competição interestatal, Arrighi dedica quase nenhuma atenção aos processos de produção do espaço. Por isso, para suprir essa lacuna, nos voltamos para uma imersão mais aprofundada na obra de David Harvey, mais especificamente na sua teoria dos ajustes espaço-temporais da acumulação capitalista. Harvey ([1982] 2013), melhor do que ninguém, conseguiu desenvolver a teoria marxista da acumulação de capital de modo a demonstrar que a produção do espaço se constitui como um momento inerente desse processo. Um momento que, sendo parte da acumulação capitalista, não poderia deixar de ser contraditório e instável. Ele, no entanto, mantém sua análise num alto nível de abstração, não oferecendo uma teorização que incorpore os elementos históricos que estão presentes nas formulações de Arrighi ([1994] 2012). O que procuramos realizar, portanto, foi um diálogo entre essas duas perspectivas que, à primeira vista, poderiam parecer incompatíveis em virtude de suas concepções divergentes sobre o capitalismo. Isso não impediu que tentássemos e, conforme avançamos, percebemos uma familiaridade crescente entre as duas abordagens. Ao fim, acreditamos que estabelecemos um diálogo fértil o suficiente para inspirar essa tese e capaz de fundamentar teoricamente a proposta que apresentamos.

Assim, no primeiro capítulo buscamos apresentar, de modo detalhado, o processo de acumulação de capital a partir da perspectiva marxista. Para isso, nos baseamos fundamentalmente na reconstrução teórica desse processo feita por David Harvey em grande parte de sua obra, mas de forma mais rigorosa e aprofundada em *Os Limites do Capital* (1982). Seguimos aqui a estrutura utilizada pelo autor, que divide a análise em 3 recortes, a saber: i) a reprodução ampliada da acumulação no processo de produção de mercadorias; ii) o deslocamento temporal dos excedentes de capital superacumulados – os ajustes temporais – e iii) o deslocamento espacial dos excedentes de capital superacumulados – os ajustes espaciais. Procuramos demonstrar como a produção do espaço é um momento intrínseco e necessário do processo de acumulação capitalista; como essa produção, vinculada aos deslocamentos temporais, está associada à criação de capital fictício e, portanto, como o desenvolvimento do sistema de crédito é parte desse processo. Além disso, essa teorização indica também a natureza inerente e

incontornável dos conflitos interestatais na ‘geopolítica do capitalismo’. Conflitos que estão fundados nos impulsos pelo ajuste espacial e dão ensejo a ascensão de rivalidades interimperialistas. Finalmente, também quisemos deixar claro como o impulso pela acumulação interminável de capitais e ao crescimento exponencial está na base dos processos mais gerais de mercantilização e da acumulação por despossessão.

No segundo capítulo descrevemos a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação conforme elaborada por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX* (1994) e a partir das observações de Fernand Braudel sobre a longa duração histórica do capitalismo. Aqui, nosso objetivo foi descer um nível de abstração em relação à teoria da acumulação de capital e apresentar como esse processo se desenrolou concretamente ao longo dos cerca de cinco séculos de história do capitalismo como sistema mundial. Assim, pudemos demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo pode ser entendido como uma sequência de ciclos de recorrências e evoluções que nos trouxeram aos dias atuais. Cada um dos quatro ciclos sistêmicos de acumulação até aqui existentes, liderados por um bloco específico de agentes empresariais e governamentais, é composto por duas fases: uma fase de expansão material e uma fase de expansão financeira. Assim, além de destacar a indissociabilidade do desenvolvimento do capitalismo com a competição no sistema interestatal, procuramos deixar claro i) que as características básicas do sistema mundial capitalista estão presentes desde antes (e para além) de o capitalismo desenvolver um modo de produção próprio; ii) que cada fase do ciclo de acumulação apresenta um modo de funcionamento característico.

No terceiro capítulo, começamos por resgatar algumas contribuições que buscaram descrever a produção do espaço frente aos ritmos e ciclos da acumulação capitalista para então estabelecer um diálogo crítico com essas formulações. Em seguida, realizamos uma síntese das perspectivas dos ajustes espaço-temporais e dos ciclos sistêmicos de acumulação buscando demonstrar não apenas a compatibilidade dessas abordagens como também o enriquecimento de perspectiva que as duas proporcionam conjuntamente, na medida em que cada uma destaca o que a outra deixa de dar ênfase. Por fim, construímos nossa própria proposta de interpre-

tação que estabelece os padrões de produção do espaço com base nas fases de expansão material e financeira.

Finalmente, no quarto capítulo, partimos da concepção sistêmica elaborada no capítulo anterior para pensar como esses padrões se manifestam em formações sociais periféricas e dependentes. Para isso, colocamos em discussão as determinações do caráter periférico em termos tanto dos fluxos internacionais de capital quanto da posição política subordinada na hierarquia do sistema mundial. Então, e em diálogo com algumas análises sobre a dependência, tentamos construir uma visão panorâmica dos processos de produção do espaço no Brasil no 'longo século XX' como forma de testar a aplicabilidade e operacionalidade do nosso quadro teórico-interpretativo numa realidade histórico-geográfica concreta.

A acumulação de capital e a produção capitalista do espaço

O capital, diz Marx ([1867] 2013), é “valor que se valoriza”. Tal formulação indica um entendimento do capital tanto como coisa quanto como processo. O fluxo contínuo da valorização do capital passa, necessariamente, pela materialização do valor enquanto “coisa” em diferentes estados ou formas. Para se valorizar, o capital precisa estar em constante movimento, caracterizado esquematicamente na fórmula $D - M \{FT + MP\} \dots P \dots M' - D'$. O capital é adiantado na forma-dinheiro (D); é transformado em força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), assumindo, portanto, a forma-mercadoria (M); estas mercadorias interagem no processo produtivo (P) onde o valor transferido dos meios de produção e o mais-valor criado pela força de trabalho são incorporados numa nova mercadoria (M'); finalmente, essa mercadoria é realizada no mercado e completa o ciclo da acumulação de capital ao retornar à forma-dinheiro acrescida de mais-valor (D'). Um novo ciclo se inicia e, assim, esse processo se repete sucessivamente. Desse entendimento deriva-se que, se o capital é o valor em processo contínuo de valorização, a crise do capital pode ser definida como a suspensão ou obstrução do seu movimento. Ou seja, na própria definição de capital, a possibilidade imanente de crise já está presente.

Nesse sentido, todas as contradições presentes no processo de valorização do valor são potencialmente críticas, sendo impossível delimitar qual das contradições seria a responsável derradeira para a formação das crises do capital. Propondo uma leitura dialética dos textos de Marx, Benoit e Antunes (2016) procuram demonstrar que o problema da crise não deve ser buscado a partir de uma noção de causa-efeito em pontos específicos da teoria da acumulação capitalista. Para eles, diversos comentadores de *O Capital* e teóricos marxistas se equivocaram

ao buscar nos escritos de Marx as causas principais que levariam o capitalismo a crises periódicas. Estas abordagens identificaram a origem das crises capitalistas ora na desproporção entre os setores de produção de bens de capital e de bens salariais, ora no subconsumo, ora na crescente proporção de capital constante em relação ao capital variável (resultando numa diminuição relativa da produção de mais valor e à queda tendencial da taxa de lucro), ora na superprodução de mercadorias, ora numa mistura dessas diferentes fontes causais. Essas perspectivas causais e empíricas para as crises apresentariam uma falha metodológica intrínseca, uma vez que não estão de acordo com a exposição dialética oferecida por Marx. Ao buscar expor o conceito de crise a partir da dialética expositiva presente em *O Capital*, os autores rejeitam a ideia de que Marx não elaborou uma teoria da crise e argumentam que, na verdade, essa teoria é desenvolvida ao longo de toda a exposição da teoria do valor.

Sustentamos em nossa obra que Marx possui e realizou, sim, uma exposição de sua teoria da crise do capital. Contudo, essa teoria não está depositada empiricamente, aqui ou ali, em nenhum texto específico ou passagem canônica de *O Capital*, nem numa soma aritmética de passagens. Esta teoria está, sim, desenvolvida em todo o percurso dialético-expositivo de *O Capital*, aparecendo e começando a se desenvolver logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro e se encerrando nas últimas páginas do Livro Terceiro (BENOIT e ANTUNES, 2016, p. 31).

O conceito de crise é, desse ponto de vista, inseparável do próprio conceito de capital, sendo que o “estudo de um implica necessariamente o estudo do outro” e “uma análise dialética do conceito de crise deve se desenvolver, portanto, simultaneamente com a análise e desenvolvimento do conceito de capital” (p.34). Desde as contradições mais genéricas e potenciais contidas na produção e circulação das mercadorias, até a tendência de queda da taxa de lucro, entendida como síntese e forma aparente das contradições imanentes do capital.

Tal entendimento dos processos de formação de crises torna sua forma de construção e exposição teórica muito mais complexa. David Harvey, na introdução de *Os Limites do Capital* ([1982] 2013), ressalta a virtude e a dificuldade de que no pensamento de Marx “tudo se relacione a todo o resto”, sendo impossível trabalhar em alguns aspectos da teoria sem trabalhar, ao mesmo tempo, em todos os outros aspectos. Essa dificuldade é, para Castree (2008), inerente a uma abordagem dialética. Por isso, algum recurso de apresentação é necessário para facilitar a descrição dos processos.

Confrontado com um grande sistema complexo (como o capitalismo), o teórico faz uma série de ‘recortes’ mentais que revelam um conjunto de processos; recortes subsequentes revelam outros processos que podem surgir e, ao mesmo tempo, contradizer aqueles identificados anteriormente na análise. Isso significa que quando se lê a obra de um pensador dialético como Harvey, o início da análise realmente só faz sentido no final do livro ou do ensaio em questão (CASTREE, 2008, p. 63, tradução nossa).

Assim, para tratar analiticamente o desenvolvimento da acumulação de capital e as possibilidades de formação de crises, Harvey constrói, em *Os Limites do Capital*, três “recortes” [cuts] teóricos. O primeiro recorte analisa as contradições que se acumulam a partir da esfera da produção capitalista e que levam à tendência de superacumulação de capitais. O segundo recorte apresenta os ajustes temporais que são realizados para contornar as barreiras impostas pela superacumulação de capital. Se trata de uma fuga para frente, em direção ao futuro, mas que coloca as contradições em outro patamar. Finalmente, o terceiro recorte dá conta da formação da crise em seus aspectos geográficos. A busca de um ajuste espacial para as contradições do capital, que acaba por expandir o modo de produção capitalista para novas regiões da terra. Neste capítulo, faremos uma descrição desses três recortes com o objetivo de entender a lógica da produção capitalista do espaço dentro de uma teoria mais geral do processo de acumulação e das crises do capital. Para isso, buscamos

seguir em linhas gerais o argumento apresentado em *Os Limites do Capital*, que “procura integrar os aspectos financeiro (temporal) e geográfico (global e espacial) com a acumulação dentro da estrutura geral do argumento de Marx” (HARVEY, [1982] 2013, p. 12). Porém, como Harvey faz questão de enfatizar, a linearidade da narrativa apresentada não significa que o capital tenha “uma existência espectral própria antes de chegar tangivelmente à Terra, em espaço e tempo” (p. 23), pelo contrário: os três recortes na teoria da crise – as tendências gerais (sintetizadas na queda da taxa de lucro e na superacumulação), as temporais (aspectos financeiros) e espaciais (manifestadas no desenvolvimento geográfico desigual e geopolítico) – não são sequenciais, e “devem ser entendidos como aspectos simultâneos para a formação e resolução da crise dentro da unidade orgânica do capitalismo” (p. 23).

Harvey insere a dinâmica espacial como momento ativo e integrante da teoria da acumulação e da formação das crises no capitalismo. Portanto, a teoria dos ajustes espaço-temporais é parte integrante de uma análise mais abrangente do desenvolvimento e das contradições do modo de produção capitalista e só pode ser amplamente entendida neste contexto.

2.1 Primeiro recorte: superacumulação e desvalorização no processo de produção de mercadorias

Em seu terceiro livro sobre o capital – o processo global da produção capitalista –, Marx ([1894] 2017) dedica a terceira seção para explicar a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” nos marcos do modo de produção capitalista. Nesta seção, ele apresenta formalmente a “lei” e, em seguida, elenca uma série de contratendências que retardariam o efeito dos lucros decrescentes. De forma simplificada, podemos dizer que a queda tendencial da taxa de lucro seria derivada de um conjunto de contradições do modo de produção capitalista que levam a um aumento relativo do capital constante (meios de produção) frente ao capital variável (força de trabalho). Na medida em que apenas a força de trabalho – o trabalho vivo no processo produtivo – tem capacidade de

criar mais-valor, sua diminuição relativa na produção global – e o consequente aumento da composição orgânica do capital – tenderia a provocar uma queda geral da taxa de lucro. Importante ressaltar que Marx não apresenta esta lei como a causa das crises capitalistas, mas como uma expressão das contradições do modo capitalista de produção. Em suas palavras:

(...) vimos que constitui uma lei do modo de produção capitalista que, conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado. (...). Essa diminuição relativa crescente do capital variável em relação ao capital constante e, assim, ao capital total, é idêntica ao aumento progressivo da composição orgânica do capital social em sua média. E, do mesmo modo, não é mais que outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, que se revela precisamente no fato de que, graças ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho (...). Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente (...). A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro (...). A queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decres-

cente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais -valor entre diversas categorias (MARX, [1894] 2017, p. 299).

Portanto, a tendência de queda da taxa de lucro em sua versão marxiana está baseada no fato de que a competição induz os capitalistas individuais a buscar inovações tecnológicas e organizacionais que priorizem a economia de força de trabalho e o uso crescente de mais capital constante. Este movimento levaria a economia como um todo em direção a uma maior composição orgânica do capital, quer dizer, a uma proporção sempre maior de capital constante (meios de produção, i.e., trabalho morto) em relação ao capital variável (força de trabalho, i.e., trabalho vivo). A contradição do processo é a seguinte: se somente a força de trabalho, usada como capital variável no processo produtivo, tem a capacidade de criar valor novo, uma redução constante de capital variável frente ao capital total adiantado no agregado de uma economia capitalista vai levar necessariamente a uma diminuição da taxa de lucro (calculada a partir da quantidade de valor novo criado por meio de uma determinada quantidade de capital total investido). Como resultado, as ações dos capitalistas individuais tendem a aprofundar cada vez mais a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no capitalismo.

A ideia da existência de uma “lei da queda da taxa de lucro” não surge com Marx, mas era uma proposição que dominava a economia política clássica no século XIX, estimulando diferentes explicações por parte de diferentes autores. Harvey ([1982] 2013) lembra que não só Adam Smith, como também David Ricardo e Stuart Mill elaboraram explicações próprias sobre uma taxa decrescente de lucro que tenderia a levar o capitalismo em direção a um “estado estacionário”, com uma taxa de acumulação próxima de zero. Ao desenvolver seu próprio argumento sobre a “lei das taxas de lucro decrescentes”, Marx, coerente com o conjunto da sua teoria, quis demonstrar como essa “lei” emanava das contradições internas do modo capitalista de produção e buscou, ao mesmo tempo, fazer a crítica da economia política e identificar as origens das crises capitalistas.

Ainda que, de acordo com o que foi exposto até aqui, essa lei pareça muito simples, toda a economia política não conseguiu descobri-la até o momento atual, como veremos numa seção posterior. Ela vislumbrou o fenômeno e supliciou-se em contraditórias tentativas de interpretá-lo. Porém, dada a grande importância que possui para a produção capitalista, pode-se dizer que essa lei constitui o mistério de toda a economia política desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas tentativas de lhe dar uma solução (MARX, [1894] 2017, p. 301).

Logo depois de apresentar sua própria versão da “lei”, porém, Marx dedica um outro capítulo para descrever uma série de fatores que atuariam como contratendências a essa “lei” e que poderiam explicar porque a queda na taxa de lucro não ocorreria de maneira mais rápida e tão intensamente.

Se consideramos o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social apenas nos últimos trinta anos e comparamos esse período com todos os anteriores, e se levamos em conta sobretudo a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria em sentido estrito, entra no processo social de produção em seu conjunto, vemos que a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual os economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar por que essa queda não é maior nem mais rápida. É preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei geral e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como tendencial (MARX, [1894] 2017, p. 325).

Dessa forma, como Harvey bem observou,

o próprio Marx anexou tantas advertências, condicionalidades e circunstâncias mitigadoras a essa teoria que é difícil sustentá-la como uma teoria geral da crise, mesmo que se concentre na questão crucial dos efeitos potencialmente desestabiliza-

dores das mudanças tecnológicas sobre a dinâmica capitalista (HARVEY, [1982] 2013, p. 28).

Além das reticências que o próprio Marx colocou em relação ao funcionamento da “lei”, Harvey ([1982] 2013) faz uma crítica à formulação elaborada por Marx, pois o que deveria representar um modelo sintético da acumulação capitalista, que incorporasse os modelos dos dois primeiros livros (a acumulação por meio da produção de mais-valor e a acumulação através da reprodução ampliada) e descrevesse as contradições do capitalismo em suas manifestações concretas, termina por se tornar uma proposição abstrata que necessita de uma série de suposições simplificadas para funcionar.

Marx, em sua ansiedade para esclarecer os economistas políticos, é atraído para uma especificação equivocada do que deveria ter sido um modelo sintético das contradições do capitalismo. Mais especificamente, assumindo o problema da inevitabilidade de uma taxa decrescente de lucro por parte dos economistas políticos da época e tratando esta como uma questão, Marx se desvia da lógica do seu próprio argumento até um ponto em que o que deveria ter sido uma proposição tangencial parece fundamental, enquanto a proposição fundamental fica enterrada em uma massa de argumentos tangenciais. Como resultado, Marx não sintetiza com sucesso os dois primeiros modelos de acumulação. Nem representa adequadamente as “formas concretas” que as contradições internas do capitalismo assumem “na superfície” da sociedade (HARVEY, [1982] 2013, p. 252).

Dessa forma, afirma Harvey ([1982] 2013), o argumento desenvolvido por Marx para sustentar a “lei da queda da taxa de lucro” no interior da lógica do capital torna-se problemático e acaba, no fim das contas, obscurecendo uma proposição fundamental que estaria “enterrada” dentro de suas elaborações. Essa proposição é a de que a contradição chave para o entendimento da formação das crises, aquela que sintetiza o acúmulo das contradições do modo de produção capitalista é a que coloca, de um lado, o desenvolvi-

mento das forças produtivas e, do outro lado, as relações sociais nas quais a produção capitalista está baseada.

Se voltarmos aos escritos de Marx, podemos tentar “desenterar” o argumento em passagens que abordam o problema a partir do aumento das tensões da unidade contraditória entre a produção e a realização do valor.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente (MARX, [1894] 2017, p. 348).

Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas não encontra restrições na lógica da acumulação do capital (“acumulação pela acumulação”), por outro lado, a capacidade de produzir cada vez mais mais-valor encontra seus limites nas relações sociais que estão na base do modo de produção (fundadas na “expropriação e empobrecimento da grande massa dos produtores”). A contradição se apresenta da seguinte maneira:

O mais-valor estará produzido tão logo a quantidade espoliável de mais-trabalho estiver objetivada. Mas com essa produção do

mais-valor está consumado apenas o primeiro ato do processo de produção capitalista, o processo direto de produção. (...). Tem-se, então, o segundo ato do processo. É preciso vender a massa inteira das mercadorias, o produto total, tanto a parte que repõe o capital constante e variável como a que representa o mais-valor. Se não se conseguir vendê-la ou se conseguir apenas em parte ou a preços inferiores aos de produção, o trabalhador terá sido explorado, certamente, mas sua exploração não se terá realizado como tal para o capitalista (...). As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas divergem não só quanto ao tempo e ao lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos (MARX, [1894] 2017, p. 340).

Essa unidade contraditória entre produção e realização (HARVEY, 2016) – uma outra forma de exprimir a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais capitalistas – tem a ver com o fato de que o valor produzido no processo de trabalho está em um estado latente que só se efetiva quando é realizado mediante a venda no mercado. Portanto, os momentos de produção e de realização fazem parte de uma mesma unidade quando se trata da criação de valor. O desenvolvimento das forças produtivas tende a restringir relativamente a parcela dos rendimentos apropriados como salário pelos trabalhadores frente ao que é apropriado como lucro pelos capitalistas. Isso é resultado tanto da redução do valor da força de trabalho ativa, quanto da expansão do “exército industrial de reserva”, i.e., do desemprego entre a classe trabalhadora (impulsionado pelas mudanças tecnológicas, por exemplo). O problema para o capitalismo é que o empobrecimento dos trabalhadores restringe a demanda agregada no

mercado, criando um obstáculo para a realização do mais-valor crescentemente produzido pelos capitalistas, ou seja, uma barreira para a acumulação de capital.

Em outras palavras, os limites estreitos em torno dos quais varia o consumo da grande massa da sociedade estão condicionados pela relação entre capital e trabalho. O modo de produção capitalista produz tanto o desenvolvimento das forças produtivas, com uma quantidade cada vez maior de capital constante em relação ao capital variável, quanto uma desproporção crescente para a realização dos valores produzidos. Isto não significa, portanto, um “subconsumo”, pois ambos processos contraditórios são produzidos ativamente pela acumulação de capital. Por isso, Harvey ([1982] 2013) conclui que a forma concreta de expressão desta contradição fundamental do modo de produção capitalista não é tendência de queda da taxa de lucro associada aos efeitos desestabilizadores das mudanças tecnológicas apontados por Marx. Na verdade, o problema mais profundo decorrente da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais no capitalismo é, para ele, a tendência à superacumulação.

Nesse sentido, o que Harvey ([1982] 2013) chama de “primeiro recorte” da teoria marxista de formação da crise abrange, portanto, as contradições inerentes na produção e na realização de mercadorias. Contradições que Marx tentou expor de forma problemática a partir da “lei tendencial da queda dos lucros” e que Harvey reformula através do seu enfoque na superacumulação de capital. Assim, o primeiro recorte na teoria da crise é aquele que revela as instabilidades do capitalismo como modo de organização econômico e social fundado na “acumulação pela acumulação”.

A superacumulação de capital é então definida como a situação em que o mais-valor crescentemente produzido no modo de produção capitalista não encontra oportunidades lucrativas de reinvestimento. Dito de outra maneira, quando o capital excedente não pode ser lucrativamente absorvido. No “primeiro recorte”, a superacumulação do capital pode se manifestar concretamente em diversas formas particulares de acordo com o “estado” que o capital assume ao longo do processo de circulação. Harvey ([1982] 2013) elenca as seguintes formas concretas, ou as “formas de aparência” da superacumulação:

- 1) Uma superprodução de mercadorias – uma abundância de mercadorias materiais no mercado expressada como um excesso de estoques além daquele normalmente requerido para realizar a circulação tranquila do capital;
- 2) Estoques excedentes de insumos de capital constante e mercadorias parcialmente acabadas, além daqueles requeridos para a circulação normal do capital;
- 3) Capital ocioso dentro do processo de produção – particularmente o capital fixo que não está sendo usado em sua plena capacidade;
- 4) Capital monetário excedente – saldos de caixa ociosos além das reservas monetárias normais requeridas;
- 5) Excedentes da força de trabalho – o subemprego na produção, uma expansão do exército industrial de reserva além daquela normalmente requerida para a acumulação, uma taxa de exploração crescente que cria pelo menos uma desvalorização temporária da força de trabalho;
- 6) Taxas decrescentes de retorno do capital adiantado expressadas como taxas decrescentes de juros reais, taxas decrescentes de lucro sobre o capital industrial e comercial, aluguéis declinantes etc. (HARVEY, [1982] 2013, p. 271)

Se os excedentes de capital não encontram oportunidades lucrativas de absorção e interrompem o movimento do capital – o movimento de valorização do valor –, então há uma crise. A contradição entre a produção e a realização do capital atinge um ponto em que o movimento de valorização é paralisado. Para que um certo tipo de equilíbrio seja restaurado, ou em outros termos, para que o processo de circulação possa ser retomado, é necessário que uma parte do valor superacumulado seja eliminada. Assim, a desvalorização do capital surge como o outro lado da superacumulação. E assim como a superacumulação, a desvalorização também se manifesta de formas concretas na superfície da vida social – o capital monetário pode se desvalorizar pela inflação, a força de trabalho através do desemprego e por salários reais rebaixados, as mercadorias vendidas com perda, o capital fixo perder valor ao ficar ocioso etc.

A superacumulação de capital ocorre juntamente com a produção de uma população trabalhadora excedente. A dinâmica de mudança tecnológica e organizacional do modo de produção capitalista, que revoluciona permanentemente a produtividade do trabalho, está voltada para a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, substituição do capital variável pelo capital constante, substituição da força de trabalho por maquinaria, levando à criação do desemprego, a um aumento do exército industrial de reserva. Desta forma, as crises de superacumulação se manifestam como uma condição em que os excedentes de capital e de força de trabalho, apesar de estarem disponíveis, não encontram possibilidades de serem absorvidos (HARVEY, 2005). A questão que se coloca é como unir estas duas formas de excedentes de forma lucrativa para contornar o problema da desvalorização, colocar novamente capital e força de trabalho em movimento e dar continuidade à acumulação de capital. A resposta a essa questão passa pela capacidade de encontrar meios para a absorção dos excedentes. Isso é, de maneira geral, realizado através de deslocamentos temporais e espaciais dos capitais superacumulados. Esses caminhos, contudo, não oferecem soluções definitivas para as crises capitalistas, não estão livres de novos problemas e contradições e tendem a levar as consequências da superacumulação de capitais para um outro patamar. É desses deslocamentos e de suas contradições que tratam o segundo e o terceiro recorte da teoria da acumulação e da formação da crise.

2.2 Segundo Recorte: deslocamentos temporais

De maneira a evitar que os excedentes de capital superacumulados permaneçam estagnados e encontrem o caminho da desvalorização no processo de formação de uma crise, é possível criar formas de circulação do capital que contornem a barreira imediata da superacumulação dentro da produção – como descrito no primeiro recorte – e que permitam que o capital seja absorvido em investimentos associados a usos futuros. Estes “deslocamentos temporais” ou “ajustes temporais” para os excedentes de capital atra-

vés de investimentos de longo prazo podem evitar uma crise imediata, porém ao custo de transferir o problema para mais adiante além de intensificar a dimensão da acumulação de capital. Vejamos como isso ocorre.

2.2.1 Investimentos de longo prazo e a formação de capital fixo

A rotação do capital, ou seja, o ciclo completo do seu movimento em processo através dos diferentes estados (dinheiro, mercadoria, processo produtivo), deve ser realizada num determinado período de tempo: o tempo para que o investimento inicial de capital retorne com o adicional de mais-valor. Existe, portanto, uma média de tempo socialmente determinada que impõe uma velocidade necessária de rotação do capital para que o investimento retorne com a taxa média de lucro. Essa média social – que varia de acordo com as condições de desenvolvimento das forças produtivas em dado momento histórico – é o que Harvey ([1982] 2013; 2005) chama de “tempo de rotação socialmente necessário”, definido como o “tempo médio necessário para girar certa quantidade de capital em relação à taxa média de lucro em condições normais de produção e circulação” (HARVEY, 2005, p. 136).

A aceleração da velocidade do tempo de rotação do capital é um meio comumente utilizado na competição entre os capitalistas individuais. Uma quantidade de capital que tenha um tempo de rotação mais rápido terá uma taxa de lucro maior que uma mesma quantidade que se mova mais lentamente. Os capitais que giram abaixo do tempo médio estão sujeitos à desvalorização. Os capitais que giram acima do tempo médio obtêm um sobrelucro. Não à toa, as mudanças tecnológicas fundamentais para a competição capitalista são aquelas relacionadas às inovações em transportes e comunicações que aceleram o movimento do capital.

Sendo assim, investimentos de longo prazo são aqueles definidos por um tempo de rotação mais longo do que o socialmente necessário, investimentos que tem um prazo de realização maior do que a média estabelecida nos processos de produção de mais-valor. Investimentos deste tipo aparecem como uma solução temporária para a superacumulação de capitais na esfera da produção de

mercadorias. Ao absorverem capitais no presente e terem a expectativa de retorno num prazo acima da média social, eles colocam em movimento os excedentes de capital e força de trabalho e deslocam no tempo, para o futuro, o capital superacumulado. Entretanto, como logo veremos, o problema que se coloca é como fazer com que os investimentos de longo prazo possam ter taxas de retorno compatíveis com o “tempo de rotação socialmente necessário”.

Um dos tipos mais comuns de investimento de longo prazo são aqueles realizados na forma de capital fixo¹. Para Marx ([1894] 2017), o capital fixo não é definido como um valor de uso, um objeto em si, mas sim como uma forma de circulação do capital que ocorre através do uso dos objetos. Ele está relacionado a capitais que não são consumidos produtivamente apenas em um único processo de rotação do capital, mas em vários. O exemplo mais comum é o das máquinas que são utilizadas como instrumentos de trabalho no processo produtivo. Elas não transferem seu valor às mercadorias finais em apenas um período de rotação, mas transferem seu valor de forma fracionada, muitas vezes ao longo de anos, durante vários períodos de rotação sem deixar fisicamente o processo de produção. Mais importante, porém, são os capitais fixos de larga escala e grande durabilidade, como, por exemplo, instalações portuárias, estradas, represas, oleodutos, aeroportos, linhas férreas, plantas industriais, edifícios comerciais etc. São objetos espaciais fixados no solo e que compõe o ambiente construído. A produção desses valores de uso significa a produção de espaço e, na condição de capital fixo, produção capitalista do espaço.

¹ Os investimentos de longo prazo envolvem, além do capital fixo, uma série de outros investimentos que são, muitas vezes, realizados através do Estado. Os investimentos relacionados ao fundo de consumo, basicamente infraestruturas físicas (habitação, iluminação pública, abastecimento de gás, saneamento, ruas e estradas...) e sociais (instituições de educação, saúde e segurança pública, investimentos em ciência e tecnologia, equipamentos militares, administração pública etc.) para o consumo coletivo, são aqueles que não entram diretamente no processo de produção de valor, mas que são produzidos – seja ou não na forma de mercadoria – para sustentar o consumo social e não com o objetivo de entrar no processo de reprodução ampliada do valor. É importante ressaltar que para Marx, a distinção entre capital fixo e fundo de consumo não está nas qualidades materiais dos objetos, mas na forma de circulação do capital através deles. O uso determina a diferença. O capital fixo é determinado pelo consumo produtivo, o fundo de consumo está relacionado à reprodução da força de trabalho (porém não é de uso exclusivo da classe trabalhadora). Se uma casa deixa de ser utilizada para moradia e passa a abrigar uma confecção de roupas, esta casa deixa de fazer parte do fundo de consumo para se tornar capital fixo, assim como uma estrada pode assumir uma dupla condição quando permite tanto o transporte de pessoas para um passeio quanto o transporte de mercadorias em direção a um ponto de venda.

O capital fixo de larga escala e grande durabilidade circula, via de regra, de forma “independente” – em contraposição a uma circulação fechada no interior de um processo produtivo. Isto significa que esses capitais são utilizados por capitalistas que não são seus proprietários diretos, capitais cuja propriedade não pertence aos capitalistas que fazem seu uso produtivo. São capitais “independentes”, portanto, em relação a um processo produtivo específico comandado por um único capitalista, pois circulam em vários processos produtivos distintos. Isto quer dizer que estes objetos atuam como condições gerais da produção capitalista, são utilizados por vários capitalistas em alguma medida, seja de forma parcial ou temporária. A propriedade deste tipo de capital pertence normalmente a uma sociedade de capitais por ações. O capitalista individual “pega emprestado” o capital fixo para empregá-lo em sua produção em troca do pagamento de uma taxa aos seus proprietários. Desta maneira, o capital fixo independente pode ser entendido como uma forma de capital monetário, um capital portador de juros, uma vez que é emprestado e garante aos seus proprietários um rendimento análogo aos juros. O aluguel de uma instalação fabril ou de um armazém, o pagamento de pedágios pelo uso de uma via de transporte, são exemplos do que estamos descrevendo. Portanto, se rendimento que retorna do empréstimo do capital fixo é equivalente ao juro, o capital fixo que circula de forma independente deve ser entendido como uma forma específica de capital monetário². O capital fixo que circula de forma independente apresenta riscos de outra ordem: seu uso depende das condições econômicas gerais. Por isso, ele é mais vulnerável às desvalorizações repentinas relacionadas a qualquer fator que impacte as atividades econômicas do lugar.

A produção de capital fixo – notadamente os de larga escala e grande durabilidade – demanda, como condição para sua formação, a disponibilidade de excedentes de capital e de força de trabalho. E, como visto, tais excedentes são continuamente criados no processo de produção de mercadorias. Isto quer dizer que a superacumulação resultante das contradições da produção capita-

² Harvey define o capital portador de juros como “qualquer dinheiro ou equivalente a dinheiro emprestado pelos proprietários de capital em troca da taxa de juros vigente” ([1982] 2013, p. 342).

lista produz, ela mesma, as pré-condições necessárias para a formação do capital fixo numa base periódica (HARVEY, [1982] 2013). Por isso, ao absorver os excedentes de capital e força de trabalho, o investimento em capital fixo surge como uma maneira de resolver os problemas decorrentes da superacumulação na esfera da produção imediata de mercadorias, evitando momentaneamente a desvalorização dos capitais e a formação de uma crise. Contudo, a produção de infraestruturas físicas (como portos, estradas, instalações industriais, máquinas mais modernas etc.) e sociais (instituições de educação, saúde, ciência, pesquisa) na forma de capital fixo tem como objetivo impulsionar uma maior produtividade do trabalho no futuro e, por meio de seu uso, gerar retornos lucrativos para os investidores. Quando bem sucedidos, tais investimentos promovem tanto a aceleração geral do tempo de rotação socialmente necessário do capital, quanto uma produção ainda maior de excedentes de capital e força de trabalho, recolocando o problema da superacumulação numa escala aumentada.

Harvey (2005) aponta que esse processo tende a criar fases de “equilíbrio dinâmico” na acumulação capitalista em que os excedentes de capital e força de trabalho gerados pelo desenvolvimento das forças produtivas são absorvidos na formação de capital fixo, impulsionando um aumento da produtividade e, conseqüentemente, a produção de maiores excedentes que poderiam ser absorvidos em novas rodadas de formação de capital fixo, levando a novos aumentos de produtividade. Este processo resultaria, dessa maneira, num círculo virtuoso de desenvolvimento capitalista.

Nesse caso, há a possibilidade de se obter equilíbrio dinâmico, em que os excedentes são absorvidos na criação de infraestruturas físicas e sociais que facilitam a criação de excedentes adicionais. Tal forma “espiralada”, acredito, é responsável pelas fases do desenvolvimento capitalista em que o crescimento interno parece auto-sustentável. Com certeza essas fases também se caracterizam pela transformação massiva das estruturas de emprego, pois a produtividade crescente na produção básica se realiza pela absorção crescente dos excedentes na produção e na manutenção das infraestruturas sociais e físicas (HARVEY, 2005, p. 137).

Encontramos aqui uma descrição da ocorrência de fases no desenvolvimento da acumulação capitalista nas quais a produção de mercadorias e de infraestruturas físicas e sociais se expandem conjuntamente, apoiando-se uma na outra de forma a sustentar uma dinâmica de crescimento e de aumento da produtividade. Estas fases de crescimento “espiralado”, entretanto, não podem se desenvolver indefinidamente, porque, em algum momento, a acumulação crescente de capital irá encontrar as mesmas barreiras que encontrou na produção corrente de mercadorias: quando a absorção dos excedentes não encontra mais condições de continuar, uma crise de superacumulação volta a ser uma ameaça real.

No entanto, em determinado instante, a espiral encontra barreiras insuperáveis. Normalmente essa espiral se interrompe por uma crise em que a força de trabalho e o capital distribuídos em todas as partes ficam sujeitos à desvalorização (HARVEY, 2005, p. 137).

O ponto exato onde se encontra o limite deste crescimento “auto-sustentado” não pode ser definido *a priori*, mas como veremos em breve, está relacionado a uma bifurcação entre as expectativas de criação de valor no futuro, decorrentes dos deslocamentos temporais, e as possibilidades reais da produção, que acabam sempre por colocar novamente a contradição entre a produção e a realização.

Para além do fato de que os deslocamentos temporais transferem para o futuro e numa escala ampliada o problema da superacumulação, uma outra contradição está inerente a esse processo. A produção de capital fixo desempenha um papel relevante para a aceleração do tempo de rotação do capital. O desenvolvimento de instalações, transportes, instrumentos e equipamentos mais modernos é necessário para promover maior rapidez na produção e circulação de mercadorias. Portanto, o investimento em capital fixo (que tem, por definição, um tempo de rotação mais lento) é uma condição para o incremento de velocidade do capital circulante. Ou seja, para que uma parte do capital social total possa fluir mais rápido, outra parte deve ser crescentemente fixada, imobilizada.

Se uma parte do capital social total precisa se fixar para que o fluxo de outra parte do capital ganhe velocidade, quanto mais capital fixo é criado, mais a produção futura estará comprometida em recuperar os valores investidos nessa forma de capital. Dito de outra forma, para realizar o valor de uma massa crescente de capital fixo, a produção futura de mercadorias tem que estar comprometida a circular através dessas infraestruturas (uma nova instalação portuária precisa atrair um determinado fluxo de mercadorias que passem por ela durante uma dada quantidade de anos; caso contrário, será um investimento fracassado). Quanto maior o tempo de rotação do capital fixo, mais tempo de uso será necessário para realizar todo o seu valor, sob pena de desvalorização. A produção capitalista dos anos seguintes fica condicionada à necessidade de realização do valor investido, comprometendo o trabalho futuro com o engajamento em combinações produtivas específicas. Este processo produz uma tendência de rigidez cada vez maior das estruturas de produção capitalistas, que só poderão ser superadas ao custo de uma desvalorização geral ou até mesmo da destruição física dessas infraestruturas.

Por um lado, o capital fixo proporciona uma alavanca poderosa para a acumulação, enquanto o investimento adicional em capital fixo proporciona um alívio pelo menos temporário para os problemas de superacumulação. Por outro lado, a produção e o consumo ficam cada vez mais **aprisionados dentro de maneiras fixas de fazer as coisas e cada vez mais comprometidos com linhas de produção específicas**. O capitalismo perde a sua flexibilidade, e a capacidade de inovação se vê paralisada. (HARVEY, [1982] 2013, p. 300, grifo nosso)

Esta é uma contradição especialmente crítica e trará consequências explosivas para as relações espaciais do capitalismo, como logo iremos abordar. Antes disso, é indispensável observar que os investimentos de longo prazo em geral e a formação de capital fixo em particular enfrentam algumas barreiras para se realizar. Três obstáculos fundamentais devem ser destacados. Em primeiro lugar, os investimentos em capital fixo de larga escala e grande durabilidade exigem grandes montantes de capital, que muito dificilmente

seriam reunidos por apenas um único capitalista individual. Além disso, para formar uma poupança necessária ao investimento, uma quantidade crescente de capital teria que ser progressivamente entesourada até que o montante para o investimento fosse alcançado. Dessa forma, parte considerável do capital social total seria retirada da circulação geral, permanecendo estagnada para que tais investimentos pudessem ser efetivados. O capital fora de circulação e entesourado à espera do investimento teria seu movimento interrompido e seria, conseqüentemente, desvalorizado.

Em segundo lugar, conforme assinalado acima, se os deslocamentos (ajustes) temporais contornam o problema da superacumulação de capital, a contradição apontada no primeiro recorte acaba também deslocada, mas não resolvida: o desenvolvimento das forças produtivas do capital ocorre numa escala crescentemente maior do que a capacidade de realização do valor produzido. A contradição entre a produção e a realização permanece latente.

Em terceiro lugar, os investimentos de longo prazo direcionam o capital superacumulado para possibilidades de apropriação futura do valor. A consequência disso é que o tempo de rotação desse tipo de investimento é maior (em muitos casos, muito maior) do que o tempo de rotação socialmente necessário. Isso quer dizer que são investimentos que demandam longos períodos de trabalho para sua produção e de longos períodos de consumo produtivo para que se realizem totalmente. Como já observamos, capitais que giram em tempos de rotação mais lentos do que a média social são capitais que se desvalorizam. Podemos ilustrar esta questão com um exemplo esquemático de uma ferrovia. Leva um longo período, alguns anos, para que ela seja construída e depois outro longo período para que o investimento seja completamente realizado. Digamos que o tempo de rotação socialmente necessário seja de um ano. Se a ferrovia demora cinco anos para ser produzida e mais dez para realizar totalmente seu valor, que tipo de investimento capitalista poderia esperar quinze anos para o retorno do capital adiantado? Como transformar fixidez em fluidez?

Para a sorte do desenvolvimento capitalista, todas essas barreiras podem ser resolvidas, num primeiro momento, através do funcionamento do sistema de crédito.

2.2.2 Desenvolvimento do sistema de crédito: a ascensão das finanças

Em relação à primeira barreira, onde a grande soma de capital necessária para a produção de capital fixo imobilizado na terra torna a produção desses objetos por capitalistas individuais problemática, é preciso que haja uma força poderosa de centralização capaz de reunir em torno desses empreendimentos os capitais excedentes pulverizados na sociedade. Para que tais investimentos sejam realizados de forma capitalista, essa força de centralização é o sistema de crédito.

A circulação do capital fixo impõe uma enorme carga ao capital. Dinheiro suficiente tem de ser acumulado para cobrir o preço de compra inicial e para cobrir o tempo até o retorno dos valores mediante a produção. O sistema de crédito torna-se vital na facilitação da circulação do capital fixo. Mesmo não presumindo poupanças pessoais por parte de outras classes da sociedade, os capitalistas que investem no presente podem pegar empréstimos a juros dos capitalistas que estão poupando visando a expansão ou substituição futuras. Na medida em que a circulação do capital fixo “endurece” e se torna uma forma de circulação independente, e na medida em que a sua escala, quantidade e durabilidade aumentam com a acumulação, o capitalismo deve evoluir para um sistema de crédito cada vez mais sofisticado para lidar com os problemas criados pela circulação do capital fixo (HARVEY, [1982] 2013, p. 351, tradução ajustada³).

O sistema de crédito age, portanto, como organizador dos grandes investimentos em capital fixo, associando uma quantidade de capitais monetários dispersos, mobilizando uma multiplicidade de poupanças individuais (não somente de capitalistas, mas também de trabalhadores, de proprietários de terras, do governo etc.), que podem então encontrar canais para serem absorvidos

³ Conforme apontado por Botelho (2014), a tradução brasileira de *Os Limites do Capital* apresenta tantos erros que, por vezes, o texto torna-se ininteligível (outras vezes chega a inverter o sentido do texto original). Por isso, em algumas passagens tivemos que fazer alguns ajustes recorrendo à edição original em inglês.

lucrativamente, sendo postos em circulação novamente, mantendo a continuidade do movimento de valorização. A centralização dos capitais adquire, via de regra, a forma de sociedade por ações.

No caso da segunda barreira, o crédito aparece como uma forma de ajustar as lacunas entre as vendas e as compras. Tanto por meio do financiamento – por endividamento – ao consumo, quanto ao permitir a transformação dos excedentes que não estão na forma-dinheiro em crédito monetário. Desta maneira, a contradição entre a produção e a realização é momentaneamente contornada por meio do crédito ao consumo, criando condições para que a crescente produção de mercadorias seja realizada; assim como para que os excedentes de mercadorias ou de capacidade produtiva passam ser “transformados” em capital monetário para investimentos em outros lugares (crédito monetário pode ser adiantado com base no valor de mercadorias estocadas ou de equipamento industrial ocioso, permitindo que o capitalista possa adquirir liquidez e recolocar seus valores em movimento onde houver melhores oportunidades). Assim,

Uma alocação apropriada do crédito pode assegurar um equilíbrio quantitativo entre [a produção e o consumo]. A lacuna entre compra e venda (...) pode ser transposta, e a produção pode ser harmonizada com o consumo para assegurar uma acumulação equilibrada (HARVEY, [1982] 2013, p. 375).

A terceira barreira é resolvida através da redução de todos os tempos de rotação ao “tempo de rotação socialmente necessário”. Quando um capital monetário é emprestado, se estabelece que o pagamento daquele capital somado ao acréscimo de um juro seja retornado ao capitalista monetário no fim de um período especificado (ex.: 5% ao ano). Desta forma, “uma dimensão de tempo específica é imposta à circulação do capital em geral, o que abre todos os tipos de caminhos para lidar com diferentes tempos de rotação, circulação, produção” (HARVEY, [1982] 2013, p. 343-4). A taxa de juros é o instrumento que determina o tempo de rotação socialmente necessário, pois é a taxa de retorno sobre o tempo médio de rotação que funciona como uma referência para todos os capitais que estão em circulação. A taxa de juros estabelece uma métrica

temporal para a circulação do capital frente à extrema diversidade de tempos de rotação das mais diversas mercadorias e cria um mecanismo que permite a continuidade da circulação do capital no presente mesmo com os deslocamentos temporais para a apropriação de valor num futuro cada vez mais distante. As sociedades por ações, por exemplo, pagam para seus cotistas um retorno com base anual (dividendos), evitando, assim, a espera pela realização completa do valor do capital fixo ao longo de todo seu período de vida útil econômica, compatibilizando, desse jeito, o retorno do investimento dos capitais ao tempo de rotação socialmente necessário. Voltemos ao exemplo da ferrovia: seus construtores podem pegar empréstimos regulares (recorrer ao crédito com base na ferrovia que está sendo produzida) a fim de girar o capital no tempo de rotação socialmente necessário (um ano) durante o período de construção (cinco anos). O acesso ao crédito pode financiar retornos aos investidores (acionistas) numa periodicidade anual durante o tempo de construção do empreendimento. A cada ano a dívida é rolada, é paga através de um novo empréstimo e assim sucessivamente até que a ferrovia comece a gerar retornos a partir de seu funcionamento, realizar o valor criado, para pagar os empréstimos e a taxa de lucro média esperada. Assim, ao estabelecer um tempo de rotação socialmente necessário, “o crédito torna-se um vínculo de mediação essencial entre os fluxos de capital circulante e de capital fixo, (...) [coordenando] dois fluxos que marcham seguindo ritmos muito diferentes” (HARVEY, [1982] 2013, p. 352).

A importância mais geral do sistema de crédito está, portanto, vinculada ao fato de que ele permite a continuidade da circulação do capital monetário frente às discontinuidades na produção, na circulação e no consumo das mercadorias. Em síntese, podemos então concluir que o sistema de crédito se desenvolve a partir da superacumulação de capital. Ou seja, o excedente de capital necessário para o funcionamento do sistema do crédito tem sua origem na superacumulação que se desenvolve no circuito de produção de mercadorias. O sistema de crédito é o meio através do qual o capital excedente pode encontrar outros caminhos de valorização, notadamente sendo direcionado para os investimentos de longo prazo (capital fixo e fundo de consumo). Dito de outra maneira, “as leis do movimento do capitalismo são necessariamente (...)”

guiadas pela circulação do capital portador de juros **canalizado através do sistema de crédito**” (HARVEY, [1982] 2013, p. 322, grifo nosso). Conseqüentemente, são as condições de superacumulação que demandam e proporcionam, ao mesmo tempo, a expansão do sistema de crédito. Este funciona tanto para resolver as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista (contradição produção-realização), quanto para superar as barreiras para a absorção dos excedentes superacumulados. Por isso, são precisas as colocações de Harvey de que “o sistema de crédito é um produto dos próprios esforços do capital para lidar com as contradições internas do capitalismo”, e que a circulação do capital portador de juros é “um aspecto socialmente necessário do modo de produção capitalista” (HARVEY, [1982] 2013, p. 322-3). Quer dizer, o surgimento, desenvolvimento e expansão de um sistema de crédito deve ser visto como uma decorrência própria do desenvolvimento capitalista, impulsionado pela superacumulação de capital. É o canal por onde os excedentes fluem e encontram melhores oportunidades de investimento capitalista, mantendo ativo o movimento constante do capital e evitando desvalorizações. Nesse sentido é que, “entendido como um todo integrado, o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada” (HARVEY, [1982] 2013, p. 374)

Mas como exatamente o sistema de crédito realiza suas tarefas? Através de qual mecanismo os excedentes de capital são transferidos para os investimentos em infra estruturas físicas e sociais no geral e para a formação de capital fixo em particular?

Os investimentos de longo prazo são financiados mediante empréstimos ou participações societárias nos empreendimentos. Qualquer adiantamento de capital gera como contrapartida um título que representa o capital emprestado ou investido. Esses títulos são, ao fim e ao cabo, direitos sobre a produção futura e podem ser entendidos como valores fictícios, uma vez que estão baseados puramente na expectativa de realização exitosa (com retornos na taxa média de lucro) dos investimentos. Quando esses valores fictícios encontram mercados onde podem ser negociados, eles adquirem o caráter de capital, quer dizer, circulam e funcionam como capital apesar de sua natureza especulativa.

São, portanto, capitais fictícios, definidos como qualquer “reivindicação comercializável de algum rendimento futuro” (HARVEY, [1982] 2013, p. 356).

O capital fictício assume então duas formas típicas: aparecem como títulos de propriedade (geralmente como ações de sociedades de capital aberto) ou como títulos de dívida (tanto da dívida pública, quanto de dívidas privadas)⁴. Nos dois casos representam demandas de apropriação de um valor que poderá vir a ser produzido, direitos de apropriação sobre o valor futuro. O surgimento do capital fictício é condição necessária para a formação de capital fixo, pois é o instrumento que permite o deslocamento temporal dos excedentes.

O que na verdade acontece é que a reivindicação do trabalho futuro que o capital fixo define é convertida via o sistema de crédito em uma reivindicação exercida pelo capital monetário sobre uma parcela da futura produção de valor excedente [que será produzida através do capital fixo] (...). O capital monetário é investido na apropriação futura. Por isso, desde o início, o capital monetário adiantado tem que ser encarado como capital fictício porque ele não é apoiado em nenhuma garantia firme. (...) A futura produção de valor excedente é incerta e varia segundo a situação da competição, o ritmo da mudança tecnológica, a taxa de exploração e a dinâmica geral da acumulação e da superacumulação (HARVEY, [1982] 2013, p. 354, tradução ajustada).

Os títulos encontram em mercados secundários (no caso das ações, as bolsas de valores; no caso dos títulos de dívida, os mercados de capitais em geral) locais onde podem ser comercializados diariamente, criando o mecanismo que permite a redução dos tempos longos de rotação do capital fixo para o tempo de rotação socialmente necessário.

⁴ Na verdade, os títulos de dívida podem também ser entendidos como títulos de propriedade sobre o capital monetário emprestado. Conforme Harvey ([1982] 2013), “quando está concentrado nas mãos dos capitalistas – uma concentração que reflete a apropriação do mais-valor – o dinheiro passa a expressar o poder da propriedade capitalista *fora de e externo* a qualquer processo específico de produção de mercadoria” (p. 374)

O capital fictício converte um processo de circulação muito longo (o capital investido numa ferrovia, por exemplo) em uma taxa de retorno anualizada. O capital fictício faz isso ao facilitar a compra e venda diária de direitos e demandas em relação à participação no produto do trabalho futuro. Às vezes, a taxa é fixa (debêntures) ou variável, de acordo com o que o trabalho realmente produz ano a ano (ações). Entretanto, mede-se essa taxa em termos exatamente comparáveis à taxa de lucro sobre o tempo de rotação socialmente necessário da produção corrente (HARVEY, 2005, p. 138).

Durante as fases de crescimento autossustentado ou de “equilíbrio dinâmico”, o capital fictício apoia a acumulação, sendo criado como contrapartida dos créditos adiantados para a produção ou realização de mercadorias. Por exemplo, o capital superacumulado pode existir em diversas formas: como excedente de dinheiro, como estoque de mercadorias ainda não vendidas ou como capacidade produtiva não utilizada. Quando o excedente está na forma de dinheiro, ele é facilmente deslocado para os tipos de investimento de longo prazo em capital fixo. Porém, quando o capital superacumulado está estagnado na forma de mercadorias ou de capacidade produtiva, este deslocamento não pode ser feito diretamente. Antes de tudo, este capital precisa ser convertido em dinheiro. Para realizar esta conversão, o valor das mercadorias em estoque ou da capacidade produtiva instalada é trocado por um crédito em dinheiro. Desta maneira, os excedentes de mercadoria e capacidade produtiva convertidos em créditos de dinheiro podem ser adicionados aos excedentes de capital monetário e fluir para outros investimentos. No processo, se o novo investimento se torna suficientemente exitoso e produtivo, expandindo a base econômica geral da sociedade, a capacidade produtiva ociosa e as mercadorias estocadas podem ser recolocadas em movimento. Nesse caso, as dívidas são quitadas, o capital fictício é realizado – sai de circulação – e a atividade produtiva prossegue num crescimento autossustentável.

Consideremos o equilíbrio dinâmico em sua forma mais suave e simples. O crédito equivalente aos valores de uso excedentes (mercadorias e capacidade produtiva) é adicio-

nado ao capital excedente em dinheiro originário da produção corrente, e investido como capital fictício em projetos a longo prazo. Assim, a força de trabalho excedente encontra emprego. A demanda extra por bens salariais e meios de produção se iguala aos valores de uso excedentes da produção corrente. Os estoques diminuem e a utilização da capacidade aumenta. Os preços e os lucros se recuperam, o reinvestimento na produção corrente é retomado e excedentes adicionais tanto de capital quanto de força de trabalho são gerados para ser absorvidos mais uma vez por meio da formação de capital fictício e do investimento adicional em projetos a longo prazo (HARVEY, 2005, p. 139, tradução ajustada).

Dessa maneira, é através da criação de capital fictício que os excedentes de capital se conectam com a circulação do capital fixo. Isso cria condições para a absorção dos excedentes superacumulados e, conseqüentemente, para a continuidade da acumulação de capital. Nesse processo, o capital monetário é adiantado e fica comprometido durante toda a vida do capital fixo com um valor de uso específico (o capital perde sua flexibilidade na forma-dinheiro quando é investido na forma-mercadoria) e capital fictício é criado em contrapartida ao adiantamento do capital monetário. A única garantia do capital fictício é o valor do capital fixo que, entretanto, “está sujeito a determinações complexas e instáveis”.

A formação e circulação do capital fixo são necessárias para a acumulação. A barreira que o capital fixo cria para a acumulação futura só pode ser superada por meio do sistema de crédito em geral e pela criação de formas fictícias do capital em particular. Permitindo que o capital fictício floresça, o sistema de crédito pode suportar a transformação do capital circulante em capital fixo e enfrentar as crescentes pressões que surgem à medida que cada vez mais capital social total na sociedade começa a circular de forma fixa. O capital fictício é tão necessário para a acumulação quanto o próprio capital fixo (HARVEY, [1982] 2013, p. 357, tradução ajustada).

Então, no caso do crescimento autossustentado, a criação de capital fictício caminha lado a lado com a expansão do valor real, ela apoia e é acompanhada por uma subsequente expansão da acumulação produtiva. Essa é uma descrição esquemática do “equilíbrio dinâmico”, do círculo virtuoso do investimento em capital fixo que impulsiona o crescimento material da economia. Dessa forma, “o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício” (HARVEY, 2005, p. 139).

Esse processo, porém, não pode continuar indefinidamente. Os deslocamentos temporais cada vez maiores (em quantidade e em tempo) exigidos para contornar continuamente o problema da superacumulação – recolocada seguidamente numa escala crescentemente ampliada –, leva à multiplicação de dinheiros de crédito, dos títulos de propriedade, das reivindicações de dívidas etc., ou seja, à criação cada vez maior de capital fictício. O conjunto de obrigações financeiras (todos os dinheiros de crédito e capital fictício em circulação na economia) se expande num ritmo muito maior do que as forças produtivas (a capacidade de criação de valor).

Se o ritmo da criação de crédito acompanhar o ritmo do trabalho socialmente necessário realizado na sociedade, então os efeitos do crédito são mais benéficos do que prejudiciais com respeito à circulação do capital. Mas há pouco para evitar que a criação do crédito fique inteiramente fora de controle, embora, por outro lado, o problema da superacumulação esteja eternamente espreitando nos bastidores. (HARVEY, [1982] 2013, p. 385)

O resultado disso é que a acumulação de capital fictício se torna gradativamente menos conectada com a acumulação produtiva – baseada no fundamento real do valor: o trabalho humano abstrato – e cada vez mais ligada às expectativas de apropriação de rendimentos do trabalho futuro. A quantidade de capital fictício em circulação perde o vínculo com a base monetária da economia (onde o dinheiro tem uma correspondência direta com o valor produzido, funcionando como medida do valor) e a acumulação financeira tende a se autonomizar em relação à acumulação fundada na produ-

ção material. Nesses momentos, “uma acumulação de ativos financeiros pode aparecer como uma acumulação de capital monetário e tais ativos podem continuar a circular mesmo que não tenham base na produção real” (HARVEY, [1982] 2013, p. 378).

A contradição entre o sistema de crédito (finanças) e a base monetária, entre a acumulação de reivindicações sobre o valor futuro e a produção de valor real, arma o cenário para as crises financeiras. Quando surge no horizonte a avaliação de que a produção futura não poderá atender as expectativas de retorno esperadas, a desvalorização do capital fictício torna-se uma verdadeira ameaça. Conforme a frustração quanto às expectativas de produtividade futura se espalha pela totalidade da economia, cristaliza-se a possibilidade de uma desvalorização geral dos capitais fictícios, impactando o sistema de crédito como um todo. É nessa hora que se abre uma disputa entre os capitalistas pela posse da mercadoria que representa mais diretamente o valor: o dinheiro.

O sistema de crédito registra a “altura da distorção” em um ponto em que a acumulação das reivindicações supera em muito a produção real. (...) quando a “altura da distorção” é atingida no sistema de crédito, a qualidade do dinheiro como uma medida de valor fica ameaçada: tanto que no decorrer de uma crise, como Marx incansavelmente observou, o sistema é obrigado a buscar uma base monetária mais sólida do que aquela proporcionada pelos dinheiros de crédito e pelo capital fictício (HARVEY, [1982] 2013, p. 356).

Assim,

a tendência para o excesso no reino das finanças é fundamentalmente assinalada por um retorno às eternas verdades da base monetária (HARVEY, [1982] 2013, p. 339).

Em síntese, quanto mais a superacumulação avança, maior a necessidade de deslocamentos temporais e mais investimentos de longo prazo – especialmente em capital fixo – são iniciados; quanto mais longos são os prazos dos investimentos, maior a reivindicação sobre o trabalho futuro, maior a criação e acumula-

ção de capital fictício; quanto mais se desenvolve a lacuna entre a produção presente de valor (riqueza real) e a expansão de capital fictício (riqueza especulativa, baseada na possibilidade de produção futura de valor), maior a imprevisibilidade, os riscos e a especulação, maior a possibilidades de crises de desvalorização dentro do sistema de crédito. Enfim, o que esse processo vai nos mostrar é que

O que começou aparecendo como um dispositivo saudável para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar “os grilhões e barreiras imanentes à produção”, elevando assim as “bases materiais” do capitalismo a novos níveis de perfeição, “torna-se a principal alavanca para a superprodução e a superespeculação”. As “formas insanas” do capital fictício vêm à tona e permitem que um alto “nível de distorção” ocorra no interior do sistema de crédito. O que a princípio parecia uma solução perfeita para as contradições do capitalismo tornou-se, em vez disso, o centro de um problema a ser superado (HARVEY, [1982] 2013, p. 379).

Portanto, na medida em que a quantidade de capital fictício em circulação aumenta – e, com isso, as lacunas entre a base monetária e o crédito, entre a riqueza real e a riqueza financeira, entre o valor real e o valor fictício –, a produção torna-se crescentemente subordinada às dinâmicas e lógicas especulativas. A valorização dos títulos que reivindicam a apropriação do trabalho futuro passa a dominar as atividades no presente. A acumulação de capital fictício torna-se a medida da riqueza social até que uma crise recoloca as coisas de volta à realidade do valor.

O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de uma moldura de obrigações contratuais. Em algum momento as dívidas têm que ser pagas. (...) No entanto, a formação acelerada de capital fictício – a verdadeira essência da espiral do desenvolvimento – significa que mais e mais trabalho vivo da produção corrente precisa ser entregue para saldar obrigações passadas (HARVEY, 2005, p. 139).

Se com o desenvolvimento das forças produtivas e a formação de capital fixo cada vez mais o trabalho morto tende a comandar o trabalho vivo, com a criação acelerada de capital fictício as expectativas de retornos no futuro tendem a comandar o trabalho presente. A acumulação financeira torna-se então dominante, representando o padrão da riqueza capitalista, uma acumulação que está baseada mais na apropriação (basicamente das rendas proporcionadas pelos direitos de propriedade) do que na exploração do trabalho produtivo.

2.2.3 A produção do ambiente construído

A produção agregada de capital fixo – e também do fundo de consumo – imobilizado na terra significa a produção de um ambiente construído a partir das dinâmicas da acumulação capitalista. É produção capitalista do espaço. Harvey ([1982] 2013) entende o ambiente construído como um “sistema de recursos vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo” (p. 315). Portanto, a formação de configurações espaciais deve ser entendida como parte integrante e indissociável da dinâmica de acumulação capitalista. A dimensão espacial desempenha um papel relevante para a circulação do capital e é, ao mesmo tempo, influenciada por ela.

Conforme já apontado por Marx ([1885] 2014), o capital fixo imobilizado na terra, em virtude de sua própria existência material, não pode ser realocado para outros lugares. Ele não pode circular como a maior parte das mercadorias (apenas os títulos de propriedade vinculados a este capital fixo podem ser negociados e circular livremente nos mercados de capitais). Dessa forma, o capital fixo imobilizado na terra deve realizar seu valor no local geográfico onde foi produzido mesmo que os títulos de propriedade deste capital tenham liquidez suficiente para serem negociados em qualquer parte do mercado mundial.

Assim, os elementos do ambiente construído, na qualidade de mercadorias, apresentam algumas características peculiares, pois eles: i) não podem ser movidos sem que o seu valor seja destruído; ii) têm a localização espacial como atributo fundamental (e não

incidental); iii) têm que ser construídos *in situ*, o que faz com que a terra e a apropriação da renda da terra tornam-se questões significativas; e iv) a utilidade de cada elemento particular depende de sua localização em relação aos outros – a questão do ordenamento espacial do ambiente construído tem que ser fundamentalmente considerada (HARVEY, [1982] 2013, p. 315-6). Por conta disso, o ambiente construído deve ser entendido como “uma mercadoria geograficamente ordenada, complexa e composta” (p. 316).

Se, como visto, o empréstimo de capital pode ser feito tanto na forma de dinheiro quanto na forma de propriedade, a formação de um mercado imobiliário e de um mercado de terras ganha uma importância significativa para a circulação do capital através do ambiente construído. Estes mercados, baseados na negociação de títulos de propriedades, funcionam como um mercado de capitais (fictícios), da mesma forma que os proprietários destes títulos equivalem a capitalistas monetários. Ocorre que, como o valor de uso de uma propriedade imobiliária depende de sua localização relativa dentro das complexas relações espaciais do ambiente construído, os diferentes imóveis terão preços diferentes de acordo com a possibilidade da renda futura que possa ser apropriada a partir deles (o preço da propriedade sendo uma capitalização da renda com base na taxa de juros). Portanto, como os capitalistas monetários que investem no ambiente construído estão interessados diretamente na taxa de retorno, ou seja, na renda futura que pode ser adquirida com essas propriedades, o investimento aqui não está relacionado diretamente ao circuito de produção de mais-valor, mas é um capital monetário investido na apropriação do mais-valor (afinal, investido na apropriação de rendas futuras). A importância disso é que, dessa forma, os aspectos da produção e uso do ambiente construído tornam-se intimamente associados à esfera da circulação do capital monetário, afastados, assim, do circuito de produção de mercadorias.

Como a renda é encarada como uma porção do mais-valor apropriado pelos proprietários de terra, o capital monetário está sendo agora mais investido na apropriação do que na produção. Como proposição teórica isso parece absolutamente irracional. Entretanto, a relevância material é que todos

os aspectos da produção e do uso do ambiente construído são levados para dentro da órbita da circulação do capital. Se as coisas não fossem assim, o capital não poderia se estabelecer (com todas as suas contradições) na paisagem física de uma maneira que em geral apoia a acumulação – o ambiente construído que o capital requer para a produção, a troca e o consumo não poderia ser influenciado nos interesses do capital. (HARVEY, [1982] 2013, p. 317)

A partir desta afirmação, alguns pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a distinção entre uma esfera de produção do mais-valor e uma esfera de apropriação do mais-valor por meio do ambiente construído define dois tipos diferentes de circuitos do capital. Enquanto a produção e circulação de mercadorias no tempo de rotação socialmente necessário definem um circuito primário de acumulação, o circuito secundário é definido pela “totalidade dos processos em que o capital circula através da formação e do uso do capital fixo e do fundo de consumo” (HARVEY, [1982] 2013, p. 318, tradução nossa), ou seja, os processos de circulação do capital através do ambiente construído⁵.

O circuito secundário, argumenta Harvey ([1982] 2013), aparece como um “presente dos deuses” para a realização de ajustes temporais. Dado que a superacumulação de capital se expressa em excedentes – de força de trabalho, de dinheiro e de mercadorias – propícios para a produção de capital fixo (e do fundo de consumo), o circuito secundário do capital torna-se um canal bastante apropriado para a absorção dos capitais superacumulados na produção direta de mercadorias, ou seja, no circuito primário do capital. Evidentemente, a transferência entre os circuitos depende de condições sociais para se realizar, e a possibilidade disso está na existência de mecanismos/instituições que operam através do sistema de crédito e da criação de capital fictício (além, é claro, do Estado).

⁵ Além desses, na formulação de Harvey também há a constituição de um circuito terciário, para onde o capital excedente é regularmente deslocado: “A produção de ciência e tecnologia e o provimento de infraestruturas sociais de educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar definem áreas em que o tempo de gestação dos projetos é longo e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos” (HARVEY, 2005, p. 136-7).

Em segundo lugar, uma vez que o ambiente construído é formado a partir dos deslocamentos temporais de capitais superacumulados, isto é, por investimentos de longo prazo em busca de oportunidades de retornos lucrativos, as infraestruturas físicas e sociais construídas estarão, pelo menos a princípio, voltadas para o aumento da produtividade do capital. Estradas melhores, portos mais eficientes, meios de comunicação mais rápidos são projetados para sustentar uma produção aumentada de mais-valor no futuro. Essa é a forma pela qual o capital se estabelece na paisagem física e circula pelo ambiente construído. Se isso não ocorresse, o capital não poderia formar uma paisagem física que apoiasse a acumulação e o ambiente construído não seria influenciado pelos interesses e requisições do capital.

É importante, porém, destacar a ressalva que Harvey faz ao pontuar que o capital, ao se estabelecer na paisagem física, o faz “de uma maneira que **em geral** apoia a acumulação”. A produção capitalista do espaço, como tentaremos demonstrar, nem sempre vai desempenhar este papel de suporte ao capital produtivo (como nas fases de crescimento autossustentado) e, em determinados momentos, pode mesmo se autonomizar relativamente frente às demandas e necessidades da produção. Isso quer dizer que a formação de capital fixo pode vir a obedecer a lógica própria do capital fictício (especulativa e voltada para a apropriação do valor) e não a lógica de aumentos de produtividade no circuito primário. Na medida em que os mercados imobiliários e fundiários são dominados pela lógica do capital fictício, a autonomização do circuito secundário do capital é uma possibilidade teórica bastante plausível⁶.

A massa física do capital fixo, que agora se encontra embutida no ambiente construído (uma massa física que reforça a ideia de um aumento maciço do capital constante em relação ao capital variável na produção), circula em sua maior parte como capital portador de juros que captura rendimentos, e não mediante a compra e venda direta das mercadorias produ-

⁶ Esta autonomia relativa do circuito secundário indicaria a emergência do que vem sendo chamado de circuito imobiliário-financeiro e tem a ver com o fato de que, com o desenvolvimento da lacuna entre a acumulação de valor real e a acumulação de capital fictício, este último passa a circular – e se “valorizar” – de forma desconectada da produção de valor.

zidas. A relação entre a extração de rendimentos e a circulação do capital portador de juros (...) seria então uma característica importante da dinâmica capitalista (HARVEY, 2014, p. 225).

Em terceiro lugar, é válido reforçar e desenvolver melhor o argumento de que há “uma tendência crescente para se tratar a terra como um mero ativo financeiro” (HARVEY, [1982] 2013, p. 447). Esta afirmação de Harvey está baseada no fato de que, uma vez que podem circular livremente e ser negociados em mercados de capitais, os títulos de propriedade fundiária tendem a se tornar um tipo de capital fictício. Tal situação somente é possível porque a separação entre a posse da terra e a terra propriamente dita é a característica distintiva da forma de propriedade da terra no capitalismo. Em troca de um pagamento, o proprietário da terra transfere seus “direitos à terra como instrumento e condição da produção sobre o capital” (HARVEY, [1982] 2013, p. 442). Assim, o proprietário de terra assume um papel passivo em relação à exploração dos trabalhadores e ao progresso da acumulação, uma vez que todos os outros vínculos sociais relativos à terra são desconsiderados em favor de seu uso capitalista como propriedade privada. Dessa maneira, os mercados fundiários e imobiliários se equivalem a ramos do mercado financeiro em geral. Na medida em que a renda extraída de uma propriedade imobiliária se assemelha ao juro extraído da propriedade do dinheiro, e na medida que assumem uma posição externa à produção de mais-valor, os proprietários de terra (assim como os de capital fixo imobilizado na terra) tornam-se um tipo de capitalista monetário.

Se a terra for livremente comercializada, então ela se torna uma mercadoria de um tipo muito especial. Como a terra não é produto do trabalho, ela não pode ter um valor. A aquisição da terra “simplesmente assegura ao comprador um direito de receber uma renda anual”. Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerada como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo,

nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas as formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro (HARVEY, [1982] 2013, p. 447-8).

A propriedade fundiária, porém, se distingue de outras formas de capital fictício em função de ter como característica intrínseca seus atributos geográficos. A terra serve de base de operação para todas as atividades humanas. Qualquer atividade humana precisa da terra, de um espaço, para ser realizada. Nesse sentido, alguns produtores podem ganhar um excedente de lucro por se encontrarem em uma localização mais favorecida em relação ao mercado (por exemplo, com custos de transporte mais baixos). Esse excedente pode, em grande medida, ser transformado pelos proprietários em renda fundiária sem afetar a taxa de lucro média. O valor de uso de uma localização depende das necessidades das atividades que podem se dar nela. A especificidade da propriedade imobiliária e fundiária, portanto, está no fato de que parte de seu valor de uso está vinculado à sua localização relativa dentro do sistema complexo de valores de uso que formam o ambiente construído. Além disso, há que se destacar que o poder sobre o uso da terra não pode ser dissociado de seus aspectos monopolistas (já que cada lote de terra é único em relação à localização e a outros elementos qualitativos). O poder de monopólio cria oportunidades para apropriação de renda que não estão presentes em outros tipos de ativo financeiro, o que faz com que as “formas insanas” de especulação nos mercados fundiário e imobiliário sejam enormemente ampliadas. (HARVEY, [1982] 2013, p. 449)

Sendo assim, a renda fundiária passa a funcionar como um mecanismo de coordenação das atividades capitalistas no espaço. A partir dos preços diferenciais das rendas, é criada uma lógica de distribuição geográfica das atividades em função do custo-benefício econômico que cada lote de terra ou cada imóvel pode oferecer, de modo que “o mercado fundiário molda a alocação do capital à terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante” (HARVEY, [1982] 2013, p. 473-4). Portanto, da mesma forma como o juro funciona como um coordenador do financiamento das atividades entre os diferentes setores da produção, a renda da terra proporciona uma racionalização sobre a organização e o desenvolvimento espacial do capitalismo⁷.

A circulação “adequada” do capital mediante o uso da terra e, por isso, todo o processo de moldagem de uma organização espacial “apropriada” das atividades (repleta de contradições) estão ajustados ao funcionamento dos mercados fundiários, que por sua vez se baseiam na capacidade de se apropriar da renda. Como o capital que rende juros, a apropriação da renda tem papéis positivos e negativos a desempenhar em relação à acumulação. Suas funções de coordenação são adquiridas à custa de permitir formas insanas de especulação da terra. (HARVEY, [1982] 2013, p. 429)

Dois aspectos são relevantes para entender a dinâmica da extração de rendas no ambiente construído. Em primeiro lugar, a apropriação da renda com base na localização torna-se uma questão ainda mais complexa uma vez que as vantagens relativas das diferentes porções de terra encontram-se em mudança constante. As vantagens de localização são modificadas pela ação humana: uma nova avenida, o crescimento populacional de um bairro, uma linha de metrô, a inauguração de um centro comercial etc. vão alte-

⁷ Tanto a renda quanto os juros não produzem valor, mas são relações de distribuição do valor produzido e que proporcionam uma circulação adequada do capital à racionalidade capitalista. Por isso, tais categorias são indispensáveis para o entendimento da circulação do capital no ambiente construído e devem estar integradas a teoria da acumulação e do modo de produção capitalista.

rar as posições relativas de cada imóvel dentro do ambiente construído. Os investimentos de capital fixo criam e recriam relações espaciais que reconfiguram constantemente as vantagens relativas de localização a cada momento. Em segundo lugar, ao circular pelo ambiente construído em busca de rendas futuras aumentadas, o capital monetário – portador de juros – tende a promover as atividades que proporcionam os melhores usos na terra (do ponto de vista capitalista) não só no presente, mas na produção futura de mais-valor. Isso estimula investimentos que possam proporcionar um aumento das vantagens relativas de localização e assim, das rendas futuras. O outro lado da moeda é a desvalorização de localizações onde não há novos investimentos (ou onde os investimentos são relativamente menores). Portanto, ao melhorar tanto as propriedades de cada lote de terra quanto suas vantagens locais relativas, novos investimentos em capital fixo no ambiente construído tornam-se fundamentais para aumentar a possibilidade de extração de rendas aumentadas de cada localização.

Estes aspectos nos levam ao último ponto que queremos destacar, relacionado à contradição central do capital fixo, assim descrita por Harvey:

Por um lado, o capital fixo aparece como a glória rematada do desenvolvimento capitalista passado, a “força do saber objetivada” (...). O capital fixo eleva os poderes produtivos do trabalho a novas alturas, ao mesmo tempo que assegura a dominação do trabalho passado “morto” (capital incorporado) sobre o trabalho vivo no processo de trabalho. A partir do ponto de vista da produção do mais-valor, o capital fixo aparece como a “forma mais adequada do capital”.

Por outro lado, o capital fixo é “valor preso a um valor de uso determinado”, associado a formas específicas de produção de mercadorias em condições tecnológicas específicas. Isso deve comandar o trabalho futuro como um contravalor, caso seu valor venha a ser realizado. Por essa razão, o capital fixo limita a trajetória do desenvolvimento capitalista futuro, inibe a mudança tecnológica adicional e coage o capital justamente porque ele “está preso a sua existência como valor de uso determinado” (HARVEY, [1982] 2013, p. 320).

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas e a crescente formação de capital fixo colocam em contradição a produção e a circulação do capital. Para a produção capitalista, o investimento e a formação de capital fixo representam a medida de seu sucesso. Entretanto, para a circulação do capital, quanto mais valor é aprisionado na formação de capital fixo, mais isso significa a perda de flexibilidade, a rigidez do capital em uma forma específica para condições de produção específicas, uma barreira para a expansão da acumulação. Essa contradição torna-se mais crítica quando manifestada no ambiente construído, pois na medida em que o ambiente construído é um agregado de capital fixo imobilizado na terra, é uma contradição que atinge o próprio habitat humano.

Este fato reforça o argumento de que há uma relação intrínseca entre a acumulação de capital e a formação de configurações espaciais. E, uma vez que isso fica mais claro, a dimensão geográfica da acumulação de capital não pode ser negligenciada. Por isso, os desenvolvimentos geográficos desiguais devem necessariamente estar integrados a uma teoria que busque compreender de forma abrangente a acumulação capitalista. É para esta direção que seguimos no próximo tópico.

2.3 Terceiro recorte: deslocamentos espaciais

Uma vez que toda atividade humana é localizada no espaço, os processos de acumulação de capital se dão em localidades específicas, isto é, o trabalho concreto se dá necessariamente num contexto geográfico determinado. Por consequência, a superacumulação de capital também ocorre em lugares específicos. Portanto, uma maneira de contornar as crises de superacumulação em um determinado espaço é a exportação dos excedentes de capital para um outro espaço. O capital superacumulado em um lugar pode ser transferido e lucrativamente absorvido em outro lugar onde as condições sejam mais propícias. Por isso, quanto mais livremente o capital puder ser movido de um lugar para outro, mais eficientes serão os mecanismos de deslocamentos (ajustes) espaciais para conter a formação local de crises de superacumulação.

2.3.1 Desenvolvimento geográfico desigual e a formação de “coerências estruturadas”

Os investimentos em capital fixo imobilizado na terra, que colaboram para formar o ambiente construído, não se localizam de forma aleatória. Para que a produção de valor possa ocorrer, o capital e a força de trabalho devem ser reunidos em um ponto específico do espaço. Na medida em que as atividades produtivas têm que se articular uma com as outras – e também com um mercado de trabalho – os investimentos tendem a se concentrar espacialmente em determinados lugares. Essas forças de concentração espacial levam à formação de economias de aglomeração que, por sua vez, geram uma dinâmica de localização em que as novas atividades produtivas tendem a se localizar nos locais de produção já existentes. São processos que geram uma “causação circular cumulativa”, ou seja, novos investimentos são atraídos para onde já há uma infraestrutura estabelecida para a produção, um arcabouço institucional adequado, uma administração favorável, uma força de trabalho propícia etc. Tanto a urbanização capitalista quanto as diferenciações geográficas como, por exemplo, especializações regionais e divisões territoriais do trabalho, são frutos desse tipo de processo.

Como consequência, as forças de concentração espacial conduzem ao surgimento do que Harvey chama de “coerências estruturadas”, ou seja, a formação de estruturas espaciais relativamente delimitadas que apresentam certa coerência interna em função de uma configuração dominante de relações sociais e de forças produtivas. Os espaços urbanos e regionais – exemplos típicos dessas estruturas espaciais – são, dessa maneira, ativamente produzidos no contexto dos processos de acumulação de capital. No interior dessas estruturas espaciais, as atividades capitalistas operam, no geral, de forma colaborativa, em torno de interesses comuns, que são mais complementares que competitivos.

Os investimentos no ambiente construído definem efetivamente espaços regionais para a circulação do capital. Dentro destes espaços, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, a oferta e a demanda (particularmente de força

de trabalho), a luta de classes, a cultura e os estilos de vida se juntam num sistema aberto que, não obstante, exibem algum tipo de 'coerência estruturada'. (...) Consciências e identidades regionais, até mesmo lealdades afetivas, podem ser construídas nesta região e, quando sobreposta por algum aparato de governança e poder estatal, o espaço regional pode evoluir para uma **unidade territorial** que opera como um tipo de espaço definido de consumo e produção coletivos assim como de ação política. A coletividade pode se consolidar assumindo responsabilidade pelo enraizamento de todo tipo de infraestruturas na terra (sistemas de rodovias, facilidades portuárias, sistemas de água e esgoto) e configurando múltiplos suportes institucionais (educação e saúde) que definem uma forma particular de relacionamento com a acumulação de capital assim como com o resto do mundo (HARVEY, 2004, p. 78, tradução e grifo nossos).

Tais unidades territoriais, portanto, se caracterizam por uma série de elementos distintivos relacionados às tecnologias de produção, às estruturas de distribuição, aos modos e formas de consumo, às quantidades e qualidades da força de trabalho e às infraestruturas físicas e sociais. Além disso, aí também se desenvolvem dinâmicas culturais específicas do lugar, identidades e subjetividades vinculadas ao território. Apesar de não depender necessariamente de institucionalização, as coerências estruturadas são, em geral, representadas formalmente pelo Estado. Isto porque são os poderes estatais que, ao fim e ao cabo, reúnem capacidades de regular as relações sociais e as condições de produção e circulação do capital em um dado território (políticas de seguridade social, educação e saúde; legislação do processo laboral; regulamentação e taxação do capital, políticas monetárias e fiscal etc.), além de estabelecer as fronteiras e condições para a mobilidade do capital e da força de trabalho.

Nesse sentido, a formação de coerências estruturadas é um processo que ocorre simultaneamente em diferentes escalas, de modo que, se o Estado nacional delimita uma coerência territorial mais geral, coerências estruturadas em escalas regionais, metropolitanas e urbanas irão coexistir dentro de uma estrutura territo-

rial hierárquica, estabelecendo diversas formas de relações entre si (competitivas, cooperativas, de controle, de subordinação).

Entretanto, junto às tendências de concentração, uma série de forças de dispersão geográficas também estão presentes no movimento dos capitais. Por um lado, a própria concentração espacial encontra restrições em decorrência de limites físicos e sociais que podem tornar a aglomeração contraproducente e demasiada. Em outras palavras, a partir de um dado ponto, mais aglomeração tende a produzir deseconomias de aglomeração. São os casos, por exemplo, de saturações das infraestruturas que geram aumentos de custos de transporte em virtude de congestionamentos, de uma crescente demanda por localizações que eleve os preços da terra, e de uma maior organização dos trabalhadores que intensifique a luta de classes e force os salários para cima.

Por outro lado, já mencionamos que os capitais que giram num tempo de rotação menor do que a média social alcançam um sobrelucro. Por isso, uma parte importante das inovações tecnológicas e organizacionais, que vão se materializar como investimentos em capital fixo, são aquelas relacionadas às melhorias nas infraestruturas de transporte e comunicações. Do navio a vapor aos aviões a jato, do telégrafo à internet, a história do desenvolvimento capitalista reflete essa constante busca pela aceleração dos tempos de rotação do capital e de aumento de mobilidade das diferentes formas que o capital assume (capital-mercadoria, capital-dinheiro, capital produtivo), assim como da força de trabalho. Numa expressão de Marx frequentemente citada por Harvey, trata-se do impulso para a “aniquilação do espaço pelo tempo”, ou seja, o esforço constante e inerente ao capitalismo de superação das barreiras espaciais que se colocam, a cada momento, como obstáculos à mobilidade dos capitais. O resultado desse processo é a compressão espaço-temporal do mundo – a diminuição generalizada das distâncias relativas medidas através dos custos e dos tempos de deslocamento – integrando de maneira crescente todos os espaços numa esfera de circulação em constante ampliação⁸. Com isso, aumentam as

⁸ Esse processo tende a criar o mercado mundial, no sentido não apenas de incorporação de novos espaços à circulação do capital, mas ao integrar todos os mercados e capitais locais/regionais num único mercado global. E estabelece, dentro do mercado mundial, uma divisão internacional do trabalho. Dessa maneira, os monopólios espaciais tendem a desaparecer para uma quantidade crescente de mercadorias.

oportunidades para os capitalistas encontrarem condições e localizações mais vantajosas – com maiores taxas de retorno – para seus investimentos numa quantidade cada vez maior de lugares.

Por sua vez, as forças de dispersão do capital também encontram restrições. Já foi dito que, para que uma parte do capital adquira maior fluidez e mobilidade espacial, outra parte precisa ser fixada no espaço na forma de infraestruturas físicas e sociais. Ou seja, uma crescente fixação de capital no espaço é condição material necessária para que o capital e a força de trabalho possam fluir mais livremente. Esse capital fixo imobilizado, como vimos, tende a se concentrar em determinados lugares, formando o ambiente construído, base material das coerências estruturadas. Chegamos, assim, à seguinte contradição: para superar as barreiras espaciais, é necessário ao capital a criação de uma organização espacial, é necessário a produção de um espaço apropriado à melhor circulação do capital – espaço esse que se tornará, num momento posterior, a barreira espacial a ser superada.

Podemos agora expor uma conclusão fundamental. A capacidade tanto do capital quanto da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. No entanto, as infraestruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção. Aqui, aproximamo-nos da essência do paradoxo. Parte da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser imobilizada no espaço, congelada no espaço, para proporcionar maior liberdade de movimento ao capital e à força de trabalho remanescentes (HARVEY, 2005, p. 149-150).

Em síntese, o fundamento das forças de dispersão está relacionado a “aniquilação do espaço pelo tempo”, processo que leva a um aumento crescente da mobilidade dos capitais circulantes, permitindo que eles sejam alocados em lugares com maiores taxas de retorno sobre os investimentos. O aumento da mobilidade vai favorecer a concentração de capitais nos lugares com as combi-

nações de infraestruturas físicas e sociais, tecnologias e formas organizacionais mais apropriadas para a acumulação de capital – reforçando a formação de coerência espaciais estruturadas. É dessa maneira que o balanço entre as forças de concentração e dispersão espaciais vinculadas à acumulação do capital vai moldar o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

Há que se acrescentar, porém, que este é um processo extremamente dinâmico. Dado que, impulsionados pelos imperativos da competição capitalista em torno da redução dos tempos de rotação, os investimentos em melhorias de transportes e comunicações estão ocorrendo constantemente, mas de forma desigual em cada lugar. Com isso, as relações espaciais encontram-se em permanente mudança. Uma estrada construída, uma nova rota de navegação, uma forma de armazenamento com maior capacidade, alteram a cada momento os custos e tempos de transporte. Dessa forma, na esfera da circulação do capital, as distâncias relativas mudam continuamente e cada localização está melhor ou pior posicionada de acordo com as configurações espaciais estabelecidas num determinado instante. A competição capitalista pela melhor localização não é estática nem tende ao equilíbrio, ela está sempre sendo reorganizada sobre um tabuleiro mutante de relações espaciais. A diferenciação geográfica é um processo em constante reprodução que encontra sua lógica no próprio movimento de acumulação do capital.

Contudo, ao mesmo tempo que há uma competição entre capitalistas pelas melhores localizações e condições para a acumulação de capital, há também uma competição entre as localizações pelo capital circulante. Cada unidade territorial – ou cada coerência estruturada – busca atrair a acumulação de capital para dentro de suas fronteiras. Por isso, em cada território se busca aperfeiçoar as infraestruturas físicas e sociais e as condições tecnológicas e organizacionais de modo que tanto a localização relativa quanto as condições gerais da produção tornem-se mais apropriadas para a acumulação de capital. O que significa que a produção de espaço é um fator determinante na competição entre os lugares.

O resultado dessa competição de mão dupla é um dilema potencialmente explosivo. Ao realizar um novo investimento, os capitalistas devem responder a seguinte pergunta: permanecer

ou sair do lugar? Permanecendo, os valores dos investimentos passados imobilizados na terra podem ser realizados e a acumulação continuar, a princípio, sem maiores sobressaltos. Uma fábrica ou uma estrada só podem retornar o valor nelas investido se o fluxo de capital produzindo e transportando mercadorias através de suas estruturas materiais for mantido durante um período de tempo suficiente (o capital fixo imobilizado em uma fábrica que nada ou pouco produz ou em uma estrada que nada ou pouco transporta é desvalorizado). A ameaça de desvalorização do capital fixo imobilizado na terra é, portanto, fonte de uma relativa inércia geográfica, quer dizer, é uma força de resistência à crescente mobilidade dos capitais que tensiona no sentido de manter certa estabilidade nas configurações espaciais. O problema, porém, é que essa inércia acaba por colocar restrições tanto ao ritmo da mudança tecnológica quanto à velocidade do ajuste à localização. Isto porque a construção de infraestruturas mais modernas em outros lugares torna as infraestruturas mais antigas relativamente menos produtivas, uma vez que os tempos de rotação do capital por elas alcançados serão relativamente mais baixos. Os novos investimentos em infraestruturas funcionam como uma vanguarda dos futuros fluxos de capital e a modernização de um lugar necessariamente pressiona pela obsolescência dos outros. Assim, coagidos pela competição, os capitalistas estarão crescentemente inclinados a buscar melhores localizações para os novos investimentos. Ao sair do lugar atual em direção a localizações mais vantajosas, o capital circulante deixa para trás todo um conjunto de investimentos em infraestruturas físicas e sociais que serão desvalorizadas. Por esse motivo, o ambiente construído é altamente vulnerável às crises. Os valores que compõem seu estoque de capital fixo estão sempre sujeitos à desvalorização frente às inovações tecnológicas produzidas em outros lugares que promovam melhores condições para a acumulação de capital. A solução, do ponto de vista capitalista, passa por um processo recorrente de destruição criativa: destruir o velho e produzir um ambiente construído sempre mais moderno, mais apropriado às novas condições de acumulação do capital. A contradição do capital fixo aparece de forma aumentada no ambiente construído.

Para superar barreiras espaciais e ‘anular o espaço pelo tempo’, criam-se estruturas espaciais que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos (...). Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem (...). A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à ‘derrubada das barreiras espaciais’ e, no fim, até à ‘anulação do espaço pelo tempo’ (...). O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor de investimentos passados de capital na construção do ambiente construído e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente (HARVEY, 2005, p. 53-4).

Toda essa dinâmica tende a estabelecer uma instabilidade crônica para as configurações espaciais do capitalismo, em que a força coercitiva da competição pressiona por uma aceleração dos movimentos do capital, a rápida obsolescência do ambiente construído e a destruição constante das paisagens geográficas, com todas as consequências sociais daí decorrentes. Por outro lado, a força da inércia geográfica – baseada nos longos tempos de rotação do capital fixo – pode, em alguma medida, contrapor essa tendência disruptiva e fornecer uma relativa estabilidade temporal às configurações espaciais. A inércia é reforçada pela ação dos interesses de facções de classe que estão mais diretamente vinculadas ao território e que assumem poderes – geralmente via Estado – de restringir a liberdade de movimentos do capital.

2.3.2 Alianças de classe de base territorial, lógicas capitalista e territorial de poder

Se uma parte do capital social total tem que ser fixado no espaço para que outra parte possa circular com maior flexibilidade de movimento, isso significa que uma facção dos capitalistas terá seus investimentos vinculados às infraestruturas físicas e sociais imobilizadas na terra. Sendo assim, esses capitalistas terão todo o interesse em defender seus investimentos, ou seja, atuarão para que capital circulante suficiente possa circular através de seu capital fixo. Além de facções da burguesia, setores da classe trabalhadora, que no geral encontram muito mais restrições à mobilidade espacial e que de alguma maneira podem obter benefícios do desenvolvimento capitalista localizado, também terão interesse em preservar as condições de acumulação e atrair novos fluxos de capital, evitando ao máximo a possibilidade de uma desvalorização no lugar. Essa convergência de interesses é a base material, intrínseca à lógica da acumulação capitalista, para a emergência de alianças de classe de base territorial.

Algumas facções do capital estão mais comprometidas do que outras com o investimento imóvel. Proprietários de terra e bens imóveis, empresários e construtores, o Estado local e aqueles que detêm dívida hipotecária têm tudo a ganhar com a criação de uma aliança local para proteger e promover os interesses locais e para impedir a ameaça da desvalorização específica do local. O capital de produção que não pode se mover facilmente pode apoiar a aliança e ser tentado a comprar a paz e as habilidades da força de trabalho local mediante compromissos relacionados aos salários e às condições de trabalho – desse modo ganhando os benefícios da cooperação da força de trabalho e uma demanda efetiva crescente de bens salariais nos mercados locais. Facções do trabalho que têm, mediante a luta ou por acidente histórico, conseguido criar nichos de privilégio dentro de um mar de exploração podem também correr para a causa da aliança. Além disso, se um compromisso entre o capital e o trabalho é útil para a acumulação local, então a burguesia como um todo pode apoiá-lo. A base

é lançada para a ascensão de uma aliança de base territorial entre várias facções do capital, o Estado local e até todas as classes, em defesa dos processos de reprodução social (tanto a acumulação quanto a reprodução da força de trabalho) dentro de um território particular. Deve ser enfatizado que a base para a aliança se assenta na necessidade de imobilizar uma parte do capital para dar ao restante liberdade para se movimentar (HARVEY, [1982] 2013, p. 531).

A luta de classes entre o capital e o trabalho tem, portanto, que ser entendida no contexto das competições entre os territórios (entre cidades, regiões, nações) pelo capital circulante, onde cada aliança de classe tem como objetivo defender as condições de acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho dentro de suas respectivas unidades territoriais, assim como para impedir a desvalorização dos capitais vinculados ao lugar. O efeito geopolítico é que a classe trabalhadora tende a se fragmentar geograficamente nas diversas localidades enquanto várias formas de regionalismos e nacionalismos podem ser mobilizadas como ideologia para sustentar o compromisso com as alianças e priorizar a competição interterritorial em detrimento da luta de classes.

As alianças de classe com base no território são, via de regra, organizadas através do Estado. O Estado, a partir de sua racionalidade própria, que encontra seu fundamento lógico no poder territorial, delimita as fronteiras e pode, de diversas maneiras (através de instrumentos fiscais, financeiros, monetários e de investimentos), tanto restringir a saída quanto favorecer a entrada de capital circulante no território.

Em primeiro lugar, o território e a integridade do território são os objetivos do seu conjunto de funcionários (...). Em segundo lugar, em virtude de sua autoridade, o Estado pode dar forma e coesão mais firmes às alianças regionais de classes por meio das instituições legais, executivas, de participação e negociação política, de repressão e força militar. Em terceiro lugar, pode impor fronteiras relativamente seguras sobre limites geográficos porosos e instáveis. Finalmente, devido a seu poder de tributar e controlar a política fiscal e monetária,

pode estimular e sustentar a coerência regional estruturada relativa à produção e ao consumo (...) e pode empreender os investimentos infraestruturais que os capitalistas individuais não são capazes de assumir. O Estado também pode se transformar no agente central para a promoção da ideologia nacionalista. Por todas essas razões, ele se torna a chave relativa à expressão da tendência de estabelecer alianças regionais de classes e acrescentar seu próprio e específico fundamento lógico a esse fundamental processo subjacente (HARVEY, 2005, p. 152).

Cabe um comentário adicional sobre duas diferentes lógicas de poder. Ao convergir para a formação de configurações geográficas relativamente estáveis (coerências estruturadas), a lógica capitalista de poder, ou seja, a racionalidade intrínseca aos processos moleculares de acumulação do capital, deve estar associada, conseqüentemente, a uma lógica territorial de poder – o exercício de poder cuja razão se encontra no controle do território e dos recursos e populações nele contidos. Por isso, a competição entre os territórios deve ser compreendida como parte integrante do funcionamento do capitalismo.

O aspecto fundamental a considerar é, contudo, que uma lógica territorial do poder – uma regionalidade – informal, porosa, mas mesmo assim identificável, advém necessária e inevitavelmente dos processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço, e que a competição e a especialização inter-regionais nessas e entre essas economias regionais se tornam, por conseguinte, um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo. (HARVEY, 2009, p. 89)

Essas duas lógicas de poder se distinguem em função de características específicas. A lógica capitalista é motivada pela acumulação incessante de capital. O capitalista busca investimentos onde as oportunidades de lucro sejam maiores, de modo que possa aproveitar as melhores vantagens individuais para si frente aos outros capitalistas. Além disso, num mundo aberto à circulação do capital, as empresas podem operar num espaço contínuo,

podem mudar de localização e se instalar em diversos territórios. Por sua vez, a lógica territorial está vinculada à busca de aumento do poder de um Estado frente aos outros Estados. As atividades estatais encontram-se, via de regra, limitadas espacialmente pelas fronteiras do território, exceto quando há uma projeção de seu poder para outros territórios. A convergência das lógicas capitalista e territorial de poder sustenta a definição de imperialismo capitalista apresentada por Harvey.

Defino aqui (...) “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre a “política do Estado e do Império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os “processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (HARVEY, 2009, p. 31).

Para Harvey, a lógica capitalista normalmente predomina no imperialismo e deve ser entendida no contexto dos ajustes espaço-temporais dos excedentes de capitais superacumulados.

2.3.3 Ajuste espacial, imperialismo e crise global

Como apontado no primeiro recorte da teoria da acumulação e da formação das crises, a tendência para a superacumulação é inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Agora, temos condições de acrescentar que, uma vez que a produção de valor se dá a partir de processos de trabalho concretos, realizados em lugares e tempos específicos, a acumulação e, por consequência, a superacumulação de capital ocorrem dentro de uma determinada estrutura espacial – no interior de alguma coerência espacial estruturada. A existência mútua de uma aliança de classes voltada para defender interesses capitalistas vinculados ao lugar e de um Estado que atua com uma lógica própria de poder baseada no território, faz com que as coerências espaciais estruturadas

sejam, além de espaços de produção e acumulação de capital, unidades políticas territoriais.

Note-se que a superacumulação dentro de uma unidade territorial gera um tipo de crise diferente das crises de transferência [*switching crises*] descritas anteriormente. As crises de transferência são resultado das revoluções no valor na totalidade do sistema. Isto quer dizer que, a competição por melhores tecnologias e localizações modificam constantemente as relações de valor, isto é, revolucionam a própria medida do trabalho abstrato (uma tecnologia ou uma localização melhores, que resultem em maior produtividade, vão estabelecer um novo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias). Dessa forma, as unidades territoriais que não conseguem garantir o nível de produtividade médio tornam-se relativamente obsoletas. Surge uma crescente pressão entre os capitalistas para mover seus capitais e realizar os novos investimentos em territórios mais modernos. A progressiva transferência de capitais para outros lugares deixa para trás um conjunto de infraestruturas físicas e sociais desvalorizadas (tanto por estarem relativamente obsoletas quanto por serem abandonadas pelo capital circulante). As crises de superacumulação, por sua vez, se formam nos territórios que conseguem desenvolver consistentemente suas forças produtivas. O problema aqui é a falta de oportunidades lucrativas para o reinvestimento de capitais dentro da coerência espacial estruturada. O processo de acumulação é impedido de prosseguir e os excedentes são desvalorizados. Uma crise de superacumulação força a desestruturação da coerência espacial assim como desestabiliza sua aliança de classe. O território enfrenta a estagnação, pois o processo de acumulação não pode mais se desenvolver. Com o tempo, outros territórios podem se tornar mais competitivos e aprofundar os problemas locais. Nesse contexto, os compromissos entre capital e trabalho, assim como a relativa harmonia entre facções do capital construída em tempos de prosperidade podem ruir. Se não há espaço para a expansão da acumulação de capital, um certo jogo de soma zero se impõe entre as classes sociais. A distribuição do valor no interior da sociedade entre lucros, salários, rendas, juros e tributos se torna mais e mais conflituosa. Cada classe e facção de classe luta para empurrar o custo da desvalorização para as outras. A luta de classes e entre facções de classe se agrava. Como resolver essa crise?

A resposta imediata é preservar o processo de acumulação através da exportação de capitais. Encontrar oportunidades para a absorção dos excedentes fora do território. No termo consagrado por Harvey, buscar o “ajuste espacial” [*spatial fix*]. Portanto, assim como descrito no segundo recorte da teoria, se os ajustes temporais oferecem uma solução provisória, uma forma de contornar a desvalorização dos capitais superacumulados transferindo para um tempo futuro sua perspectiva de realização, o terceiro recorte da teoria aponta que uma outra forma de contornar a iminência da crise é através de uma “solução externa”, ou seja, o deslocamento dos excedentes de capital para outros lugares. Essa solução, como qualquer outra nos marcos do capitalismo, não pode evitar indefinidamente a crise, mas sim postergá-la e/ou transferir seu fardo para outros lugares.

A exportação de capitais pode ser feita em suas diferentes formas: como capital-dinheiro, como capital-mercadoria e como capital produtivo. O ajuste espacial pela via do comércio exterior oferece apenas um alívio relativamente efêmero para o problema da superacumulação. A exportação de mercadorias esbarra na capacidade de criação de valor no outro país suficiente para sustentar o consumo crescente de produtos estrangeiros. Um país dificilmente pode consumir indefinidamente mercadorias estrangeiras sem oferecer outras em troca. De modo que o capital excedente exportado na forma de mercadorias deve ter como contrapartida a importação de mercadorias com valores equivalentes (ajustados pelos preços de produção) – o que não resolve o problema da superacumulação. Para contornar esse problema, capital excedente na forma dinheiro pode ser emprestado como meio de pagamento, ou seja, para criar uma demanda efetiva que tenha condições de comprar o excesso de mercadorias produzidas no país de origem. Nesse caso, o consumo estimulado pelo crédito cria uma lacuna entre o balanço de pagamentos e a balança comercial na relação dos dois países (o que empresta dinheiro e vende mercadorias apresenta um déficit na balança de pagamentos e um superávit na balança comercial). Em algum momento a dívida tem que ser cobrada. Se a dívida não for paga, o capital emprestado é perdido. Se a dívida for paga, o capital-dinheiro retorna adicionado de juros e, então, o problema da superacumulação reaparece numa dimensão ainda

mais acentuada no país de origem. Novas saídas para os capitais excedentes por meio de outras rodadas de empréstimo podem ser feitas. Entretanto, o país que pega emprestado vê sua capacidade de contrair e pagar novas dívidas tornar-se cada vez mais restrita. Em ambos os casos, não há uma resposta relativamente duradoura para a ameaça de crise.

Por isso, o ajuste espacial pela via do comércio exterior pode oferecer apenas uma solução de curto prazo para o problema da superacumulação. A forma mais duradoura de ajuste espacial é aquela relacionada ao investimento do capital excedente para o desenvolvimento de novas forças produtivas em outros países e regiões. Investimentos que sejam capazes de absorver lucrativamente os excedentes gerados no país de origem. Essa criação de novas forças produtivas não é outra coisa senão a expansão do modo de produção e das relações sociais capitalistas para uma quantidade crescente de lugares do mundo. A expansão contínua da produção é a melhor maneira de lidar com o problema da realização.

Neste ponto, surge um dilema para os países e regiões que realizam o ajuste espacial. Quanto mais a expansão das forças produtivas ocorrer com sucesso e desenvolver a acumulação de capital em outros países, mais estes países vão se tornar novos centros de acumulação de capital e potenciais ameaças competitivas para a indústria do país de origem. Eventualmente, um desenvolvimento exitoso das forças produtivas nesses novos centros de acumulação também tenderá a produzir localmente uma superacumulação de capitais e os capitalistas desses países precisarão, por sua vez, fazer seu próprio ajuste espacial, o que provavelmente vai conduzir a uma competição internacional intensificada em torno de novos espaços capazes de absorver os excedentes de capital.

Se, no entanto, o capital e a força de trabalho excedentes são ambos aplicados para criar nova capacidade em novas áreas, então os excedentes se mantêm para ser absorvidos por períodos muito mais longos (...). O único problema com essa solução é que a nova economia regional tende a alcançar sua própria coerência estruturada interna, para moldar sua própria aliança de classes regional, fomentando e protegendo seus interesses, e está destinada a se tornar expansionista (...).

Essa nova economia regional também começa a produzir excedentes de capital e força de trabalho, que se tornam cada vez mais difíceis de ser absorvidos. Também a longo prazo, fica obrigada a cuidar do seu próprio “ajuste espacial”. Ao fazer isso, vê-se, inevitavelmente, competindo com o país natal no mercado mundial (...) (HARVEY, 2005, p. 155).

A única forma de evitar esse resultado é evitar/conter o próprio ajuste espacial, bloqueando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas nos novos países e regiões, impondo-lhes um desenvolvimento capitalista subordinado e dependente ao país de origem dos capitais. Contudo, ao impedir a absorção dos excedentes superacumulados, o preço dessa alternativa é a precipitação das crises de desvalorização no país de origem.

o país natal pode impor formas dependentes de desenvolvimento na nova região. Assim, a economia subserviente produz apenas o que o país natal deseja e nas quantidades que esse país necessita. O desenvolvimento livre de um capitalismo regional é mantido sob controle do país natal. No entanto, o território dependente pode não se expandir suficientemente rápido para absorver os excedentes que estão sendo gerados no país natal. Prontamente, a exportação de capital se converte numa mera relação comercial, que nada pode fazer para mitigar os problemas subjacentes relativos à superacumulação (HARVEY, 2005, p. 155).

Portanto, qualquer que seja o caminho, os ajustes espaciais não são capazes de absorver ao infinito os crescentes excedentes superacumulados. Mais cedo ou mais tarde, uma crise de desvalorização dos capitais se impõe.

O país de origem fica em um beco sem saída. O desenvolvimento incontido do capitalismo em novas regiões causado pelas exportações de capital produz desvalorização no país de origem devido à competição internacional. O desenvolvimento contido no exterior limita a competição, mas veda as oportunidades para mais exportação de capital e, portanto, estimula as

desvalorizações internamente. Não causa espanto, então, que as principais potências imperialistas tenham vacilado entre a “porta aberta”, o livre comércio e a autossuficiência em um império fechado (HARVEY, [1982] 2013, p. 549).

Dessa forma, a tendência é de que os centros capitalistas mais avançados, ou seja, aqueles que experimentam a emergência da superacumulação de capitais dentro de seus territórios, busquem progressivamente expandir seus espaços de acumulação mediante a exportação de capitais excedentes para outros territórios. Aqui, o imperialismo capitalista mostra sua forma mais visível. Em algum momento, estes centros terão de competir entre si para expandir-se num mundo geograficamente finito. A superacumulação crônica e o esgotamento das possibilidades de novos ajustes temporais e espaciais levam, desse modo, à formação de crises globais do capitalismo e o surgimento de rivalidades interimperialistas.

No decurso da crise, grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante, e os capitalistas canibalizam e liquidam uns aos outros, na “guerra de todos contra todos” (...). O que Marx em nenhuma parte antecipa, mas Lenin enfatiza, é a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas e militares entre Estados-Nações. Nesse momento, elaboramos uma proposição mais geral. Em virtude do inexorável processo de formação da crise, a busca pelo ajuste espacial converte a ameaça de desvalorização numa luta entre alianças regionais instáveis, sobre as quais recaem o ímpeto da crise (HARVEY, 2005, p. 156-7).

Testemunha-se uma intensificação das disputas sobre que lugares e quais classes sociais irão sofrer com as fortes desvalorizações de capitais e suas consequências. As lutas de classes e entre facções de classes, assim como os conflitos entre territórios ganham proeminência. Todas as armas à disposição são mobilizadas.

A exportação do desemprego, da inflação, da capacidade produtiva ociosa tornam-se [*sic*] as apostas no jogo. Guerras comerciais, dumping, guerras de taxas de juros, restrições ao fluxo de capital

e ao comércio exterior, políticas de imigração, conquistas coloniais, subjugação e dominação das economias tributárias, reorganização forçada da divisão do trabalho dentro dos impérios econômicos e, finalmente, destruição física e desvalorização forçada do capital de um rival mediante a guerra, são alguns dos métodos utilizados. Cada um deles envolve a manipulação agressiva de algum aspecto do poder econômico, financeiro ou estatal. (...) a degeneração das lutas econômicas em lutas políticas desempenha o seu papel na estabilização em longo prazo do capitalismo, contanto que capital suficiente seja destruído no caminho (HARVEY, [1982] 2013, p. 552).

A destruição e desvalorização maciça de capital durante uma crise global, porém, não significa o fim do capitalismo, mas sua reconstrução em novas bases – tecnológicas, institucionais, políticas, geográficas – que irão direcionar a acumulação por uma nova via de desenvolvimento. Nesse sentido, as crises devem ser entendidas como

momentos cataclísmicos, que reconstróem toda a geografia da acumulação do capital, destroem as estruturas espaciais e alianças de classe regionais rígidas, solapam o poder das formações estatais, e **reconstituem-nas numa nova configuração geográfica, que pode acomodar melhor a dinâmica tecnológica, conflituosa e vigorosamente expansível do fluxo de capital** indócil e mutável (HARVEY, 2005, p. 156, grifo nosso).

2.3.4 Acumulação por despossessão

O termo “acumulação por despossessão” [*accumulation by dispossession*]⁹ foi proposto por Harvey (2009) para designar os mesmos processos que Marx ([1867] 2013) chamou de acumulação primitiva, ou seja, processos de acumulação fundados antes na força, na fraude, na pilhagem, no roubo e na violência do que nas dinâmicas internas da reprodução ampliada de valor (por intermédio da exploração do trabalho na produção). Isso porque, na

⁹ Em algumas edições, o termo é traduzido como “acumulação por espoliação”.

medida em que tais processos de acumulação desempenham um papel contínuo e persistente na longa geografia histórica do capitalismo, Harvey argumenta que não seria muito adequado qualificá-los como “primitivos” ou “originais”. Por isso a substituição da expressão acumulação primitiva por acumulação por despossessão. A descrição da acumulação primitiva realizada por Marx ([1867] 2013) já revela uma ampla gama de processos que não se restringem a um determinado momento histórico e podem ser identificados como inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo, dentre os quais se destacam: i) a mercantilização/privatização da terra e a conseqüente expulsão pela força de populações camponesas; ii) a conversão de direitos de propriedade comuns, coletivos e/ou estatais em direitos exclusivos de propriedade privada; iii) a supressão do acesso e dos direitos dos camponeses às terras comuns; iv) a transformação da força de trabalho em mercadoria; v) a eliminação de formas alternativas de produção e consumo; vi) as práticas coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, em especial de recursos naturais; vii) o comércio de escravos; e viii) a usura, o endividamento nacional e o uso do sistema de crédito como meio radical de acumulação por despossessão (HARVEY, 2009). Tais processos, via de regra, dependeram fundamentalmente da intervenção e/ou apoio dos poderes do Estado, de seu monopólio da violência e de suas definições de legalidade.

Assim como os deslocamentos temporais e espaciais, a acumulação por despossessão deve ser entendida no contexto da busca de oportunidades lucrativas para a absorção de excedentes de capitais, já que as diversas manifestações de acumulação por despossessão funcionam como formas de ajuste para o problema da superacumulação. Isso porque o acesso a insumos muito baratos ou, no limite, tomados gratuitamente por meio da força (matérias-primas, terras e força de trabalho) e a ativos desvalorizados (capital fixo) cria possibilidades de investimentos com taxas de retorno mais elevadas do que a média. Por isso, o acesso a esses recursos de baixíssimo custo torna-se tão importante para garantir a continuidade do processo de acumulação e para conter as tendências à crise.

Portanto, quando a acumulação por meio da reprodução ampliada se depara com seus limites e as possibilidades lucrativas de absorção de excedentes tornam-se cada vez mais escassas, a

acumulação por despossessão passa a ocupar um papel de destaque e transforma-se na forma dominante de acumulação capitalista.

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos (HARVEY, 2009, p. 129).

Fica explícito no trecho acima que, uma vez que os diversos processos de acumulação por despossessão também funcionam como uma forma de ajuste às tendências de superacumulação, eles atuam intimamente associados com os processos de ajustes temporais e espaciais.

Se o fortalecimento da acumulação por despossessão teve na financeirização seu principal veículo desde a crise dos anos 1970 e se os Estados Unidos direcionaram a atuação do sistema financeiro internacional para forçar a desvalorização de ativos em determinados territórios, está claro que as relações entre os processos de financeirização e de acumulação por despossessão não são apenas casuais, mas intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo¹⁰.

A história da formação do capital portador de juros é a história do disciplinamento do antigo capital usurário e sua subordinação às exigências do modo de produção capitalista. Em outras palavras, o capital usurário teve que ser submetido – geralmente pela força do Estado – às necessidades da produção de mercadorias

¹⁰ Para um desenvolvimento das relações entre os processos de financeirização e de acumulação por despossessão ver Matela e Diniz (2021)

de modo a apoiar e se tornar funcional para o capital industrial (HARVEY, 2014). Apesar disso, Marx ([1894] 2017) assinala que, de tempos em tempos, o sistema de crédito tende a sair totalmente do controle, ameaçando o mundo da produção de mais-valor e comprometendo a estabilidade da acumulação de capital. Nesses momentos, o cerne do sistema de crédito se deslocaria e abriria espaço para uma economia baseada na acumulação por despossessão, ao invés da exploração do trabalho na produção. O que indicaria que o sistema de crédito “reintroduz práticas usurárias na economia, embora de maneira muito diferente da usura de outrora” (p. 254). Nesses termos, o sistema de crédito converte-se num dos veículos mais efetivos para a geração de fraudes e crises.

O ajuste temporal e a consequente acumulação de capital fictício, a expansão dos mercados financeiros e a formação de bolhas especulativas estabelecem uma relação muito próxima das finanças com múltiplas formas de fraudes mediante a manipulação dos mercados e nos valores dos ativos.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (...) Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos

por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes (HARVEY, 2009, p. 122-123).

De outra parte, a acumulação por despossessão associada ao ajuste espacial são as marcas fundamentais do imperialismo. Já tem algum tempo que Rosa Luxemburgo ([1912] 1970), ao enfatizar que o imperialismo e o caráter permanente da acumulação primitiva eram consequências da necessidade de expansão constante do capitalismo, destacou que o uso da força, da fraude, da opressão e da pilhagem através da guerra, da política colonial e do sistema internacional de empréstimos estavam no centro das relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas.

A expansão do mercado mundial, a incorporação de novos territórios e a criação de novos mercados para as atividades capitalistas e para a circulação do capital são, portanto, imprescindíveis para a continuidade da acumulação capitalista. A abertura de novos espaços de acumulação ocorre, via de regra, associada à apropriação e à privatização de bens comuns, como a terra e os recursos naturais. Disso resulta que grande parte da população seja privada das possibilidades de reprodução autônoma de seus modos de viver, criando uma classe trabalhadora desprovida de meios de produção. Nesse sentido, a mercantilização (transformar bens públicos ou comuns em mercadoria e inserí-los na circulação do capital) e a privatização (a transferência de ativos públicos para empresas privadas) são processos de acumulação por despossessão de grande relevância para proporcionar a absorção dos capitais superacumulados, uma vez que criam e/ou abrem novos mercados para a atividade capitalista em esferas onde antes vigoravam formas não-mercantis de acesso aos recursos. Isso para não mencionar a pilhagem e o roubo direto através das guerras ou a apropriação a baixíssimo custo de ativos desvalorizados após uma crise específica do lugar.

De todo modo, deve-se ter em conta que, se para fins de análise e exposição é útil isolar os processos, concretamente, a financeirização, o imperialismo e a acumulação por despossessão apoiam-se e reforçam-se mutuamente, especialmente no contexto de crises crônicas de superacumulação de capitais.

Visto como a produção do espaço está inserida no processo de acumulação de capital, como os mecanismos de ajuste espaço-temporal constantemente reconfiguram as relações espaciais, podemos agora descer um degrau no nível de abstração da análise para tentar entender as formas como esses processos se desenvolveram concretamente na longa duração do capitalismo. Desse modo, será possível distinguirmos os ritmos, os ciclos, as fases, as evoluções e recorrências do desenvolvimento histórico da acumulação de capital na escala do sistema como um todo. Para isso, iremos, a seguir, nos apoiar nas contribuições braudelianas sobre a natureza do capitalismo e na formulação de Giovanni Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação.

Os ciclos sistêmicos de acumulação

Em “O Longo século XX”, Giovanni Arrighi ([1994] 2012) apresenta uma formulação sobre o desenvolvimento do capitalismo numa perspectiva histórica de longa duração: os ciclos sistêmicos de acumulação. Para tanto, Arrighi parte da percepção, bastante difundida, de que, a partir da década de 1970, o funcionamento do capitalismo enquanto sistema havia se alterado profundamente, especialmente em comparação com o período imediatamente anterior, de crescimento econômico contínuo, iniciado após a 2ª Guerra Mundial.

Algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo. Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 1).

Em grande medida, o aspecto mais destacado das mudanças então em curso foi o crescente fortalecimento do papel das finanças na dinâmica da acumulação capitalista. A Era Reagan-Thatcher apontava, junto com a emergência do neoliberalismo e de medidas de desregulação do capital, para um ressurgimento da centralidade do capital financeiro no comando da economia mundial. Nesse contexto, Arrighi ([1994] 2012) notava que este processo, característico do último quarto do século XX, não era algo totalmente inédito, uma vez que guardava muitas semelhanças com o desenvolvimento do capitalismo no último quarto do século XIX.

Tal como acontecera oitenta anos antes, no curso da derrocada do sistema britânico, os observadores e estudiosos come-

çaram a anunciar mais uma vez que o “capital financeiro” era o último e mais avançado estágio do capitalismo mundial (ARRIGHI, [1994] 2012, p. ix).

Assim, se na passagem do século XIX para o XX, a ascensão do capital financeiro fora apontada criticamente por autores como Lênin e Hilferding como a característica fundamental da “fase superior do capitalismo”; no final do século XX, a financeirização do capital levou muitos, com lentes inversas, a exaltarem a “globalização” como a etapa mais desenvolvida da civilização. Apologias triunfantes sobre o “fim da história”, por exemplo, surgiam em determinados meios acadêmicos empolgados com a vitória estadunidense sobre a União Soviética na Guerra Fria, indicando que o capitalismo em sua versão globalizada-neoliberal havia, enfim, se imposto como a única forma de organização social capaz de dar conta dos anseios da humanidade. Apesar de seus vieses antagônicos, essas interpretações ajudam a estabelecer uma correspondência entre esses dois momentos históricos a partir da dominância das finanças nos processos de acumulação capitalista.

[Há uma] percepção amplamente difundida de um paralelo próximo entre o começo e o fim do século XX. A esse respeito, é crucial a centralidade do ‘capital financeiro’ nos dois períodos. No começo do século XX, essa centralidade deu origem às teorias liberais e marxistas do ‘capital financeiro’ e do ‘imperialismo’ como inaugurando conjuntamente uma nova fase do desenvolvimento capitalista. No final do século, essa mesma centralidade deu origem à ideia de que a ‘globalização’ associada a ‘financeirização do capital’ inauguram uma fase igualmente nova do desenvolvimento capitalista (ARRIGHI e MOORE, 2001, p. 57 – tradução nossa).

Recorrendo ao historiador Fernand Braudel (2005, 2009a, 2009b), Arrighi observa que, na verdade, os momentos de ascensão e predominância das finanças na economia mundial foram fenômenos recorrentes na história do capitalismo, de forma que a centralidade do capital financeiro não deveria ser entendida como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, mas como uma

fase que é, de certo modo, cíclica, com origens que remontam ao fim da Idade Média europeia. Nesse sentido, os momentos de expansão financeira seriam uma expressão da própria natureza do capitalismo e uma característica intrínseca a ele. Essa percepção leva Arrighi a conceber uma nova interpretação sobre o desenvolvimento histórico do sistema mundial capitalista que irá resultar na formulação dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Nossa tese é a de que, de fato, a história do capitalismo está atravessando um momento decisivo, mas essa situação não é tão sem precedentes quanto poderia parecer à primeira vista. Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização (...) têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida (...) (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 1).

Portanto, ao expandir os horizontes espaço-temporais de análise e abranger a longa duração do capitalismo histórico enquanto sistema mundial, Arrighi ([1994] 2012) demonstra que “tendências que pareciam inéditas e imprevisíveis começam a afigurar-se familiares” (p.4), e que os padrões de repetição e evolução que emergem de sua investigação reforçam a hipótese braudeliana de que a recorrência da centralidade das finanças é “a manifestação mais evidente da natureza capitalista do sistema mundial moderno” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 40).

De acordo com Braudel (2009b), todos os grandes desenvolvimentos capitalistas em nível sistêmico, ao atingirem sua maturidade, foram sucedidos por uma virada, liderada por seus principais agentes em cada época, do comércio de mercadorias para o comércio de dinheiro. Desse modo, a emergência de um período de desenvolvimento e dominância das finanças representaria, na verdade, um “sinal do outono” – ou seja, o final de um período de prosperidade e o momento da colheita de seus frutos. Esses momentos representaram também o declínio da dominância do grupo de agentes capitalistas hegemônicos que, historicamente, perderam a liderança dos processos sistêmicos de acumulação para um outro grupo de capitalistas emergentes. Como exemplos

históricos desse fato, Braudel (2009b) assinala que, na segunda metade do século XVI, a oligarquia genovesa se retirou do comércio e passou a se concentrar nas atividades bancárias, da mesma forma que fizeram os mercadores holandeses em meados do século XVIII e os comerciantes ingleses no final do século XIX. Arrighi, por sua vez, acrescenta que nas décadas de 1970 e 1980, foi a vez de os capitalistas estadunidenses repetirem o mesmo movimento.

A importância da contribuição de Braudel para a formulação dos ciclos sistêmicos de acumulação não se limita às suas observações acerca da recorrência das finanças no comando da economia mundial, mas tem a ver também com as características que definem o próprio capitalismo e seu lugar na hierarquia da sociedade mercantil. Como essas duas questões estão intimamente conectadas, faremos uma breve incursão em seus argumentos para auxiliar a compreensão.

3.1 Sociedade mercantil, capitalismo e a recorrência das altas finanças em Braudel

Nos três volumes de sua obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo”, Braudel (2005, 2009a, 2009b) descreve a ‘sociedade mercantil’ – definida como o conjunto das relações socio-econômicas da economia-mundo capitalista – como um esquema tripartido. Isto é, um esquema dividido em três camadas que se estruturam de forma hierárquica, a saber: i) a vida material, ii) a economia de mercado e iii) o capitalismo. A vida material, nível mais baixo da estrutura, seria o domínio da “não-economia”, da autossuficiência, dos valores de uso.

[Uma] zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão de ‘vida material’ ou ‘civilização material’ (BRAUDEL, 2005, p. 12).

No nível intermediário, a economia de mercado é o mundo das trocas rotineiras, onde “um certo automatismo liga habitualmente a oferta, a procura e os preços” (BRAUDEL, 2009a, p. 197). Nesse mundo de “transparência e regularidade”, o conhecimento generalizado dos processos de troca se dá através da experiência comum. Em oposição e acima da camada da economia de mercado, surge uma zona superior, o andar do capitalismo, o local de uma economia sofisticada, onde as regras do mercado e a livre concorrência atuam muito raramente, onde as trocas se baseiam em relações de força e poder, onde predomina o parasitismo social, a especulação e os cálculos. É aqui onde o lucro atinge suas maiores dimensões. Esta também é uma “zona de sombra, de contraluz”, de “atividades de iniciados que creio estar na raiz do que nos é dado compreender sob a palavra capitalismo” (p. 8). Nesse sentido, o capitalismo deve, portanto, ser melhor entendido como “uma acumulação de poder (que baseia a troca numa relação de força, tanto e mais do que na reciprocidade das necessidades)” (p. 8).

Dessa maneira, estando posicionada no topo da sociedade mercantil, a camada do capitalismo é onde predominam os monopólios, as manipulações de preços e onde a associação com os poderes estatais são a chave para o sucesso nos lucros, de modo que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 43).

A zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo – ontem como hoje, antes e depois da Revolução Industrial (BRAUDEL, 2009a, p. 197).

Não que haja uma separação total e rígida das três camadas, nem que cada uma seja independente das outras, mas elas são zonas de atuação operadas por agentes econômicos diferentes e específicos. Os mercadores que atuam na economia de mercado não se confundem com os negociantes capitalistas. As trocas nas quais eles se envolvem são marcadamente distintas.

Resumindo: dois tipos de troca; um terra-a-terra, competitivo, pois que transparente; o outro superior, sofisticado, dominante. Não são os mesmos mecanismos nem os mesmos

agentes que regem esses dois tipos de atividade, e não é no primeiro, mas no segundo que se situa a esfera do capitalismo (BRAUDEL, 1987, p. 42).

Partindo dessas observações, Braudel resume as características marcantes do capitalismo ao longo de sua longa duração histórica: a flexibilidade, a não-especialização, as capacidades de mudança e adaptação e o ecletismo. Isto quer dizer que as formas concretas assumidas pelo capital – as diferentes infraestruturas de produção, rotas comerciais, modos específicos de relação com o trabalho etc. – são formas conjunturais e contingentes pelas quais os capitalistas criam, a cada momento, condições mais apropriadas para a acumulação. Essas formas concretas, no entanto, variam e se adaptam a diferentes contextos históricos e geográficos. Por sua vez, a especialização numa determinada atividade, assim como a divisão do trabalho, sempre foi um aspecto característico da economia de mercado.

Insistamos nessa qualidade essencial para uma história de conjunto do capitalismo: sua plasticidade a toda a prova, sua capacidade de transformação e de adaptação. Se há, como penso que haja, uma certa unidade no capitalismo, desde a Itália do século XIII até o Ocidente de hoje, é aí que temos de situá-la e observá-la em primeira instância (BRAUDEL, 2009a, p. 382).

Dessa perspectiva, a especialização do capitalismo na indústria e na produção, que caracterizou determinados períodos dos séculos XIX e XX, não deve ser entendida como sua forma típica e mais elevada.

No século XIX, quando parece especializar-se, a história geral tende a apresentar a indústria como o remate que afinal teria dado ao capitalismo sua “verdadeira” face. Será assim tão certo? Parece-me antes que, depois do primeiro surto de mecanização, o capitalismo mais alto voltou ao ecletismo, a uma espécie de indivisibilidade, como se a vantagem característica de estar nesses pontos dominantes fosse precisamente (...) não ter de se cingir a uma única opção. Ser eminentemente adaptável, portanto, não especializado (BRAUDEL, 2009a, p. 335).

Há, porém, uma exceção a essa regra. Uma única especialização que, admite Braudel, pode ser encontrada de tempos em tempos na camada capitalista da sociedade mercantil: historicamente, o alto comando da economia tendeu a retornar com certa frequência ao comércio do dinheiro, isto é, periodicamente pode se observar uma especialização nas finanças pelos principais agentes capitalistas de uma determinada época.

Entretanto, conforme o entendimento de Arrighi (2011), as reflexões de Braudel não contêm uma formulação teórica geral sobre as dinâmicas históricas do capitalismo na longa duração. Seu arsenal rico de informações e interpretações sobre os mercados e o capitalismo, contudo, serviram como fonte de inspiração para o desenvolvimento de uma formulação mais coerente, por parte de Arrighi, do surgimento e das formas de expansão do sistema mundial capitalista.

A ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, [1994] 2012, p. xi).

Portanto, a partir das observações históricas de Braudel sobre as expansões financeiras como fenômenos recorrentes e da relação puramente instrumental dos agentes capitalistas com o comércio e a produção, Arrighi embarca numa empreitada para revelar “os segredos da *longue durée* do capitalismo histórico” (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 26).

3.2 A formalização dos ciclos sistêmicos de acumulação

Para construir uma formalização teórica sobre o processo histórico do capitalismo, Arrighi ([1994]2012) começa por sugerir que os padrões reiterados de seu desenvolvimento podem ser interpretados numa analogia com a fórmula marxiana da

reprodução ampliada do capital (D-M-D´) – onde D representa o capital-dinheiro, quer dizer, liquidez e liberdade de escolha; M é o capital-mercadoria investido numa combinação específica de insumo-produto, ou seja, rigidez; e D´ significa liquidez e flexibilidade ampliadas.

Essa fórmula indica que o investimento capitalista numa combinação tecnológica-organizacional de produção de mercadorias (M) ocorre basicamente como um meio para que uma dada quantidade de capital-dinheiro (D) possa ser reproduzida e ampliada (D´), garantindo ao detentor do capital uma maior flexibilidade e mais liberdade de escolha no momento seguinte. O investimento produtivo significa que o capital estará “preso” numa configuração concreta, fixado espacialmente, pelo tempo necessário até alcançar a taxa de retorno esperada. De maneira que, quando não há expectativa de que se possa atingir uma flexibilidade aumentada (D´) com os investimentos produtivos (M), então o capital tende a ser mantido na sua forma líquida, a forma-dinheiro.

Os padrões do capitalismo histórico, por sua vez, apresentariam um movimento semelhante. Estes padrões teriam como aspecto central a alternância entre fases de expansão material e fases de expansão financeira. As fases de expansão material seriam caracterizadas por crescentes investimentos capitalistas no comércio e produção de mercadorias, mobilizando grandes volumes de matérias-primas e força de trabalho (sendo representadas como fases D-M). Nas fases de expansão financeira, o capital tende a retornar para suas formas mais flexíveis (M-D´), a acumulação se daria prioritariamente através de negociações financeiras e uma parte significativa do capital tenderia a não estar vinculada à forma-mercadoria (assim como na fórmula D-D´). Estas duas fases somadas em sequência formam um ciclo sistêmico de acumulação (D-M-D´). As expansões financeiras são períodos em que os investimentos na produção e na troca de mercadorias não representam as melhores oportunidades para a reprodução ampliada do capital, de modo que o comércio do dinheiro (D-D´) passa a ser o meio preferencial para esse fim. Dessa forma, o comércio e a produção capitalistas – que marcam as fases de expansão material – devem ser entendidos como atividades instrumentais para a reprodução do capital, não como um fim em si mesmo.

Ao logo da história do capitalismo, Arrighi ([1994]2012; 2001; 2008) identifica quatro desses ciclos, cada um denominado em função dos agentes – governamentais e empresariais – que lideraram a expansão da acumulação capitalista em nível sistêmico: i) o ciclo ibero-genovês, do século XV ao início do século XVII; ii) o ciclo holandês, do final do século XVI ao final do século XVIII; iii) o ciclo britânico, da metade do século XVIII até o início do século XX e; iv) o ciclo norte-americano, do fim do século XIX até a expansão financeira atual

É importante destacar que os ciclos sistêmicos de acumulação são unidades de análise que compõe a longa duração do sistema capitalista mundial. Eles descrevem a recorrência de padrões de acumulação, mas também a evolução da escala, das estruturas e da organização do capitalismo mundial. Por isso, os ciclos sistêmicos de acumulação não devem ser entendidos como um retorno periódico para um mesmo ponto do passado, uma vez que a cada ciclo há uma evolução – um alargamento ou aprofundamento – dos processos de acumulação em escala mundial. Assim, o capitalismo, que surge como um sistema específico na economia-mundo europeia, se expande até alcançar a escala global.

[Os ciclos sistêmicos de acumulação] constituem *estágios* distintos da transformação do sistema capitalista mundial, de *um* ‘mundo’ entre vários ‘mundos’ para se tornar o sistema histórico social *do* mundo inteiro (ARRIGHI e MOORE, 2001, p. 56, tradução nossa).

Além disso, os ciclos são sistêmicos porque os agentes governamentais e empresariais que lideraram os processos de expansão capitalista se destacam em função da posição central que tiveram na formação dessas etapas do desenvolvimento histórico do capitalismo, e não porque os processos em curso seriam fruto exclusivamente de suas ações ou porque estariam limitados aos seus respectivos Estados nacionais. Nesse sentido, a perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação não deve ser confundida com uma análise específica do desenvolvimento do capitalismo num único país ou num grupo de países centrais. Ela é uma análise do sistema mundial e permite um olhar para além do nacionalismo metodológico.

Nosso argumento (...) é que a dinâmica mundial do desenvolvimento capitalista é algo diferente e maior do que a soma das dinâmicas nacionais. Ela é algo que pode ser percebido apenas se tomarmos, como unidade de análise, não Estados individuais, mas o *sistema* de Estados no qual o capitalismo mundial foi enraizado (ARRIGHI e MOORE, 2001, p. 56, tradução nossa).

Nessa perspectiva, portanto, os ciclos sistêmicos de acumulação são uma forma de periodização do processo de formação e expansão do sistema capitalista mundial, das suas origens até os dias atuais. Cada ciclo contando com duas fases distintas de acumulação de capital. Uma fase onde predomina a expansão material da economia e outra fase onde a predominância da expansão da acumulação está nas atividades financeiras.

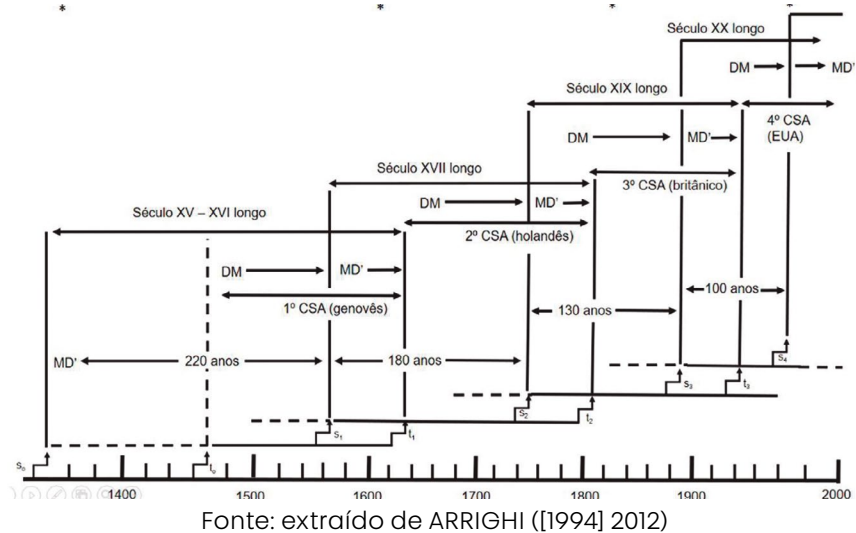
Sendo assim, o processo de acumulação de capital em escala mundial é um processo contínuo marcado por rupturas fundamentais nas estratégias, estruturas e agentes ao longo da história. A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação permite distinguir “a alternância de fases de mudanças contínuas e fases de mudanças descontínuas” (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 9). Ou seja, períodos de desenvolvimento relativamente estável e contínuo intercalados por períodos de crises, turbulências e reestruturação da economia mundial que acabam recriando em bases novas e mais amplas as condições para um novo momento de crescimento com estabilidade.

(...) as fases D-M, de expansão material, consistem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento. (...) as fases M-D', de expansão financeira, consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia mundial 'se desloca', através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 9).

Ainda inspirado em Braudel, Arrighi ([1994] 2012) toma emprestada a ideia do “longo século XVI” e propõe uma variação na forma de periodizar a longa duração do capitalismo: os “séculos

longos”. Um “século longo” é definido como um período composto pela sequência da fase de expansão financeira de um ciclo mais as fases de expansão material e financeira do ciclo seguinte ($M-D' + D'-M + M-D'$). Ou seja, cada ciclo sistêmico de acumulação está totalmente inserido num século longo – o 1º CSA no longo século XVI, o 2º CSA no longo século XVII, o 3º CSA no longo século XIX e, finalmente, o 4º CSA no longo século XX. Dessa maneira, os séculos longos são parcialmente superpostos uns aos outros como elos de uma cadeia de estágios históricos. O longo século XX é o elo mais recente nessa sequência de recortes temporais (Figura 1).

Figura 1 – Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação



Os séculos longos, portanto, são compostos por 3 períodos distintos:

- i) o primeiro período se inicia com uma fase de expansão financeira ($M-D'$). Durante esse período, um novo regime de acumulação se desenvolve. O desenvolvimento do novo regime ocorre a partir das contradições derivadas da plena expansão do antigo regime de acumulação.
- ii) o segundo período corresponde à fase de expansão material ($D'-M$) do novo regime de acumulação. Esse regime se consolida e se desenvolve plenamente enquanto seus

agentes principais lideram e se beneficiam do desenvolvimento da economia mundial como um todo.

- iii) o terceiro período é a fase de expansão financeira (M-D´´) desse regime de acumulação. Nesse período, o desenvolvimento do regime de acumulação encontra seus limites, o que abre espaço para o surgimento de novos regimes. Um desses regimes irá se estabelecer como o novo regime de acumulação dominante do ciclo sistêmico de acumulação seguinte.

Arrighi ([1994] 2012) defende que a conceituação dos ‘séculos longos’ fornece uma moldura temporal mais apropriada para a análise da ascensão, plena expansão e superação dos agentes e estruturas de cada ciclo sistêmico de acumulação. Isso porque o agente e as estruturas de acumulação típicos de um ciclo – suas instituições governamentais e empresariais típicas – são formados e ascendem na economia mundial ao longo da fase financeira (M-D´) do ciclo anterior, fase durante a qual, via de regra, ocorre a troca de hegemonia no sistema mundial.

O início e o fim de cada fase de um ciclo sistêmico de acumulação são marcados por tipos diferentes de crise. As crises sinalizadoras (representadas pela letra S na Figura 1) indicam o fim de uma fase de expansão material e o início de uma fase de expansão financeira. Essa crise marca o pleno desenvolvimento do regime de acumulação dominante, o momento em que esse regime alcança o limite de sua expansão material (produtiva e/ou comercial). Em outras palavras, é uma crise de superacumulação sistêmica, quando o reinvestimento na expansão material da economia mundial passa a não oferecer taxas de retorno favoráveis. Durante as crises sinalizadoras, os agentes que lideram o regime de acumulação passam, então, a desviar seus capitais em quantidades cada vez maiores das atividades produtivas e comerciais para as atividades de intermediação e especulação financeiras. Atividades essas que podem proporcionar, por algum tempo, uma recuperação das taxas de lucro, prolongando a liderança desses agentes no tempo e no espaço.

Essa crise é o “sinal” de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças

previne temporariamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode transformar o fim da expansão material num “momento maravilhoso” de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 220).

A especialização nas atividades financeiras, porém, não significa uma resolução definitiva para a crise sistêmica de superacumulação. Esse movimento pode apenas contornar temporariamente o problema e, na medida em que se intensifica, aprofundar as contradições fundamentais que levaram à formação da crise. Em determinado momento, ocorre uma outra crise que, dessa vez, marca o fim da fase de expansão financeira e de um ciclo sistêmico de acumulação: são as crises terminais. Historicamente, essas crises marcaram também o início de uma nova fase de expansão material, de um novo ciclo sistêmico de acumulação, fundado numa nova via de desenvolvimento, num novo regime de acumulação liderado por novos agentes. As crises terminais (representadas pela letra T na figura) estabelecem a superação definitiva do regime de acumulação até então dominante, assim como o fim da hegemonia dos agentes que lideraram esse regime.

Cabe ainda pontuar que os ciclos sistêmicos de acumulação são, assim como destacado por Arrighi ([1994] 2012), diferentes tanto dos ciclos seculares de preços mencionados por Braudel, quanto dos ciclos de Kondratiev¹¹. A diferença fundamental é que os ciclos sistêmicos de acumulação são “fenômenos intrinsecamente capitalistas” (p. 8), enquanto os ciclos seculares e de Kondratiev “são constructos empíricos cuja base teórica é incerta,

¹¹ Nas palavras de Wallerstein (2004), os ciclos de Kondratiev “são os ciclos básicos de expansão e estagnação na economia-mundo capitalista. Um ciclo, consistindo de uma fase A e de uma fase B, geralmente dura de cinquenta a sessenta anos. A própria existência dos ciclos de Kondratiev é contestada por muitos economistas. Entre aqueles que utilizam o conceito, há muito debate sobre o que os explica e, particularmente, o que explica a ascensão de uma fase B para uma fase A. Os ciclos são nomeados em homenagem a Nikolai Kondratiev, um economista russo que escreveu sobre eles na década de 1920 (embora ele estivesse longe de ser o primeiro a descrevê-los). Kondratiev os chamou de ondas longas” (p.95, tradução nossa).

derivados da observação das flutuações de longo prazo nos preços das mercadorias” (p. 6). Arrighi ([1994] 2012) lembra que, mesmo na literatura sobre os ciclos seculares e os ciclos de Kondratiev, não há um consenso sobre o que as flutuações de preços a longo prazo podem sinalizar, de forma que eles não são “indicadores fidedignos das contrações e expansões do que quer que haja de especificamente capitalista no moderno sistema mundial” (p.7). Além disso, quedas ou subidas dos preços não têm uma relação direta com os níveis de lucratividade, nem com o domínio dos agentes capitalistas sobre os recursos naturais e humanos. Por esse motivo, os ciclos de preços podem ser rastreados séculos antes da ascensão do capitalismo na Europa e mesmo em economias-mundo não capitalistas como a China Imperial. Arrighi ainda nota que, mesmo no clássico estudo de Goldstein (1988), as ondas longas de preços e de produção são estatisticamente explicadas pelas guerras entre grandes potências, enquanto que a emergência e expansão do capitalismo encontram-se fora da investigação.

Em suma, a ligação entre os ciclos seculares de Braudel e a acumulação *capitalista* de capital não tem um claro fundamento lógico ou histórico. A ideia dos ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário, deriva diretamente da ideia braudeliiana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 8).

Ou seja, a concepção dos ciclos sistêmicos de acumulação está vinculada diretamente à definição de capitalismo de Braudel, na qual a relação dos agentes que operam na camada capitalista da sociedade mercantil com o mundo do comércio e da produção é apenas instrumental. Quando o reinvestimento nessas atividades deixa de ser vantajoso, os capitalistas tendem a deslocar seus recursos para as atividades financeiras capazes de garantir um maior retorno do capital investido. É por isso que Arrighi ([1994] 2012) é enfático em afirmar o caráter “intrinsecamente capitalista” dos ciclos sistêmicos de acumulação, o que não é o caso nem dos ciclos seculares nem dos ciclos de Kondratiev.

Esse posicionamento de Arrighi parece ter se desenvolvido e se aperfeiçoado ao longo do seu trabalho. Em um artigo escrito cerca de 6 anos antes (ARRIGHI, [1988] 1997) do lançamento de “O Longo Século XX”, ele busca fazer uma análise dos movimentos da economia capitalista mundial com base nos ciclos de Kondratiev. Nesse artigo, Arrighi reformula a conceituação Schumpeteriana sobre as ondas longas de inovação (entendidas por ele como “ciclos de competição”) para então descrever as fases ascendente e descendente da economia mundial em função da variação de intensidade das pressões competitivas na economia capitalista. Em síntese, a tentativa de Arrighi ([1988] 1997) era explicar as ondas longas de inovação a partir da dinâmica sistêmica de competição intercapitalista e, assim, relacioná-las com os ciclos de Kondratiev. Tal formulação é abandonada anos depois em favor da construção da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, quando ele ajusta e refina sua leitura das transformações históricas no moderno sistema mundial.

3.3 As expansões materiais

As fases de expansão material da economia mundial são momentos em que o desenvolvimento do comércio e/ou da produção em nível sistêmico é o motor principal da acumulação de capital. Nessas fases, os investimentos reiterados nas atividades comerciais e produtivas proporcionam as melhores oportunidades de retorno para o capital investido.

As expansões materiais ocorrem quando um bloco de agentes empresariais e governamentais – vinculados a um Estado ou jurisdição política – desenvolve capacidade suficiente para liderar o sistema mundial em direção a divisões do trabalho mais amplas e mais profundas. Uma vez que essa expansão proporciona oportunidades crescentes de investimentos lucrativos, a maior parte do capital que retorna dos investimentos produtivos e comerciais são, então, reinvestidos recorrentemente na expansão desse mesmo tipo de atividades, gerando uma massa cada vez maior de lucros e, conseqüentemente, maior volume de capital para ser novamente investido. Nesse processo, inicialmente, a expansão sistêmica do comércio e da produção traz benefícios generalizados para os principais

centros econômicos mundiais, uma vez que o desenvolvimento de um centro auxilia o desenvolvimento dos outros. Desse modo, a relação predominante entre os centros capitalistas na expansão material da economia mundial é uma relação de cooperação, que se assemelha a um “jogo de soma positiva” ou de “ganha-ganha”.

Com o tempo e o desenrolar do processo, o reinvestimento crescente das massas de lucro na continuação da expansão do comércio e na produção acaba por alcançar seus limites. O grande volume de capital a ser reinvestido não encontra indefinidamente novas oportunidades de investimentos rentáveis. Em certo ponto, chega-se a uma situação em que há mais capital a ser investido do que capacidade de absorção lucrativa nos canais de investimento existentes – ou seja, uma crise de superacumulação. Nesse momento, as taxas de lucro começam a cair e a relação entre os centros de acumulação muda de figura. A relativa cooperação entre os centros capitalistas transforma-se em uma disputa cada vez mais acirrada pelos mercados já estabelecidos. As pressões competitivas na economia mundial se intensificam e as relações tendem a se tornar um “jogo de soma zero”. Nessa hora,

(...) a superacumulação do capital leva as organizações capitalistas a invadirem as esferas de atuação umas das outras; desarticula-se a divisão do trabalho que antes definia os termos de sua cooperação mútua e, cada vez mais, os prejuízos de uma organização passam a ser condição para que haja lucros em outra. Em suma, a competição transforma-se de um jogo de soma positiva para um jogo de soma zero (ou até de soma negativa). Converte-se numa competição selvagem, cujo objetivo primário é tirar as outras organizações de atividade, nem que isso signifique sacrificar os próprios lucros pelo tempo que for necessário para atingir esse objetivo (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 233).

A expansão material da economia mundial perde força até o ponto em que as taxas de lucro caem a um nível mínimo tolerado pelos capitalistas – um nível que, mesmo que existam retornos positivos, a avaliação frente aos riscos e benefícios do reinvestimento do capital na produção e/ou no comércio é negativa.

A partir desse momento, os agentes capitalistas tendem a manter líquidos seus excedentes de capital. Isto é, eles evitam transformar o capital monetário em capital-mercadoria. Ao alcançar esse ponto, a expansão material chega ao fim.¹²

O aumento da competição é, portanto, decorrente do progresso da expansão material da economia mundial por uma determinada via de desenvolvimento que, ao alcançar seus limites, produz um volume de capitais excedentes que não encontram oportunidades lucrativas de investimento produtivo e comercial. A queda das taxas de lucro é um prenúncio da superacumulação sistêmica de capitais.

3.3.1 Da cooperação à competição

Para efeitos de análise, dentro das fases de expansão material, Arrighi ([1994] 2012) diferencia duas subfases: i) uma fase A, de rendimentos crescentes, no início das expansões materiais – quando os rendimentos globais do capital estão elevados e há uma certa cooperação entre os centros de acumulação na direção da expansão geral do comércio e da produção; o desenvolvimento de um centro apoia e estimula o desenvolvimento dos outros centros; ii) uma fase B, de rendimentos decrescentes, momento que as expansões materiais perdem vigor – quando a taxa de lucro inicia um movimento de queda e a cooperação se transforma gradativamente numa competição entre os centros de acumulação.

No decorrer das fases B das expansões materiais, de queda das taxas de lucro, os agentes capitalistas buscam compensar os retornos decrescentes por meio de deslocamentos geográficos dos investimentos de capitais em direção a regiões (ou setores) em que as condições de acumulação ainda sejam favoráveis (ou

¹² Arrighi ([1994] 2012) aponta que a expansão material chega ao fim qualquer que seja o comportamento dos agentes capitalistas. Os mercadores e fabricantes podem tentar restringir a competição por meio de barreiras à entrada de novos participantes no mercado. Tal comportamento bloqueia a expansão material da economia, que termina porque os comerciantes e fabricantes restringem a oferta com vistas a manter o lucro no nível mais alto possível. De qualquer forma, Arrighi afirma que, no âmbito da economia mundial, a restrição à entrada nunca foi factível. No caso de haver liberdade de entrada, o lucro diminui até o mínimo tolerado pelos capitalistas frente aos riscos do investimento de capital. Aqui, a expansão do comércio e da produção é interrompida em função dos baixos lucros.

menos desfavoráveis). Quer dizer, eles buscam ocupar os espaços de investimentos possíveis e invadem “as esferas de atuação uns dos outros”. Esse movimento, que é parte do aumento das pressões competitivas, acaba intensificando as disputas geográfica e funcional entre os principais agentes da economia mundial.

Quando os centros de comércio e acumulação tentaram opor-se aos lucros decrescentes, através da diversificação de seus negócios, eles também aniquilaram a distância geográfica e funcional que os vinha mantendo fora do caminho uns dos outros, em mercados mais ou menos protegidos. Como resultado (...), a cooperação entre os centros foi substituída por uma concorrência cada vez mais violenta, que depressiu os lucros ainda mais e acabou por destruir as estruturas organizacionais em que se baseara a expansão material anterior (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 232).

Assim, a superacumulação de capitais em nível sistêmico fomenta disputas não apenas intercapitalistas, mas também interestatais, uma vez que pressiona cada centro de acumulação a lutar pelas oportunidades de investimentos materiais – setores produtivos, canais de comércio – ainda lucrativas que estão fora de suas jurisdições políticas.

Em geral, o momento decisivo entre a fase A, de rendimentos crescentes e expansão acelerada, e a fase B, de lucros decrescentes e expansão mais lenta, deveu-se (...) a uma superabundância desse capital, como nas “crises de superacumulação” de Marx. Havia um excedente ou excesso de capital investido, ou buscando oportunidades de inversão, na compra e venda de mercadorias, muito além do nível de investimento que impediria a queda da taxa de lucro. Enquanto uma parte desse capital excedente não era **empurrada para fora**, a taxa global de lucro tendia a cair, e a concorrência entre os locais e os ramos de negócio – bem como dentro de cada um deles – se intensificava (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 232, grifo nosso).

3.3.2 Regimes de acumulação e vias de desenvolvimento

O bloco de agentes empresariais e governamentais que lideram um ciclo sistêmico de acumulação é, via de regra, organizado em torno de um Estado ou jurisdição política do sistema mundial e estabelece, durante a fase de expansão material, uma determinada via de desenvolvimento. Essas vias, pelas quais o capitalismo se expandiu ao longo da história, são parte integrante dos regimes de acumulação em nível sistêmico.

O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 10).

Um Estado dominante pode liderar o sistema de Estados de duas formas: i) atraindo outros Estados para sua própria via de desenvolvimento ou ii) liderando o sistema de Estados para uma direção desejada. O primeiro tipo de liderança, com o tempo, aumenta a competição pelo poder, sendo, por isso, prejudicial ao líder no longo prazo. O segundo tipo de liderança tende a ser percebido pelos outros Estados como a busca do interesse geral e, dessa forma, é entendido por Arrighi ([1994] 2012) e Arrighi e Silver (2001) como uma situação típica de hegemonia. Os dois tipos de liderança coexistem nas situações hegemônicas, mas a segunda é que define a hegemonia propriamente dita. Já quanto ao significado do interesse geral num sistema interestatal, Arrighi argumenta que

o interesse geral representado por um agente hegemônico não pode ser definido em termos de mudanças na distribuição do

poder entre as jurisdições políticas. Mas pode ser definido em termos de um aumento do poder coletivo em relação a terceiros ou à natureza, por parte dos grupos dominantes de todo o sistema (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 37).

Nesse sentido, estabelecer um regime de acumulação em escala mundial e impor uma via de desenvolvimento baseada em “novas formas de cooperação e divisão do trabalho interestatais” que ajudem a promover, organizar e administrar a expansão do poder dos grupos dominantes, é a melhor maneira de exercer a liderança, criar uma ordem mundial e adquirir funções hegemônicas no sistema interestatal.

3.3.3 A contradição entre os meios e os fins da acumulação de capital

As expansões materiais da economia mundial capitalista obedecem a um princípio básico da acumulação de capital: a busca da maximização do lucro pelos agentes capitalistas como um fim em si mesmo. Em outras palavras, a “acumulação pela acumulação” é o motor do desenvolvimento do comércio e da produção. Sempre que um novo regime de acumulação se iniciou, as oportunidades de investimentos em novos canais de comércio e/ou novos ramos da produção proporcionaram altas taxas de retorno para os donos do capital. Nesse sentido, as expansões materiais da economia mundial foram sempre um meio, utilizado pelos agentes que lideraram esses processos, para alcançar o fim – a reprodução ampliada do capital. Para não deixar dúvidas: as expansões materiais só puderam se sustentar em bases capitalistas enquanto foram o meio mais apropriado para a ‘autoexpansão’ do capital.

O agente capitalista, por definição, interessa-se primordialmente, senão exclusivamente, pela expansão interminável de seu estoque de dinheiro (D); para este fim, compara continuamente os lucros que pode esperar do reinvestimento de seu capital no comércio de mercadorias (isto é, da valorização segundo a fórmula DMD') com os lucros que pode esperar se mantiver líquidos os excedentes de caixa, deixando-os prontos

para ser investidos em alguma transação financeira (isto é, na valorização segundo a fórmula abreviada DD`) (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 235).

Dito de outra forma,

O agente de acumulação de capital é capitalista, justamente, porque colhe lucros grandes e sistemáticos através do investimento de seu estoque de capital no comércio e na produção, ou na especulação e no sistema de crédito, dependendo da fórmula (DMD´ou DD´) que garantir maior poder de reprodução para esse estoque (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 236).

Por isso, enquanto as atividades comerciais e produtivas se mantêm como o meio mais apropriado para a reprodução ampliada do capital, a expansão material da economia mundial e a autoexpansão do capital apoiam-se mutuamente seguindo a via de desenvolvimento estabelecida. Os excedentes monetários são reinvestidos no comércio e na produção, atividades que proporcionam mercados em quantidade crescente para absorver a massa aumentada de capital monetário reproduzido.

Para sua expansão, a economia mundial pode contar com o volume sempre crescente de moeda e outros meios de pagamento que busquem investir no comércio. E, para sua autoexpansão, o capital pode contar com a disponibilidade de um número e variedade cada vez maiores de mercados especializados, nos quais uma massa crescente de produtos pode ser comprada e vendida sem que seu valor se deprecie. (...) Nessas circunstâncias, o ritmo em que o volume de comércio e o valor do capital aumentam é não apenas rápido, mas também estável (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 238).

Entretanto, como vimos, esse processo não pode prosseguir indefinidamente. Quando os canais da expansão comercial e produtiva começam a se fechar, emerge a contradição entre os meios e os fins da acumulação capitalista, ou seja, entre a expansão material da economia mundial e a autoexpansão do capi-

tal. Essa contradição pressiona os agentes capitalistas por uma mudança dos meios utilizados para a continuidade da reprodução ampliada de capital.

[A] passagem mais recente do comércio e da produção para a especulação e a intermediação financeiras (...) pode ser interpretada como um reflexo da mesma contradição subjacente entre a autoexpansão do capital e a expansão material da economia mundial (...), que corresponde, em nosso esquema, ao “desenvolvimento das forças produtivas da sociedade [mundial]” de Marx. Em todos os casos, a expansão material da economia mundial constituiu **apenas um meio** para a sustentação de esforços que visavam primordialmente aumentar o valor do capital, e no entanto, no correr do tempo – eis a contradição –, essa expansão do comércio e da produção tenderam [sic] a reduzir a taxa de lucro e, com isso, a diminuir o valor do capital (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 227, grifo nosso).

Assim, quando os agentes capitalistas avaliam que os retornos do investimento na expansão material atingiram o mínimo tolerável e já não valem a pena frente ao risco, eles começam a deslocar quantidades crescentes do capital excedente do comércio de mercadorias para o comércio de dinheiro. Esse momento, já vimos, que caracteriza uma crise de superacumulação, é definido nos termos dos ciclos sistêmicos de acumulação como uma crise sinalizadora do regime de acumulação dominante, quando a expansão do comércio e da produção encontra seus limites e que marca um período de transição entre o fim de uma fase de expansão material e o início de uma fase de expansão financeira.

chamaremos o início de cada expansão financeira – e, por conseguinte, de cada século longo – de “crise sinalizadora” do regime de acumulação dominante. É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma “crise”, no sentido que marca um “ponto decisivo”, um

“momento crucial de decisão”. Através dessa mudança, o principal agente dos processos sistêmicos de acumulação de capital revela uma avaliação negativa da possibilidade de continuar a lucrar com o reinvestimento do capital excedente na expansão material da economia mundial, bem como uma avaliação positiva da possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 220).

O propósito capitalista de autoexpansão do capital, orientado pelo cálculo de maximização do lucro e de minimização dos riscos, deixa então de ser realizado através dos reinvestimentos no comércio e na produção e, ao deslocar os excedentes para as atividades financeiras, encontra um meio mais apropriado para a acumulação. Portanto, é a própria lógica capitalista que faz com que, necessariamente, as expansões materiais cheguem a um fim, além de criar as condições de oferta monetária para as expansões financeiras.

3.4 As expansões financeiras

As expansões financeiras têm início quando, a partir da crise sinalizadora de um dado regime de acumulação em nível sistêmico – uma crise sistêmica de superacumulação –, os principais agentes capitalistas se retiram das atividades comerciais e produtivas e deslocam seus capitais excedentes prioritariamente para as atividades financeiras. Fazendo isso, esses agentes conseguem escapar das pressões competitivas intensificadas, recuperar a lucratividade e reforçar sua centralidade na hierarquia do sistema mundial capitalista. Esse movimento é o resultado do cálculo estritamente capitalista desses agentes que, em função da intensificação da concorrência e a conseqüente queda nas taxas de lucro, são confrontados pela crescente contradição entre a autoexpansão de seus capitais e a expansão material da economia, ou seja, entre os fins e os meios da atividade capitalista.

3.4.1 Mudança dos agentes líderes para as altas finanças

Os grupos que estavam em melhores condições de se aproveitar do deslocamento dos capitais superacumulados no comércio e na produção em direção às finanças foram, historicamente, aqueles mesmos que lideraram a expansão material anterior. Isso não apenas pelo volume de capital excedente que eles próprios dispunham, mas especialmente porque as redes de comércio e comunicações, os entrepostos, as informações e conhecimentos sobre os mercados – estruturas fundamentais para o sucesso na intermediação financeira – já eram controlados por esses grupos. De modo que o controle das altas finanças era muito mais factível para eles do que para quem não estava numa posição de comando no comércio mundial.

Essa posição de centralidade também os colocou em melhores condições do que qualquer outro grupo de agentes para avaliar e reagir às tendências globais da economia mundial, tornando-se os principais “intermediários e reguladores da oferta e demanda de capital monetário”. Uma vez alojados nas altas finanças e, a partir dessa posição, reforçando seu comando sobre a economia mundial, esses agentes – sócios do bloco hegemônico – consolidaram-se como centros organizadores das redes e dos fluxos globais de capitais, posição que lhes permitiu aproveitar vantajosamente a competição interestatal pelo capital circulante para restaurar seus lucros e seu poder no sistema mundial (ARRIGHI, 2010).

3.4.2 Condições de oferta e de demanda do capital circulante

Como visto, na passagem para as expansões financeiras, a crise sistêmica de superacumulação faz com que haja uma intensificação das pressões competitivas entre os agentes capitalistas. Essa competição resulta das reações contra a queda nas taxas de lucro e da busca pelos investimentos com melhores retornos: gradativamente as organizações capitalistas invadem os espaços e as esferas de atuação uma das outras – que eram mantidas relativamente protegidas no momento de cooperação mútua – e logo “as perdas de

uma organização [tornam-se] as condições para os lucros de outra” (ARRIGHI, 2007, p. 156). Como resultado, há uma centralização do capital em empresas maiores e menos numerosas. Nesse processo, a expansão dos lucros não ocorre para os capitalistas como um todo, pois a lucratividade vem, antes de tudo, através de redistribuições dentro da própria classe capitalista.

A competição intercapitalista aumentada reforça a disposição dos agentes capitalistas de manter seus fluxos de capital na forma líquida. Esse movimento leva a formação de uma oferta abundante de capital circulante que tende a ser direcionado, via sistema de crédito, para oportunidades lucrativas em qualquer lugar da economia-mundo. Essa é, portanto, a ‘condição de oferta’ das expansões financeiras, ou seja, a disponibilidade de uma proporção cada vez maior de capital monetário para empréstimos e especulação na economia mundial.

Por outro lado, para que as expansões financeiras possam se sustentar e se prolongar no tempo, deve haver o surgimento de uma demanda por capital monetário compatível com sua oferta crescente, já que um excesso de liquidez na economia mundial sem uma demanda proporcional forçaria as taxas de juros para baixo, diminuindo, dessa forma, a lucratividade das negociações financeiras. Nesse cenário, pela lógica capitalista de acumulação, a vantagem em transferir os excedentes dos mercados de produtos para os mercados de capitais rapidamente desapareceria. Dito isso, o que garante a ‘condição de demanda’ das expansões financeiras é o aumento da competição pelo capital circulante por parte dos agentes governamentais, resultado da intensificação concomitante da competição interestatal. Agentes que, via de regra, têm seu poder fundado em bases territoriais e cuja racionalidade não estritamente capitalista conduz que se guiem por uma lógica de reprodução e expansão do poder não diretamente relacionada a considerações imediatas de lucro ou de cálculos econômicos de custo/benefício. Esses agentes aumentam suas demandas por capital monetário tanto como um meio de prevalecer na disputa contra outros Estados quanto para garantir as condições internas de exercício do poder sobre seus territórios e populações. Nesse sentido, as atividades de gestão do Estado e o financiamento de atividades bélicas – guerras e preparação para guerras – tornam-se setores

importantes para os investimentos estatais, podendo até mesmo gerar surtos de aumento da produção e comércio durante as fases de expansão financeira¹³.

Em geral, essas organizações [governamentais] não ficaram desestimuladas, como as organizações capitalistas, com a queda nos lucros e o aumento dos riscos do emprego do capital no comércio e na produção. Ao contrário, lutaram contra a queda nos lucros tomando emprestado todo o capital que podiam e investindo-o na conquista forçosa de mercados, territórios e populações (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 238).

Em síntese, o fenômeno que sustenta no tempo as fases de expansão financeira da economia mundial é, simultaneamente, o aumento da oferta de capital monetário (resultado da concorrência intercapitalista intensificada que pressiona por uma transferência dos excedentes de capitais da produção e comércio para o sistema de crédito) e o aumento da demanda por esse mesmo capital monetário (resultado da concorrência interestatal intensificada que pressiona pelo uso do capital circulante como um meio de poder).

nossa análise mostrou que foi precisamente a divisão da economia mundial em múltiplas jurisdições políticas, competindo entre si pelo capital circulante, que deu aos agentes capitalistas as maiores oportunidades de continuar a expandir o valor de seu capital, nos períodos de estagnação material generalizada da economia mundial, com a mesma rapidez ou ainda mais depressa do que nos períodos de expansão material (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 237).

¹³ A expansão da produção e do comércio em bases não capitalistas, mas com objetivos de poder e *status* por parte dos Estados no sistema mundial, faz com que, durante as fases de expansão financeira, estas atividades apresentem altos e baixos. Os investimentos militares na indústria bélica por organizações estatais que não seguem apenas a lógica estritamente capitalista de autoexpansão do capital são um bom exemplo do tipo de investimento material que acaba sendo impulsionado ao longo das expansões financeiras. Por isso também, as fases de expansão financeira são épocas de turbulência sistêmica – Arrighi argumenta que durante essas fases, na medida em que a contradição entre a autoexpansão do capital e a expansão material se intensifica, a economia mundial deixa de seguir uma via de expansão estável (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 239).

3.4.3 Redistribuições de valor nas expansões financeiras

Por esse motivo, o declínio das expansões materiais coloca os agentes governamentais em posição relativamente desfavorável frente aos agentes empresariais capitalistas – alienando o Estado aos interesses monetários. Por um lado, ao manter em forma líquida o capital (uma forma que não está enraizada em um território específico), os agentes empresariais fortalecem suas condições de barganha frente aos Estados; por outro, o fim da expansão material tende a criar maiores dificuldades orçamentárias para as organizações governamentais (pelas maiores dificuldades de tributar essa forma de capital). Assim, ao experimentarem uma escassez relativa dos rendimentos oriundos do comércio e da produção, os governos respondem a essas restrições competindo pelo capital acumulado nos mercados financeiros (capital necessário, como visto, para o exercício do poder dos Estados tanto sobre seus territórios e populações quanto em relação aos outros Estados do sistema mundial). Daí que um aspecto relevante de todas as expansões financeiras até hoje foi um maior controle dos interesses monetários sobre a grande maioria dos governos – e de suas populações.

Nesse contexto, os agentes empresariais capitalistas conseguem aumentar seus lucros por meio de redistribuições dos rendimentos tanto nas relações Estado-capital como também nas relações capital-trabalho, através de diversas formas de acumulação por despossessão (especialmente via finanças).

todas as expansões financeiras trouxeram consigo a acumulação por desapropriação. Basta mencionar que emprestar capital excedente a governos e populações em dificuldade financeira só seria lucrativo na medida em que redistribuísse o patrimônio ou a renda dos tomadores dos empréstimos entre os agentes que controlavam o capital excedente. Na verdade, esse tipo de redistribuição maciça foi o ingrediente fundamental de todas as *belles époques* do capitalismo financeiro, desde a Florença renascentista até as eras Reagan e Clinton. (ARRIGHI, 2008, p., 242).

Portanto, a sustentabilidade dos lucros dos capitalistas durante as expansões financeiras está baseada não na criação de valor novo, mas fundamentalmente na redistribuição dos rendimentos e da riqueza a seu favor às custas dos Estados, dos trabalhadores, das comunidades e da natureza. Ou seja, nesse processo, a expansão dos lucros se dá, basicamente, via redistribuição entre as classes, por meio de uma série de mecanismos de acumulação por despossessão.

3.4.4 Investimentos na terra e a formação das classes rentistas

Outro aspecto distintivo das expansões financeiras, mas pouco desenvolvido por Arrighi, é a tendência de os agentes capitalistas envolvidos numa expansão comercial e produtiva em declínio deslocarem parte do capital excedente para a aquisição de terras e bens imóveis – um tipo de propriedade que, ao garantir um fluxo de renda, pode ser entendido dentro de uma concepção mais abrangente de investimento financeiro.

Esse foi o caso, por exemplo do patriciado veneziano que, no contexto do declínio comercial da passagem do século XIV para o XV – durante a expansão financeira que precedeu o primeiro ciclo sistêmico de acumulação – direcionou seus recursos para a aquisição de terras e a extração de rendas fundiárias – anexando a região rural adjacente: a *Terraferma*. Nesse processo, a classe capitalista comercial de Veneza se sedentarizou e transformou-se lentamente numa aristocracia rentista proprietária de terras. Em alguma medida, a realocação do capital mercantil para a aquisição de terras – rurais e urbanas – ocorreu nas principais classes capitalistas comerciais das cidades-estado italianas. Esse movimento buscava tanto garantir uma reserva segura para o capital excedente quanto reforçar o poder dessas classes interna e externamente, ao permitir uma ampliação do domínio territorial.

Da mesma forma, o capital excedente do comércio holandês, quando confrontado com condições análogas de superacumulação, foi deslocado para “bens geradores de renda, especialmente terras” (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 138). O investimento do capital excedente em terras rurais, assim como em obras de arte e artigos

de luxo duráveis, tinha a função de armazenar os lucros gerados no comércio de longa distância e nas altas finanças. Desde sempre, portanto, tais tipos de investimento são um traço importante no decorrer de todas as expansões financeiras.

Então como agora, uma parcela significativa desse capital excedente tendia a correr para a especulação e para o consumo ostensivo; e, então como agora, o investimento em bens imóveis, nas próprias cidades capitalistas, era o meio mais importante de combinar a especulação com o consumo ostensivo (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 183).

3.4.5 Restauração da riqueza e do poder para as classes capitalistas

Ao lado dos investimentos estatais em atividades militares e do investimento em bens imóveis geradores de renda, o consumo ostensivo de produtos culturais é mais um aspecto a se destacar nas expansões financeiras. Aspecto que, de certa forma, conferiu para essas épocas uma reputação memorável entre as classes dominantes.

Historicamente, ao reduzir por um tempo as pressões competitivas que empurravam as taxas de lucro para baixo, as expansões financeiras se converteram num ‘momento maravilhoso’ para os principais grupos capitalistas da economia mundial. Os altos retornos na esfera das finanças, assim como a grande concentração do capital monetário nas mãos do bloco de agentes dominante na intermediação financeira, propiciaram a restauração da riqueza e do poder para as classes proprietárias. O deslocamento para as finanças permitiu também um alívio momentâneo na competição para as empresas que continuavam nas atividades materiais, contribuindo para um sentimento generalizado entre os capitalistas de melhora nas condições de negócios, uma vez que as taxas de lucro puderam apresentar uma breve recuperação. Essa restauração do poder e da riqueza das classes proprietárias faz com que Arrighi afirme que as expansões financeiras tenham se convertido nas *Belles Époques* dos grupos que lideraram cada ciclo sistêmico de acumulação.

Além disso, essas épocas também ficaram marcadas pelo consumo ostensivo de produtos culturais. Isso porque, quando os excedentes não são reinvestidos numa nova expansão do comércio e da produção, eles podem ser canalizados para as mais diversas atividades especulativas e de ostentação – o aumento do consumo conspícuo entre as classes capitalistas impulsiona o setor de artigos de luxo. O investimento nas artes e na cultura adquirem a importância política de reforçar o *status* dos grupos dominantes e de criar uma imagem social positiva para seus patrocinadores (pensemos nos casos atuais de *sportswashing* e de megaeventos esportivos funcionando como instrumento de *soft power* para alguns Estados). Foi esse tipo de consumo ostentatório, orientado por interesses políticos, que impulsionou, por exemplo, o Renascimento italiano especialmente em Veneza e em Florença (nesta última, através da figura emblemática da família Médici)¹⁴. Por tudo isso, é bastante rica a imagem formulada por Braudel de que as expansões financeiras são o ‘sinal do outono’ de todos os grandes desenvolvimentos capitalistas. Elas marcam o momento da ‘colheita dos frutos’ da fase de expansão material anterior, sendo que “ao lado do desenvolvimento das altas finanças, o consumo ostensivo de produtos culturais foi o modo mais importante de colheita desses frutos” (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 97). Mas se o outono indica que os frutos estão prontos para serem colhidos, é também a estação que anuncia que a evolução do capitalismo por aquela via de desenvolvimento atingiu sua maturidade e está próxima do fim.

3.4.6 A emergência de um novo regime de acumulação

O surgimento de um novo regime de acumulação liderado por um novo bloco de agentes capazes de deflagrar uma nova rodada de expansão material e, assim, iniciar um novo ciclo sistêmico de acumulação é fomentado pela realocação, através do sistema de crédito, do capital excedente dos locais e setores menos lucrativos para os locais e setores em que o comércio e a produção começam a gerar taxas de lucro crescentes e sustentadas. Assim, dado que o

¹⁴ Ver Arrighi ([1994] 2012), p. 107-108.

capital tende a se concentrar nas estruturas organizacionais que apresentam melhores capacidades de garantir maiores taxas de retorno, há, durante as expansões financeiras, uma transferência de capitais dos centros declinantes em direção aos centros emergentes da economia mundial. Foi a concentração do investimento de capital em novas estruturas de acumulação que criou as condições para a ascensão de novos regimes dominantes, formando as bases para novas fases de expansão material da economia mundial. Desse modo, uma expansão financeira somente termina quando um novo bloco de agentes consegue estabelecer um novo regime de acumulação em nível sistêmico capaz de absorver e direcionar os fluxos de excedentes para uma nova rodada de expansão global das atividades produtivas e comerciais.

Conforme Arrighi ([1994] 2012), esse fenômeno foi, de certa maneira, também observado por Marx, que ressaltou a importância das dívidas públicas dos Estados para o recorrente recomeço do processo de acumulação em diferentes países ao longo da história.

Com a dívida nacional surgiu um sistema de crédito internacional, que amiúde oculta uma das fontes de acumulação primitiva deste ou daquele povo. Assim, as vilanias do sistema veneziano de ladroagem formaram uma das bases secretas da riqueza da Holanda, a quem Veneza, em sua decadência, emprestara grandes somas de dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. No início do século XVIII, (...) a Holanda deixara de ser a nação preponderante no comércio e na indústria. O empréstimo de imensas somas de capital, especialmente para sua grande rival, a Inglaterra, [tornou-se] então um de seus principais ramos de negócios. [E o] mesmo vem acontecendo hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. (MARX *apud* ARRIGHI [1994] 2012, p. 14)

Por isso, ao mesmo tempo que as expansões financeiras são fases de declínio de um ciclo sistêmico de acumulação liderado por um bloco de agentes empresariais e governamentais, elas também são fases de surgimento de um novo ciclo liderado por um novo bloco de agentes. As estruturas organizacionais que atingiram os limites do seu desenvolvimento material começam a ceder seu

lugar para aquelas que estão iniciando seu processo e que apresentam maior potencial de crescimento.

Para usar a imagem de Braudel, toda e qualquer expansão financeira é simultaneamente o “outono” de um desenvolvimento capitalista de significado histórico mundial que atingiu seus limites em um lugar e a “primavera” de um desenvolvimento de significado ainda maior que está começando em outro lugar (ARRIGHI, 2010, p. 374)

O surgimento de uma via de desenvolvimento alternativa, com maior potencial de crescimento do que a antiga, contribui para reforçar a turbulência econômica, política e social que é parte das fases de expansão financeira da economia mundial. Nesses períodos, cresce a desorganização e a instabilidade estrutural do sistema, de maneira que o bloco de agentes que ainda o lideram perde gradativamente as condições de controle e ordenação. Em algum momento, as estruturas que suportaram o sistema mundial ao longo de um ciclo sistêmico de acumulação entram em colapso. É a crise terminal do regime de acumulação dominante.

3.4.7 Caos sistêmico e transição hegemônica

No decorrer das expansões financeiras, a intensificação das disputas intercapitalista e interestatal¹⁵, o esgotamento da possibilidade de autoexpansão do capital pela via de desenvolvimento estabelecida, o surgimento intersticial de novas configurações de poder e vias alternativas de desenvolvimento, a escalada de conflitos sociais (em virtude da redistribuição e da centralização dos rendimentos e da riqueza para as classes proprietárias), tudo isso conduz a uma turbulência sistêmica e à diminuição do poder do Estado dominante, o que, via de regra, transforma-se em uma crise

¹⁵ Na medida em que o exercício do poder dos Estados conta com uma lógica territorial (a expansão do controle sobre territórios e populações) e com uma lógica capitalista (a expansão do controle sobre os recursos econômicos) e na medida em que os agentes empresariais dependem de suas articulações com os poderes estatais para serem bem sucedidos na economia mundial, no nível sistêmico, a disputa intercapitalista e a disputa interestatal estão sempre misturadas uma na outra, a intensificação da primeira conduzindo à intensificação da segunda e vice e versa.

hegemônica. Na esteira da crise de hegemonia e da perda do poder organizador do sistema pelo Estado líder, se estabelece uma situação de caos sistêmico.

Por caos sistêmico entendemos uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável. Quando há uma escalada da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder. A perturbação tende a reforçar a si mesma, ameaçando provocar, ou de fato provocando, um colapso completo na organização do sistema (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 42).

A ruptura ou colapso hegemônico, anunciada pelo caos sistêmico, é o momento de desintegração da ordem sistêmica anterior, mas também de emergência de uma nova hegemonia. Entretanto, essa nova hegemonia só pode se consolidar com a formação de uma organização sistêmica capaz de responder satisfatoriamente à demanda por ordem da maior parte dos Estados componentes do sistema.

O colapso de qualquer ordem hegemônica dada decorre, em última instância, do fato de que o aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema ultrapassa a capacidade organizacional do complexo hegemônico específico que criou as condições da expansão sistêmica. Em última análise, portanto, a desordem auto-reforçadora subsequente só pode ser superada, e só se podem criar condições para uma nova expansão sistêmica, se surgir um novo complexo que seja dotado de maior capacidade sistêmica do que o antigo complexo hegemônico (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 43)

O bloco de agentes hegemônico emergente, organizado em torno de um Estado, é aquele que consegue atrair os demais Estados para divisões do trabalho dentro de sua própria via de desenvolvimento, criando as condições para uma maior cooperação entre eles na nova ordem mundial que se institui. Acontecendo dessa maneira, o caos sistêmico é superado e um novo ciclo sis-

têmico de acumulação se inicia liderado pelo novo *hegemon*. Os novos ciclos sistêmicos de acumulação, por sua vez, exigem uma maior concentração do poder e da capacidade de organização em torno do novo Estado hegemônico, uma vez que o sistema evolui para condições de maior volume e densidade dinâmica – resultado do acúmulo da sequência de expansões anteriores. Esse processo de transição hegemônica que ocorre associado às expansões financeiras está esquematizado por Arrighi e Silver (ARRIGHI e SILVER, 2001) na Figura 2.

Figura 2 - A dinâmica das transições hegemônicas



Fonte: extraído de ARRIGHI e SILVER (2001)

Nela, o padrão de recorrência e evolução apresentado descreve as transições hegemônicas que já aconteceram – das Províncias Unidas para o Reino Unido e do Reino Unido para os Estados Unidos. Porém, na medida em que esses processos são tanto uma necessidade sistêmica quanto uma contingência histórica, é possível que a expansão financeira atual não reproduza necessariamente todos os padrões análogos aos apresentados anteriormente. E, apesar de as expansões financeiras serem momentos recorrentes de transformação estrutural do capitalismo mundial e do sistema interestatal reorganizados sob uma nova liderança, “um certo grau de indeterminação continuará a ser a característica marcante da mudança sistêmica, tanto passada quanto presente” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 44).

As expansões financeiras apenas chegam ao fim com o estabelecimento, por um novo bloco hegemônico, de um regime de acumulação em nível sistêmico capaz de controlar a competição interestatal e guiar o conjunto dos Estados, de forma mais ou menos cooperativa, em direção ao aprofundamento ou ampliação da economia mundial, ou seja, para uma nova rodada de expansão material. Historicamente, esse processo nunca foi pacífico. Nas três transições hegemônicas anteriores, os períodos de caos sistêmico foram seguidos de conflitos militares que envolveram os principais centros do sistema mundial. Nos três casos, foram guerras de aproximadamente trinta anos que ‘limparam o terreno’ e permitiram a instituição de uma nova ordem mundial. Somente após a resolução política dada por esses conflitos, o novo Estado hegemônico esteve em condições de liderar um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Durante todos esses períodos de transição, a capacidade do centro anterior de altas finanças de regular e liderar o sistema mundial existente de acumulação num determinado rumo foi enfraquecida pela ascensão de um centro rival, que, por sua vez, ainda não havia adquirido as aptidões ou qualificações necessárias para se tornar o novo “dirigente” da máquina capitalista. Em todos esses casos, o dualismo de poder nas altas finanças acabou sendo resolvido pela escalada em direção a um clímax final (sucessivamente, a Guerra dos Trinta Anos, as Guerras Napoleônicas, a Segunda Guerra Mundial) das lutas competitivas que, em regra geral, marcam as fases finais (MD´) dos ciclos sistêmicos de acumulação. No curso desses confrontos “finais”, o antigo regime de acumulação deixou de funcionar. Historicamente, porém, somente *depois* de cessados os confrontos é que se estabeleceu um novo regime, com o capital excedente encontrando o caminho de volta para uma nova fase (DM) de expansão material (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 164).

Portanto, o surgimento de uma nova hegemonia, de um novo regime e de um novo ciclo sistêmico de acumulação não é um fato dado ou um destino incontornável da história do capitalismo. Como veremos, os ciclos sistêmicos de acumulação descrevem os

padrões do capitalismo histórico até o presente, mas não podem prever seu futuro.

3.5 Ciclos sistêmicos de acumulação como estágios na história do capitalismo

A abordagem sistêmica do capitalismo proposta por Arrighi é dotada de uma perspectiva abrangente tanto em termos históricos – leva em conta a longa duração do capitalismo – quanto em termos espaciais – pois toma como unidade de análise o próprio sistema de Estados onde o capitalismo está enraizado, o que é diferente de abordagens que entendem a dinâmica sistêmica como a soma das dinâmicas dos Estados considerados individualmente. Dessa perspectiva, a história da formação e expansão do sistema mundial capitalista pode ser subdividida em partes: os quatro ciclos sistêmicos de acumulação. Ciclos que não devem ser entendidos como meras repetições de trajetórias predeterminadas, mas como elos sucessivos que, ao ampliar e aprofundar os processos de acumulação de capital, transformaram regularmente o sistema ao mesmo tempo que lhe conferiram uma continuidade fundamental.

Os ciclos que emergem da investigação não são partes subordinadas de um todo preconcebido, nem tampouco exemplos independentes de uma situação; são exemplos interligados de um único processo histórico de expansão capitalista, que eles mesmo constituem e modificam (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 24).

Em cada ciclo, o sistema mundial capitalista passou por reorganizações fundamentais e sua expansão – desde seu embrião nas cidade-estado italianas até sua atual dimensão global – avançou através de uma série de rupturas dos padrões estabelecidos, ou seja, por intermédio de diferentes regimes de acumulação que, na sequência dos ciclos, foram instituídos a partir da liderança de um Estado hegemônico que reorganizou o sistema para “solucionar os problemas e contradições encontrados na trilha aberta por seu antecessor” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 259). Dessa forma,

Nossa sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação constitui, de fato, “uma série de elevações”, sendo cada uma resultante das atividades de um complexo particular de agentes governamentais e empresariais, dotados da capacidade de levar a expansão da economia capitalista mundial um passo além do que podiam ou queriam fazer os promotores e organizadores da expansão precedente. Cada passo adiante implica uma troca de guarda no alto comando da economia mundial capitalista e uma concomitante “revolução organizacional” nos processos de acumulação de capital (...) (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 89).

Os ciclos sistêmicos de acumulação, portanto, são como estágios de um processo evolutivo do desenvolvimento histórico do capitalismo. Suas fases de expansão material e de expansão financeira são partes integrantes do funcionamento do sistema enquanto totalidade, um sistema que cresceu consistentemente no decorrer dos últimos cinco séculos, impulsionado por uma série de agentes governamentais e empresariais.

3.5.1 Aumento da complexidade e tamanho dos agentes e estruturas organizacionais

A observação da Figura 1 nos permite perceber que, ao longo da história capitalista, os ciclos sistêmicos de acumulação tornaram-se progressivamente mais curtos. Isto nos indica que o desenvolvimento do sistema mundial capitalista acelerou, um ciclo após o outro, o tempo que cada regime de acumulação em nível sistêmico levou para se formar, se desenvolver plenamente e, enfim, ser superado. Uma das explicações para esse fato é que cada regime de acumulação apresenta capacidades expansivas maiores que o anterior. Assim, um regime que alcança seus limites e produz volumes de capital excedente que não é capaz de absorver em atividades materiais, só pode ser superado por um outro regime que apresente capacidades ampliadas. Os novos regimes, portanto, serão maiores e terão, por isso, condições de levar adiante a expansão do sistema. Esses regimes, então, terão uma capacidade de acumulação aumentada, porém, em algum momento, também encontrarão seus limites, criando excedentes de capital numa escala superior.

Portanto, os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação ao longo da história do capitalismo não representam uma repetição pura e simples de padrões, mas uma trajetória evolutiva em que o sistema sempre aumentou de tamanho, escopo, escala e complexidade. Cada um dos ciclos teve, na sequência, regimes de acumulação – com seus agentes, estruturas e estratégias – mais poderosos que os anteriores. Como reiterou Arrighi,

Ao contrário da leitura de alguns críticos, meu conceito de ciclos sistêmicos de acumulação não retrata a história do capitalismo como “o eterno retorno do mesmo”. Ele mostra, em vez disso, que, exatamente quando o “mesmo” (ou seja, as expansões financeiras recorrentes no sistema como um todo) parecia voltar, novas rodadas de concorrência entre capitalistas, rivalidade entre Estados, acumulação por desapropriação e produção de espaço em escala cada vez maior *revolucionavam* a geografia e o modo de funcionamento do capitalismo mundial, assim como a sua relação com as práticas imperialistas. (ARRIGHI, 2008, p. 244)

Para dar conta das necessidades expansivas do sistema, do aumento da escala e alcance das redes de poder e acumulação nas quais operavam, em cada ciclo, os processos de acumulação tiveram que ser liderados por blocos de agentes governamentais de tamanho, poder, capacidade e complexidade organizacional sempre maiores. Da mesma forma, os “continentes de poder”, ou seja, as jurisdições políticas que abrigaram esses agentes, apresentaram tamanho territorial e recursos naturais e demográficos crescentes.

Assim, se nos concentrarmos nos “recipientes de poder” que abrigaram o “quartel-general” dos principais agentes capitalistas dos ciclos sucessivos de acumulação, veremos imediatamente uma progressão da cidade-Estado e da diáspora comercial cosmopolitana (os genoveses) para um Estado proto-nacional (as Províncias Unidas) com as sociedades anônimas oficiais, um Estado multinacional (o Reino Unido) com um império tributário que dava a volta ao mundo e um Estado nacional do tamanho de um continente (os Estados Unidos)

com um sistema de grandes empresas multinacionais, bases militares e instituições de governança mundial que englobam o mundo todo (ARRIGHI, 2008, p. 244).

No primeiro ciclo sistêmico de acumulação, os agentes capitalistas da República de Gênova estavam originalmente baseados em uma cidade-estado que, apesar de suas redes comerciais cosmopolitas, não acumulava poder nem força suficiente para rivalizar com os principais Estados territoriais que dominavam as atividades de guerra e a política europeia. Tal fraqueza organizacional dos genoveses, os conduziu a estabelecer uma aliança político-militar com os agentes governamentais da maior potência territorial europeia da época: a Espanha imperial (e, em certa, medida, também com os portugueses). Esta aliança garantiu aos genoveses as condições para sustentar sua liderança nos processos de acumulação sistêmicos, enquanto os ibéricos ficavam responsáveis pela construção de seus impérios – atividades de guerra, de conquista e expansão territorial. Com as Grandes Navegações e a conquista da América, o regime de acumulação ibérico-genovês se estruturou a partir da organização do comércio de longa distância dentro dos impérios ibéricos e da criação de um mercado mundial embrionário no circuito Antuérpia-Lyon-Sevilha.

No segundo ciclo, as Províncias Unidas eram maiores e mais complexas organizacionalmente do que Gênova e, ao mesclar algumas características dos nascentes Estados nacionais modernos com outros aspectos ainda típicos das cidades-Estado, Arrighi as define como um “Estado protonacional”. As Províncias Unidas avançaram em relação à Gênova ao “internalizar os custos de proteção”, quer dizer, as capacidades organizacionais necessárias para a defesa de sua de acumulação de capital e poder encontravam-se dentro de seus domínios. Isso porque os mercadores holandeses estabeleceram uma aliança política com uma organização governamental local, uma aristocracia própria: a Casa de Orange. Assim, enquanto a classe capitalista comercial holandesa proporcionava a liquidez, o conhecimento e as conexões mercantis, a Casa de Orange garantia as capacidades de formação e gestão estatais e as atividades de guerra. “O resultado foi uma organização governamental que combinou as vantagens do capitalismo e do territorialismo com muito

mais eficácia do que jamais conseguira fazer qualquer das cidade-Estado italiana da Itália setentrional” (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 139). Com isso, as Províncias Unidas conquistaram a independência da Espanha, criaram um império comercial de postos avançados (baseado nas companhias de comércio e navegação), transformaram Amsterdam no entreposto comercial do mercado mundial e puderam, durante algum tempo, manter as ameaças inglesas e francesas sob controle.

No terceiro ciclo, o Reino Unido já era mais do que um Estado nacional, era um vasto império comercial e territorial mundial que adquiriu um comando sem precedentes sobre os recursos humanos e naturais do mundo. O bloco de agentes empresariais e governamentais britânicos que lideraram seu regime de acumulação foram um passo além da complexidade organizacional dos holandeses. Assim como os holandeses, os ingleses tinham internalizado a capacidade de se defender das ameaças externas, mas além disso, desenvolveram internamente um aparato produtivo que, por um lado, os permitiu não depender de outros países para seu abastecimento agroindustrial e, por outro, foi a base da sua lucratividade comercial. A liberalização unilateral do comércio britânico acabou por atrair grande parte dos países do mundo para sua órbita e transformou Londres no novo entreposto comercial – e produtivo – do mundo. Ao dominar e centralizar o mercado mundial, o Reino Unido passou a obter insumos básicos mais baratos, fornecer os meios de pagamento necessários para outros países e vender seus produtos manufaturados, criando uma divisão internacional do trabalho que sustentava a liderança britânica. Assim, o regime britânico avançou em direção a estruturas organizacionais que, além dos custos de proteção, internalizaram também os custos de produção – forjando dessa maneira, o modo de produção capitalista. Foi, portanto, durante o regime de acumulação britânico que o capitalismo como modo de acumulação torna-se também um modo de produção de mercadorias.

Por “internalização dos custos de produção” entendemos o processo pelo qual as atividades produtivas foram introduzidas no campo organizacional das empresas capitalistas e submetidas às tendências de economizar que eram típicas

dessas empresas. (...). No ciclo britânico, (...) a acumulação de capital passou a se basear em empresas capitalistas que estavam profundamente envolvidas na organização e racionalização dos processos de produção (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 181-2).

Assim, além da posição de Londres como novo entreposto do comércio mundial, as atividades produtivas – manufatureiras e extrativas – se tornaram uma peça fundamental do regime de acumulação britânico.

No quarto ciclo, a ascensão dos Estados Unidos representaram um aumento de tamanho e de complexidade organizacional ainda maior: as dimensões continentais de seu território, que proporcionava uma abundância de recursos naturais e humanos, permitiu que o país se tornasse um complexo industrial-militar – controlavam complexos agrícolas, industriais e militares integrados de escala continental – com poder suficiente para garantir não apenas sua própria proteção como também a de seus aliados (assim como para ameaçar os inimigos). Além da internalização dos custos de proteção e produção, os agentes capitalistas estadunidenses criaram estruturas empresariais verticalmente integradas que permitiam internalizar os processos comerciais dentro da mesma organização. Desse modo, o regime de acumulação estadunidense internalizou os custos de transação, ou seja, internalizou dentro das estruturas empresariais capitalistas os próprios mercados dos quais a autoexpansão do capital dependia.

A integração dos processos de produção em massa com os de distribuição em massa numa só organização deu origem a um novo tipo de empresa capitalista. Havendo internalizado toda uma sequência de subprocessos de produção e de troca, desde a obtenção dos insumos primários até a entrega dos produtos finais, esse novo tipo de empresa capitalista ficou em condições de submeter os custos, riscos e incertezas da movimentação de mercadorias, através dessa sequência, à lógica racionalizadora da ação administrativa e do planejamento empresarial a longo prazo (ARRIGHI, [1994] 2012, p. 248).

Ao longo desse movimento evolutivo e de expansão do sistema mundial capitalista, os blocos de agentes que lideraram os sucessivos regimes de acumulação variaram de perfil: enquanto nos regimes genovês e britânico esses agentes apresentaram inclinações marcadamente “cosmopolitas-imperialistas”, nos regimes holandês e estadunidense eles podem ser descritos como “corporativos-nacionalistas”. O primeiro tipo de agentes liderou regimes de acumulação de tipo “extensivo”, isto é, regimes que foram responsáveis por processos de maior expansão geográfica do sistema; o segundo tipo é caracterizado por regimes “intensivos”, quer dizer, regimes que se distinguiram mais pela consolidação e aprofundamento da expansão realizada anteriormente. De todo modo, o importante é que a tendência subjacente de longo prazo é de que na longa duração do capitalismo histórico, os sucessivos regimes de acumulação, liderados por diferentes blocos de agentes governamentais e empresariais, conduziram a expansão do sistema mundial capitalista, surgido na Europa, em direção a sua globalização.

3.5.2 Padrões de recorrência e evolução determinados pela história e pela geografia

Finalmente, cabe reforçar que os ciclos sistêmicos de acumulação não são uma construção teórica abstrata, que busca explicar a evolução do capitalismo a partir de um modelo analítico. De acordo com Arrighi,

eles são constructos estritamente empíricos que não pretendem explicar nada, mas que devem ser explicados pela reconstrução teórica do capitalismo mundial como sistema social histórico (...) (ARRIGHI, 1997, p. 159).

Entretanto, o fato de serem constructos empíricos não significa que os padrões de recorrência e evolução descritos pelos ciclos sistêmicos de acumulação, que levaram o sistema mundial capitalista às suas atuais dimensões globais, são aleatórios. Esses padrões devem ser entendidos como parte de um longo processo, formados por uma série de fatores históricos e geográficos contingentes, mas que, por sua vez, encontram-se enraizados numa lógica

de disputas de poder intercapitalista e interestatal. Isto posto, a sequência futura dessa história não está escrita ou predeterminada e, inclusive, algumas importantes características da atual expansão financeira fogem do padrão observados nas anteriores.

Em primeiro lugar, há uma bifurcação sem precedentes do poder econômico e militar entre os principais centros de poder do sistema mundial. De um lado, o poder econômico tende a se recentralizar desde o final do século XX no leste asiático, mais especificamente na China; o poder militar, porém, continua altamente concentrado nas mãos do centro declinante – os Estados Unidos. Além disso, uma anomalia fundamental da atual expansão financeira está no fato de que o centro declinante (Estados Unidos) continua sendo o Estado que mais absorve o capital circulante superacumulado. Capital que é, em grande parte, emprestado pelos centros emergentes do leste asiático (como visto, historicamente o capital circulante se deslocou dos centros declinantes em direção aos emergentes através da dívida pública dos Estados).

Mais importante é que, no entendimento de Arrighi (2008; 2010), a crise terminal da hegemonia e do regime de acumulação estadunidense ocorreu na primeira década do século XXI (marcada pelo estouro da bolha da ‘nova economia’ em 2000-01, pelo fracasso do Projeto para um Novo Século Americano na sequência dos episódios de 11 de setembro de 2001 e pela crise do *subprime* em 2008). Entretanto, na ausência de um bloco alternativo de agentes capazes de liderar o sistema mundial em direção a uma ampliação sistêmica através de uma nova via de desenvolvimento, não houve o início de uma nova expansão material e de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Uma das explicações para esse fato estaria na resistência dos agentes estadunidenses à acomodação e ao ajuste a uma nova ordem mundial em que o centro da economia mundial esteja no emergente leste asiático – resistência que, em grande medida, só é possível em função de seu poder militar. Além da recusa à acomodação, a impossibilidade de construir uma via de desenvolvimento alternativa capaz de levar o sistema a uma nova expansão material acabou transformando o caráter da sua liderança. A hegemonia estadunidense teria assumido a forma de pura dominação, caracterizando uma situação de “dominação sem hegemonia” (ARRIGHI, 2008, cap. 7).

O processo de globalização do sistema mundial capitalista pode, assim, ter encontrado seus limites. Isso porque os atributos e capacidades dos blocos de agentes hegemônicos talvez tenham chegado em níveis tão elevados que um aumento adicional dos poderes de um bloco de agentes resultaria na formação de um império mundial. Império que, ao acumular poder suficiente para subordinar as competições intercapitalistas e interestatais aos seus desígnios, estabeleceria uma nova forma de ordem mundial não-capitalista, forjada apenas na coerção. Seja como for, enquanto uma nova via de desenvolvimento não é estabelecida, a crise crônica de superacumulação não pode ser resolvida e a atual expansão financeira mantém a acumulação de capital fictício como o padrão dominante de riqueza da economia mundial.

Padrões de produção do espaço no sistema mundial capitalista

Diversos autores buscaram capturar a dimensão temporal do processo de acumulação capitalista e identificar os ritmos cíclicos de seu desenvolvimento. Desde os ciclos curtos de Juglar e médios de Kuznets até os ciclos de longa duração propostos, por exemplo, por Kondratiev, Schumpeter, Braudel e Arrighi, foram várias as tentativas de encontrar padrões temporais para as crises, para a evolução e inovação tecnológica, para os momentos de expansão e retração da produção de mercadorias etc. Pouca atenção, no entanto, foi dada à questão da produção do espaço ao longo desses ciclos. Por isso, tentamos oferecer a seguir uma contribuição que ajude a ampliar a compreensão da dimensão espacial na longa duração do desenvolvimento capitalista. O objetivo do presente capítulo, portanto, é estabelecer uma relação entre o processo de acumulação capitalista no nível sistêmico e os padrões de produção do espaço no sistema mundial.

Como parte de seus esforços para incorporar a dimensão espacial na teoria marxista da acumulação de capital, David Harvey busca insistentemente, ao longo de grande parte de seus trabalhos, demonstrar as conexões entre as tendências de superacumulação no circuito primário (produção de mercadorias) e os investimentos de capital no circuito secundário (produção do ambiente construído). De maneira simplificada, quando os capitais excedentes não encontram oportunidades de reinvestimentos lucrativos na produção de mercadorias, eles tendem a ser deslocados para investimentos de longo prazo, dentre os quais, se destacam os investimentos no ambiente construído. Isso porque, além de ser capaz de absorver grandes quantidades de excedentes de capital e força de trabalho, esse tipo de investimento tem o potencial de proporcionar aumentos de produtividade e, assim, contribuir para expandir a capacidade de investimentos no próprio circuito primário. Portanto, na

medida em que as transferências de capital para o circuito secundário derivam das tendências regulares de superacumulação no circuito de produção de mercadorias, haveria um vínculo entre os ritmos cíclicos da acumulação industrial e a periodicidade destas transferências. Desse modo, Harvey (1985) concebe a urbanização do capital como resultado de uma sequência de ondas longas de investimento no ambiente construído oriundas das transferências periódicas de capital entre os circuitos de acumulação.

Uma vez que os impulsos que derivam da tendência para superacumular e subinvestir [na produção] são rítmicas ao invés de constantes, podemos construir um modelo cíclico de investimento no ambiente construído. O ritmo é ditado em parte pelos ritmos da acumulação de capital e em parte pelo tempo de vida físico e econômico dos elementos no meio ambiente construído (HARVEY, 1985, p. 19, tradução nossa).

A fim de sustentar seu argumento, Harvey (1985; 2012) recorre a evidências históricas de ondas longas de investimentos no ambiente construído. Citando pesquisas de Gottlieb (1976), que indicam uma periodicidade entre 15 e 25 anos para esses ciclos em 30 áreas urbanas localizadas em 8 países diferentes, ele afirma que há evidências suficientes que permitem estabelecer uma primeira generalização do fenômeno. Harvey também menciona um estudo de Thomas (1972) que descreve como as ondas de investimento no ambiente construído ao longo do século XIX se intercalaram entre os Estados Unidos e a Inglaterra, o que indicaria uma tendência de crescimento equilibrado através de transferências regulares de capitais na “economia do Atlântico”, de um país para o outro, que acabaram por se contrabalancear durante um período considerável. Retrocedendo mais um pouco na história, Harvey (1985) aponta que transferências de capitais para o ambiente construído ocorreram com bastante intensidade já no século XVIII na Grã-Bretanha e que podem mesmo ser identificadas claramente na Europa durante a transição do feudalismo para o capitalismo, de modo que “os ciclos longos de investimento no ambiente construído antecedem a emergência do capitalismo industrial” (p. 22). Mais recentemente, Christophers (2011) também realizou um

estudo empírico com base na Inglaterra com a intenção de comprovar a transferência de investimentos do circuito primário para o circuito secundário de acumulação durante a crise financeira de 2007 e concluiu pela pertinência da hipótese de Harvey.

É importante ressaltar, porém, que a hipótese apresentada por Harvey (1985) sobre as ondas cíclicas de urbanização do capital não é imediatamente compatível com os ciclos de acumulação sistêmicos propostos por Arrighi. Antes de tudo, chamamos a atenção para duas diferenças fundamentais em suas dimensões de análise. Em primeiro lugar, há uma diferença de escala temporal. A teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação tem como horizonte temporal a longa duração do capitalismo histórico, seus ciclos são seculares e associados a uma hegemonia do poder político-territorial no sistema mundial. Já a hipótese das ondas de investimento no ambiente construído – como resultado dos ajustes espaço-temporais (ver Cap.1) – identifica ciclos de aproximadamente 20 anos, que refletiriam os ciclos de acumulação de capital industrial no circuito primário de produção de mercadorias. Em segundo lugar, há uma diferença de escala espacial. A teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, apesar da ênfase nos países que compõe seu núcleo central, está voltada para uma análise sistêmica da economia-mundo, focada no que seria a camada superior do capitalismo nos termos braudelianos. Por sua vez, as ondas de urbanização foram analisadas por Harvey numa escala urbana e nacional. Isto acaba por delimitar territorialmente estes processos a formações econômicas nacionais específicas. Apesar dessas diferenças, veremos, mais a frente, como essas duas abordagens podem ser conciliadas e integradas.

Outra linha de pesquisa sobre as relações entre a urbanização e o desenvolvimento capitalista foi levada a cabo por Taylor *et al.* (2010). Esses autores apresentam um estudo sobre os “surtos” de crescimento de cidades no moderno sistema-mundial na longa duração do capitalismo histórico (de 1500 até 2005). Os autores mostram como a formação das economias centrais e das hegemônias globais estão intimamente relacionadas com o crescimento explosivo de um conjunto de cidades dentro do território dos países em questão – são analisadas as hegemônias holandesa, inglesa e estadunidense. As cidades que apresentam os “surtos” de

crescimento são aquelas que serviram de base para as atividades comerciais e produtivas de seus respectivos países (basicamente cidades industriais e portuárias). Entretanto, os autores não oferecem uma explicação mais detalhada para esses “surto”, tampouco os relacionam com os processos de acumulação de capital, indicando apenas que estão ligados à ascensão política e econômica dos países onde as cidades estão localizadas.

Nos últimos anos, uma série de contribuições sobre o tema têm sido feitas por Ribeiro e Diniz (2017, 2021), Diniz (2020) e Ribeiro *et al.* (2021). Em linhas gerais, os autores vêm buscando uma articulação entre a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação e a concepção dos ajustes espaço-temporais. Nesse sentido – e a presente tese é parte desses esforços –, eles propõem a ideia de “ciclos sistêmicos de urbanização” como alternativa à abordagem regulacionista predominante no campo dos estudos urbanos que supõe o advento de um novo regime de acumulação financeirizado e que sustenta a maior parte das pesquisas sobre a financeirização do urbano no Brasil. Tomando como referência os ciclos britânico e estadunidense, os autores relacionam as fases de expansão material com momentos de grandes investimentos em capital fixo – especialmente aqueles de larga escala e grande durabilidade – voltados, antes de tudo, para aumentos de produtividade no circuito primário do capital. Desta maneira, estes investimentos resultariam, de um lado, em uma imobilização de expressivas quantidades de capital no espaço e, por outro lado, em uma elevação sistêmica das taxas de crescimento econômico. O princípio geral nesses momentos seria de territorialização do capital. Tais processos descreveriam a industrialização e a urbanização fordistas nos países capitalistas centrais durante a fase de expansão material do ciclo estadunidense. Por sua vez, ao longo das fases de expansão financeira predominariam os investimentos resultantes da transferência de capitais do circuito primário para o secundário. Investimentos que seriam comandados por ajustes espaço-temporais derivados das tendências de superacumulação, apresentando, desta forma, um caráter mais especulativo. Este padrão de investimento em capitais fixos não estaria voltado, prioritariamente, para ganhos de produtividade no circuito primário.

Dessa maneira, as fases de expansão material seriam caracterizadas pela rigidez de configurações espaciais relativamente estáveis e duradouras, rigidez da regulação das relações capitalistas e predominância de combinações específicas de insumo-produto; enquanto que as fases de expansão financeira seriam caracterizadas pela flexibilidade, manifestada pelo desvio de grandes quantidades de capitais excedentes da produção para a esfera das finanças, e pela prevalência dos ajustes espaço-temporais quanto aos investimentos no meio ambiente construído. Como consequência, as fases de expansão financeira do capitalismo poderiam ser compreendidas como o fator fundamental das periódicas rodadas de expansão e reestruturação urbanas em nível sistêmico, além de serem também o principal fator para a mercantilização das cidades, uma vez que estas se tornam o destino de capitais excedentes em busca de valorização. Assim, poderíamos observar um padrão de investimentos na terra e no ambiente construído que apontaria para a alternância entre fases de expansão material/ momentos de rigidez sistêmica e fases de expansão financeira/ momentos de flexibilidade sistêmica. Na medida em que estas fases possuem um componente territorial, elas ofereceriam uma moldura teórica para compreendermos suas correspondências com os processos de urbanização do capital em escala mundial.

De fato, estabelecer uma correspondência entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ajustes espaço-temporais não é uma tarefa simples, visto que são formulações teóricas que partem de perspectivas a princípio não inteiramente compatíveis sobre a natureza do capitalismo. Enquanto a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação está fundada nas premissas do capitalismo histórico como sistema mundial e do capitalismo como ‘modo de acumulação’, a hipótese dos ajustes espaço-temporais se baseia mais diretamente na teoria marxista do valor e do capitalismo como ‘modo de produção’. Entretanto, apesar de ser uma construção que está em um nível mais elevado de abstração, entendemos que a descrição de Harvey do processo de acumulação capitalista, seus ajustes espaço-temporais e a incontornável formação das crises, trazem de forma implícita a concepção de um movimento cíclico da valorização do capital que é compatível com a formulação histórico-estrutural de longa duração dos ciclos sistêmicos de acumu-

lação. Essa afirmação se sustenta nos próprios escritos de Harvey que incorporam os processos históricos do “longo século XX”, em especial sua interpretação da crise global dos anos 1970 como uma crise sistêmica de superacumulação de capitais (ver, por exemplo, *O Novo Imperialismo* (2009) e *O Enigma do Capital* (2011)); assim como na incorporação da hipótese dos ajustes espaço-temporais à explicação sobre o processo histórico de longa duração do desenvolvimento capitalista realizada pelo próprio Arrighi no capítulo 8 de *Adam Smith em Pequim* (2008).

Enfim, apesar das dificuldades, acreditamos que podemos avançar teoricamente ao aproximar essas duas abordagens. A seguir, buscamos fazer uma breve recapitulação e traçar um paralelo entre as teorias dos ciclos sistêmicos de acumulação e dos ajustes espaço-temporais. O objetivo é, na sequência, incorporar aos ciclos sistêmicos de acumulação a dimensão da produção capitalista do espaço. Ao fazê-lo, buscamos apontar as características e os padrões distintivos de produção do espaço ao longo das fases recorrentes de expansão material e de expansão financeira.

4.1 Recapitulação e síntese: ajustes espaço-temporais nas fases de expansão material e financeira

No circuito primário de acumulação capitalista, o processo de reprodução ampliada do capital se desenvolve através da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias. O lucro obtido nesse circuito é recorrentemente reinvestido para a ampliação dessas mesmas atividades, criando volumes maiores de mais-valor a cada novo período de rotação do capital. Isso é basicamente o que descreve a clássica fórmula marxiana $D - M - D'$. Aqui, portanto, a acumulação de capital está associada ao aumento dos investimentos nos meios de produção e na força de trabalho, sendo que a reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento das forças produtivas apoiam-se e expandem-se de maneira conjunta. Entretanto, vimos com Harvey (2016), que a produção e a realização do valor formam uma unidade contraditória. Isso quer dizer que a crescente produção de mercadorias proporcionada pelo aumento contínuo da capacidade produtiva

não é acompanhada por uma concomitante capacidade de consumo da sociedade capitalista. Esse fenômeno ocorre porque a tendência ao aumento da composição orgânica do capital – aumento do capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (força de trabalho) – cria uma desproporção entre a massa de lucros a ser reinvestidos na produção e a massa de salários à disposição da classe trabalhadora (para não mencionar as desproporções entre os ramos/setores da produção). Sendo assim, o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista encontra seus limites nas relações sociais de produção, ou, dito em outros termos, a capacidade de consumo solvente tende a não acompanhar a capacidade produtiva aumentada. Essa desproporção é o fundamento da contradição entre a produção e a realização do valor e, uma vez que esta é uma contradição incontornável nos marcos do modo de produção capitalista, ela torna-se cada vez mais crítica até o ponto em que se manifesta como uma superacumulação de capitais. Uma crise de superacumulação de capitais no circuito primário, portanto, deve ser entendida como uma situação em que os excedentes de capital e de força de trabalho produzidos não podem ser reinvestidos de forma lucrativa na produção de mercadorias, perturbando, dessa maneira, o processo de reprodução ampliada do capital por esse meio.

Para evitar uma crise de superacumulação, o capital excedente deve ser então deslocado espacialmente para outros locais, expandindo a acumulação capitalista em direção a novas fronteiras (um ajuste espacial), ou temporalmente para o futuro, através de investimentos de longo prazo, isto é, aqueles investimentos com um maior tempo de rotação do capital (um ajuste temporal). De uma forma ou de outra, a superacumulação no circuito primário pode ser momentaneamente contida, pois o capital excedente é retirado da circulação imediata e empurrado para fora ou para frente.

Ao serem exportados para novos espaços de acumulação, os capitais excedentes buscam apoiar a formação de uma divisão espacial do trabalho que, em geral, adquire um caráter cooperativo e complementar e que constrói as bases para a continuação do crescimento sustentado do conjunto da economia capitalista e da expansão da acumulação capitalista na totalidade do sistema.

Por sua vez, os investimentos de longo prazo se dão, via de regra, na forma de capital fixo, especialmente aquele tipo de

capital fixo que é imobilizado na terra – como, por exemplo, os investimentos em novas instalações, em meios de transporte e de comunicações. Esses investimentos, que vão constituir o ambiente construído, criam, nos termos de Harvey (2005), as ‘coerências espaciais estruturadas’, quer dizer, configurações territoriais (urbanas, regionais ou nacionais) que delimitam um conjunto específico de relações sociais e de produção. Ao incrementar as condições gerais de produção, a formação de capital fixo tem o potencial de proporcionar uma maior produtividade do trabalho, acelerar o tempo de rotação do capital e, desse modo, promover maiores taxas de retorno aos capitais investidos na produção de mercadorias.

Entretanto, tanto o ajuste espacial quanto o ajuste temporal são soluções temporárias, pois, uma vez que as contradições subjacentes do capitalismo não são e não podem ser definitivamente resolvidas dessa maneira, as taxas de retorno aumentadas vão resultar, com o tempo, em uma nova e maior superacumulação de capitais. Mais uma vez, esses capitais superacumulados poderão ser investidos em outros locais ou em uma maior quantidade de capital fixo, criando condições gerais ainda mais ampliadas para o aumento da produtividade do trabalho. Esse ciclo virtuoso do desenvolvimento capitalista, ou nas palavras de Harvey (2005), esse processo de ‘equilíbrio dinâmico’, baseado numa espiral de crescimento autossustentado da produção e da acumulação, corresponde a fases em que o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução ampliada de capital caminham de mãos dadas.

Ademais, para se concretizarem em investimentos de longo prazo, os capitais superacumulados precisam do funcionamento de um sistema de crédito. Isso porque o sistema de crédito promove e facilita a centralização dos capitais excedentes pulverizados na sociedade – geralmente por meio de sociedades por ações – para que possam ser canalizados para empreendimentos de grande porte (que, de outra forma, não poderiam ser realizados); além disso, ele também permite criar uma demanda de consumo – através de empréstimos – que ajuda a contornar temporariamente a contradição entre produção e realização; e finalmente, por meio da taxa de juros, o sistema de crédito estabelece um ‘tempo de rotação socialmente necessário’ para o capital em geral. Isso quer dizer que a taxa de juros impõe uma taxa de retorno média para um

dado período de tempo, de modo que todo e qualquer capital que seja investido a longo prazo a terá como referência de valorização. A importância do sistema de crédito para a expansão do circuito primário, portanto, pode ser definida pelo seu papel de “sistema nervoso central” da circulação capitalista.

O sistema de crédito permite o deslocamento dos investimentos de capital para o futuro através do instrumento do capital fictício, que nada mais é do que uma reivindicação sobre o trabalho futuro que pode ser renegociada nos mercados de capitais (na forma jurídica de um título de propriedade). Quanto mais capital excedente é deslocado para investimentos no futuro, em especial em capitais fixos de larga escala e grande durabilidade, mais existe a necessidade de criação de capital fictício como contrapartida do adiantamento do capital monetário (uma vez que o capital “real” adiantado fica preso, fixado, em investimentos com longos prazos de amortização). Nas fases de crescimento autossustentado, a criação de capital fictício está apoiada na expansão do valor real, isto é, no aumento da produtividade no circuito primário. De forma que a criação de capital fictício apoia o aumento da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias.

Isso significa que nas fases de crescimento espiralado, de equilíbrio dinâmico, o capital superacumulado que é recorrentemente direcionado para a produção de capital fixo imobilizado na terra busca, antes de tudo, sustentar aumentos de produtividade (promover as condições gerais de produção). Nesse contexto, o sistema de crédito se desenvolve como o suporte necessário para o contínuo crescimento da acumulação produtiva. Nessas fases, em que o sistema de crédito aparece como “um aspecto socialmente necessário do modo de produção capitalista” (HARVEY, [1982] 2013, p. 322-3), as finanças estão subordinadas ao capital industrial e comercial.

Além disso, uma característica destacada nos períodos de equilíbrio dinâmico é que a formação de grandes quantidades de capital fixo imobilizado em estruturas físicas acaba por criar uma rigidez crescente nas formas de produção e de consumo de mercadorias, que ficam “aprisionados dentro de maneiras fixas de fazer as coisas e cada vez mais comprometidos com linhas de produção específicas” (HARVEY, [1982] 2013, p. 300). Dessa maneira, o capital circulante adiantado nas atividades materiais deve, necessa-

riamente, passar por essas configurações relativamente rígidas das formas de produzir, circular, trocar e consumir. De forma esquemática, pode-se descrever essas fases como fases D-M do desenvolvimento capitalista, isto é, quando a tendência geral é de investimento do capital-dinheiro em determinadas combinações de mercadorias (força de trabalho e meio de produção) durante vários períodos de rotação do capital, levando a um desenvolvimento capitalista relativamente contínuo através de uma via de desenvolvimento estabelecida.

Na teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, as fases de equilíbrio dinâmico, de crescimento espiralado autossustentado, corresponderiam, em nível sistêmico, às fases de expansão material da economia mundial. Nessas fases, conforme descrito por Arrighi ([1994] 2012), o investimento recorrente nas atividades comerciais e produtivas comandam o processo de acumulação de capital. A autovalorização do capital se dá predominantemente nas bases da produção e troca de mercadorias e os retornos obtidos a partir das atividades comerciais e produtivas são preferencialmente reinvestidos na ampliação e desenvolvimento dessas mesmas atividades, uma vez que é aí que se encontram as taxas de lucros mais atrativas. Nesse processo, massas de lucro cada vez maiores são geradas e então reinvestidas, num movimento virtuoso para a expansão da economia mundial, beneficiando, de maneira geral, os centros que lideram a acumulação em nível sistêmico. As expansões materiais são, portanto, períodos de desenvolvimento contínuo e relativamente estável do sistema mundial capitalista através de uma via de desenvolvimento estabelecida pelo bloco de agentes empresariais e governamentais vinculados ao Estado hegemônico. Enquanto os investimentos na continuidade da expansão material proporcionam rendimentos crescentes, a relação entre os principais centros de acumulação na economia mundial é marcada fundamentalmente pela cooperação, com certa divisão funcional e geográfica do comércio mundial que tende à complementaridade, uma vez que o desenvolvimento de um centro favorece e apoia o desenvolvimento dos outros.

O investimento recorrente de excedentes de capital nas atividades comerciais e produtivas, porém, não é ilimitado. Conforme se esgotam as possibilidades de investimento com retornos lucrati-

vos, um volume maior de capitais tem seu processo de valorização interrompido. Caminha-se, assim, para a formação de uma crise de superacumulação sistêmica – que, na teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, também representa uma crise sinalizadora do regime de acumulação vigente.

A emergência da superacumulação de capitais está associada a uma contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a autoexpansão do capital, uma contradição entre os meios e os fins da acumulação capitalista. A “acumulação pela acumulação” é o objetivo de todo e qualquer capitalista e, enquanto o círculo virtuoso do crescimento autossustentado está em funcionamento, o desenvolvimento das forças produtivas é o melhor meio para alcançar este fim. Ou, dito de outra maneira, durante certos períodos, a expansão material da economia é a forma mais adequada para a acumulação interminável de capital. A superacumulação transforma essa situação: conforme os retornos no comércio e na produção diminuem, os principais agentes capitalistas começam a reavaliar a pertinência de seus investimentos e uma massa crescente de capital-dinheiro deixa de ser adiantado no circuito de produção, troca e realização de mercadorias. Chega uma hora em que as taxas de lucro caem abaixo de um limite tolerável e esse circuito já não se apresenta mais como o melhor meio para prosseguir com a acumulação ampliada de capital. Nesse momento, os agentes capitalistas recuam e tendem a manter seus capitais preferencialmente na forma líquida. A expansão material desacelera em todo o sistema.

Nesse contexto, os principais centros de acumulação capitalista se defrontam com crescentes restrições nas possibilidades de expansão de seus investimentos e percebem a ameaça da desvalorização. Então, aumentam as pressões competitivas entre os integrantes do sistema em torno das oportunidades que ainda se apresentam rentáveis; a expansão das atividades materiais se dá cada vez mais às custas uns dos outros, não mais através da abertura de mercados, linhas de produção e canais de comércio; os centros de acumulação disputam tanto os novos mercados quanto aqueles já dominados pelos concorrentes. As relações que antes se caracterizavam pela cooperação transformam-se em uma crescente competição interestatal e intercapitalista pelos

espaços e esferas de acumulação. O ajuste espacial se torna um campo conflituoso.

Ao mesmo tempo, os capitais excedentes tendem a ser deslocados para atividades que, cada vez mais desconectadas da produção e do comércio, possam oferecer retornos melhores ao investimento de capital. O comércio de dinheiro, a intermediação monetária, os mercados de propriedades surgem como o meio mais apropriado para prosseguir com o propósito da acumulação. Isso porque, uma vez que novos aumentos de produtividade só irão reforçar a condição de superacumulação, a apropriação dos capitais existentes aparece como uma saída mais efetiva – acumulação por meio da captura de capital, ao invés da produção de capital novo. É o início de uma fase de expansão financeira da economia mundial capitalista. Fase durante a qual a acumulação interminável de capital ocorre prioritariamente por meio do desenvolvimento dos mercados financeiros e de propriedades e que, por isso, estão associadas a uma hipertrofia do poder das altas finanças na economia mundial.

Se a superacumulação sistêmica cria as condições de oferta das expansões financeiras, a condição de demanda que permite a continuidade dessas expansões é a competição interestatal pelo capital circulante. Envolvidas na disputa interestatal, as principais organizações governamentais intensificam a busca por capitais como forma de aumentar seu poder tanto frente aos outros Estados quanto internamente. Grande parte dos Estados sofrem com a queda de arrecadação em função do declínio das atividades comerciais e produtivas (o que leva também a uma queda geral dos rendimentos do trabalho) e procuram se financiar através de emissão de dívidas públicas. Na medida em que os interesses capitalistas se encontram numa posição fortalecida perante os Estados, as expansões financeiras tornam-se momentos de restauração do poder classe (HARVEY, 2011b), de redistribuição da riqueza em favor dos capitalistas monetários e das classes proprietárias em geral em detrimento de governos e populações. Portanto, tal situação vem a favorecer a alienação dos Estados aos interesses financeiros, ou seja, uma balança de poder que pesa favoravelmente para os agentes capitalistas frente a maioria das organizações governamentais e das classes trabalhadoras, transformando essas fases em “momentos maravilhosos” para os grupos que lideram a acumulação de capital.

Em suma, durante as expansões financeiras, a produção de valor dá lugar à apropriação de valor como forma preferencial de acumulação. Essa acumulação por apropriação – ou acumulação por despossessão – acontece majoritariamente através da redistribuição, via mercados financeiros, dos rendimentos de governos e populações em direção aos capitalistas monetários e detentores de títulos propriedade. Na medida em que a acumulação de capital fictício (na forma de títulos de dívidas e de propriedades) torna-se a principal fonte de expansão da riqueza, as rendas extraídas por intermédio da posse de títulos, ativos financeiros, direitos sobre marcas, patentes etc. passam a ser a forma predominante do rendimento capitalista. Ou seja, a extração de rendas de todos os tipos torna-se a base da acumulação de capital, caracterizando um modo de funcionamento do capitalismo que pode ser, em larga medida, definido como rentista, se aproximando bastante da definição de Christophers (2020), para quem

O capitalismo rentista é um sistema econômico não apenas dominado pelas rendas e pelos rentistas, mas, num sentido muito mais profundo, substancialmente estruturado e organizado em torno dos ativos que geram essas rendas e sustentam esses rentistas (CHRISTOPHERS, 2020; p. 20, tradução nossa).

Nesse contexto, e como parte do deslocamento dos capitais excedentes para as atividades financeiras, também há, historicamente, uma tendência para o investimento em propriedades fundiárias e bens imóveis. De modo que, durante as fases de expansão financeira, muitos agentes capitalistas se transformaram em donos de terra e passaram a ter a renda fundiária como base de seus rendimentos.

Apoiada na abordagem do modo de produção capitalista, a interpretação de Harvey converge com a de Arrighi. Ela também aponta para os limites do crescimento autossustentado, indicando que em algum momento, o volume de capital superacumulado não poderá mais ser lucrativamente absorvido em configurações produtivas. O círculo virtuoso que associa o desenvolvimento das forças produtivas com a acumulação de capital não pode continuar indefinidamente.

Pelo lado dos ajustes temporais, as transferências para o circuito secundário, que visam o aumento da produtividade no circuito primário através da criação continuada de capital fixo, apresentam seus limites. Aumentos de produtividade através da produção constante de espaços mais modernos acabam por entrar em choque com a produção de espaço anterior que ainda não foi amortizado. Além do mais, a tendência para a superacumulação se manifesta igualmente no circuito secundário, quando uma superprodução de capital fixo já não é mais capaz de promover novos aumentos de produtividade. Já em relação aos ajustes espaciais, a exportação de capitais para criar novos mercados e nova produção em outros espaços também acaba por criar alhures as mesmas contradições que se manifestaram no local de origem dos excedentes exportados, dado que elas são intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. De modo que é possível que os novos centros de acumulação também enfrentem crises de superacumulação e precisem realizar seus próprios ajustes espaço-temporais, reforçando os conflitos pelo ajuste contra outros centros de acumulação dentro do sistema.

Enfim, em algum momento, os deslocamentos dos excedentes de capital para o exterior e para o futuro, isto é, os ajustes espaço-temporais, começam a esbarrar no mesmo tipo de limites encontrados anteriormente. A contradição é inescapável: haja o que houver, uma hora a produção aumentada não encontrará uma demanda aumentada equivalente.

Nos encontramos aqui com o mesmo argumento de que, vale repetir, a superacumulação de capitais é um resultado da contradição entre os fins e os meios do modo de produção capitalista. O objetivo final, o “ponto de partida e ponto de chegada”, é a interminável valorização do capital, enquanto que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas é apenas um meio para esse fim. Quer dizer, não faz parte da lógica capitalista continuar investindo na expansão das forças de produção de mercadorias se e quando esse investimento não resulta no objetivo de aumentar o valor do capital inicialmente adiantado.

Portanto, enquanto não houver uma crise geral de desvalorização ou não for estabelecida uma nova via de desenvolvimento capaz de ampliar e/ou aprofundar as oportunidades para a expansão da economia mundial, a crise de superacumulação sistêmica

torna-se crônica. Em tais situações, a necessidade de absorção incessante dos capitais excedentes continua pressionando os agentes capitalistas, de modo que a necessidade de deslocamentos temporais e geográficos não cessam – pelo contrário, tornam-se ainda mais prementes. De um lado, os investimentos de longo prazo em geral tornam-se crescentemente mais especulativos – tanto frente às possibilidades de êxito dos empreendimentos, quanto em relação aos prazos, cada vez mais distantes no tempo. O crescimento exponencial da criação de capital fictício como contrapartida dos adiantamentos de capital leva, então, à formação de uma lacuna entre a produção de valor real – vinculada ao trabalho social presente – e a criação de valores fictícios – baseados em expectativas de retornos futuros. O alargamento dessa lacuna tende a desconectar a criação de capital fictício da produção e realização de mercadorias, conduzindo a um processo crescente de autonomização das finanças em relação à produção.

Poderíamos mesmo dizer que, mais do que uma autonomização, as finanças passam a subordinar a economia material a sua lógica. Isso porque, os detentores de capitais fictícios irão se empenhar para que as atividades econômicas no presente projetem a certeza de retornos futuros, de modo que quanto mais essa expectativa seja confiável, menor a possibilidade de desvalorização desses capitais fictícios¹⁶. Dessa maneira, o capital fictício tende a dominar os processos mais gerais de acumulação de capital e a impor uma racionalidade especulativa – típica da sua circulação – ao conjunto das relações econômicas e sociais. E, uma vez que o capital fictício é criado e distribuído a partir do sistema de crédito – o “sistema nervoso central” da circulação de capital –, as finanças assumem a centralidade no comando da acumulação em geral.

Como o capital fictício não é outra coisa senão reivindicações comercializáveis sobre o trabalho futuro – na forma de títulos de dívidas e de propriedades –, a acumulação de capital sob a domi-

¹⁶ Por exemplo, um capitalista que cria um negócio envolvendo a promessa de viagens de foguete para o cosmos, precisa construir uma confiança entre os investidores (que irão efetivamente ou potencialmente adquirir ações de sua empresa) de que essas viagens irão realmente ocorrer e que isso será lucrativo. A construção dessa confiança envolve não apenas elementos de propaganda, mas também a capacidade de direcionar uma série de atividades econômicas presentes que irão sustentar o valor das ações (capital fictício) emitidas por essa empresa.

nância das finanças é uma acumulação baseada fundamentalmente na apropriação de valor ao invés da produção de mais-valor através da exploração direta do trabalho. Nesse sentido, o rentismo, ou seja, a extração de rendas a partir da posse de direitos de propriedade dos mais variados tipos, é a forma predominante da acumulação capitalista durante as fases de expansão financeira.

A centralidade das finanças implica, além do mais, que a disseminação de suas práticas e lógicas para esferas como o Estado, empresas, comunidades, famílias e indivíduos acaba por criar um campo fértil para a acumulação por despossessão via práticas usuárias, fraudes e manipulações nos mercados financeiros.

Enfim, o aumento da distorção entre a produção real de valor e a criação de capital fictício significa que o circuito primário, de produção e realização de mercadorias, perde gradativamente seu vínculo com o circuito secundário, de criação de capital fixo e produção do ambiente construído. Na verdade, a relação chega a se romper, quando o circuito primário também passa a estar submetido à racionalidade própria das finanças. A produção do espaço, portanto, tende a tornar-se gradativamente mais especulativa, voltada para as dinâmicas dos mercados financeiros e, no limite, também autonomizada em relação ao circuito primário e à busca de aumentos de produtividade.

Por outro lado, em relação aos deslocamentos geográficos de capitais, as crises sistêmicas de superacumulação forçam um aumento das pressões competitivas entre os principais centros capitalistas no sentido de exportar seus excedentes em direção tanto a novos espaços ainda disponíveis para investimentos produtivos, quanto aos espaços de acumulação ocupados ou controlados pelos outros centros concorrentes. Esse processo está na base do aumento das rivalidades interimperialistas entre os Estados capitalistas, que irão utilizar todas as armas disponíveis para prevalecer nessa disputa – armas políticas, militares, econômicas, semióticas. Dentre as práticas imperialistas estão um conjunto de formas de acumulação por despossessão sobre os territórios em disputa.

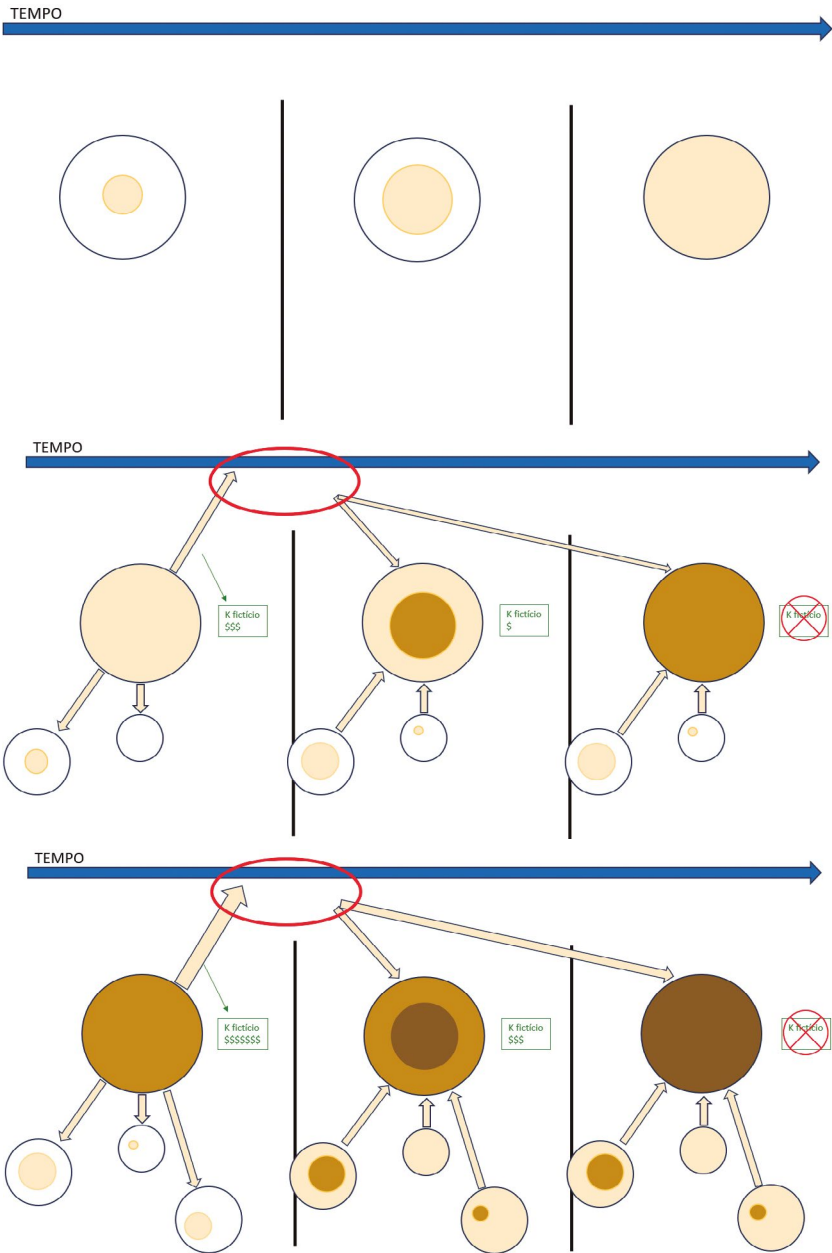
Em paralelo, se intensifica uma competição generalizada pelo capital circulante entre as unidades político-territoriais – as “coerências espaciais estruturadas” – nas mais variadas escalas, no sentido de internalizar e obter um maior controle da acumulação e

circulação de capital dentro e a partir de seus domínios. Por isso, é um fator relevante nessa competição a produção de espaços mais modernos (mais propícios ao incremento da circulação e da acumulação) capazes de promover melhores condições competitivas para seus territórios (que tipos de investimentos serão mais atraentes para o capital circulante é um ponto de especulação).

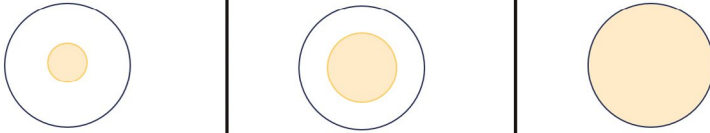
Além disso, a pressão pela mercantilização e privatização de bens comuns e públicos e a incorporação desses bens como ativos nos processos de circulação capitalista são marcas da acumulação por apropriação/despossessão que ganham relevância no contexto das crises de superacumulação sistêmicas. Processos que respondem à necessidade de absorção do crescente volume de capital superacumulado através da colonização de esferas da vida social que se encontravam protegidas das relações mercantis (terras públicas, fontes de abastecimento de água, infraestruturas estatais, conhecimento, serviços de saúde e educação etc.) ou até mesmo pela criação de novos mercados fictícios (créditos de carbono, NFTs, criptomoedas).

A seguir procuramos descrever de forma gráfica o comportamento dos processos de ajuste espaço-temporais nas expansões materiais e financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação. A sequência de ilustrações busca capturar tanto o movimento dos fluxos de capital quanto sua fixação em unidades político-territoriais.

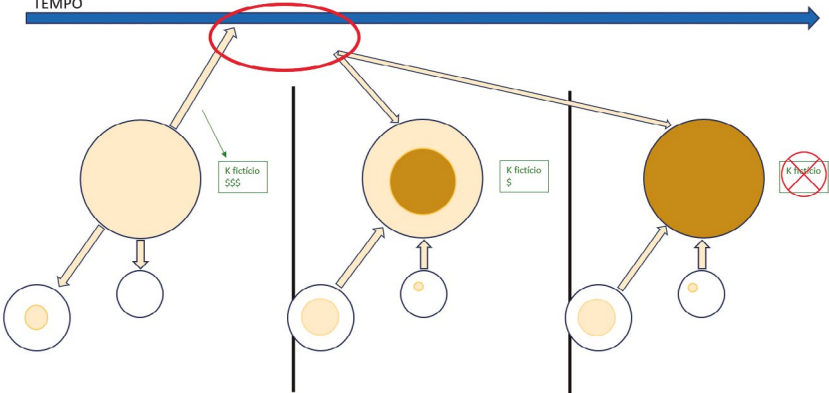
Ajustes espaço-temporais durante as expansões materiais



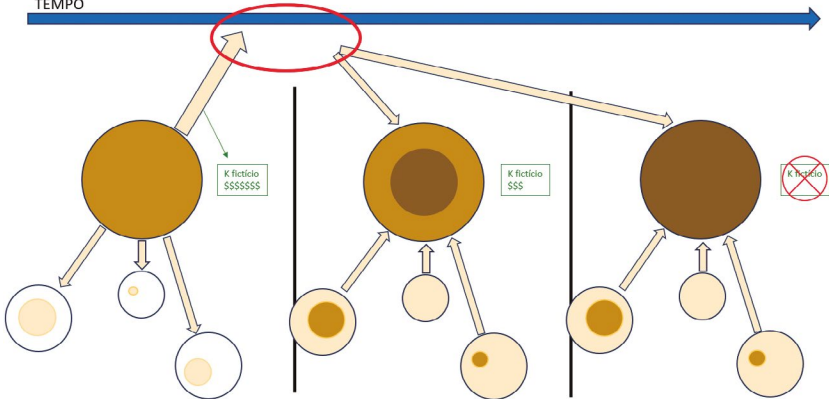
TEMPO →



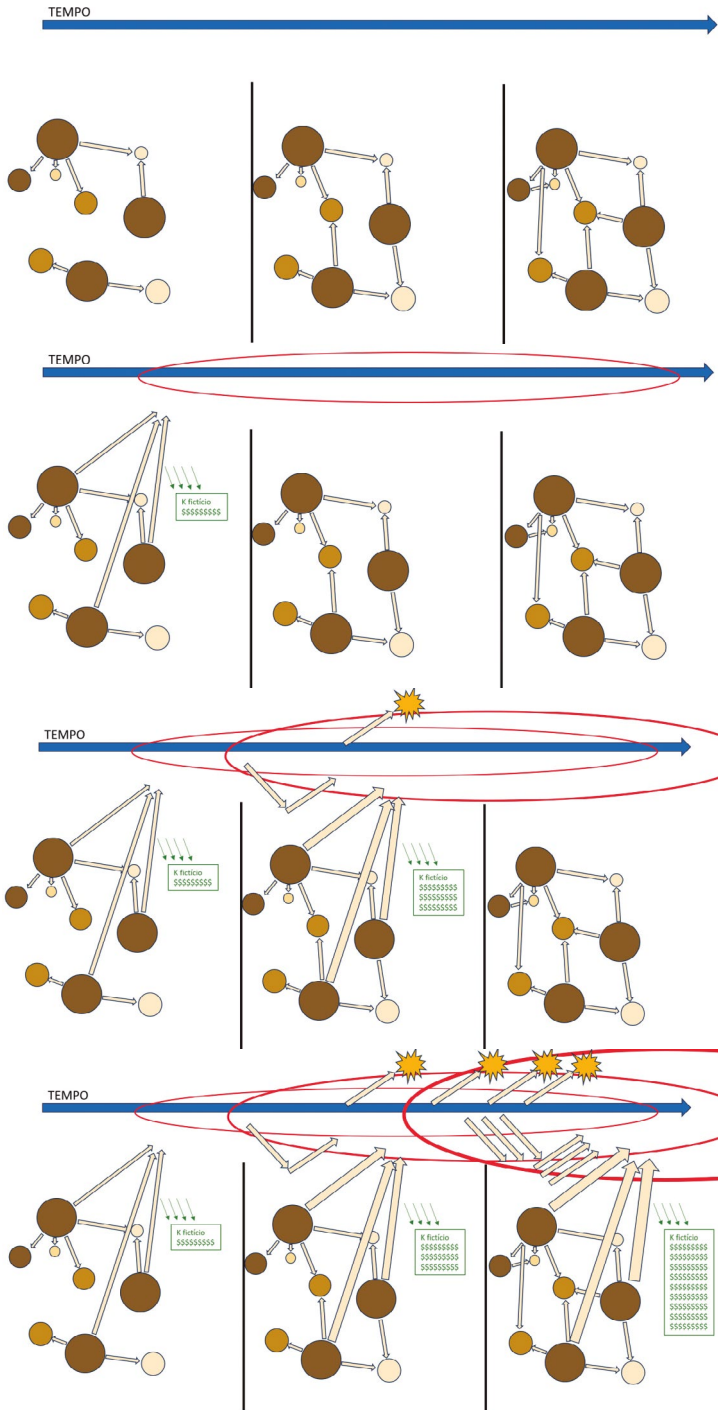
TEMPO →










TEMPO →



Ajustes espaço-temporais durante as expansões financeiras



Legenda

	Eixo temporal
	Unidade Político-Territorial
	Acumulação de capital
	Fluxos de capital
	Investimentos de longo prazo (inclusive na produção de espaço)
	Criação de capital fictício
	Capital desvalorizado/ destruído em investimentos frustrados

Descrição

AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS DURANTE AS EXPANSÕES MATERIAIS

Primeira sequência

- acumulação de capital em uma unidade político-territorial delimitada
- crescimento da acumulação no circuito primário
- superacumulação de capital

Segunda sequência

- ajuste espacial para outras unidades político-territoriais (criando relações centro-periferia) + ajuste temporal para o futuro (investimentos em capital fixo [produção do espaço]), criando capital fictício como contrapartida e em apoio aos investimentos.
- os retornos dos investimentos realizados (em outros espaços e em capital fixo) aumentam a produtividade e desenvolvem as forças produtivas da sociedade – intensificação da acumulação de capital na unidade político-territorial de origem dos capitais (o centro dinâmico de acumulação) – conforme os investimentos de longo prazo se realizam, o capital fictício criado em seu apoio é remunerado e sai de circulação ou permanece sendo remunerado em função dos rendimentos vinculados àquele investimento.
- os retornos dos investimentos dos ajustes espaço-temporais continuam e a intensificação da acumulação na unidade político-territorial de origem gera uma nova condição de superacumulação

Terceira sequência

- nova rodada de ajuste espacial (mais fluxos de capital para as unidades político-territoriais que já eram destino desses ajustes além da incorporação de novas unidades político-territoriais como novos espaços de ajuste) + nova rodada de ajuste temporal (aumento do fluxo de capital excedente deslocado para o futuro, produzindo mais capital fixo e criando uma maior massa de capital fictício correspondente)
- retornos aumentados desses investimentos
- condição de superacumulação é recriada em escala ampliada + acumulação de capital nas unidades periféricas se intensifica.

AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS DURANTE AS EXPANSÕES FINANCEIRAS

Primeira sequência

→ as unidades político-territoriais que são centros dinâmicos de acumulação começam a competir entre si para continuar e expandir seus espaços de ajuste.

Segunda sequência

→ os fluxos de investimentos de longo prazo (produção de espaço, pesquisa e inovações, dívidas públicas) criam um volume correspondente de capital fictício.

Terceira sequência

→ aumento dos ajustes temporais: em um contexto de superacumulação, os retornos não podem ser reinvestidos produtivamente e são redirecionados para novos investimentos de longo prazo. Em conjunto com os capitais que continuam sendo deslocados para o futuro, eles criam um maior volume de capital fictício – parte do capital investido se perde em investimentos especulativos frustrados.

Quarta sequência

→ A competição pelos ajustes espaciais torna-se crescentemente intensificada (intensificação da competição intercapitalista e interestatal) + massas aumentadas de capital são deslocadas para investimentos futuros com prazo crescentemente expandidos e cada vez mais especulativos - os retornos dos investimentos anteriores se somam a esses fluxos e contribuem para criar um volume aumentado de capital fictício, que reivindica a produção futura (a criação de capital fictício perde gradativamente conexão com os investimentos concretos) – uma grande quantidade de capital também se perde com investimentos especulativos que não obtêm êxito.

4.2 Os padrões de produção do espaço nas expansões materiais e financeiras

Finalmente, estamos agora em condições de sugerir que o padrão de produção capitalista do espaço varia de acordo com as diferentes fases dos ciclos sistêmicos da acumulação capitalista – as fases de expansão material e as fases de expansão financeira. A seguir apresentamos esses padrões de maneira sintética.

Durante as fases de expansão material, o crescimento da economia mundial adquire um caráter autossustentado, há um círculo virtuoso que associa o desenvolvimento das forças produtivas – a expansão do comércio e da produção – com a acumulação de capital. A acumulação está fundada, antes de tudo, na criação de valor através da exploração da força de trabalho. O padrão dominante de riqueza aparece como uma “imensa acumulação de mercadorias” (MARX, [1867] 2013), incluindo, por óbvio, a mercadoria-dinheiro. As finanças dão suporte para o desenvolvimento dos capitais produtivo e comercial e estão a eles subordinadas, de modo que a criação de capital fictício acompanha a expansão da produção de mais-valor. Em outras palavras, as finanças estão subordinadas ao capital industrial e comercial.

Em nível sistêmico, o bloco de agentes empresariais e governamentais organizados em torno de um Estado hegemônico estabelece um regime de acumulação que determina uma via de desenvolvimento para o conjunto do sistema interestatal. Na trilha dessa via de desenvolvimento ocorre a expansão material da economia mundial e se constrói uma relativa cooperação entre os principais centros de acumulação mundial em função dos benefícios generalizados entre esses centros decorrentes da expansão do comércio e da produção.

O investimento crescente em capital fixo necessário para levar a expansão material adiante tende a seguir combinações insumo-produto específicas que determinam, em grande medida, as formas de investimento na continuidade da expansão. Esse processo cria, por sua vez, uma crescente rigidez nos modos de produzir, comercializar e consumir. Formas que estão adequadas à via de desenvolvimento estabelecida.

O regime de acumulação em escala mundial promove a instituição de ‘compromissos sociais’ entre os diversos interesses pre-

sentes nas sociedades – tanto entre as classes (capital e trabalho) quanto entre essas e os agentes governamentais – capazes de estabilizar temporariamente as contradições do processo de acumulação e de reprodução social dominante (CHESNAIS, 2002). Do ponto de vista espacial, esses ‘compromissos sociais’ se materializam a partir da formação de coalisões de interesses ou, nos termos de Harvey ([1982] 2013; 2005), de alianças de classes de base territorial em torno das “coerências espaciais estruturadas”.

Nesse sentido, cabe lembrar aqui a observação de Polanyi ([1944] 2012) sobre as sociedades modernas da Europa que, a partir do século XIX, foram impactadas pelas consequências da Revolução Industrial – período que corresponde ao início do ciclo de acumulação britânico e à emergência do modo capitalista de produção. Ele identificou então uma dinâmica marcada por um duplo movimento: i) de um lado, a expansão da economia (capitalista) de mercado, a imposição de seus mecanismos de funcionamento autônomos sobre a própria sociedade, a separação das esferas econômicas e políticas com o predomínio da primeira sobre a segunda – processo que foi impulsionado pelo princípio do liberalismo econômico; ii) de outro lado, um contramovimento de proteção social que, em alguma medida, buscava preservar a organização social dos efeitos devastadores dos mercados autorregulados, capazes de, como um “moinho satânico”, desestruturar e até mesmo aniquilar as próprias sociedades que os haviam gestado.

No centro desse duplo movimento estavam três elementos fundamentais tanto para a vida social quanto para a produção capitalista: a terra, o trabalho e o dinheiro. De acordo com Polanyi ([1944] 2012), o desenvolvimento da grande indústria (capitalista) demandava a garantia de fornecimento constante dos suprimentos necessários para a produção. Numa economia de mercado, isso significava que todos os componentes da indústria deveriam estar disponíveis para a compra e a venda sob um determinado preço, sujeitos ao mecanismo de oferta e procura. Ocorre que a terra, o trabalho e o dinheiro não são “objetos produzidos para a venda no mercado”, isto é, não são mercadorias.

(...) o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e

vendido tem de ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. (...). Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, [1944] 2012, p. 78).

Para resolver o problema da produção capitalista, esses elementos foram mercantilizadas, ou seja, apropriados e tratados como se fossem mercadorias. Uma vez incorporados à lógica do lucro, foram criados mercados específicos para que essas mercadorias fictícias pudessem ser organizadas e negociadas. Entretanto, por outro lado, o princípio da proteção social atuou sempre no sentido de restringir o tratamento das mercadorias fictícias como mercadorias plenas, através de regulações sociais e restrições a sua livre circulação. Essas regulações sobre os mercados fundiários e de força de trabalho, assim como sobre os mercados financeiros e as diversas formas de gestão das políticas monetárias, ‘desmercantilizaram’ parcialmente as mercadorias fictícias e resguardaram as classes sociais mais enraizadas ao território. É nesse sentido que devemos entender o princípio de proteção social.

[princípio] cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos (POLANYI, [1944] 2012, p. 148).

Pois bem, podemos propor, de acordo com a leitura acima, que durante as fases de expansão material da economia mundial, há um fortalecimento do contramovimento de proteção social frente à expansão dos mercados autorregulados ou, em outras palavras, o regime de acumulação encontra-se associado a ‘compromissos sociais’. Nessas fases, especificamente a partir do ciclo britânico, a mercantilização da terra, do dinheiro e da força de trabalho tendeu a ser restringida por regulações que buscaram, de alguma forma, conciliar os interesses de classes no sentido de favorecer a reprodução da força de trabalho e a acumulação de capital fundada no território, baseada no desenvolvimento das atividades produtivas e comerciais.

Nas fases de expansão material, os ajustes espaço-temporais têm como objetivo principal alcançar aumentos de produtividade. O capital deslocado para o futuro, em investimentos de longo prazo, busca criar condições ampliadas para a reprodução do capital no circuito de produção-circulação-realização-consumo de mercadorias. Da mesma forma, o capital exportado para outros territórios tende a produzir espaços que serão incorporados à dinâmica geral da expansão material. Capitais que têm como finalidade criar estruturas produtivas, expandir os mercados existentes, abrir novos canais de comércio etc. Portanto, o imperialismo também adquire características distintivas em função das fases dos ciclos sistêmicos de acumulação. Durante as expansões materiais, o imperialismo capitalista atua como uma força de ampliação e/ou aprofundamento da economia mundial (sob controle dos agentes e organizações hegemônicas), por meio da reorganização de uma divisão internacional do trabalho com base no comércio e na produção.

O padrão de produção capitalista do espaço durante as fases de expansão material é um padrão associado à criação das condições gerais de produção. A formação de capital fixo, isto é, a produção de infraestruturas, instalações etc. está voltada, em primeiro lugar, para proporcionar ou facilitar a reprodução ampliada do capital no circuito primário. Da mesma forma, os investimentos no fundo de consumo, quer dizer, em habitação, saúde, educação etc. são destinados a garantir as condições necessárias de reprodução da força de trabalho, sendo, dessa maneira, considerados investimentos produtivos do ponto de vista do capital na medida

em que podem impactar positivamente na qualidade e produtividade dessa mercadoria essencial e indispensável para a produção de mais-valor. Nessas fases, o espaço é o marco da acumulação capitalista, ou seja, ele funciona como o suporte necessário para os processos de produção, circulação, realização e consumo do valor através das mercadorias. Os investimentos na produção do espaço visam torná-lo mais eficiente e moderno ao acelerar a velocidade e diminuir o tempo de rotação socialmente necessário do capital.

Portanto, se as transferências de capital do circuito primário para o circuito secundário têm como objetivo, em primeiro lugar, proporcionar aumentos de produtividade, as ondas de investimento no ambiente construído indicadas por Harvey (1985) devem obedecer a um ritmo de transferência que acompanha as dinâmicas da acumulação do capital produtivo. Na medida em que a superacumulação no circuito primário é recorrente, os ritmos das transferências tendem a apresentar uma periodicidade cíclica. Isso é o que afirma Harvey (1985) e que, para nós, é uma tendência marcante especialmente nas fases de expansão material.

Podemos também acrescentar o argumento de que, conforme sugerido por Taylor *et al.* (2010), o crescimento explosivo de cidades ligadas às atividades comerciais e produtivas sustenta a ascensão dos principais centros de acumulação em cada momento histórico. Isso é válido tanto para os centros hegemônicos quanto em relação aos centros que cooperam na expansão material e que se beneficiam do desenvolvimento da economia mundial num dado período.

A partir da fase de expansão material do ciclo britânico – quando o modo de produção capitalista se tornou predominante nos países centrais ou, nos termos de Arrighi ([1994] 2012), quando os custos de produção foram internalizados pelas organizações capitalistas – houve uma tendência para que os países industrializados tratassem seus territórios e economias nacionais como uma totalidade e as cidades como unidades produtivas. As intervenções estatais buscaram promover no território as condições gerais de produção e os espaços nacionais – urbanos e regionais – foram mobilizados e racionalizados como força produtiva através da provisão de infraestruturas para a produção, distribuição, troca e consumo.

Desde então, o crescimento urbano nessas fases estaria bastante associado ao desenvolvimento industrial e ao papel central do processo de industrialização na (re)organização das sociedades, economias e territórios nacionais. Nesse processo, as redes urbanas tendem a adquirir um caráter mais hierarquizado, nacionalmente integradas, com importantes fluxos voltados para dentro.

Escrevendo sobre o período compreendido entre o pós Segunda Guerra Mundial e a crise dos anos 1970 – aqui identificada como a fase de expansão material do ciclo de acumulação estadunidense – Brenner (2004) aponta que essa época foi caracterizada nos países centrais industrializados por políticas estatais centralizadas na escala nacional. Nesses países, via de regra, os Estados criaram as condições de reprodução social das classes trabalhadoras por meio de políticas de produção habitacional, mobilidade urbana e educação pública, por exemplo. O Estado nacional garantia as condições institucionais para a produção em massa e o consumo em massa ao mesmo tempo que promovia a coesão social, política e territorial.

Nesse contexto, as políticas estatais estiveram necessariamente vinculadas a algum tipo de planejamento territorial abrangente que buscava conter ou mitigar as disparidades regionais intranacionais e articular o território em torno de projetos industrializantes, espalhando o desenvolvimento capitalista de maneira preferencialmente uniforme no espaço econômico nacional. Esse tipo de orientação política estatal, que Brenner (2004) designa como “keynesianismo espacial” foi uma marca distintiva da ação do poder dos Estados industrializados centrais e serviu como referência para os Estados periféricos de industrialização tardia.

A lógica econômica produtivista do fordismo do pós-guerra, com seu objetivo de crescimento industrial sem fim, estava, assim, inextricavelmente entrelaçada com uma lógica político-geográfica de extensão e homogeneização espacial sem fim, baseada na expansão contínua de uma malha urbana padronizada por todo o território nacional (...) (BRENNER, 2004, p. 130, tradução nossa).

Em suma, sob o capitalismo fordista-keynesiano, os estados nacionais tentaram redistribuir o excedente não apenas social-

mente, por meio de acordos institucionalizados de negociação coletiva e políticas nacionais de bem-estar social, mas também espacialmente, por meio de uma variedade de estratégias políticas destinadas a centralizar, homogeneizar, padronizar e equalizar o espaço político-econômico nacional (BRENNER, 2004, p. 132, tradução nossa).

Já nas fases de expansão financeira, há uma relativa estagnação do crescimento da economia mundial. A acumulação de capital não se expande mais por meio do desenvolvimento das forças produtivas e pela via de desenvolvimento até então trilhada. A contradição subjacente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital encontra seus limites. A acumulação tem que prosseguir através de outros meios. A forma de acumulação predominante agora está baseada fundamentalmente na criação de capital fictício e na acumulação por despossessão, ou seja, formas de acumulação apoiadas na apropriação do valor existente. Nesse momento, portanto, a criação de capital fictício se descola da produção de mais-valor e as finanças, ao invés de suporte, passam a subordinar as atividades comerciais e produtivas a sua lógica especulativa de acumulação.

Isso é o que apontam, por exemplo, Carcanholo e Nakatani (2015). Para esses autores, o capital fictício, ao ultrapassar os limites de sua funcionalidade para o desenvolvimento do capital industrial, radicaliza sua característica ‘especulativa e parasitária’. Portanto, se no estágio de desenvolvimento anterior, o capital industrial subordinava à sua lógica as demais formas funcionais do capital (monetária, produtiva e mercadoria) de modo que o capital portador de juros se encontrava subjugado às necessidades da produção, a atual fase do capitalismo se distinguiria pelo domínio, em escala mundial, do capital fictício – ‘especulativo parasitário’ – sobre as demais formas funcionais do capital, instituindo uma “fase de predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva” (p. 35).

É na passagem para as expansões financeiras que o regime de acumulação dominante em escala mundial entra em crise – a ‘crise sinalizadora’. A superacumulação sistêmica e crônica de capitais indica que a via de desenvolvimento estabelecida atingiu seu limite

de expansão. Ao chegar aos limites da expansão material, a relação de cooperação entre os principais centros de acumulação da economia mundial transforma-se numa competição interestatal e interculturalista intensificada, uma vez que os avanços de uma organização tendem a ocorrer, cada vez mais às custas de outras. Paralelamente, há o surgimento embrionário de vias de desenvolvimento alternativas lideradas por novos blocos de agentes governamentais e empresariais. Os investimentos especulativos através do sistema de crédito cumprem aqui um papel importante, uma vez que o capital circulante se direciona para os centros emergentes da economia mundial onde encontram-se as melhores taxas de retorno do investimento de capital.

As formas de investimento adquirem um caráter crescentemente flexível e especulativo, fruto da necessidade de encontrar formas de absorção para uma massa constantemente aumentada de capital excedente. Esse movimento especulativo se reflete também na busca pela inovação: criar novas oportunidades, novos nichos de mercado, novos produtos. Há também uma preferência por maior flexibilidade nas formas de produção e consumo, assim como nas formas de exploração da força de trabalho. Os investimentos financeiros sobressaem. Surge uma série de novos instrumentos e tipos de papéis e de títulos que combinam liquidez e rentabilidade. A rigidez do capital fixo acumulado no espaço – assim como das regulações, das instituições etc. – aparece como um obstáculo a ser superado, uma vez que estão adaptados a uma via de desenvolvimento que alcançou seus limites de expansão.

A rigidez dos ‘compromissos sociais’ também se desfaz. O aumento relativo do poder das classes capitalistas – em especial dos capitalistas monetários – sobre os Estados e suas populações impulsiona a desregulação dos mercados e das atividades capitalistas em geral, levando a uma perda do controle social sobre os processos econômicos. Usando os termos de Polanyi ([1944] 2012), podemos dizer que o princípio do liberalismo se sobrepõe ao da proteção social. Nesse sentido, há uma pressão para que os mercados das mercadorias fictícias – terra, trabalho e dinheiro – tornem-se autorregulados. A desregulação dos mercados financeiros e monetários, dos mercados imobiliários e fundiários e dos mercados de trabalho tendem a transformar o dinheiro e a terra em meros ativos financeiros, além

de aumentar as taxas de exploração da força de trabalho através, por exemplo, da precarização e da desqualificação, da redução dos salários e de outras formas de rendimentos dos trabalhadores. Na medida em que a competição pelo capital circulante se torna a chave para o sucesso dos lugares, as alianças de classe de base territorial tendem a se desfazer ou se transformar pendendo para o lado das classes dos capitalistas monetários.

Portanto, o desenvolvimento da fase de expansão financeira evidencia as contradições da acumulação capitalista, contradições que se manifestam de maneira mais explícita por meio de uma série de crises nos mercados financeiros e na agudização do conflito capital-trabalho. É um período de turbulência econômica, política e social. As instituições e estruturas em que se fundava o regime de acumulação vigente entram em decadência e perdem seu poder organizador do sistema. O mundo caminha para uma situação de caos sistêmico.

Em consequência do declínio das atividades industriais e comerciais, há uma transformação das geografias da acumulação capitalista e do poder das organizações governamentais. Como visto, a perda relativa de poder dos Estados frente aos interesses capitalistas e o maior controle dos interesses monetários sobre os governos favorece que as decisões relativas aos investimentos de capital se deem mais diretamente segundo os imperativos da acumulação, isto é, há uma menor capacidade de mediação por parte dos governos. Uma vez que os processos moleculares de acumulação não obedecem a uma diretriz centralizada e abrangente, os investimentos capitalistas no espaço vão se orientar e se localizar de acordo com as necessidades e especificidades de cada atividade econômica em particular, de modo que as configurações territoriais resultantes serão, por sua vez, mais sensíveis aos ritmos e contradições dos circuitos de capital específicos que operam em cada espaço. Em outros termos, a distribuição dos investimentos capitalistas no espaço da economia mundial, das economias nacionais e mesmo regionais, vai se concentrar em função da lógica da acumulação em detrimento da lógica de poder territorial. Como resultado, o enfraquecimento da capacidade política de redistribuição regional dos excedentes no território intensifica o processo de desenvolvimento geográfico desigual em diversas escalas.

Por sua vez, os próprios Estados, confrontados com a intensificação da concorrência pelo capital circulante e pressionados pela necessidade de encontrar alternativas de financiamento, tendem a se reestruturar de forma a oferecer condições favoráveis à acumulação capitalista dentro de suas fronteiras. Nesse sentido, a atuação dos Estados nacionais acaba por reforçar a tendência de descentralizar – reescalonar – seu poder em direção às escalas infranacionais (urbanas e regionais) e a privilegiar espaços específicos de seus territórios, invertendo a lógica da fase de expansão material. Passa-se, portanto, das políticas de redistribuição do excedente econômico no espaço nacional como um todo para uma lógica de maximização da competitividade capitalista em territórios delimitados (BRENNER, 2010, p. 555). Esse movimento tende a favorecer a fragmentação econômica e territorial dos países, uma menor articulação dos espaços internos, a reorganização das redes urbanas – voltadas para o fora – e a formação de enclaves econômicos – vinculados ao exterior. Desse modo, as escalas subnacionais urbanas e regionais ganham importância relativa como escalas estratégicas para a competição interestatal pelo capital circulante.

Em sua descrição da reorganização das territorialidades estatais e da acumulação nos países centrais a partir da década de 1970 – período correspondente à fase de expansão financeira do ciclo estadunidense – Brenner (2004) observa que um aspecto marcante das transformações do capitalismo contemporâneo é exatamente essa descentralização do papel da escala nacional e a reconfiguração do poder territorial nas escalas supra e sub nacionais. Foi para capturar de maneira mais precisa esse processo que Swyngedouw (2004) cunhou o termo “glocalização”, ilustrando que i) os arranjos regulatórios e institucionais vinculados aos Estados foram transferidos tanto para organizações supranacionais (como o Banco Mundial, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, por exemplo) quanto para as escalas locais urbanas e regionais; e ii) as atividades econômicas e as redes interempresariais e financeiras ganharam uma dimensão ainda mais transnacional ao mesmo tempo que também se tornam espacialmente mais localizadas.

Brenner (2004) aponta que, com a decadência dos sistemas fordistas de produção em massa, as economias das regiões urbano-metropolitanas tenderam a se desconectar de suas antigas

hinterlândias, levando a uma crescente desarticulação dos territórios nacionais. Em função disso, a maior diferenciação do espaço político-econômico nacional acabou por favorecer iniciativas estatais focalizadas em localizações específicas, no sentido de promover as vantagens competitivas que cada região ou cidade poderia oferecer aos investimentos capitalistas. Dessa forma, houve uma “reorientação das estratégias espaciais estatais de modalidades nacionalmente redistributivas para formas de política locacional urbano-cêntricas orientadas para a competitividade” (BRENNER, 2018, p. 120), ou seja, a própria intervenção estatal deixou de ser guiada pela homogeneização do território e, ao contrário, passou a promover os espaços com maior potencial de atração do capital circulante internacional, favorecendo a concentração de investimentos nos espaços mais dinâmicos economicamente e globalmente mais competitivos.

Nesse contexto, emergiu também nas escalas urbanas, um conjunto de políticas e práticas que foram classificadas, de modo geral, sob o rótulo de “empreendedorismo urbano”. Políticas que, ao focalizar os investimentos em locais específicos das cidades com o objetivo de atrair o capital circulante, tiveram como resultado, intencional ou não, a reprodução da fragmentação do território, assim como a exacerbação da segregação e da desigualdade espacial intraurbanas.

Essa mudança de abordagem na governança urbana foi bem destacada por Harvey (1985; 1989). Para ele, como resposta às condições de competição interurbana aumentada, a abordagem ‘administrativa’ ou ‘gerencialista’ típica dos países centrais no pós-guerra deu lugar a uma abordagem ‘empreendedora’ a partir das décadas de 1970 e 1980. As estratégias políticas empreendedoras podem ser resumidas como iniciativas competitivas e pró-mercado com o objetivo de atrair investimentos num contexto de crise fiscal, desemprego e de declínio das atividades industriais e comerciais nas principais regiões urbanas.

Dada a dificuldade de prever que tipo de investimento terá mais sucesso em capturar os fluxos de capital, o desenvolvimento urbano associado às políticas empreendedoras apresenta um padrão necessariamente mais especulativo. No entanto, na maior parte dos casos, o risco foi assumido pelo poder público e os benefícios, em sua maior parte, colhidos pelo setor privado.

O novo empreendedorismo urbano baseia-se tipicamente, então, em parcerias público-privadas centradas no investimento e no desenvolvimento econômico com a construção especulativa do lugar, em vez da melhoria das condições dentro de um território particular como seu objetivo político e econômico imediato (embora de forma alguma exclusivo) (HARVEY, 1989, p. 8, tradução nossa).

Dentre as estratégias de empreendedorismo urbano, Harvey (1985; 1989) enfatiza as seguintes possibilidades:

- i) Melhorar a posição na divisão internacional do trabalho – criação de vantagens específicas locais para a produção de mercadorias e/ou serviços (vantagens locacionais de acessos ao mercado mundial, disponibilidade de recursos naturais, maior taxa de exploração da força de trabalho, benefícios/estímulos públicos fiscais ou de infraestruturas e de crédito);
- ii) Melhorar a posição na divisão espacial do consumo – atrair especialmente o consumo conspícuo das classes afluentes através de investimentos no entretenimento, inovações culturais, projetos de renovação urbana, eventos esportivos, exposições e espetáculos em geral (turismo);
- iii) Competir por funções de comando e controle das grandes corporações, das altas finanças e dos governos – investindo pesadamente em infraestruturas de informação, comunicações e transporte, assim como uma força de trabalho específica voltada para os serviços de apoio necessários a essas atividades;
- iv) Competir para capturar uma maior parte da redistribuição dos investimentos via orçamentos dos governos centrais e regionais.

Em suma, a intensificação da competição interestatal ao longo das expansões financeiras (ou, pelo menos, na mais recente) tendeu a se manifestar também na intensificação da competição entre cidades e regiões, expressa geralmente como

uma ‘guerra de lugares’ por investimentos públicos e privados. Em consequência, os territórios nacionais foram “re-hierarquizados e rediferenciados em um mosaico altamente desigual de espaços econômicos urbano-regionais relativamente distintos, cada um definido de acordo com sua posição específica dentro das divisões supranacionais do trabalho” (BRENNER, 2010, p. 554).

Portanto, nas fases de expansão financeira, os deslocamentos temporais e a produção do espaço apresentam um caráter crescentemente especulativo. Os investimentos têm como objetivo, antes de tudo, criar expectativas positivas de sucesso – o que para a valorização presente do capital fictício é mais importante do que a efetiva concretização futura desse sucesso. Isso significa que a ficção se torna mais relevante do que a realidade. O marketing e as tecnologias de vendas são fundamentais. É o triunfo do capital fictício e de sua lógica especulativa. Nesse sentido, os deslocamentos temporais e a produção de capital fixo no ambiente construído não mais procuram criar as condições gerais de produção. Os investimentos são focalizados, pontuais, baseados em projetos específicos. O espaço já não é o suporte material da acumulação capitalista, pois se torna, ele mesmo, o objeto da acumulação. O que interessa aqui é extrair rendas a partir da propriedade dos objetos espaciais, da terra e de suas benfeitorias, não interessando a totalidade e as articulações do território. O ambiente construído, do ponto de vista do capital, torna-se uma coleção de ativos financeiros, enquanto que para as populações urbanas aquele valor de uso complexo é cada vez mais mercantilizado.

Assim, as ondas de urbanização, ou de investimento no ambiente construído, se descolam de sua vinculação com a produção capitalista de mercadorias, os ciclos de superacumulação industrial não podem descrever o movimento de produção do espaço nessa fase. A superacumulação é agora uma condição crônica e os deslocamentos temporais tornam-se contínuos, desvinculando-se dos ritmos cíclicos do circuito primário. O que aparecia como ondas, agora surge como uma maré crescente de urbanização especulativa. A apropriação de rendas urbanas é o propósito principal para os investimentos e o meio

para a acumulação capitalista através da produção do espaço. A autonomização das finanças é também a autonomização do circuito secundário.

Por outro lado, os ajustes espaciais ganham crescente intensidade e violência, pressionando os territórios com práticas fundamentalmente alicerçadas na despossessão. Nesses momentos, o imperialismo capitalista mostra sua face mais explícita. Os deslocamentos de capitais para outros países à procura de excedentes se valem dos instrumentos que estiverem disponíveis: a aquisição de ativos no estrangeiro através de privatizações, os mecanismos financeiros de drenagem de valor das periferias para os centros – dentre os quais, a dívida externa cumpre um papel de destaque – e, no limite, o próprio uso da força militar como forma de dominar os espaços econômicos.

A seguir, o Quadro 1 procura sintetizar de maneira esquemática as principais características dos padrões de produção do espaço ao longo das fases de expansão material e de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação. Esses padrões criam um quadro teórico geral que pode servir de base para as interpretações sobre a produção do espaço em casos específicos. Ele, no entanto, não substitui a análise concreta e histórica que deve nortear qualquer estudo desse tipo.

Uma parte das características aqui apresentadas se ajustam de forma mais precisa para os processos de produção do espaço nos centros dinâmicos de acumulação capitalista do sistema mundial, de modo que não podem ser imediatamente transferidas, sem as mediações necessárias, para uma análise dos casos relativos à periferia do sistema. Para isso, deveríamos, em primeiro lugar, compreender as relações que definem as posições centrais e periféricas tanto em relação aos fluxos de capitais quanto em relação ao poder político-territorial. É para esse caminho que nos dirigimos na sequência, uma vez que iremos concluir esse trabalho com uma tentativa panorâmica de situar o caso brasileiro.

Quadro 1 – Padrões de produção do espaço nos ciclos sistêmicos de acumulação

EXPANSÕES MATERIAIS	EXPANSÕES FINANCEIRAS
Modo de funcionamento do capitalismo	
<ul style="list-style-type: none">• Crescimento autossustentado por uma via de desenvolvimento estabelecida	<ul style="list-style-type: none">• Estagnação do crescimento da economia mundial – via de desenvolvimento encontra seus limites• Emergência vias de desenvolvimento alternativas• Turbulência econômica, política e social.
<ul style="list-style-type: none">• Acumulação liderada pelas forças produtivas (exploração do trabalho)• Finanças subordinadas ao capital industrial e comercial	<ul style="list-style-type: none">• Acumulação dominada pelas finanças (pela via da apropriação/despossessão)• Produção e comércio subordinados às finanças e sua lógica
<ul style="list-style-type: none">• Cooperação entre os principais centros de acumulação	<ul style="list-style-type: none">• Intensificação da competição interestatal e intercapitalista
<ul style="list-style-type: none">• Crescente rigidez nas formas de produzir, distribuir trocar e consumir	<ul style="list-style-type: none">• Flexibilidade, inovação, investimentos especulativos• Autonomização das finanças (tendência)
<ul style="list-style-type: none">• Regulação social das mercadorias fictícias (terra, trabalho, dinheiro)• Mercantilização restrita.	<ul style="list-style-type: none">• Predomínio dos interesses das classes proprietárias sobre Estados e populações• Desregulação e mercantilização: tendência para transformação da terra e do dinheiro em ativos financeiros, aumento da exploração da força de trabalho.

EXPANSÕES MATERIAIS	EXPANSÕES FINANCEIRAS
Produção do espaço	
<ul style="list-style-type: none"> • Ajustes espaço-temporais voltados para aumentos de produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustes espaço-temporais intensificados, contínuos e voltados para a apropriação de excedentes
<ul style="list-style-type: none"> • Produção do espaço busca desenvolver as condições gerais de produção – racionalizar o território [produção, circulação, troca e consumo de mercadorias + reprodução da classe trabalhadora] 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção do espaço busca a captura de rendas [suporte aos mecanismos de extração dos valores que circulam na cidade/região] • Ambiente construído: coleção de ativos
<ul style="list-style-type: none"> • Espaço como marco da acumulação 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço como objeto da acumulação
<ul style="list-style-type: none"> • Territórios e economias nacionais tratados como totalidade/unidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Estados buscam atrair o capital circulante • Investimentos especulativos, pontuais, localizados • Fragmentação do território • Reescalonamento, “guerra de lugares”

Fonte: elaboração própria

A produção do espaço na periferia do sistema mundial: apontamentos sobre o caso brasileiro

5.1 A estrutura centro-periferia do sistema mundial capitalista

Em “O Longo Século XX”, Arrighi ([1994] 2012) nos adverte que, ao se debruçar sobre os processos e as estruturas do sistema mundial capitalista nos diferentes estágios de seu desenvolvimento histórico, sua formulação da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação esteve centrada nos agentes empresariais e governamentais que lideraram a formação de cada um desses ciclos. Daí sua ênfase sucessiva nos agentes ibérico-genoveses, holandeses, britânicos e estadunidenses e, em menor grau, nos agentes vinculados aos outros Estados mais ativos na disputa interestatal. Esse foco mais estreito, admite Arrighi, deixou de fora da análise questões fundamentais para uma compreensão mais ampla do sistema mundial, como as lutas de classe (as relações capital-trabalho) e a polarização da economia mundial em Estados centrais e periféricos.

Por isso, para aprofundar e dar prosseguimento a proposta do presente trabalho, iremos, em seguida, agregar algumas reflexões no sentido de incorporar as relações centro-periferia à análise dos padrões de produção capitalista do espaço, destacando a dimensão dos fluxos de capital, assim como as influências das disputas intercapitalistas e interestatais. Esse é um passo importante para começarmos a estabelecer as mediações necessárias para a compreensão dos processos concretos de produção do espaço em realidades histórico-geográficas específicas dentro da totalidade do sistema mundial. Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, distinguir os Estados/economias centrais dos Estados/economias periféricas,

além de identificar como são estruturadas as relações de interdependência entre eles.

Um dos principais autores das chamadas “teorias da dependência”, Dos Santos ([1970] 2011), definiu a relação centro-periferia, ou entre países dominantes e dependentes, da seguinte maneira:

Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato (DOS SANTOS, [1970] 2011, p. 5-6).

Ele chama a atenção para o fato de que a economia global – o mercado mundial de mercadorias, capital e força de trabalho, integrado pelas economias nacionais – está baseada em relações desiguais e combinadas. Quer dizer, algumas partes do sistema se desenvolvem capturando os excedentes produzidos em outras partes que, por isso, têm seu desenvolvimento restringido. Isso porque, por um lado, as relações comerciais estariam baseadas em controles monopólicos do mercado, criando uma transferência dos excedentes produzidos nos países dependentes para os países dominantes; e de outro lado, as relações financeiras também transferem excedentes dos dependentes para os dominados por meio de juros e lucros (a partir de empréstimos e exportações de capital). Esses mecanismos teriam como resultado o aumento dos excedentes domésticos dos países dominantes, assim como seu controle sobre as economias dos países dependentes. Do ponto de vista dos países dependentes, haveria uma perda de controle sobre seus recursos produtivos devido à transferência de excedentes produzidos internamente. Além disso, dado que os países dependentes seriam objeto da expansão externa dos países dominantes, o desen-

volvimento interno dos primeiros seria governado pela expansão dos segundos.

Importa destacar que, conforme ressalta Quijano ([1968] 1978), a dependência só ocorre quando as sociedades implicadas fazem parte de uma mesma unidade estrutural, onde uma parte é dominante sobre as demais. Essa relação, entretanto, não se daria através de ações unilaterais, externamente determinadas, mas envolvendo a convergência de interesses de grupos ou classes localizados nos países dependentes com grupos ou classes dos países dominantes.

Quer dizer, a dependência não coloca em confronto o conjunto de interesses sociais básicos da sociedade dominada com os da sociedade dominante. Ela pressupõe, pelo contrário, uma correspondência básica de interesses entre os grupos dominantes de ambos os níveis da relação, sem que estejam excluídas eventuais fricções pela taxa de participação nos benefícios do sistema (QUIJANO, [1968] 1978, p. 14).

Um dos pioneiros na abordagem dos sistemas mundiais, Wallerstein (2004) afirma que uma economia-mundo pode ser definida como “uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, portanto, uma troca interna significativa de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho” (p. 23). Constituída por várias unidades políticas que se relacionam num sistema interestatal, a estrutura da economia-mundo é unificada pela eficácia da divisão do trabalho que nela é estabelecida.

Na medida em que a economia-mundo capitalista tem como base a expansão constante da riqueza, os agentes capitalistas irão buscar criar constantemente para si situações de monopólio, dado que, desta maneira, podem elevar a margem entre os custos de produção e os preços de venda, e dessa forma alcançar altas taxas de lucro – um lucro extraordinário. Porém, para criar situações de monopólio (ou de quase-monopólio), os capitalistas precisam, via de regra, do apoio dos poderes estatais (por meio de sistemas de patentes, de medidas protecionistas como controle de importações, subsídios e benefícios fiscais, da coerção contra Estados mais fracos que tentem adotar para si o mesmo tipo de medidas pro-

tecionistas, de compras estatais etc.). Assim, conclui Wallerstein (2004), o Estado constitui um fator fundamental na determinação dos preços e dos lucros, isto é, ele é um fator fundamental na própria dinâmica da competição intercapitalista.

A criação de monopólios, portanto, está na base da hierarquização da economia-mundo capitalista, que organiza sua divisão do trabalho a partir da separação entre produção central e produção periférica. De um lado, os processos produtivos centrais seriam aqueles controlados por (quase) monopólios, capazes de auferir lucros extraordinários. Por outro lado, os processos produtivos periféricos seriam aqueles que estão de fato submetidos às regras da competição e da livre concorrência. Assim, no processo de troca, os produtos submetidos à livre competição de mercado encontram-se numa posição desvantajosa, do ponto de vista da margem de lucro, frente àqueles produtos monopolizados por determinada empresa capitalista. Isso seria, portanto, na abordagem de Wallerstein (2004), o que poderia ser chamado de ‘troca desigual’, já que, por meio da troca, é estabelecido um fluxo constante de mais-valor dos produtores de mercadorias periféricas para as mãos dos produtores de mercadorias centrais. Nessa abordagem, portanto, a dicotomia centro-periferia estaria relacionada ao nível de lucratividade envolvido nos variados tipos de processo produtivo no âmbito das empresas.

Entretanto, na medida em que os (quase) monopólios dependem do apoio estatal, os produtores capitalistas devem estar não só politicamente, mas territorialmente vinculados a um Estado. Aqui, a relação centro-periferia adquire um caráter geográfico: os processos produtivos centrais tendem a estar reunidos num pequeno número de Estados onde constituem a base principal da atividade produtiva nesses países; os processos produtivos periféricos, por sua vez, encontram-se dispersos por uma grande variedade de Estados e constituem o eixo da atividade produtiva dos Estados periféricos. É apenas nesse sentido que, de acordo com Wallerstein (2004), podemos nos referir a Estados e regiões centrais ou periféricas, como uma metonímia em referência ao tipo de processo produtivo que se desenvolve no interior de cada Estado em questão. Nesse esquema interpretativo, os Estados semi-periféricos seriam aqueles onde se desenvolve uma combi-

nação mais ou menos equilibrada de processos produtivos de tipo centrais e periféricos.

Wallerstein (2004) ainda menciona que esse mecanismo de ‘troca desigual’ não é a única forma de transferir capital de uma região para outra e destaca, por exemplo, mecanismos de ‘pilhagem’ (como, por exemplo, privatizações) que ainda estariam bastante presentes no sistema-mundo moderno. Mas, apesar dessa ressalva, a definição da relação centro-periferia para Wallerstein permanece excessivamente centrada na divisão internacional do trabalho, nos processos produtivos e no comércio entre os países.

Entrando nesse debate, Arrighi (1997a) alerta que as classificações da hierarquia de Estados costumam confundir a posição de um Estado em relação à divisão mundial do trabalho e a sua posição política no sistema interestatal. Para ele, em termos gerais, a dicotomia núcleo orgânico-periferia “se destina a designar a distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades que constituem a divisão do trabalho” (p. 145) na economia mundial. Atividades essas que estão integradas em cadeias de mercadorias. O foco das análises, então, deveria estar sobre a distribuição das recompensas entre os diversos nós da cadeia de mercadorias, onde cada nó representa uma atividade econômica específica.

De início, Arrighi (1997a) constata que os agentes capitalistas, para melhor se posicionar na hierarquia econômica, estarão sempre empenhados a i) entrar nas atividades onde a pressão competitiva é baixa; ii) criar pressões competitivas para seus concorrentes; iii) escapar das atividades onde as pressões competitivas se intensificam; e iv) deslocar as pressões competitivas de suas atividades (via inovações e monopólios) para outras atividades (que podem ser generalizadas por outras empresas no mercado). Como resultado,

os nós ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias tende a se polarizar em posições que transfiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas) (ARRIGHI, 1997a, p. 146).

Dessa maneira, as atividades do núcleo orgânico – aquelas que incorporam a maior parte das recompensas agregadas globais

da divisão mundial do trabalho – tendem a se concentrar em um pequeno número de empresas na economia mundial que têm a “capacidade de transferir continuamente a pressão da competição de [seu] domínio organizacional para atividades que estão fora desse domínio, gerando um fluxo contínuo de inovações dentro de um dado domínio, e/ou transferindo o próprio domínio em resposta às inovações de outras empresas”. (150-1)

Nessa descrição, a formulação de Arrighi (1997a) parece menos centrada nos processos produtivos, ao levar em consideração as atividades econômicas de uma forma geral. Isso porque, como o próprio destaca, não há nenhuma atividade específica que possa ser sempre definida como inerente ao núcleo orgânico ou à periferia, de modo que a indústria, por exemplo, foi uma atividade típica do núcleo orgânico apenas durante um determinado período histórico – especificamente a partir do ciclo sistêmico de acumulação liderado pela Grã-Bretanha.

Desse ponto de vista, a polarização das empresas/atividades de núcleo orgânico e de periferia em diferentes espaços da economia mundial é o que vai criar a hierarquização geográfica centro-periferia no sistema mundial capitalista. Entretanto, essa polarização responde a fatores que atuam historicamente. Basta termos em mente que a competição intercapitalista está intimamente associada ao processo de formação e desenvolvimento dos Estados nacionais, de forma que a disputa interestatal é parte integrante da economia mundial desde suas origens. Portanto, “a luta competitiva entre as empresas capitalistas não ocorreu num vazio político” (p. 152). Os Estados agem para favorecer as atividades econômicas que estão sob seus domínios, ajudando ou restringindo atividades específicas e tentando levar determinadas atividades a se posicionarem como atividades de núcleo orgânico e outras como atividades periféricas. Isto significa que os Estados interferem ativamente na estrutura centro-periferia de economia mundial, sendo que o poder de cada Estado de agir na direção desejada é limitado pelo poder dos outros Estados de fazer o mesmo.

Em suma, cada Estado luta para melhorar a combinação de atividades de centro e de periferia dentro de seu território como forma de melhor se posicionar na hierarquia da divisão mundial do trabalho e de obter para si uma maior parte das recompensas

em jogo na economia mundial. Dado que a melhoria de combinação de atividades nas cadeias de mercadorias por parte de um Estado resulta no rebaixamento relacional da posição dos outros Estados, esta é a base da polarização do sistema mundial e das relações centro-periferia para Arrighi.

Arrighi (1997b) lembra ainda que a maior parte dos estudos (tanto os da teoria da modernização quanto os das diversas correntes da dependência) considerou que as relações centro-periferia são estruturadas a partir de redes de ‘troca desigual’¹⁷. Ou seja, os Estados centrais, industrializados, absorveriam a maior parte dos benefícios do comércio internacional em função de sua posição na divisão mundial do trabalho, enquanto os Estados periféricos, fornecedores de produtos primários, apenas obteriam o necessário para se manter na relação comercial. Para ele, esse tipo de formulação seria bastante questionável por i) igualar industrialização e desenvolvimento, concluindo que Estados centrais são o mesmo que Estados industrializados, e ii) considerar que a definição da relação centro-periferia está fundada em processos de ‘troca desigual’, isto é, que “a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial consiste de uma rede de trocas, tipicamente uma rede de comércio”.

No seu entendimento, a polarização centro-periferia não envolve apenas as relações comerciais, assim como seus efeitos tampouco devem ser vistos sem ambiguidade. A chamada ‘troca desigual’ não foi nem o único nem o principal mecanismo de polarização e hierarquização dos Estados na economia mundial, e a polarização centro-periferia não é necessariamente o resultado de sua operação. Na perspectiva de Arrighi (1997b), “a troca desigual é apenas um dos diversos mecanismos da polarização núcleo orgânico-periferia” (p. 210). Em complemento, ele aponta outros dois mecanismos que tiveram importância histórica fundamental e que

¹⁷ De acordo com Wallerstein (2004), o termo ‘troca desigual’ “foi inventado por Arrighi Emmanuel na década de 1950 para refutar o conceito de vantagem comparativa de David Ricardo. Emmanuel argumentou que quando produtos que tinham baixos custos de força de trabalho (produtos periféricos) eram trocados por produtos que tinham altos custos de força de trabalho (produtos centrais), havia uma troca desigual indo da periferia para o centro, envolvendo a transferência de mais valor. O livro de Emmanuel gerou considerável controvérsia. Muitos aceitaram o conceito de troca desigual sem aceitar a explicação de Emmanuel sobre o que a define ou explica.” (p. 98, tradução nossa)

não pressupõem uma relação comercial entre países: i) as transferências unilaterais de mão-de-obra e ii) as transferências unilaterais de capital.

Cada uma dessas formas de transferências pode ser forçada ou voluntária. As transferências forçadas envolvem o uso ou ameaça da violência pelo Estado receptor, enquanto que as transferências voluntárias envolvem o interesse próprio de quem está transferindo os recursos. Alguns exemplos são apontados: a) transferência forçada de mão-de-obra – tráfico de escravos, deslocamento e uso de prisioneiros de guerra como trabalhadores; b) transferência forçada de capitais – extorsão monetárias das colônias, reparações de guerra de inimigos derrotados; c) transferência voluntária de mão-de-obra – emigração de trabalhadores; d) transferência voluntária de capitais – “fuga de capitais”.

Em relação à ambiguidade desses processos, Arrighi (1997b) argumenta que os efeitos desses mecanismos na estrutura centro-periferia foram historicamente bastante contraditórios. Tanto as ‘trocas desiguais’ quanto as transferências unilaterais podem beneficiar um ou outro polo da relação dependendo das circunstâncias. Tanto a emigração de trabalhadores quanto a exportação de capitais (como investimentos no exterior) foram instrumentos de consolidação da posição central da Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX, por exemplo. Assim como a ascensão do leste asiático a partir da segunda metade do século XX esteve baseada na exportação de mercadorias que incorporavam um baixo custo da força de trabalho como forma de enfrentar a competição no comércio internacional. Portanto,

a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial. No entanto, não são traços essenciais das relações núcleo orgânico-periferia. Se as relações núcleo orgânico-periferia dizem respeito, como penso que ocorre, a alguma desigualdade fundamental e auto-reprodutora na distribuição de riqueza entre os Estados e os povos da economia capitalista mundial, então a troca desigual e as transferências unilaterais dos recursos do capital e do trabalho são atributos puramente

contingentes dessas relações, exatamente como a industrialização e a desindustrialização. Elas podem ou não coincidir com as relações núcleo-orgânico-periferia, dependendo das circunstâncias específicas de tempo e lugar sob exame. Em si e por si mesmas, elas não podem jamais dizer quem está e quem não está se beneficiando com as desigualdades estruturais da economia capitalista mundial (ARRIGHI, 1997b, p. 213).

Se uma pura análise dos fluxos de excedentes de capital e força de trabalho e das relações de troca internacional não são capazes de explicar as relações centro-periferia e a polarização da economia mundial, então o que poderia? Arrighi (1997b) sugere que a posição já estabelecida de um Estado na hierarquia de riqueza do sistema mundial é o fator que fornece a maior capacidade de apropriação dos benefícios da divisão mundial do trabalho (esses Estados teriam melhores oportunidades de controlar os processos de inovação e proteger-se dos efeitos da inovação alheia). A questão colocada por Arrighi é bastante pertinente, sua resposta, entretanto, ainda nos parece incompleta, uma vez que não consegue escapar de uma análise fortemente centrada no que o próprio Arrighi veio depois a chamar de ‘estratégia capitalista de poder’¹⁸. Nesse ponto, entendemos que a abordagem de Fiori (2014) nos fornece elementos adicionais para uma aproximação mais precisa do problema. Na perspectiva desse autor, a disputa pelo poder global não só tem que ser levada em consideração nessa definição, mas deve ser o principal fator para a análise das posições diferenciais de cada Estado no sistema interestatal capitalista. Para uma melhor compreensão dos seus argumentos, é válido fazer uma breve incursão em sua descrição da origem e funcionamento do sistema interestatal e sua caracterização dos fundamentos da hierarquização dos Estados nesse sistema.

Fiori (2014) explica que algo inteiramente original aconteceu na Europa entre os anos 1150 e 1650. Nesta época, a competição entre os poderes territoriais não levou à progressiva conquista das

¹⁸A publicação original do texto em que Arrighi apresenta esse argumento é do ano de 1990, enquanto o termo ‘estratégia capitalista de poder’ para designar um tipo de lógica de atuação dos Estados na disputa interestatal aparece somente em “O Longo Século XX”, publicado em 1994.

diversas unidades de poder existentes e à conseqüente centralização que tenderia a resultar na formação de um único poder político imperial – como ocorrera em todos os continentes nas mais diversas épocas e com diferentes civilizações. Pelo contrário, o desenvolvimento histórico desta disputa resultou na formação dos primeiros Estados territoriais e das primeiras economias nacionais que vieram a conformar o sistema interestatal capitalista, sistema que se expandiu continuamente até atingir sua globalização completa no fim do século XX¹⁹.

Mais detalhadamente, a origem desse sistema remonta à fragmentação do poder territorial europeu que se seguiu durante cerca de dois séculos após o fim do Império Carolíngio (800 – 924 d.C.). Nesse período houve um recuo na atividade econômica em grande parte do continente, inclusive com a retração de economias monetárias já desenvolvidas. Somente a partir do século XII este processo de desintegração começa lentamente a ser revertido. Por meio de uma série de guerras localizadas – internas e externas – que foram se ampliando e multiplicando (guerras que incluem as cruzadas contra os povos islâmicos e ‘bárbaros’), o poder político foi aos poucos sendo fortalecido, recentralizado e hierarquizado junto com a emergência renovada das atividades econômicas. A guerra e a preparação para a guerra dentro da Europa tornaram-se atividades contínuas, criando grande pressão competitiva no interior do continente.

Estes conflitos e tensões permanentes requereram crescentes recursos materiais e humanos, levando a que os poderes políticos precisassem fortalecer os laços com seus sistemas de tributação e produção de excedentes. Tal movimento recorrente produziu no longo prazo um “salto qualitativo, com o nascimento dos primeiros Estados e das primeiras economias nacionais europeias, além do próprio sistema interestatal, onde se forjaram as bases do capital e do capitalismo europeu”. Entretanto, as necessidades criadas pelas guerras forçaram um aumento de utilização de recursos que,

¹⁹ Segundo Fiori (2014), o sistema interestatal capitalista era, até o século XVIII, restrito à Europa e seus impérios coloniais. Este sistema se expande no século XIX com a independência dos Estados americanos. No século XX, depois da II Guerra, há um outro momento de expansão com a independência dos Estados africanos e asiáticos. A globalização definitiva se dá na passagem para o século XXI com a incorporação da China e dos países do antigo bloco soviético.

via de regra, não pôde ser suprido somente com a tributação dos súditos. O endividamento tornou-se uma medida constante por parte dos poderes territoriais como meio de financiar suas disputas militares. Desta forma, as “dívidas selaram uma relação cada vez mais necessária e estrutural entre os senhores da guerra e os senhores do dinheiro” (p. 24).

Ao fim deste longo processo de aproximadamente cinco séculos – que culmina no reconhecimento das soberanias nacionais europeias no Tratado de Vestfália (1648) – forjaram-se na Europa os Estados-economias nacionais. “Cada um deles com seus territórios e tributos, com seus camponeses e cidadãos, com seus exércitos e suas burocracias, com suas moedas e seus títulos da dívida pública, com seus sistemas de bancos e de crédito e com seu sentimento coletivo de identidade nacional” (p. 24) elevaram conjuntamente as possibilidades de acumulação de poder e de riqueza e foi com base no sistema interestatal resultante que pode se desenvolver o regime de acumulação capitalista que proporcionou o grande diferencial de poder da Europa frente ao resto do mundo.

Os Estados expansivos e ganhadores dentro deste sistema consolidaram um núcleo de grandes potências e lideraram o processo de acumulação de capital em escala mundial. Neste sentido, o imperialismo é uma dimensão fundamental, permanente e integrante do sistema interestatal capitalista e o movimento de internacionalização destes Estados e de seus capitais é parte da disputa competitiva e expansiva essencial de seu núcleo central por poder e riquezas. Portanto, a internacionalização do capitalismo europeu só foi possível graças à ampliação progressiva dos territórios econômicos supranacionais de seus Estados nacionais. Ampliação impulsionada pela competição pelo poder e realizada pela força militar. A internacionalização capitalista foi a outra face da internacionalização do poder político dos Estados que conseguiram expandir seu território econômico nacional. Esta expansão dos Estados-economias nacionais gerou os impérios coloniais europeus, que por sua vez deram origem aos Estados soberanos que fazem parte do sistema interestatal capitalista atual.

A passagem dos territórios que estiveram na condição de colônias para Estados independentes não foi homogênea nem linear e, após a independência política, muitos continuaram dentro do

território econômico de antigas metrópoles como fornecedores de matérias primas e produtos primários. Para Fiori (2014), entretanto, a posição de um Estado não é imutável dentro do sistema interestatal e tampouco determina sua trajetória futura de desenvolvimento econômico. Neste sentido, ele afirma que a complexidade do atual sistema interestatal não pode ser reduzida a esquemas simplificados de “centro-periferia”, “desenvolvido-subdesenvolvido”, “semiperiférico” ou “dependente”, pois estas definições não seriam capazes de especificar as relações dos países uns com os outros. No entanto, isto não deve ser lido como uma ausência de hierarquias bem definidas, pois em sua perspectiva “o sistema interestatal capitalista pode ter múltiplos centros econômicos e infinitas periferias e dependências, mas nenhuma delas determina necessariamente a trajetória seguida por cada um dos Estados e das economias nacionais que foram se agregando ao núcleo original do sistema” (p. 27).

Para avançar em relação a essas categorizações dicotômicas e em busca de complexificar a análise das relações interestatais, Fiori (2014) concebe uma hierarquia internacional com 4 categorias de países, assim definidas: i) países líderes – Estados que lutam e competem permanentemente para expandir seus territórios econômicos supranacionais, com visão estratégica e instrumental de suas economias nacionais; têm melhores condições de endividamento e mais autonomia em suas políticas econômicas; conseguem repassar para terceiros os custos de seus ajustes internos e controlam os processos de inovação tecnológica e militar; ii) protetorados econômicos ou militares – países que têm estratégias de subordinação ou integração às políticas econômicas das potências líderes e conseguem acesso privilegiado aos mercados e aos capitais dessas potências protetoras em troca de submissão política; iii) países “contestadores” – são aqueles que questionam a ordem hierárquica internacional e adotam estratégias para transformá-la; buscam desenvolver projetos nacionais e políticas protecionistas para acelerar o crescimento econômico e alcançar as potências líderes nos campos tecnológico, industrial e financeiro; iv) países periféricos – seriam caracterizados por não contestarem a ordem mundial e por aceitar sua posição política subordinada. Na dimensão econômica, seriam fornecedores de bens específicos para as economias líderes

do desenvolvimento capitalista. Teriam baixa capacidade de endividamento, grandes restrições externas e estariam submetidas às políticas econômicas definidas nos países dominantes.

Dessa maneira, a noção de sistema interestatal capitalista, conforme elaborada por Fiori (2014), procura destacar a importância insuperável dos Estados nacionais, seus capitais e moedas para o desenvolvimento do capitalismo. E, ao trazer a dimensão geopolítica e da disputa interestatal para o centro do debate, essa abordagem nos permite contextualizar a dimensão da acumulação sistêmica de capital no âmbito da disputa pelo poder global entre os Estados. Isto é, podemos analisar as especificidades dos fluxos de capital no sistema mundial, mas sempre levando em conta que, se a acumulação de capital é uma forma de acumulação de poder e se a acumulação de poder se manifesta também como acumulação de capital, se riqueza e poder são indissociáveis no sistema mundial capitalista, então os ajustes espaço-temporais são, ao mesmo tempo e de forma conjunta, uma necessidade da acumulação infinita de capital para contornar as crises de superacumulação e instrumentos operados por agentes empresariais e governamentais que se encontram em permanente disputa de poder.

Assim, podemos, até certo ponto, acolher analiticamente a advertência de Arrighi (1997a) sobre não confundir a posição de um Estado na divisão internacional do trabalho com a sua posição política no sistema interestatal. Entretanto, nenhuma análise abrangente da hierarquia do sistema mundial e das interrelações entre os Estados – incluindo as relações de dependência – deve desconsiderar que essas duas dimensões estão essencialmente interconectadas.

De forma mais esquemática, é possível distinguir, em cada momento histórico, espaços político-econômicos (economias nacionais) que são centros dinâmicos da acumulação sistêmica de capital. Nesses espaços, os agentes que lideram a acumulação, são capazes de exportar os capitais excedentes para outros espaços político-econômicos, ou seja, de realizar o ajuste espacial em direção a outros territórios, controlando, em grande medida, a direção dos fluxos de investimento, as formas de absorção dos excedentes nos espaços de destino e, principalmente, o retorno aumentado dos fluxos de capital, resultado da exportação do

capital superacumulado. O controle desse processo é típico dos países centrais no sistema mundial. Esse controle, no entanto, envolve também a mobilização de aparatos de coerção, inclusive a força militar. Do outro lado, podemos identificar, também a cada momento, espaços periféricos onde a acumulação de capital está condicionada, subordinada e comandada por fluxos de excedentes que não são ali originalmente produzidos e, o que é mais grave, onde os excedentes internamente produzidos são capturados por agentes externos, drenados para fora, impedindo que o ciclo de acumulação capitalista se realize completamente no interior dessas economias nacionais. São territórios do ajuste espacial dos centros de acumulação. O centro dinâmico da acumulação de capital nesses países encontra-se controlado de fora, por agentes estrangeiros. Essa situação seria a característica definidora dos países periféricos. Entre esses extremos, é possível identificar situações intermediárias, de acordo com a capacidade dos agentes vinculados a cada território de mediar a absorção dos capitais recebidos, além de controlar alguma parte do excedente que é internamente produzido.

Por fim, não podemos desconsiderar, é claro, a importante advertência de Arrighi (1997b) sobre a ambiguidade dos mecanismos de 'troca desigual' e de transferências de capital e força de trabalho. Mecanismos que não definem de forma absoluta a relação centro-periferia. Complementando as postulações de Dos Santos ([1970] 2011), entendemos que uma análise mais precisa dos fluxos de capitais nas relações entre os países deve observar não apenas os Estados que exportam e os que importam capitais excedentes, mas principalmente como esse capital é absorvido nos Estados receptores e qual o destino dos excedentes produzidos como resultado dessa absorção.

Por sua vez, as formas assumidas pelas relações entre os Estados estão diretamente relacionadas ao modo sistêmico de funcionamento do capitalismo em cada momento histórico. Como vimos nos capítulos anteriores, os padrões de recorrência e evolução pelos quais o sistema mundial se expande e se desenvolve adquiriu a forma de ciclos sistêmicos de acumulação. Ao longo do tempo e bastante influenciadas pelas fases constitutivas de cada ciclo, as relações de dependência se transformam. Via de regra,

essas relações mudam de forma sem, no entanto, perderem a natureza assimétrica, fundada na dominação de um Estado pelo outro. Mas isso não quer dizer que essas relações não possam ser, em algum momento, rompidas. Inclusive, porque isso é parte da própria história. As relações de dependência não são imutáveis porque a própria dinâmica do capitalismo está em constante transformação. Que a maioria dos Estados se mantenha quase imóvel em sua posição nas redes de poder e na divisão do trabalho, isso é reflexo da própria estrutura hierárquica do sistema de acumulação de poder e capital, mas não significa, necessariamente, que as relações entre Estados periféricos e centrais, assim como a posição de cada Estado individualmente não possa ser modificada.

Na sequência, trazemos algumas contribuições sobre as formas históricas da dependência, no Brasil e na América Latina, para, no último tópico apresentar nossa própria leitura, para o caso brasileiro, das relações entre os modos de funcionamento do capitalismo, as formas históricas de dependência, os principais mecanismos de transferência de valor operados e, finalmente, como os padrões de produção do espaço se materializaram nessa periferia durante o 'longo século XX'.

5.2 As formas históricas das relações de dependência

As relações centro-periferia, e conseqüentemente, as relações de dependência, não se reproduzem da mesma maneira em todos os países periféricos. Essas relações assumem especificidades e modalidades diferentes de acordo com as mediações que se dão em cada formação sócio-espacial. Se, por um lado, devemos observar as formas de expansão do poder e de exportação de capitais a partir dos centros hegemônicos e de acumulação capitalista, por outro lado, é fundamental compreender as formas específicas que cada Estado ou região periférica lida com esses fluxos, como absorve os capitais dos países centrais e como a acumulação aí se desenvolve. Na medida em que esses processos assumem características próprias em função da mediação ativa que ocorre em cada

formação socio-espacial, podemos falar de formas geográficas de dependência.

Entretanto, é inegável que as relações de dependência em determinadas regiões do mundo podem ser bastante semelhantes, como é o caso dos países latino-americanos, que se aproximam em vários aspectos em função de uma história e de uma posição relativamente comum no contexto do sistema mundial capitalista. Como consequência, muitas das características gerais da dependência latino-americana podem ser pensadas para o caso brasileiro e vice-versa. Sobre as características que apontam para essas semelhanças, Quijano ([1968] 1978) destaca o fato de que as formações sociais latino-americanas nascem a partir da expansão e desenvolvimento do sistema mundial capitalista originado na Europa, sendo, por isso, fundadas originalmente no estabelecimento de relações subordinadas aos interesses metropolitanos europeus. Isso se apresenta, para ele, como um elemento constitutivo de nossas sociedades e, portanto, caracteriza uma ‘dependência histórica’. Em outras palavras, essas sociedades já nascem enredadas nas relações de subordinação e dependência e assim permanecem ao longo dos momentos históricos subsequentes. Portanto, as estruturas de poder das sociedades latino-americanas se movimentaram de acordo com as mudanças no caráter das relações com os interesses dominantes nas sociedades metropolitanas.

a problemática total do desenvolvimento histórico das nossas sociedades está afetada radicalmente pelo fato da dependência. Isto não é um dado externo de referência, mas sim um elemento fundamental na explicação da nossa história: não se trata de sociedades com uma legalidade histórica autônoma, que, em consequência de uma sujeição posterior à dominação externa, são obrigadas a reajustar seu comportamento em função das exigências dos dominadores; ao contrário, a legalidade total dessas sociedades é dependente e o seu comportamento não é uma submissão a uma imposição externa, mas sim uma correspondência interna às leis gerais do sistema de dominação em seu conjunto, especificadas, porém, por múltiplos elementos de intermediação e singularização (QUIJANO, [1968] 1978, p.19-20).

Além disso, Quijano ([1968] 1978) observa que os ‘deslocamentos intrametropolitanos de poder’, resultado das transformações do capitalismo, são os principais responsáveis pelas mudanças substantivas das formas de relações de dependência.

As mudanças no sistema de dependência com origem nos deslocamentos intrametropolitanos de poder na Europa, à medida que o capitalismo se expandia e as suas formas de produção se consolidavam e modificavam até converter-se em capitalismo industrial, determinaram, em cada período, mudanças no sistema de dominação nas colônias e deslocamentos decisivos na articulação de cada uma das áreas colonizadas nas relações de dependência (QUIJANO, [1968] 1978, p. 21).

Desse modo, “o que ocorre no seio de nossas sociedades está permanentemente subordinado ao que ocorre nas nossas relações com os interesses metropolitanos, em cada momento” (p. 19).

Nessa mesma linha de raciocínio, mas com enfoque no caso brasileiro, Fiori (2000) aponta que o Brasil nunca participou da dinâmica do núcleo central do sistema interestatal capitalista. Portanto, é já na segunda metade do século XIX, período de centralização e monopolização do capital e de escalada da competição imperialista, que o país – recém independente – consolida sua posição periférica sob hegemonia inglesa.

Para Fiori (2000), a expansão político-econômica alavancada pela competição interestatal intraeuropeia e comandada pela força do princípio liberal-internacionalizante da Inglaterra como potência hegemônica gerou, por um lado, o aparecimento de forças protecionistas em Estados da semiperiferia europeia que buscavam contestar o poder inglês, impulsionando a expansão desigual e conjunta do território econômico dos Estados-economias nacionais que participavam da disputa interestatal e levando ao processo de colonização na África e Ásia; por outro lado, esta expansão criou a periferia econômica latino-americana. Periferia que

passa a ocupar um lugar *sui generis* dentro do sistema, porque já dispõe de um Estado territorial independente, mas onde a ação liberal-internacionalizante do *hegemon* e dos seus compe-

tidores não gera nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão no Sudeste Asiático e também com os Estados Unidos. De maneira tal que os Estados nacionais deste novo tipo de periferia, não só não participam de competição interestatal, como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação de suas riquezas nacionais (FIORI, 2000, p. 14).

Essa posição periférica permanente, além de colocar o Brasil fora da competição geopolítica do núcleo central do sistema, teve forte influência no baixo desenvolvimento tecnológico e da estrutura produtiva, assim como na reprodução da fragilidade financeira do país. Além disso, a partir dessa inserção internacional subordinada, as grandes inflexões econômicas e políticas no sistema interestatal terão um impacto considerável nas crises e mudanças internas dos países latino-americanos.

Portanto, na medida em que as mudanças nos modos de funcionamento do capitalismo, associadas às disputas hegemônicas entre os Estados metropolitanos, ou centrais, impactam diretamente as relações sistêmicas centro-periferia, é possível identificar, na longa duração histórica de nossas sociedades, uma mudança constante nas formas assumidas pelas relações de dependência. Nesse sentido, uma série de autores, ontem como hoje, procurou periodizar as chamadas formas históricas de dependência de modo a dar maior concretude para os mecanismos de subordinação e dominação entre os Estados no sistema mundial capitalista. Dos Santos ([1970] 2011), por exemplo, propôs distinguir essas formas históricas de dependência em função de 3 aspectos principais e que entendemos serem, em linhas gerais, compatíveis com nossa proposta.

As formas históricas de dependência são condicionadas: (1) pelas formas básicas dessa economia mundial que possui suas próprias leis de desenvolvimento; (2) pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem, e (3) pelos tipos de relações econômicas existentes nos países periféricos que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista (DOS SANTOS, [1970] 2011, p. 7).

Tendo em vista que nosso objetivo não é realizar um levantamento extensivo das contribuições dos diversos autores da dependência sobre o tema, mas recuperar as principais características identificadas para cada fase histórica, fazemos, a seguir, um breve resgate de algumas contribuições sobre o assunto que condensam as visões mais difundidas sobre essa questão.

Escrevendo em 1970, Dos Santos identifica, até aquele momento, três fases distintas que caracterizariam formas específicas de relação de dependência no Brasil: i) a dependência colonial – quando as metrópoles coloniais europeias, através do controle monopólico do comércio e do território, extraíam das colônias os recursos naturais; ii) dependência financeiro-industrial (final do séc. XIX) – ascensão do grande capital financeiro-imperialista nos centros hegemônicos, que se expandiu para a periferia com investimentos na produção primária de matérias primas e alimentos; nos países dependentes foi desenvolvida uma estrutura produtivo-exportadora para sustentar o desenvolvimento industrial nos centros hegemônicos; iii) dependência tecnológico-industrial (pós 2ª Guerra) – baseada no investimento direto industrial das corporações multinacionais (dos centros capitalistas), com o objetivo de incorporar o mercado interno dos países periféricos.

Nas formas i) e ii), a produção foi destinada à exportação, ou seja, foi determinada pela demanda dos centros dominantes. Internamente, a estrutura produtiva tornou-se altamente especializada, baseada em monocultivos. Em apoio às atividades exportadoras, surgiram atividades complementares – como manufaturas simples e criação de gado – e uma economia de subsistência que funcionava como reserva de força de trabalho para o setor exportador. Na forma iii), os setores mais dinâmicos da produção foram controlados pelo capital estrangeiro, que repatriava grande parte dos lucros para os centros hegemônicos, ou seja, parte do excedente econômico gerado pela atividade industrial no país era extraído via remessas ao exterior (gerando um forte déficit na balança de pagamentos total). Além disso, o desenvolvimento industrial com base nos investimentos estrangeiros foi condicionado pelo monopólio tecnológico dos centros dominantes na forma de patentes controladas pelas grandes corporações.

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e simultaneamente, sua estrutura social e política (DOS SANTOS, [1970] 2011, p. 8).

Quijano ([1968] 1978), por sua vez, em estudo já mencionado, também destaca formas de dependência características de distintos períodos históricos na América Latina. Em linhas gerais, o período pós-colonial (da emancipação política ao fim do séc. XIX) seria marcado por uma dependência financeiro-mercantil, quando as exigências da economia metropolitana inglesa implicavam na compra de produtos industriais e venda e produtos extrativos, fundando uma divisão internacional da produção entre países agro-extrativistas e países industriais – o predomínio interno dos setores agro-extrativos, colocou as burguesias-oligárquicas proprietárias de terras como a classe dominante na América Latina. Já a partir da industrialização dos principais países do continente, o caráter da dependência muda e assume uma nova feição, a de uma dependência industrial, com a expansão do controle direto metropolitano para os setores produtivos e de atividade econômica em geral, com ênfase nos setores urbano e industriais. Setores que são marcados pela dependência tecnológica crescente.

Mais recentemente, Paulani (2022) faz um resgate das análises que diferentes autores fizeram sobre as formas assumidas pela relação de dependência. De início, a autora adere ao pressuposto de que o sistema mundial capitalista está organizado hierarquicamente em uma estrutura centro-periferia. Nessa estrutura, o centro seria o “território de origem das ‘empresas mãe’ dos grandes conglomerados mundiais e, principalmente, território de onde emana o progresso tecnológico”, enquanto a periferia “se beneficia pouco e sofre muito com as consequências dos processos de concentração e centralização de capital orquestrados pelo centro.” (p. 72). Para ela, as vantagens obtidas pelos Estados centrais adquirem uma feição material-econômica que, sob variadas formas de transferências de valor, se alteram ao longo do tempo e impulsionam a acumulação de capitais nas economias centrais. Ou seja, o sis-

tema mundial capitalista é constituído por países centrais e periféricos, o desenvolvimento dos países periféricos está condicionado e subordinado ao desenvolvimento dos países centrais e a inserção subordinada dos países periféricos na economia mundial vai exigir o pagamento de um ‘pedágio’.

É importante destacar nossa concordância com Paulani (2022), com o fato de que a identificação dos canais de transferência de valor é central na definição e distinção das formas históricas de dependência, pois, uma vez que estes estão diretamente relacionados à forma predominante assumida pela circulação dos fluxos de capital em nível sistêmico, sua identificação nos permite delimitar os mecanismos de dominação que prevalecem em cada época.

Dessa maneira, Paulani (2022) começa por elencar uma ‘dependência original’, relacionada à posição primário-exportadora do Brasil, apontada por autores vinculados inicialmente ao pensamento *cepalino* e mais tarde pelos *dependentistas*. Nessa forma de dependência, a transferência de valor dos países periféricos para os do centro se daria, prioritariamente, por meio do comércio internacional, organizado a partir de uma divisão do trabalho que opunha os países industrializados e os países primário-exportadores. Autores *dependentistas* importantes, como Marini ([1973] 1981), insistiram que esse comércio entre países dominantes e dependentes estava assentado numa relação de ‘troca desigual’.

O momento subsequente seria caracterizado pela ‘nova dependência’ que, por sua vez, é dividida por Paulani (2022) em duas fases. A ‘nova dependência I’ descrita por autores como Cardoso e Faletto (1969), fundada na instalação, em uma série de países periféricos, inclusive no Brasil, de filiais das empresas multinacionais de origem estadunidense e europeias e a consequente internacionalização dos seus mercados internos. Esse processo impulsionou a industrialização com capitais estrangeiros e teve como principal mecanismo de transferência de valor a exportação dos lucros gerados por essas filiais em direção a suas sedes localizadas nos países centrais. De forma que

parcela não desprezível do valor internamente gerado passou a fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja

propriedade era, afinal, de não residentes. Assim, das relações comerciais passamos às relações que envolvem remuneração de fatores de produção como instrumentos de transferência de valor dos países periféricos para os centrais (PAULANI, 2022, p. 88-89).

A ‘nova dependência II’, por sua vez, revelada inicialmente por Furtado (1982), se refere já a uma situação onde o principal canal de transferência de valor da periferia brasileira para os países centrais estava localizado em torno do setor financeiro. Assim,

em vez de remuneração de capital produtivo *funcionante*, nos deparamos agora com remuneração da *propriedade* do capital monetário. Trata-se então de transferir para fora do país uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário (PAULANI, 2022, p. 89).

Essa forma de dependência esteve diretamente relacionada à crise da dívida externa que atingiu o Brasil e uma série de países latino-americanos e periféricos na década de 1980 a partir do choque de elevação radical da taxa de juros estadunidense em 1979. Portanto, nesse momento, o pagamento crescente dos juros das dívidas externas foi o principal mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro.

Na sequência, Paulani (2022) resgata a contribuição de Fiori (1995), que identifica uma ‘novíssima dependência’ no contexto da globalização. Essa forma de dependência estaria relacionada à reorganização espacial da atividade econômica – a chamada reestruturação produtiva – e a um aprofundamento do controle do progresso tecnológico por parte dos países centrais, que favoreceu o aumento da polarização entre o centro e a periferia. Além disso, na medida em que a competição interestatal pelo capital circulante se acentuava, os países periféricos foram levados a subordinar suas políticas macroeconômicas às exigências do capital internacional. Paulani (2022) observa que, apesar da precisão de sua análise, Fiori (1995) não especifica, no caso da ‘novíssima dependência’, os canais de transmissão, isto é, os mecanismos de transferência de valor da periferia para o centro. A autora, então, avança na análise

e indica que essas transferências se dão, antes de tudo, através de uma apropriação rentista.

Para isso, a autora destaca que a crescente e fundamental importância do avanço tecnológico contemporâneo (internet das coisas, inteligência artificial, computação em nuvem, robótica) reforça o argumento anterior de Fiori. E, dado que esses avanços são geralmente classificados como marcadores de uma ‘quarta revolução industrial’ ou, ao menos, como característicos de uma ‘indústria 4.0’, Paulani (2022) rebatiza a ‘novíssima dependência’ como ‘dependência 4.0’. O controle sobre essas novas tecnologias – que se difundem a ponto de se tornarem de uso universal – passa pelos direitos de propriedade sobre as mercadorias-conhecimento, que se encontram concentrados nas mãos de grandes corporações capitalistas sediadas nos países centrais (as chamadas *Big Techs*). Ou seja, através da propriedade sobre o conhecimento, garantida na forma jurídica de patentes, que exigem, em troca de seu uso, o pagamento de *royalties*, revela-se a natureza rentista das transferências de valor, que asseguram os benefícios materiais para os países centrais frente aos países periféricos, e atualizam a relação de dependência.

Ao passarmos da nova dependência II para a dependência 4.0 estamos acrescentando a esse tipo de transferência (o pagamento do serviço da dívida sob a forma de juros) outros tipos de pagamento de natureza rentista. Além dos empréstimos convencionais, é preciso considerar também os pagamentos (sob a forma de juros ou dividendos) decorrentes de outros investimentos financeiros, sobretudo os investimentos em carteira, trazidos em profusão pela abertura financeira – ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados – títulos que Marx chamou, não custa lembrar, de capital fictício. Por fim, as relações comerciais voltam a ser elemento importante de transferência de valor para os países do centro, mas por razões que extrapolam a questão dos termos de troca e têm que ver com a natureza rentista do atual processo de acumulação. Trata-se do pagamento das mercadorias-conhecimento, que é tipicamente pagamento de renda. Em outras palavras, nesses casos, mesmo que as relações de troca se deem aos

preços de produção, estará havendo transferência de valor dos países menos avançados para os mais avançados, já que estes últimos detêm as novas tecnologias e são remunerados por essa propriedade (PAULANI, 2022, p. 92).

Paulani ainda acrescenta aos pagamentos rentistas aqueles vinculados à propriedade das marcas, que através de fortes investimentos em publicidade, criam uma diferenciação simbólica para as mercadorias das grandes empresas capitalistas, estabelecendo, dessa maneira, um preço de monopólio para produtos que carregam uma ‘distinção social’.

Há, além disso, a renda da marca, também embutida nos preços de muitos bens, fazendo deles preços de monopólio e configurando a troca desigual (incluindo-se igualmente aqui os pagamentos para licença de uso da marca, como é típico dos processos de franchising) (PAULANI, 2022, 93).

Antes de avançarmos, cabe um breve comentário sobre os aspectos das rendas de monopólio destacados por Paulani (2022). Como ela argumenta, as relações comerciais atuais embutem um mecanismo de transferência de valor na medida em que grande parte dos produtos industrializados incorporam, em seus preços de mercado, além do valor, uma parcela de renda. Assim, quando um tênis ou um aparelho celular é comprado, parte significativa do preço pago é relativa a uma renda de monopólio. Um monopólio de propriedade de uma marca que atribui distinção social àquele produto; um monopólio tecnológico (assegurado pela propriedade das patentes) que limita a fabricação daquele produto por outras empresas, garantindo uma reserva de mercado. Por outro lado, os produtos primários estão em uma situação oposta: negociados em bolsas internacionais de *commodities*, estão, em grande medida, submetidos à livre-concorrência no mercado mundial (com a exceção do petróleo que tem seu preço, em parte, mas não totalmente, controlado por um cartel de países produtores – a OPEP). Assim, os produtos primários são de fato negociados num preço que oscila em torno de seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção). Portanto, entendemos que

somente nesse sentido seria possível falar de ‘troca desigual’ no âmbito do comércio internacional. Esse mecanismo de troca desigual, ganha uma relevância considerável no período contemporâneo, em função das possibilidades jurídicas de controle de patentes, impostas em acordos internacionais pelos países centrais, além da grande dimensão assumida pelo uso de produtos de distinção social impulsionados pela publicidade nos meios de comunicação de massa, especialmente desde os anos 1970. Entretanto, não seria impossível perceber elementos desse tipo de ‘troca desigual’ em momentos históricos pretéritos, uma vez que a busca por condições monopólicas no comércio mundial sempre foi um motivador para os agentes capitalistas.

5.3 Padrões de produção do espaço no Brasil no longo século XX

Após as contribuições acima resgatadas, estamos agora em melhores condições de estabelecer, à nossa maneira, as correspondências entre as distintas fases dos ciclos sistêmicos de acumulação, as formas históricas de dependência e os padrões de produção do espaço que vigoraram no decorrer do ‘longo século XX’ no Brasil. Assim, nos tópicos a seguir, faremos alguns apontamentos gerais buscando capturar a concretude histórica dos processos de produção espacial no Brasil a partir do quadro teórico-interpretativo que buscamos construir até agora. De forma a facilitar a análise, e evitar qualificar como ‘nova’ cada mudança nas relações de dependência, iremos identificar e nomear a sequência de suas formas históricas a partir dos principais mecanismos de transferência de valor operados em cada período. Nossa proposta, cabe lembrar, parte das transformações, de recorrência e evolução, do sistema mundial descritas a partir da identificação dos ciclos sistêmicos de acumulação, que leva em consideração de forma interrelacionada o processo de acumulação de capital e de acumulação de poder por parte dos Estados em disputa no sistema interestatal.

Antes, porém, um rápido comentário sobre o que poderíamos chamar de **forma ‘zero’ da dependência**, isto é, aquela que operava durante o período colonial. A relação metrópole-colônia

não é tratada consensualmente pelos autores *dependentistas* como a forma original de dependência. Isso por que, para Marini ([1973] 1981), por exemplo, a dependência deve se referir a relações de subordinação entre nações formalmente independentes.

Foi a partir deste momento [Revolução industrial e independência política] que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inseriram em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência (MARINI, [1973] 1981, p. 17-18, tradução nossa).

Esta é, como vimos acima, a mesma base do argumento de Fiori (2000), para quem o Brasil apenas consolida sua posição periférica no sistema interestatal durante o século XIX, sob hegemonia inglesa. Completando o raciocínio, Marini ([1973] 1981) afirma que

a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência. Embora haja continuidade entre as duas, elas não são homogêneas; (...). No que diz respeito às relações internacionais da América Latina, se, como apontamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com a sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas especialmente no século XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o boom manufatureiro inglês), somente no decorrer do século XIX, e especificamente a partir de 1840, é que sua articulação com aquela economia mundial se concretizou plenamente. Isto se explica se considerarmos que somente com o surgimento da grande indústria é que a divisão internacional do trabalho se estabelece em bases sólidas. (MARINI, [1973] 1981, p. 18-19, tradução nossa)

De fato, a independência política dos países latino-americanos determina uma mudança qualitativa nas relações entre os centros metropolitanos de acumulação de capital e as periferias do sistema. O fim do pacto colonial, a soberania política, a consolidação de uma classe dominante e governante interna etc. implicam na constituição de relações essencialmente diferentes com os centros capitalistas mundiais.

Nesse sentido, seria mais preciso falar de uma **dominação colonial** das metrópoles europeias sobre suas colônias. Uma dominação que foi caracterizada pela administração direta, monopólio comercial e soberania política da metrópole sobre os territórios colonizados. Baseada na acumulação por despossessão, a extração direta de recursos naturais, especialmente ouro e prata, propiciou a acumulação de riquezas monetárias aos colonizadores. Transcorrendo por mais de três séculos, essa forma de dominação abrangeu o ciclo sistêmico de acumulação ibero-genovês, o ciclo holandês e o início da fase de expansão material do ciclo britânico.

5.3.1 Padrão de produção do espaço e forma de dependência na expansão financeira do ciclo britânico

A década de 1870 marca uma importante inflexão no sistema mundial capitalista. Parece haver um relativo consenso entre diferentes autores de que, a partir de então, as relações geopolíticas e a economia mundial sofreram transformações fundamentais. Arrighi ([1994] 2012; 2008) destaca a Grande Depressão econômica entre os anos de 1873 e 1896. Evento associado a um período de aumento da competição intercapitalista e interestatal entre a Grã-Bretanha e os Estados nacionais de industrialização tardia – principalmente Alemanha e Estados Unidos – que rapidamente tornaram-se ameaças importantes à supremacia da indústria britânica. Uma competição que logo se desdobrou em intensificação do imperialismo capitalista, o desenvolvimento do que Hilferding e Lenin chamaram de ‘capital financeiro’ e a disputa entre os novos impérios coloniais europeus que envolvia a reconstrução do mapa do mundo a partir de suas expansões neocolonialistas na África e na Ásia.

Para Harvey (2009), a Grande Depressão foi resultado das soluções anteriores para a crise de superacumulação dos anos 1846-1850. Como de praxe, a saída foi direcionar os capitais excedentes para i) grandes obras de infraestrutura de longo prazo – os ajustes temporais – que espalharam as ferrovias pela Europa e por parte da periferia mundial, assim como foram responsáveis pela grande transformação urbana de Paris e; ii) investimentos na expansão do comércio do Atlântico – os ajustes espaciais – que vincularam ainda mais a economia da América à Europa (em especial os Estados Unidos). Na década de 1870, porém, a capacidade de absorção lucrativa dos excedentes por esses canais se esgota e um grande excesso de liquidez toma conta da economia mundial, formando uma crise de superacumulação em nível sistêmico.

Nos termos propostos por Arrighi, a Grande Depressão foi a crise sinalizadora da hegemonia britânica, sinal de que a expansão da via de desenvolvimento estabelecida a partir da Revolução Industrial, que impulsionou a expansão da produção e do comércio mundiais, tinha alcançado seus limites. Em reação a esse cenário, gradativamente os agentes capitalistas britânicos, melhor posicionados em uma rede comercial globalmente consolidada, se retiraram da competição exacerbada na produção e no comércio e se reposicionaram onde podiam desfrutar de condições monopolistas. “Enquanto sua supremacia industrial minguava, o sistema financeiro triunfava e os serviços de transporte, representação comercial, corretagem de seguros e intermediação no sistema mundial de pagamentos tornaram-se mais indispensáveis do que nunca” (HOBBSAWM *apud* ARRIGHI, 2008, p. 111). Era o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação liderado pela Grã-Bretanha.

A partir da coordenação principal do mercado financeiro localizado na *City* londrina, os capitais excedentes foram direcionados crescentemente para o exterior “a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos” (HARVEY, 2009, p. 44), intensificando os ajustes espaço-temporais no âmbito de toda a economia mundial.

Assim, esse movimento de exportação de capitais em busca de valorização na periferia conduziu a uma produção de espaço que reproduzia a divisão internacional do trabalho instituída a partir

dos interesses dos centros de acumulação sistêmicos. Conforme observa Frank (1980)

Para extrair estas matérias-primas da América Latina e para introduzir ali seus equipamentos e mercadorias, a metrópole estimulou a construção de portos, ou ferrovias, e teve que fazer a manutenção de todo este sistema de serviços públicos. A rede ferroviária ou a de eletricidade, longe de ser uma rede, era radial e ligava o interior de cada país e algumas vezes de vários países com o porto de entrada e saída, o qual por sua vez estava ligado à metrópole (FRANK, 1980, p. 205).

A primeira forma de dependência, portanto, será aquela situada no final da expansão material do ciclo britânico e, principalmente, durante a expansão financeira desse mesmo ciclo (1870 – 1930). Essa forma é geralmente definida em função da divisão internacional do trabalho entre países periféricos primário-exportadores e países centrais industrializados. Foi objeto de análise de basicamente todos os autores *dependentistas* que, apesar das críticas, seguiram a trilha aberta pelos *cepalinos*, a partir da formulação original de Raúl Prebisch (1949) sobre a ‘deterioração dos termos de troca’. Formulação essa que ensejou os debates subsequentes sobre a ‘troca desigual’ enquanto mecanismo básico de transferência de valor para os países centrais e, portanto, como característica definidora da forma de dependência desse período.

Sobre esse ponto, devemos fazer algumas observações. Apesar de estar alinhado com a perspectiva da ‘troca desigual’ como relação fundante da dependência – inclusive buscando construir uma base teórica para a ‘troca desigual’ na teoria do valor de Marx –, Marini ([1973] 1981) menciona, sem explorar, a seguinte pista:

Até a metade do século XIX, as exportações latino-americanas estavam estagnadas e a balança comercial latino-americana era deficitária; os empréstimos estrangeiros destinavam-se a sustentar a capacidade de importação. À medida que as exportações aumentaram, e especialmente a partir do momento em que o comércio exterior começou a apresentar saldos positivos, **o papel da dívida externa passou a ser o de transferir**

parte do excedente obtido na América Latina para a metrópole. O caso do Brasil é revelador: a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: de 50% desse saldo na década de 60, sobe para 99% na década seguinte (Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1964). Entre 1902-1913, enquanto o valor das exportações aumenta 79,6%, a dívida externa brasileira aumenta 144,6%, e representava, em 1913, 60% do gasto público total. (J. A. Barboza-Cameiro, *Situation économique et financière du Brésil*; memorandum présenté à la Conférence Financière Internationale. Bruselas, septiembree-octubre de 1920) (MARINI, [1973] 1981, p. 17-18, tradução e grifo nossos).

A partir desses dados, causa certa surpresa que Marini não tenha refletido mais a fundo sobre o papel das finanças como canal prioritário de transferência de valor no período citado e que tenha voltado suas energias para a ‘troca desigual’. Para lhe fazer justiça, temos que recordar que, na época, a maioria dos estudiosos heterodoxos, partindo das críticas à teoria do desenvolvimento e à teoria ricardiana das vantagens comparativas, estavam inclinados a desvendar o segredo da ‘troca desigual’, de modo que não deram a devida importância em seus trabalhos para o papel dos mecanismos financeiros na transferência de excedentes no referido período.

Esse teria sido o caso, até mesmo, de Celso Furtado, maior referência do pensamento econômico brasileiro e, junto com Prebisch, da escola cepalina. Bastos (2008) lembra que Furtado, em seus estudos sobre o período de hegemonia inglesa, associava a vulnerabilidade das economias dos países periféricos aos ciclos de preços dos produtos primários. Bastos (2008) então sugere que a análise furtadiana deveria ser complementada por uma maior consideração da dependência financeira desses países, ou, em suas palavras,

do impacto de oscilações das importações de capital em economias cronicamente endividadas, dependentes da rolagem de seus passivos externos para financiar contas correntes deficitárias, em virtude do déficit de serviços (quase sempre maior

que o superávit comercial, independentemente da fase do ciclo de preço das commodities) (BASTOS, 2008, p. 171).

Ele admite que Furtado, indo além da hipótese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca entre centro e periferia, refinou a análise e enfatizou a importância dos fluxos de capital. Entretanto, ainda assim, em seu esquema interpretativo, estes fluxos aparecem subordinados aos fluxos de comércio, mantendo como de importância secundária a dependência de financiamento externo como variável explicativa das crises cambiais. Isso porque, Furtado teria se prendido ao esquema cepalino tradicional, que tinha como enfoque central as relações comerciais entre os países na divisão internacional do trabalho. Bastos (2008), no entanto, demonstra que, no Brasil, os encargos financeiros externos foram muito mais significativos no período que precedeu a crise do Encilhamento e a negociação do *funding* de 1898.

Esse argumento é reforçado pela descrição, por Filomeno (2010), das paradigmáticas crises financeiras do Encilhamento no Brasil e do Banco Baring na Argentina no final do século XIX. O autor conta que, já na década de 1880, havia no mercado de capitais inglês uma grande massa monetária superacumulada que precisava encontrar novos investimentos no exterior. Assim, os fluxos desses capitais excedentes em direção a países periféricos aumentaram consideravelmente por volta dessa época, fazendo com que o investimento agregado na América do Sul passasse de 44,1 milhões de libras, entre 1873-82, para 182 milhões de libras, no período de 1883- 91, com destaque para a Argentina. No início da década de 1890, porém, houve uma forte elevação das taxas de juros britânicas que levou a uma contração das exportações de capital por esse país, assim como um aumento do peso do serviço das dívidas externas para os países periféricos. Tal situação provou-se insustentável para as contas externas dos países endividados e uma série de crises econômicas se sucederam em cascata: entre 1890 e 1893 na Argentina, Transvaal, Uruguai, México, Austrália, Portugal e Grécia; em 1898 no Brasil.

No caso da Argentina,

A dívida externa total, que em 1880 era de 33 milhões de pesos-ouro, em fins do decênio chegava a 300 milhões, isto é, havia

aumentado quase dez vezes (Rapoport, 2003). Em virtude disso, o serviço da dívida externa, que permanecera em torno de 10% do orçamento federal entre 1850 e 1880 (com uma queda no início da década de 1860), na década de 1880 chegaria a 18%, a despeito do crescimento das receitas fiscais (FILOMENO, 2010, p. 147).

No caso do Brasil, o endividamento externo duplica na década de 1880, até alcançar 30,3 milhões de libras em 1889. Num contexto de déficits públicos recorrentes, as exportações de café e, em alguma medida, também de borracha, garantiram certa estabilidade nos últimos anos do Império, mantendo a solidez do crédito brasileiro nos mercados financeiros internacionais. O rendimento das exportações junto à novas emissões de dívida pública era o que proporcionava certo equilíbrio na balança de pagamentos.

Os grandes saldos comerciais obtidos a partir de então permitiram fazer frente regularmente (exceto em 1898) aos grandes compromissos externos em ascensão contínua e paralela ao desenvolvimento do país: serviço da dívida pública, pagamento de dividendos e lucros comerciais das empresas estrangeiras operando no Brasil, e, por último, as remessas de fundos feitas pelos imigrantes a seus países de origem, que começavam a tomar vulto (FILOMENO, 2010, p. 156).

Ou seja, como forma de enfrentar essa ‘crise da dívida externa’ da periferia do século XIX e obter divisas internacionais, os países atingidos buscaram aumentar suas exportações que, via de regra, estavam basicamente centradas em uma pequena variedade de produtos primários. A Tabela 1, elaborada por Franco (1983), nos ajuda a visualizar a situação da balança de pagamentos brasileira no último quarto do século XIX.

Podemos observar que, ao longo das últimas décadas do século XIX, os saldos favoráveis da balança comercial brasileira serviam como contrapeso aos saldos desfavoráveis da balança de serviços. Os saldos comerciais, porém, não eram por si só suficientes para equilibrar a balança de transações correntes, que apresentava déficits ano após ano. O recurso que o governo dispunha para manter um relativo equilíbrio na balança de paga-

mentos brasileira era obter empréstimos externos – registrados na conta de capital.

Pelo lado dos países centrais, Bastos (2008) destaca que, na medida em que a balança comercial britânica era estruturalmente deficitária, o superávit em sua balança de pagamentos era determinado pelas “rendas externas advindas de sua projeção no sistema de financiamento e intermediação comercial internacional” (p. 187). Tal condição não era exclusiva da Grã-Bretanha, se reproduzindo nas contas externas da França e também da Alemanha.

Com maior ou menor intensidade, os três países auferiam um grande superávit de transações correntes no qual o peso das rendas de serviços “invisíveis” (lucros, dividendos, juros, fretes, comissões de seguros e outros serviços) crescia relativamente às rendas advindas da exportação de mercadorias, compensando os déficits comerciais que experimentavam (BASTOS, 2008, p. 187).

Tabela 1 – Estimativa Preliminar para o Balanço de Pagamentos do Brasil (1876-1897) (em milhares de libras)

Anos	Exportações ^a	Importações ^a	Balança Comercial ^a	Saldo de Serviços ^b	Transações Correntes	Conta Capital ^c	Saldo Global
1876	20.573	16.504	+4.069	-4.404	-335	+1.567	+1.232
1877	19.063	16.728	+2.335	-4.186	-1.847	+1.789	-58
1878	19.508	15.631	+3.877	-4.245	-368	-265	-633
1879	19.789	15.454	+4.335	-4.002	-333	-560	-227
1880	21.249	16.529	+4.720	-4.048	+672	+1.492	+2.164
1881	19.138	16.621	+2.517	-4.244	-1.727	+920	-807
1882	17.378	16.782	+596	-4.283	-3.687	+1.146	-2.541
1883	19.493	18.187	+1.306	-4.609	-3.303	+10.195	+6.892
1884	19.504	15.381	+4.123	-4.665	-542	-99	-641
1885	15.110	15.306	-196	-4.079	-4.275	+244	-4.031
1886	20.502	16.120	+4.382	-5.028	-646	+6.857	+6.211
1887	11.703	9.690	+2.013	-4.521	-2.508	+4.673	+2.165
1888	21.714	19.724	+1.990	-5.247	-3.257	+21.141	+17.884
1889	28.552	24.002	+4.550	-5.276	-726	+11.189	+10.463
1890	26.382	24.019	+2.363	-6.816	-3.753	+273	-3.480
1891	27.136	25.565	+1.571	-7.610	-6.039	+39	-6.000
1892	30.854	26.302	+4.552	-6.755	-2.203	-1.466	-3.669
1893	32.007	26.215	+5.792	-7.601	-1.809	+3.536	+1.727
1894	30.491	27.145	+3.346	-7.335	-3.989	+363	-3.626
1895	32.586	29.212	+3.374	-7.121	-3.747	+6.044	+2.297
1896	28.333	27.880	+453	-7.731	-7.278	+7.275	-3
1897	25.883	22.990	+2.893	-8.170	-5.277	+5.254	-23

^a Os dados de 1876 a 1886 referem-se ao ano fiscal; os de 1887 referem-se somente ao segundo semestre; e a partir de 1888 os dados são relativos ao ano que vai de janeiro a dezembro.

^b Alguns dados de acordo com o ano fiscal, outros não. Veja-se tabela A.3

^c Dados correspondentes ao ano de janeiro a dezembro.

Fonte: extraído de FRANCO (1983)

O superávit nas transações correntes dos referidos países era usado para financiar novas rodadas de acumulação de ativos internacionais via reinvestimentos externos. Processo que, com os retornos positivos dos rendimentos financeiros, realimentava os superávits.

Este padrão de extroversão financeira dos países credores tinha consequências macroeconômicas globais. Como os países credores auferiam superávits crescentes na conta corrente em virtude do saldo de serviços, **drenando recursos do resto do mundo**, a reciclagem da liquidez mundial dependia do ritmo de expansão de suas exportações de capital. Ou seja, a provisão de liquidez mundial era diretamente influenciada pelo resultado do balanço de pagamentos dos países exportadores de capital ou, mais exatamente, pelo comportamento cíclico de suas exportações de capital. Enquanto estas exportações se elevassem, a probabilidade de ocorrência de crises era pequena, embora crescesse à medida que empreendimentos mais arriscados fossem financiados (BASTOS, 2008, p. 188, grifo nosso).

Como já sabemos, essa é uma descrição precisa da necessidade recorrente de ajustes espaciais – e temporais – durante períodos de superacumulação sistêmica, isto é, nas expansões financeiras. Nesse processo, o controle da acumulação capitalista se mantém nas mãos dos agentes capitalistas dos países centrais, de modo que qualquer interrupção do movimento de valorização desses capitais acarreta uma crise generalizada em todo o sistema com impactos devastadores para as atividades periféricas localizadas nos países dependentes. Além disso, no decorrer do processo, com o aumento das massas de capitais a serem reinvestidos e o agravamento das condições de superacumulação, os riscos tendem a ser mais elevados. Esse relato também confirma que, nessa época, a atuação dos agentes econômicos britânicos estava voltada prioritariamente para uma acumulação financeira e que a via do comércio era de menor importância relativa nesse período de sua hegemonia mundial.

O que é importante lembrar, é que a fase de expansão financeira do ciclo britânico foi marcada, como não poderia deixar de

ser, por um poder extraordinário das altas finanças – reunidas em torno da *City* londrina – na economia e na política internacional, com especial influência sobre os países periféricos do sistema mundial. Sobre os anos entre 1870 e 1914, Polanyi ([1944] 2012), por exemplo, observa que

A finança (...) agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. (...) os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e a evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Essa máxima bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente (...). O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da *City* de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes, a *Pax Britannica* mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais frequentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional (POLANYI, [1944] 2012, p. 15).

Sobre o padrão-ouro, Fiori (1999) explica que ele se caracterizava pela paridade cambial fixa e a livre circulação de capitais. Nestas condições, com mercados abertos e desregulados, caso um governo ousasse implementar políticas macroeconômicas independentes, especialmente nos países periféricos com moedas fracas, a fuga de capitais seria uma consequência implacável. Por isso, os Estados deveriam ter capacidade de contenção permanente dos gastos públicos, dos salários e do orçamento, limitando a ação estatal frente à possibilidade de políticas que buscassem aumentar o emprego e o desenvolvimento econômico nacional. Os governos deveriam separar a gestão econômica das demandas políticas e sociais de suas populações. Daí a observação de Polanyi ([1944] 2012) de que o padrão-ouro mercantilizou o dinheiro, ou seja, o transformou numa mercadoria fictícia – quer dizer, não produzida pela força de trabalho – não regulada pelos poderes estatais e sujeita às variações bruscas do mercado, o que deixava as estru-

turas produtivas à mercê de crises periódicas. Este tipo de política monetária impunha aos Estados o dilema entre o bloqueio da participação democrática ou a ruptura com as regras do sistema monetário internacional (aumento do controle do fluxo de capitais ou a ruptura com o câmbio fixo, por exemplo). O padrão-ouro, entretanto, não era simétrico entre os Estados participantes.

De fato, o sistema não só não era homogêneo, como sua heterogeneidade era reforçada e ampliada pelo seu próprio funcionamento. O sistema-ouro não era neutro, mesmo com relação aos países do 'núcleo central', (...) favorecendo, em última instância, o poder financeiro da *City*, a peça essencial da supremacia ou hegemonia britânica (FIORI, 1999, p. 59).

Dessa forma, a hierarquia do sistema interestatal capitalista podia ser claramente percebida na segunda metade do século XIX na atuação das altas finanças, que sabia distinguir perfeitamente as grandes potências e os países periféricos. Enquanto naquelas havia a precedência do poder sobre o lucro, nas últimas as altas finanças atuavam como gestoras em última instância de sua política econômica. Nesse contexto, os principais mecanismos de transferência de valor das periferias para o centro tinham que estar fundados no sistema de crédito internacional.

Em suma, durante a expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico, o 'segredo' da drenagem de recursos para os países centrais estava nas transferências de rendas financeiras (juros, dividendos, pagamentos de seguros etc.) que se refletiam no superavit de transações correntes desses países. A dívida externa era um grande canal dessa transferência. A 'troca desigual' através do comércio internacional pode ser considerada um canal secundário de transferência de excedentes se, como observado no tópico anterior, for entendida por meio da abordagem de Wallerstein e Arrighi: os países centrais conseguiam transferir a pressão competitiva para as atividades econômicas que eram desenvolvidas nos países periféricos, enquanto se livravam das pressões competitivas em suas próprias atividades. Se os países centrais conseguiam impor algum monopólio ou quase-monopólio para seus produtos, a formação do preço desse produto seria

constituída pelo seu valor acrescido de uma renda de monopólio, configurando assim, uma assimetria no comércio mundial. Seja como for, tanto essa compreensão de ‘troca desigual’ quanto os mecanismos financeiros devem ser entendidos como extração de rendas. Por isso, propomos nomear a primeira forma da dependência no Brasil como **dependência rentista-extrativista**: rentista por conta dos mecanismos de transferência de valor e extrativista na medida em que a base desse rentismo se encontrava nos circuitos de extração – produtivo, mercantil e financeiro²⁰ – associados a uma economia primário-exportadora.

Voltando ao caso brasileiro, Arend (2013) argumenta que, durante a fase de expansão financeira do ciclo britânico, a exposição a crises cambiais recorrentes, a elevação da dívida externa e seus encargos com juros eram manifestações da grande vulnerabilidade externa da economia frente às finanças internacionais, o que obrigava o país a se especializar no setor agroexportador. Essa orientação agroexportadora foi, para Bastos (2008), reforçada pelo direcionamento do capital estrangeiro e suas formas de absorção. Uma vez que esses capitais não estavam voltados a investimentos em aumentos de produtividade, mas, ao contrário, tinham um caráter claramente rentista, as vulnerabilidades e a dependência da economia brasileira eram aprofundadas. Tudo isso definiu a posição periférica do Brasil no sistema mundial até o final da década de 1920.

As inversões na constituição direta de firmas de capital estrangeiro financiavam predominantemente setores de serviços, relacionados à “face urbana” do sistema produtivo agrícola articulado ao comércio exterior e ao próprio crescimento das cidades. Assim, a difusão do progresso técnico por meio do investimento direto externo vinculava-se a um estilo de penetração que reforçava a orientação agro-exportadora de uma economia periférica. Mas praticamente não criava ou economizava divisas, ao concentrar-se na produção de bens e serviços non-tradable: o estoque de capital investido na indústria de transformação voltada ao atendimento do mercado interno ou

²⁰ Estes circuitos são descritos em trabalho recente de Arboleda (2021) para tratar do extrativismo contemporâneo, mas creio que podem muito bem ser enquadrados na situação aqui abordada.

ao beneficiamento de produtos primários (exportados ou não) foi estimado em apenas 7% do estoque total em 1914, embora aumentasse nos anos 20.

Se não implicava em definir diretamente a orientação dos investimentos produtivos na economia brasileira, a distribuição setorial dos investimentos diretos estrangeiros reafirmava os padrões assimétricos das relações econômicas internacionais do período, concentrando-se no setor bancário e de seguros, casas de exportação e importação, companhias de navegação, portos, construção e operação ferroviária, e, finalmente, infraestrutura urbana (gás, eletricidade, transporte urbano – bondes –, telégrafos e obras urbanas). O predomínio de capitais ingleses antes de 1900 era inquestionável, havendo maior diversificação posteriormente, notadamente norte-americana (EUA e Canadá, país de origem do grande conglomerado de serviços urbanos da Light). Depois da virada do século, declinaram relativamente os investimentos em infraestrutura de navegação e seguros, ou seja, aqueles voltados ao transporte da produção exportada e estritamente relacionados ao ritmo de incorporação de novas terras na “marcha para o oeste” do café, ascendendo investimentos em infraestrutura urbana e nas casas financeiras e de comércio exterior (BASTOS, 2008, p. 190).

Enfim, argumentamos aqui que o reforço do caráter agroexportador da economia brasileira foi uma consequência indireta da dependência rentista-extrativista que vigorou durante a expansão financeira do ciclo britânico. A necessidade de produzir divisas internacionais para cumprir com os compromissos com os credores externos favoreceu ainda mais a especialização produtiva e exportadora da economia. O padrão de produção do espaço, então, estava voltado para a criação de infraestruturas radiais que ligavam as fazendas aos portos. Não havia uma tendência para a integração regional, o que reforçava um viés de economias de arquipélago. O desenvolvimento urbano, concentrado em algumas poucas cidades, era tributário das atividades financeiro-mercantis associadas aos fluxos de exportação-importação. Ao mesmo tempo, os espaços urbano e regional também eram objeto de investimen-

tos especulativos típicos de uma lógica financeirizada, enquanto a terra urbana tendia a ser tratada como ativo financeiro. Esses investimentos urbanos e em infraestruturas, de caráter especulativo e fragmentados espacialmente, estão bastante registrados na literatura acadêmica que trata das transformações das cidades brasileiras no final do século XIX e início do XX, com seus projetos de renovação e embelezamento urbanos.

Os investimentos renovados em setores exportadores de produções especializadas no período devem ser vistos, portanto, como consequência da dependência rentista-extrativista. A necessidade crescente de obter divisas internacionais frente à recorrente drenagem financeira dos recursos impulsionou, no plano regional, o desenvolvimento da produção voltada às demandas dos mercados internacionais (café, borracha, algodão, cacau), mantendo ainda o viés de uma organização espacial fundada em arquipélagos econômicos. Isso determinou em grande medida o caráter da urbanização e da rede urbana brasileira.

Para Abreu (2001), por exemplo, o período entre 1870 e 1930 marca transformações fundamentais nas cidades brasileiras. Como um sinal da modernização e associada à expansão das relações tipicamente capitalistas no país, se destaca a tendência de mercantilização da terra, isto é, o processo de formação de um mercado fundiário urbano – inicialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, mas se difundindo em sequência pelos demais espaços urbanos nacionais.

Na medida em que a expansão dos modernos serviços de transporte, como os bondes e trens, e a demanda por habitação intensificada pelo crescimento demográfico proporcionaram a desconcentração e o espraiamento da área urbana, difundiu-se o loteamento de antigas chácaras e a negociação de lotes de terra, que passaram a ser precificados em função de seu valor de troca, não mais pelo valor de uso, como era de costume. Esse processo, generalizado nas cidades, foi impulsionado pelo surgimento de empresas capitalistas especializadas na promoção fundiária, ou seja, voltadas para a produção e comercialização de lotes de terras urbanas em associação com o capital bancário. Dessa forma, “o que ocorreu de novo no final do século XIX – e nas grandes cidades – foi que ambas [terra e moradia] transformaram-se rapidamente em ativo financeiro” (ABREU, 2001, p. 36).

Ribeiro (2015) também situa a década de 1870 como um marco nas mudanças urbanas do Rio de Janeiro. Os excedentes de capital acumulados por parte dos capitalistas comerciais – que faziam a intermediação mercantil da economia cafeeira com os mercados externos – começaram a ser direcionados em maiores quantidades para aplicações na cidade. Nesse movimento, o espaço urbano torna-se objeto da valorização desses capitais e, nas palavras de Ribeiro (2015), é transformado em mercadoria. Esse processo é, em grade medida, responsável pelo crescimento da cidade e as transformações do seu tecido urbano no período. Mais especificamente, uma parte importante desses capitais será investido em operações de serviços públicos e no setor de obras públicas – num contexto de grandes intervenções no espaço urbano das principais cidades brasileiras.

A fração do capital mercantil já concentrado terá na criação e exploração dos serviços públicos urbanos a forma privilegiada da acumulação urbana, sempre através da obtenção de concessões monopolistas do Estado: esgoto água, transportes coletivos e gás. (...). O grande capital mercantil irá encontrar nas Obras Públicas uma outra frente de acumulação urbana. A partir de 1890, com efeito, formam-se algumas grandes empresas para realização de obras públicas que terão um importante papel na remodelação da cidade até os primeiros anos do século XX (RIBEIRO, 2015, p. 203-4).

Nessa época, a maioria das empresas concessionárias e de construção disponibilizava seus títulos na bolsa de valores. Além disso, as oportunidades de investimento monopolista no espaço urbano não eram exclusivamente exploradas pelos capitalistas mercantis nacionais. A cidade também estava aberta para a apropriação rentista de capitais estrangeiros.

Encontramos também, a criação de serviços públicos por empresas estrangeiras, como a rede de esgotamento, criada e explorada pela The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited. Também é o caso do transporte por bondes, que inicialmente é explorado por capitais nacionais,

mas pouco a pouco passa para a órbita do capital estrangeiro, e culmina com a monopolização pela The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company. (RIBEIRO, 2015, p. 204).

Esses são indicativos de que os espaços urbanos brasileiros nesse período funcionaram como objeto de valorização de capitais especulativos superacumulados que pressionavam para a mercantilização das cidades. Em diferentes esferas urbanas, o importante era identificar negócios ou setores específicos onde a acumulação, especialmente na extração de rendas, poderia ser realizada. Dessa maneira, os investimentos eram dotados de uma lógica rentista, aplicados pontualmente, concentrados em projetos de renovação e embelezamento ou em concessões públicas, sem que a cidade fosse tratada como um todo. Por sua vez, o capital mercantil mais pulverizado em pequenos investidores tendeu a se converter em patrimônio imobiliário, visando a captura das rendas de aluguéis. Já a partir da década de 1910, o excedente de capital acumulado no setor mercantil se desloca para o mercado fundiário, promove uma série de loteamentos característicos dos espaços suburbanos das principais cidades brasileiras, e impulsiona a expansão das periferias dessas cidades.

Saindo das cidades, mas mantendo o mesmo sentido geral, o desenvolvimento dos projetos ferroviários também seguia uma lógica de valorização do capital fictício. Em uma análise sobre a construção de ferrovias no Brasil entre 1870 e 1920, Lanna (2012) ressalta que a lucratividade desses projetos estava basicamente no momento da construção das linhas, em função da captação de recursos nos mercados financeiros e dos diversos tipos de subsídios governamentais oferecidos – como a incorporação de terras no entorno dos traçados que, muitas vezes, era mais rentável que o próprio empreendimento. Por sua vez, a operação das linhas propriamente dita apresentava prejuízos operacionais na grande maioria dos casos. Esse fenômeno estava, de certa forma, associado a uma mudança no tipo de investimento em ferrovias no Brasil a partir dos anos de 1870.

O fenômeno importante a destacar deste processo, além da evidente centralização dos capitais é a transmutação sofrida

pelo investidor em companhias ferroviárias: o grande melhoramento deixava de ser visto simplesmente como meio de transporte para ser encarado como oportunidade de aplicação de capitais (CECHIN *apud* LANNA, 2012, p. 14).

Dessa forma, as ferrovias acabavam por privilegiar e reforçar trajetos de linhas sem articulação entre si, pois surgiam para explorar as necessidades já existentes de uma economia exportadora e acelerar o transporte na conexão fazendas-portos.

Isso tudo determinou a conformação da rede urbana e da própria urbanização no período. De acordo com Santos e Silveira (2006), uma vez que a economia das principais cidades era voltada para o exterior e as trocas internas eram poucas, não havia se constituído até o início do século XX uma rede urbana com um caráter verdadeiramente nacional. A hierarquia de cidades se organizava em função dos aspectos políticos, com cidades capitais que centralizavam a administração do território e a arrecadação de impostos nas diversas regiões. Nesse período, portanto, a topologia do país ainda era marcada por desconexões. Orientadas para o exterior, as atividades estavam mais circunscritas às suas regiões, de modo que “as especializações regionais em matérias-primas de exportação garantiam sua vinculação aos portos e ao mundo. Mas a busca de uma integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes” (p. 38).

Assim, um padrão de urbanização extremamente polarizado foi sendo reproduzido permanentemente ao longo dos diversos ciclos da economia brasileira até o fim dos anos 1920. Isso porque, explica Oliveira (1982), a concentração de cidades no litoral brasileiro teve a ver com a própria divisão social do trabalho entre a cidade e o campo. De um lado, o capital comercial, sediado nas cidades, controlava a atividade agroexportadora, ao fazer a conexão com a circulação internacional de mercadorias e com os aparelhos de Estado (que tinham aí também sua sede). Por outro lado, o padrão autárquico das unidades agrícolas de exportação impediu o desenvolvimento da urbanização no entorno das regiões produtoras. Assim, foi gerada uma polarização entre i) o complexo latifúndio-minifúndio fundado em monocultivos de exportação incapaz de gerar uma rede urbana mais complexa a partir do entorno das

regiões produtoras e ii) poucas grandes cidades que funcionavam como centros da ligação e intermediação da economia doméstica com o mercado mundial.

Por fim, devemos destacar, a partir de uma nota de Marini ([1973] 1981), as diferentes formas de investimento dos capitais estrangeiros em função de sua origem. Enquanto ressaltamos até aqui o viés rentista-especulativo dos capitais ingleses exportados desde o mercado financeiro da *City* londrina, não podemos deixar de registrar uma outra lógica emergente a partir do início do século XX: os capitais excedentes dos Estados Unidos, que apresentavam um perfil quase que oposto, privilegiando as atividades que iriam apoiar sua industrialização em ascensão.

É interessante observar que, chegado um certo momento, as mesmas nações industriais exportarão seus capitais para a América Latina, para aplicá-los na produção de matérias-primas e alimentos para exportação. Isto é especialmente visível quando a presença dos Estados Unidos na América Latina se acentua e começa a deslocar a Inglaterra. Se observarmos a composição funcional do capital estrangeiro existente na região, nas primeiras décadas deste século, veremos que o de origem britânica concentrava-se prioritariamente em investimentos de carteira, principalmente títulos públicos e ferroviários, que representavam normalmente três quartos do total; enquanto os Estados Unidos não destinam senão um terço do seu investimento a este tipo de operações, e privilegiam a aplicação de fundos na mineração, no petróleo e na agricultura. Cf. Paul R. Olson y C. Addison Hickman, *Economía internacional latinoamericana*. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1945. cap. V. (MARINI, [1973] 1981, p. 22-23, tradução nossa).

Ou seja, havia aqui uma dupla determinação do capital externo em busca de valorização na economia brasileira. Enquanto os britânicos estavam preocupados primordialmente com a captura de rendas, os estadunidenses pareciam interessados em construir uma base material para sua via de desenvolvimento emergente, centrada na indústria e em seus mercados em evolução.

O período de cerca de 30 anos entre 1914 e 1945, delimitado pelo início e pelo fim das duas grandes guerras de disputa hegemônica do século XX, pode ser considerado um momento de transição das formas históricas de dependência. Um processo que, acentuado a partir dos anos de 1930, foi marcado pelo deslocamento do centro do poder hegemônico. A passagem do fim da fase de expansão financeira britânica para o início do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense – com sua fase de expansão material – pode ser designado como um típico período de caos sistêmico, quando uma nova ordem mundial ainda não foi imposta, mas a antiga já se encontra desfeita. Dessa maneira, também a antiga forma de dependência começa a perder seu vigor enquanto que a nova forma de dependência ainda não está totalmente estabelecida. De acordo com Quijano ([1968] 1978), isso teria permitido uma “autonomia relativa dentro da qual os interesses nacionais – leia-se, os interesses dos grupos dominantes nacionais – eram predominantes, sem que por isso tivessem conseguido desligar-se do sistema global de relações de dependência” (p. 42). Assim, o enfraquecimento dos determinantes externos permitiu alguma margem de autonomia política e econômica na periferia latino-americana, onde alguns países, por um breve momento, chegaram a ensaiar um projeto nacional endógeno.

quando, nos anos trinta, se deterioram as relações de dependência entre os países metropolitanos e os latino-americanos, um grupo de países estava em condições de utilizar esta conjuntura para tentar um desenvolvimento industrial próprio, ainda que débil e precário na medida em que a dependência não foi liquidada (QUIJANO, [1968] 1978, p. 27-8).

Isso significa que o processo de industrialização substitutiva de importações em alguns países latino-americanos só foi possível num contexto de “afrouxamento ou deterioração das relações econômicas de dependência”, ocorridas tanto por conta da crise financeira global que adentra os anos 1930, quanto por conta das disputas hegemônicas interestatais entre as principais potências da época, que, culminando na destruição da Europa na II Guerra

Mundial, representou “uma crise no sistema de dominação” (CASTELLS, 1973). Assim, entendemos que não seria possível definir para esse período histórico uma forma típica de dependência.

Arend (2013) recorda que a ‘Revolução de 1930’ instaura um novo bloco de poder no Brasil, tendo a industrialização do país como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, de formação da nação. No cenário externo, a intensificação dos conflitos interestatais entre os países centrais e as crises econômicas frequentes levaram a uma paulatina desarticulação dos credores internacionais e, conseqüentemente, a uma redução do condicionamento que estes exerciam sobre a economia dos Estados periféricos.

Análises históricas que comparam as crises da dívida externa do final do século XIX com as das décadas de 1930 e 1940 enfatizam o efeito da desarticulação do centro na fase final da transição hegemônica, que possibilitava alívios na carga financeira gerada pela dívida externa sobre a periferia e semiperiferia, devido a seu maior poder de barganha (AREND, 2013, p. 147).

No decorrer da década de 1930, uma nova depressão na economia global e o início da II Guerra Mundial favoreceram ainda mais a situação para os países devedores, especialmente frente a Grã-Bretanha, envolvida diretamente na guerra e já sem capacidade de liderar o sistema mundial. Nesse contexto, os EUA buscaram expandir sua área de influência em direção aos países devedores “proporcionando concessões substanciais às expensas da Grã-Bretanha” (p. 147). O enfraquecimento da posição dos credores contribuiu para uma diminuição do condicionamento externo da política econômica brasileira ao longo desses anos. Isso fica claro pela queda acentuada, relatada por Arend (2013), do estoque da dívida externa do país e dos juros relativos a esses empréstimos a partir de 1930. Com isso, o governo brasileiro pôde redirecionar o orçamento público para bens e serviços domésticos, estimulando a atividade econômica interna.

além [do] (...) maior grau de autonomia na condução da política econômica interna, em razão do maior poder de barganha na questão da dívida externa, e da Política da Boa Vizinhança

dos EUA, o movimento sistêmico anti-liberal, com a presença de Estados fortes, intervencionistas, pró-industrialização, que voltavam-se para políticas destinadas a desenvolver seus respectivos mercados internos, de certa forma influenciou a mudança econômica interna no Brasil, pois tratava-se de um movimento do próprio sistema interestatal (ARENDA, 2013, p. 152).

A partir de então, aproveitando as condições de caos sistêmico, uma estratégia nacional de desenvolvimento é impulsionada. Nesse sentido, o período do governo Vargas (1930-45) promoveu a instituição de uma legislação trabalhista, a consolidação da burocracia estatal e uma atuação direta do Estado nas atividades produtivas de base (criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce). A indústria siderúrgica, inclusive, foi resultado de um financiamento dos Estados Unidos, fruto de negociações diplomáticas que envolviam alianças geopolíticas do Brasil no contexto das rivalidades em jogo na II Guerra Mundial.

Paulani (2013) recorda que é no período entre 1930 a 1955 que, nas palavras de Furtado, ocorre o ‘deslocamento do centro dinâmico da economia’, quer dizer, é quando o comando do processo de acumulação começa a se internalizar no país. A economia nacional e as demandas domésticas passam a pautar o processo de industrialização substitutiva de importações. Esse momento também se configurou como um ‘período anômalo em nossa história’ (p. 240), na medida em que se abriu a possibilidade de construção de uma economia nacional não-dependente, com seus ritmos e direção comandados a partir do Estado e da burguesia nacionais. Nesse contexto, a industrialização era o principal instrumento para o desenvolvimento autônomo do país.

Associado a esse processo, é também a partir de 1930 que São Paulo torna-se a grande metrópole industrial, com uma grande diversidade produtiva. Segundo Santos e Silveira (2006), com o despertar da indústria, o país é impregnado pela necessidade de concretizar sua integração nacional. Porém, até por volta de 1950, a integração econômica do território vai se concentrar principalmente dentro das regiões Sul e Sudeste. A dificuldade dos transportes e entraves burocráticos alfandegários eram um obstáculo ao desenvolvimento do comércio interestadual.

Essa indústria em desenvolvimento (...) precisava ampliar o seu mercado. A extinção das barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União marcou um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional. Faltavam porém outras variáveis de sustentação, entre elas uma rede nacional de transportes. Essa integração começou pela região circunvizinha ao Estado de São Paulo, pois as relações eram facilitadas pela existência de um embrião de transportes modernos em rede e a relativa proximidade dos mercados permitia um tráfego marítimo mais intenso (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 42).

Oliveira (1982) sustenta que o fim das barreiras internas à circulação estava inserido num contexto mais amplo de centralização do poder do Estado frente às oligarquias regionais, centralização que, ao mesmo tempo, deslocava o poder de classe para a burguesia industrial emergente.

[A Revolução de 30 retira] das oligarquias regionais fundadas em cada província, certos poderes de regulação da atividade econômica; ela retira o poder de legislação sobre o comércio externo e sobre o comércio interno, (...) ela, pela negação, afirma a liberdade do novo agente social proeminente, que é o capitalista industrial. (...) no momento em que a União obriga aos Estados e retira deles a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ela está fazendo na verdade é afirmar a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada e, portanto, todo o processo de acumulação teria, digamos assim, um fôlego curto. (OLIVEIRA, 1982, p. 45)

Assim, ainda segundo Santos (1994), é somente a partir das décadas de 1940 e 1950 que a lógica da industrialização prevalece definitivamente. Isso se entendermos por industrialização não apenas o desenvolvimento da produção industrial em alguns locais, mas seu significado mais amplo, de um 'processo social complexo', de formação de um mercado nacional, de construção

das redes técnicas necessárias para tornar esse mercado integrado (a incorporação de capital fixo no território), o estímulo à expansão do consumo, enfim, processos que vão impulsionar o próprio processo de urbanização (p. 27).

É em função das necessidades básicas desse projeto que o Estado brasileiro volta suas atenções para a regulação das relações sociais de produção. Para Oliveira (1982), inclusive, o Estado estaria no nascimento das próprias relações capital-trabalho no Brasil, uma vez que, em seu entender, a Revolução de 1930 pode ser interpretada como a nossa forma de revolução burguesa. Esse período único da nossa história seria marcado por uma ambiguidade estrutural do Estado no processo de acumulação urbano-industrial. Isso porque, se por um lado, o Estado pôs sua força a favor da acumulação centrada na burguesia industrial nacional, por outro, foi preciso colocar a classe operária sob sua tutela. O Estado permitiu a constituição da classe operária e, para isso, expandiu suas funções “em direção aos serviços de transporte, educação e saúde para as massas, e no fornecimento de matérias-primas e certos bens intermediários para a burguesia industrial, como não-mercadorias, isto é, que não levavam em si a valorização do valor” (OLIVEIRA, 1978, p. 72). Nesse momento, a “mobilidade horizontal-vertical” oferecia à população urbana e aos migrantes que saíam do campo perspectivas individuais e de classe, um horizonte de possibilidades para as massas trabalhadoras. Por isso, Oliveira (1978) afirma que aí, o Estado cresceu pela afirmação da nação, encarnando nas empresas estatais a vontade popular de realização nacional, fazendo desse um “momento de excepcional fusão entre a nação e o Estado” (p. 72).

Esse período, porém, teve curta duração. As condições internacionais mudam com o fim da guerra e o estabelecimento definitivo dos Estados Unidos como potência capitalista hegemônica. Enquanto os estadunidenses davam prioridade para a reconstrução da Europa ocidental e a consolidação de sua influência no Pacífico e leste asiático – palcos centrais da disputa geopolítica na Guerra Fria com a União Soviética nos 40 anos subsequentes – a política para o restante do ‘Terceiro Mundo’ e para a América Latina em particular foi a promoção da abertura de seus mercados internos no sentido de difundir o desenvolvimento capitalista a partir dos capitais estrangeiros privados.

5.3.2 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão material do ciclo estadunidense

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e mais especificamente após a guerra da Coréia (1950), emerge uma nova ordem mundial. Um mundo com duas grandes potências – Estados Unidos e União Soviética – que iriam, pelos próximos 40 anos, se enfrentar na Guerra Fria. Das duas, os Estados Unidos eram, de longe, a mais dominante em termos monetários, produtivos e tecnológicos. A partir de então, a atuação internacional estadunidense se organiza com base no ‘livre-mundismo’, ou seja, um ‘*New Deal*’ mundial adaptado pela Doutrina Truman para alcançar os objetivos mais definidos de conter o poder soviético no sistema mundial. Desse ponto de vista, agora os países se dividiam entre o ‘lado bom’ capitalista sob a liderança estadunidense e o ‘lado mal’ comunista sob a liderança soviética. Esse projeto foi levado a cabo através de um controle sem precedentes das capacidades financeiras e militares no sistema mundial.

Como observa Harvey (2009), os Estados Unidos usaram seu poder econômico como instrumento geopolítico. Países como o Japão, Coréia do Sul e Taiwan – que estavam tanto no entorno da URSS como da China – tornaram-se protetorados militares informais e tiveram seu desenvolvimento econômico promovido. Também o Plano Marshall, para a reconstrução da Europa ocidental, teve esse caráter político.

Sob a hegemonia estadunidense foram criadas as novas instituições internacionais do século XX, desde os acordos de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a própria Organização das Nações Unidas, que estabelecia as novas normas e regras de legitimação dos Estados e da guerra. Além disso, os novos meios de violência militar haviam sido demonstrados em Hiroshima e Nagasaki, enquanto o dólar tomava o lugar da libra como dinheiro mundial. A nova ordem se propunha a promover o desenvolvimento econômico capitalista dos países do ‘mundo livre’. O resultado, conforme Arrighi (2008), foi o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, liderado agora pelos Estados Unidos, a partir de uma nova fase de

expansão do comércio e produção mundiais – a assim chamada ‘Era Dourada do capitalismo’, ou os ‘Trinta Gloriosos’ – impulsionada por uma combinação do keynesianismo social (a busca do pleno emprego, elevado consumo de massa nos países centrais e o ‘desenvolvimento’ do Terceiro Mundo) e do keynesianismo militar (os gastos volumosos com o rearmamento dos EUA e seus aliados, assim como o estabelecimento de uma extensa rede de bases militares pelo mundo). Harvey (2009) resume da seguinte forma:

o período que vai de 1945 a 1970 (...) [funcionou] sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num papel de liderança (...). A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o ‘desenvolvimentismo’ como meta generalizada para o resto do mundo (HARVEY, 2009, p.55).

Para tanto, uma característica fundamental da hegemonia estadunidense do pós guerra foi o papel central de suas corporações transnacionais (empresas de grandes dimensões e integração vertical), que internalizaram parte expressiva do comércio mundial. Segundo informações de Arrighi ([1994] 2012), as transações intrafirmas alcançaram cerca de 50% do comércio mundial no fim dos anos 1980. Isso foi um reflexo da centralidade do investimento direto na atuação dos agentes capitalistas ao longo da expansão material do ciclo liderado pelos Estados Unidos. Através desse tipo de investimento, as multinacionais logravam “a transferência do controle administrativo de setores substanciais das economias estrangeiras para cidadãos norte-americanos” (GILPIN *apud* ARRIGHI, [1994] 2012, p. 73)

Nesse contexto, se desenvolve a segunda forma histórica da dependência. Aquela que foi, talvez, a mais detidamente estudada pelos diferentes autores. Ela é marcada pela abertura do mercado interno de países periféricos industrializados – ou semiperiféricos –, como o Brasil, ao capital estrangeiro. Por meio de investimentos

produtivos diretos, com o estabelecimento das filiais de empresas multinacionais no país, com o controle produtivo e tecnológico, a industrialização foi impulsionada por capitais comandados a partir do exterior, encerrando o curto momento de predomínio de uma industrialização por substituição de importações liderada pela burguesia e pelo Estado nacionais.

Conforme visto, o mecanismo de transferência de valor que define essa forma de dependência são as remessas de lucros oriundos das operações produtivas das multinacionais, de forma que, em concordância com autores como Dos Santos ([1970] 2011) e Quijano ([1968] 1978), podemos chamar de **dependência industrial** essa forma histórica de dependência, que foi característica da inserção internacional do Brasil durante a expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense.

Para Oliveira (1978), no subperíodo anterior do processo de industrialização nacional – de 1930 até 1955 – os países capitalistas centrais teriam tido uma conduta no sentido de bloquear os projetos de industrialização que pudessem representar algum tipo de desenvolvimento autônomo na periferia latino-americana: “nenhum crédito à Petrobrás, boicote e sabotagem ao projeto da Álcalis, contenção da expansão geradora de energia pela Light and Power Bond and Share, nenhum investimento na indústria de transformação, para citar apenas alguns exemplos esclarecedores” (p. 72-3).

No entanto, um novo subperíodo se inicia com a “Restauração Kubitschek”. Nesse novo momento, o capital estrangeiro é finalmente convidado a se associar ao processo de acumulação no espaço econômico nacional e o mercado interno brasileiro é aberto à sua participação. Cabe agora ao Estado criar as condições para sua acumulação oligopolística:

mercados cativos protegidos por altas barreiras alfandegárias, créditos a juros negativos, expansão das empresas estatais fornecedoras de insumos básicos para propiciar-lhes os elementos do capital constante, contenção do crescimento do setor de bens de capital, o que lhes facilita a imposição de composições técnicas do valor extremamente favoráveis, uma política liberticida de incentivos de todas as classes, deduções

fiscais que funcionaram na verdade como financiamento da concentração de capital (OLIVEIRA, 1978, p. 73).

Dessa forma, o Estado brasileiro foi forçado a entrar em espaços produtivos por conta própria, o que levou ao crescimento do setor produtivo estatal como potencializador da acumulação industrial privada. O Estado realiza a centralização de capitais.

Aqui se encerra a ambiguidade estrutural do Estado brasileiro, a burguesia se desnacionaliza, a regulação da força de trabalho é exercida de forma autoritária e, com isso, termina qualquer possibilidade de um projeto de nação, pois agora “o Estado e a grande burguesia internacional associada estão de um lado e o resto da nação de outro” (p. 73).

Paulani (2013) ressalta que, na fase que abrange de 1955 até 1980, o país torna-se um dos destinos preferenciais dos deslocamentos geográficos de capitais dos países centrais e assiste a instalação, via investimentos diretos de capital estrangeiro, de setores industriais avançados, que, em contrapartida, retornavam à circulação internacional parte do excedente obtido internamente. Dessa forma, o processo de acumulação nos setores mais dinâmicos da economia brasileira passa a ser comandado em função das necessidades e imperativos dos agentes capitalistas estrangeiros. Mesmo no final do período,

a absorção de poupança externa foi praticamente uma imposição, pois decidir por sua não utilização implicaria, naquelas circunstâncias, impor uma queda brutal ao ritmo de crescimento do país cuja produção girava então em velocidade chinesa. Estávamos em pleno “milagre econômico” quando sobreveio a primeira crise do petróleo, ao final de 1973. A contenda entre o Ministério do Planejamento, que advogava o endividamento, e o Ministério da Fazenda, que advogava uma freada brusca, foi vencida pelo primeiro, vitória lastreada no amplo programa de investimentos governamentais em insumos básicos e bens de capital denominado II PND. Assim, apesar da clara opção pelo endividamento externo, o espírito de época ainda desenvolvimentista, presente mesmo no governo militar, fez que, também nesse caso, **os vultosos**

recursos externos absorvidos acabassem produzindo investimento e não consumo (PAULANI, 2013, p. 253, grifo nosso).

Ou seja, as exportações de capital estrangeiro para o Brasil – os ajustes espaciais – nessa época adquiriram a forma de investimentos produtivos, voltados para a criação e acumulação de mais-valor através da exploração da força de trabalho nas atividades industriais. A forma preferencial de captura do excedente produzido por esses meios era a remessa de lucros das filiais das corporações multinacionais aqui alojadas para suas matrizes nos países centrais do sistema mundial capitalista.

Em sua análise sobre a formação espacial brasileira ao longo desse período, Santos e Silveira (2006) apontam que com o novo ímpeto industrial e o aumento crescente de investimentos após a II Guerra, São Paulo se afirma como a grande metrópole do Brasil. A expansão da indústria, entretanto, demandava a ampliação de mercados, não apenas para fora, mas, principalmente, para dentro do território. Para tanto, o desenvolvimento do sistema de transportes e de comunicações eram condição material necessária para unificar o país. Essa integração pelos transportes e as necessidades da industrialização vão levar a um desenvolvimento de cidades importantes no interior.

(...) a construção de Brasília, com suas interligações com o resto do território, juntamente com o Plano de Metas e as legislações destinadas a suprimir entraves ao intercâmbio entre estados, tiveram um papel importante na criação de certa unidade nacional, devido à superposição entre unificação do território e unificação do mercado (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 252-3).

O transporte rodoviário, então, vai criar novas formas de relacionamento entre a metrópole econômica e os centros regionais. O centro dinâmico da economia, agora internalizado e localizado em São Paulo, torna-se o eixo articulador de todo o território através da industrialização do país.

Se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes

terrestres, a partir da Segunda Guerra Mundial, beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. (...) O traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária. (...) Constitui-se nessa cidade um parque de numerosas indústrias de base, cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 45).

A unificação dos mercados e do território, ao quebrar com os monopólios espaciais regionais, favoreceu a região mais modernizada do país, que graças às suas indústrias mais dinâmicas, se impôs competitivamente frente aos centros regionais em suas próprias hinterlândias. Esses foram perdendo espaço de influência, uma vez que o novo sistema de transportes centralizava os deslocamentos para São Paulo e, também, para o Rio de Janeiro. Além disso, essas antigas metrópoles regionais não eram capazes de oferecer os bens e serviços mais modernos às suas regiões. Internamente ao território nacional, portanto, forma-se uma estrutura espacial mais definida de centro-periferia, demarcando uma clara polarização regional. A rede urbana nacional é reconfigurada, pois “o antigo tipo de hierarquia desmoronou para dar origem a novas formas de dependência entre São Paulo e esses centros regionais e metrópoles incompletas”. (p. 46)

As décadas de 1960 e 1970 testemunham a aceleração desse padrão de produção de espaço, com a construção dos modernos sistemas de engenharia, das redes de transporte e comunicação e de produção e distribuição de energia. O território torna-se a base da matriz produtiva.

Outro aspecto importante a levar em conta é o enorme desenvolvimento da produção material. A produção material brasileira, industrial e agrícola, muda de estrutura; a estrutura da circulação e da distribuição muda; a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem transformação extraordinária,

ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas. A parte do território alcançada pelas formas produtivas modernas (...) [é] praticamente o país inteiro (...) (SANTOS, 1994, p. 38).

Por fim, uma observação sobre o papel do espaço urbano na regulação social. Como condição necessária para o desenvolvimento do projeto de industrialização, já no governo Vargas, o mercado de trabalho havia sido regulado, o que significou um certo controle da mercantilização da força de trabalho. Por outro lado, resolver o problema da moradia das classes trabalhadoras era fundamental. Nesse sentido, o período a partir de 1930 também representa uma inflexão, por parte do Estado, no tratamento da questão habitacional. Conforme aponta Bouduki (1995), em consonância com o desenvolvimento da industrialização no país, o Estado brasileiro assume a iniciativa de implementar um conjunto de políticas e legislações voltadas para regular a questão da moradia urbana, evidenciadas, por exemplo, no surgimento das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (1938), na Lei do Inquilinato (1942) e na criação da Fundação Casa Popular (1946). Entretanto, essas medidas atingiam apenas uma fração das classes trabalhadoras assalariadas. Era preciso dar conta, cada vez mais, da crescente migração rural-urbana de forma a conter o conflito social. É nesse sentido que a terra foi, de uma forma peculiar, relativamente desmercantilizada.

A regulação capitalista da terra urbana nessa periferia do sistema mundial, entretanto, não obedeceu às mesmas diretrizes impostas pela luta de classes nos países do capitalismo central durante a expansão material do ciclo estadunidense. A expansão acelerada e espraiada – em direção às periferias e favelas – dos espaços urbanos funcionou como uma fronteira aberta para a absorção do imenso exército industrial de reserva que chegava às metrópoles brasileiras como resultado do intenso êxodo rural. A permissividade estatal em relação à ocupação das periferias urbanas foi a maneira informal, à margem da legislação, de desmercantilizar parcialmente a terra e amortizar os latentes conflitos sociais envolvidos no decorrer do processo de industrialização. Essa foi a solução encontrada para o assentamento das camadas populares

e trabalhadoras (mesmo que isso tenha significado a negação do acesso/direito à cidade e à cidadania). Na perspectiva do desenvolvimento capitalista, a funcionalidade dessa ocupação estava na garantia de um valor rebaixado da força de trabalho, porque i) retirava o custo de moradia do cálculo desse valor e ii) constituía um exército industrial de reserva volumoso para o mercado de trabalho urbano. “É por essa razão que podemos explicar a aparente contradição do capitalismo industrial brasileiro concentrar a propriedade privada da terra no campo e difundi-la na cidade (...)” (RIBEIRO, 2018, p. 65).

Estabelecia-se, desse modo, uma dualidade no estatuto da terra urbana no Brasil. Dualidade que deixa uma marca indelével na organização e estrutura interna do espaço das cidades brasileiras. Enquanto nas regiões de habitação das classes afluentes imperavam as leis do mercado imobiliário, na maior parte do território das cidades a informalidade na posse da terra e da habitação era a regra – informalidade que trazia consigo toda a insegurança e violência das remoções forçadas e da vulnerabilidade ambiental.

Sobre essas formas de regulação social, Ribeiro (2018) argumenta que a partir do período de substituição de importações, “o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria constituído um modo de reprodução social apenas parcialmente organizado sob a lógica da mercantilização” (p. 61). Isso porque a reprodução social foi organizada se valendo de outras instituições para além da lógica do mercado (instituições familiares, de ajuda mútua, reciprocidade, comunitárias etc.). Essas instituições foram funcionais à reprodução ampliada do capital industrial durante o processo de industrialização brasileira e podem ser entendidas como a forma assumida pelo ‘compromisso social’ do modo de regulação industrial brasileiro.

5.3.3 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão financeira do ciclo estadunidense

O período de expansão material do ciclo estadunidense foi bastante intenso e, também, relativamente curto. No fim dos anos 1960, as primeiras transformações começaram a ser percebidas.

Quando outros países (especialmente Japão e Alemanha) alcançaram competitivamente os estadunidenses e suas corporações nas atividades industriais, os capitais estadunidenses, assim como os britânicos no final do século XIX, tenderam a se especializar nas atividades financeiras. Seguiu-se uma década de crises e instabilidade no sistema mundial, até que no fim da década de 1970 os Estados Unidos pareciam ter retomado a hegemonia e o controle da economia internacional. Os anos 1980 marcam o início da *belle époque* estadunidense. Como explicam Silver e Arrighi (2014), duas condições foram necessárias para consolidar este papel:

Já no final da década de 1960 e no início da década de 1970, as empresas dos EUA mostraram a disposição típica de todos os líderes anteriores de processos de acumulação em uma escala mundial quando desafiados pela intensificação da concorrência. Elas tendiam a reter na forma líquida uma proporção crescente de entrada dos seus fluxos de caixa. Esta elevada preferência pela liquidez era em si uma condição favorável para a transformação do capital dos EUA no agente principal da expansão financeira mundial incipiente. Todavia, duas outras condições eram necessárias para os Estados Unidos se tornarem o entreposto financeiro do mundo. Uma foi a adoção pelo governo dos EUA de políticas fiscais e monetárias que iriam atrair, ao invés de repelir, o capital móvel de todo o mundo – incluindo a massa crescente da liquidez que as multinacionais dos EUA estavam “estacionando” nos mercados monetários *offshore*. E a outra condição era a adoção, por tantos outros governos quanto possível, das políticas que facilitariam o fluxo de capital para dentro e para fora dos mercados financeiros dos EUA (SILVER e ARRIGHI, 2014, p. 22).

A primeira condição facilitou o estabelecimento da segunda. Durante a década de 1970, o achatamento dos lucros nos países centrais e os primeiros sinais da crise de superacumulação favoreceram o direcionamento de vultosos empréstimos para os países do Terceiro Mundo. Em 1979, quando os EUA aumentam brutal-

mente suas taxas de juros, cria-se uma escassez de capital para este tipo de empréstimos, o que desencadeia a crise das dívidas dos países periféricos. Esta situação criou o ambiente propício para uma mudança nas relações desses países com o capital financeiro centrado nos EUA.

Aproveitando as dificuldades financeiras de muitos países de baixa e média renda, as agências do Consenso de Washington convidaram-nos a abandonar as estratégias estatistas e introspectivas até então defendidas pela teoria do desenvolvimento. Convidaram-nos a agir, em vez disso, usando as regras de um jogo completamente diferente – ou seja, abrir suas economias nacionais aos ventos frios da intensificação da concorrência do mercado mundial e a superar outros países, concedendo às empresas capitalistas a maior liberdade possível de movimento e ação (SILVER e ARRIGHI, 2014, p. 22).

Estas estratégias, que ficaram conhecidas como o receituário do Consenso de Washington, consolidaram o papel dos Estados Unidos como entreposto financeiro mundial, contribuíram para conformar uma nova fase de expansão financeira do capitalismo liderada por seus agentes empresariais e governamentais e fez com que os estadunidenses superassem sua crise de hegemonia, reconstituindo seu poder e sua riqueza globais. Por outro lado, levou a uma grande deterioração do crescimento econômico nos países de menor renda que aderiram às políticas de liberalização de seus mercados nacionais e de desregulamentação financeira.

A radical elevação das taxas de juros em 1979 nos Estados Unidos teve repercussões em toda a economia mundial. A forte atração para os Estados Unidos das grandes massas de capital circulante na economia internacional criou uma escassez de dinheiro e pôs um fim à época dos empréstimos baratos. O alvorecer da expansão financeira do ciclo estadunidense é, então, marcado pela mudança nas relações entre os credores internacionais e os governos dos países da periferia. A ‘crise da dívida externa’ dos países da América Latina vai resultar na ‘década perdida’ de 1980. Paulani (2013) explica que o Brasil foi um dos principais atingidos nesse processo. Como ilustração, apenas entre 1970 e 1990, US\$140bi de

juros e US\$180bi de amortizações são pagos aos credores externos, sediados nos países centrais. Nessa ‘primeira etapa da financeirização’, que iria até 1994, o Brasil assume uma inserção passiva na nova dinâmica da economia mundial e transfere grandes somas de valor para o exterior. Portanto, a terceira forma de dependência vincula-se ao fim da fase de expansão material e ao início da consolidação da fase de expansão financeira do ciclo estadunidense, tendo como mecanismo típico de transferência de valor o pagamento de juros da dívida externa, configurando uma forma de **dependência rentista**.

Resgatando os argumentos de Polanyi, Fiori (1999) considera que o retorno dos movimentos de abertura e desregulação dos mercados e de novas rodadas de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro marcou um renascimento liberal. Novos governos conservadores ascenderam ao poder nas principais potências mundiais, como EUA e Inglaterra e, junto com seus mercados financeiros, impuseram uma generalização das políticas liberais para a quase totalidade dos países capitalistas e suas elites internacionalizantes. Assim como no século XIX, o capital financeiro assume protagonismo, formando blocos de poder com seus Estados nacionais e disputando novos territórios econômicos delimitados pela credibilidade de suas moedas e sistemas de pagamentos.

Nasce, então, uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que a que ocorreu no século XIX, porque é impulsionada, em última instância, pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro. Por isso mesmo, ela também impõe, e de maneira mais categórica, a mesma convergência ‘ortodoxa’ das políticas econômicas nacionais, em particular no caso dos Estados com moedas fracas. O ‘moinho satânico’ volta a operar a todo vapor, como no século XIX, mas agora de maneira mais perversa no mundo do trabalho e de maneira mais extensa e imperial no mundo das finanças globalizadas, impondo limites às políticas econômicas e às taxas de crescimento da economia mundial (...). Fenômenos que se reproduzem de forma mais dura nos países periféricos (...) agora sob a batuta direta dos ‘mercados financeiros’ e seus principais players (FIORI, 1999, p. 72).

Em tal conjuntura, Paulani (2022) nos lembra que os altos passivos externos, além da moratória de 1987, colocaram o Brasil à margem dos fluxos de capital monetário circulante, com muitas dificuldades para absorver poupança externa. A partir dos governos Collor/Itamar (1990-92 e 1992-94), mas principalmente com o Plano Real (1994), consolidado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o país abre sua economia ao fluxo livre de capitais internacionais e adere totalmente à globalização financeira e ao neoliberalismo. Para isso, uma série de medidas foram tomadas:

A primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, logrado através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia, com a retirada gradativa dos controles que impunham obstáculos ao livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país, contribuindo para o sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica de FHC, em sua tarefa de estabilizar monetariamente a economia, tornando ainda mais amigável e “civilizado” o ambiente macroeconômico para as operações de valorização financeira. A partir da estabilização monetária, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários), além de deslanchar o processo de privatização. A política de juros reais elevados beneficiava duas vezes o capital rentista, pois elevava seus rendimentos, ao mesmo tempo que tornava muito baratos os ativos reais e financeiros aqui produzidos (PAULANI, 2022, p. 99).

A partir de então, o Brasil consegue, na passagem do século XX para o XXI e tendo como marco o Plano Real, ingressar no circuito internacional de valorização financeira e passa a vincular seu desenvolvimento à absorção de capital circulante internacional, configurando, para Paulani (2013), um momento de inserção ativa na financeirização. Momento entendido como o segundo subperíodo da inserção internacional do Brasil na fase de expansão financeira da economia mundial sob liderança estadunidense, em que o país se consolida como uma ‘plataforma de valorização financeira’.

Como poderíamos definir, nesse novo contexto, a forma histórica da dependência que se estende até a fase contemporânea? Retomemos, brevemente, a explicação de Fiori (1995) e Paulani (2022) sobre a ‘novíssima dependência’ e a ‘dependência 4.0’. Fiori (1995) está de acordo que, a partir da crise dos anos 1970, o processo de expansão do capitalismo e de internacionalização dos capitais entra em uma nova fase. Descrita inicialmente sob o rótulo de globalização e sob uma retomada da hegemonia do ideário liberal-conservador, essa fase, com mais nitidez a partir da década de 1980, apontou para uma mudança sistêmica qualitativa resultante do efeito conjunto dos avanços das tecnologias de informação e comunicação e das políticas de desregulamentação dos mercados financeiros (sistemas bancários e mercados de capitais).

Essa mudança favoreceu, por um lado, a multiplicação e circulação do capital fictício nos mercados financeiros internacionalizados e, por outro, a desintegração espacial e a segmentação das atividades produtivas intrafirma das grandes corporações multinacionais, impulsionando um processo de reestruturação e realocização produtiva global que tendeu a deslocar o centro da economia mundial do Atlântico para o Pacífico.

Em termos de hierarquia no sistema interestatal, o resultado da globalização foi o aprofundamento das assimetrias centro-periferia. Mais do que nos períodos anteriores, os efeitos benéficos dos avanços tecnológicos se concentraram nos países centrais, enquanto os países periféricos apenas tiveram acesso às novas tecnologias de maneira restrita e segmentada. Isso é, o controle, pelos países centrais, dos conhecimentos e tecnologias de ponta aumentou ainda mais a distância entre esses e a periferia que, na incapacidade de alcançar e competir pelo progresso técnico, foi

restringida ao papel de meros consumidores dos avanços da terceira revolução industrial.

Além do mais, a busca por capital circulante através da atração de investimentos internacionais condicionou a gestão macroeconômica da periferia segundo as receitas de ‘austeridade’ impostas através do ‘Consenso de Washington’, de uma forma semelhante ao que ocorria no final do século XIX/ início do século XX.

Como (...) as decisões de investimento são “escassas” e os territórios disponíveis são ilimitados, desencadeia-se nas periferias uma competição de vida ou morte entre países e governos subnacionais em torno de investimentos que requerem como condições favoráveis sobretudo vantagens de infra-estrutura e de tipo fiscal, acompanhadas de mercados desregulados e políticas macroeconômicas “sadias”, dando-se, por suposto, a ausência de incertezas no horizonte político. Como o controle das novas tecnologias é cada vez mais concentrado, as periferias vão sendo coagidas pela competição global a uma gestão macroeconômica cada vez mais homogênea e imutável (FIORI, 1995, p. 22).

Assim, confrontados por altas taxas de juros e dívidas públicas crescentes, os países periféricos foram conduzidos para o caminho das privatizações e reformas liberalizantes do Estado. Isso resultou num aumento do poder dos agentes capitalistas sobre os governos, levando à mudanças regulatórias em direção a autorregulação dos mercados – neoliberalismo – e em detrimento das políticas sociais e da população em geral. Outra consequência generalizada foi a perda da capacidade relativa da maioria dos Estados de gerir suas próprias políticas.

Como já mencionado no tópico anterior, Paulani (2022) subcreve o diagnóstico de Fiori. A autora reafirma a relevância dos pagamentos rentistas vinculados aos investimentos financeiros em geral – tanto do serviço da dívida quanto dos investimentos em carteira. Ela, porém, acrescenta que os avanços tecnológicos associados à quarta Revolução Industrial são, mais do que nunca, controlados e apropriados como mercadoria pelas corporações sediadas nos países centrais. Além disso, também vimos, ela destaca

o controle, por parte dessas corporações, sobre as propriedades das marcas construídas simbolicamente através de mecanismos de propaganda. Assim, a propriedade das mercadorias-conhecimento e das marcas confere, às empresas capitalistas líderes, um grande poder de extração de rendas, que é mascarado pelas relações comerciais. Aí estão delineados os canais de transferência de valor da periferia para o centro típicos do momento atual.

Estando totalmente de acordo que os pontos levantados por Fiori (1995) e Paulani (2022) são definidores da atual forma de dependência, entendemos ser importante incluir pelo menos mais um aspecto que lhe seria constitutivo. Se trata do papel desempenhado pelo extrativismo. Uma contribuição relevante sobre isso é oferecida por Svampa (2019), que ressalta que a virada para o século XXI marca uma mudança de época para as economias latino-americanas. Esta virada, no contexto político conjuntural de questionamento do consenso neoliberal e da ascensão de governos progressistas no continente, está associada à emergência da China como potência econômica que gradativamente se torna o principal parceiro comercial dos países da região. Naquele momento, marcado pelo aumento dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais – que ficou conhecido como o *boom* das *commodities* –, vários governos latino-americanos apoiaram o desenvolvimento dos setores extrativistas de forma a estimular o crescimento econômico de seus países e aumentar a geração de divisas. Assim, esses governos – inclusive o brasileiro durante os mandatos de Lula e Dilma – puderam obter relativa margem política e fiscal para combinar políticas econômicas heterodoxas com a ampliação do gasto social e a promoção de benefícios para parcelas da classe trabalhadora pela via do consumo.

É nesse contexto que, conforme Svampa (2019), é formulado o conceito de neoextrativismo, que destaca as novas dimensões objetivas (as escalas ampliadas dos projetos, a variedade das atividades envolvidas, a atuação dos agentes nacionais e transnacionais) e subjetivas (a emergência de resistências sociais que questionaram o avanço das fronteiras de *commodities* e elaboraram novas linguagens e narrativas em defesa da terra, do território, dos bens comuns e da natureza) do modelo extrativo exportador de matérias-primas na América Latina. Modelo que, apesar de apresentar

novos aspectos, dá continuidade à longa história do extrativismo no continente, uma história que tem suas raízes num tipo de inserção subordinada na economia mundial que consolidou uma ‘especialização interna e dependência externa’.

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, bem como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Caracteriza-se pela orientação para a exportação em larga escala de bens primários, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, entre outros), bem como produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). Definido desta forma, o neoextrativismo designa algo mais do que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, pois inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes hidrelétricas e outras obras de infraestrutura - hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros -, até a expansão de diferentes formas de monoculturas ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, da sobrepesca ou das monoculturas florestais (SVAMPA, 2019, p. 21-2, tradução nossa).

Desse modo, uma característica distintiva do neoextrativismo seria a grande dimensão dos investimentos realizados atualmente (via de regra por grandes corporações transnacionais), o que implica um caráter intensivo em capital e não mais intensivo em trabalho como antes. Ou seja, são atividades que não comportam uma geração significativa de empregos diretos - de acordo com o relato de Svampa (2019), para cada US\$ 100 milhões investidos na mineração de grande escala, somente de 0,5 a 2 empregos diretos são gerados.

Com preocupações semelhantes, Mezzadra e Neilson (2017) e Gago e Mezzadra (2017) propõe uma abordagem das noções de extração e de extrativismo que vá além das formas literais e

tradicionalmente entendidas sob esse termo – aquelas vinculadas à mineração e ao agronegócio. Sem diminuir a importância que essas atividades têm no contexto atual de extração, esses autores apontam a possibilidade de identificar dimensões extrativas em ‘operações do capital’ que se encontram aparentemente longe desses domínios.

Para exemplificar, apontam as práticas cada vez mais centrais e difundidas de ‘mineração de dados’ que, operadas por empresas de tecnologia digital em diversas modalidades, se utilizam da interação e cooperação social para realizar atividades extrativas.

Da segurança às mídias sociais, dos padrões de compra às práticas financeiras, a coleta, o armazenamento e a análise de enormes quantidades de dados permitem correlações que são ao mesmo tempo altamente individualizadas e classificam as populações em uma série de categorias diversas: motoristas, pedestres, consumidores de atum, potenciais terroristas, credores hipotecários, telespectadores de novelas brasileiras e assim por diante. Esta lógica de criação de perfis produz esquemas fungíveis e depende de operações algorítmicas que digitalizam e agregam dados recolhidos através de processos que podem ser chamados de escavação e extração digital (MEZZADRA e NEILSON, 2017, p. 194, tradução nossa).

A partir da mineração e análise algorítmica dos dados, empresas como Google e Meta, com sedes nos Estados Unidos, conseguem acessar o mercado interno de uma série de países e capturar valor através do controle de parcela considerável do mercado publicitário, por exemplo. O mesmo pode ser dito de empresas como a Amazon, que através de seu *marketplace* digital, extrai parte do valor de todas as negociações comerciais que ocorrem em suas plataformas. A atuação desse tipo de empresa, inclusive, está criando novas formas de urbanização, especialmente nas periferias metropolitanas, com cidades especializadas em atividades de suporte logístico aos mercados digitais, conforme demonstrado por Yassu (2021) e Diniz e Gonçalves (2022). Tendo o espaço urbano como frente de extração, se destacam também as atividades de empresas como Uber e AirBnB que, por meio da obtenção de dados sobre o

comportamento do mercado de aluguéis e das dinâmicas de trânsito nas cidades, extraem valor de motoristas e donos de imóveis pela utilização de suas plataformas proprietárias. Com um crescente impacto extrativo, também pode-se mencionar as empresas de apostas digitais, com sedes em paraísos fiscais, e que retiraram da economia brasileira cerca de US\$ 1 bilhão apenas no primeiro trimestre de 2023²¹.

Enfim, sem aprofundar em cada um desses casos, o importante é notar o processo e a grande capacidade de extração – de dados e de valor – envolvido nas operações das empresas de tecnologia digital – que constituem a chamada ‘economia de plataforma’ – a partir da cooperação e interação social.

Além disso, Gago e Mezzadra (2017) também mencionam as práticas financeiras – do tipo usurárias – de endividamento de camadas populares nas grandes cidades latino-americanas como forma de extração de valor que se realiza com base na economia popular e que, muitas vezes, tem como garantia dos empréstimos os subsídios governamentais.

Portanto, a extração em seu sentido expandido “não é apenas quando as operações do capital pilham a materialidade da terra e da biosfera, mas também quando elas encontram e recorrem a formas e práticas de cooperação e sociabilidade humanas que lhe são externas (...)” (p. 188). Com essa definição, os autores pretendem chamar a atenção para o fato de que a extração é uma forma de relação do capital com suas múltiplas exterioridades, relação que está na base das concepções de acumulação primitiva – conforme concebida inicialmente por Marx e em seguida como processo permanente por Rosa Luxemburgo – e de acumulação por despossessão – na proposta mais recente de Harvey. Essa percepção também foi, a sua maneira, apontada por Polanyi, ao alertar para os processos de mercantilização de esferas próprias da natureza e das relações sociais. Mezzadra e Neilson (2017), então, destacam o processo capitalista de produção contínua de novas exterioridades.

²¹ <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2023/05/brasil-mira-seu-quinhao-em-mercado-de-apostas-que-pode-chegar-a-r-904-bi.shtml> e <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/informal-setor-de-apostas-on-line-movimenta-ate-r-150-bi-por-ano.gh.html>

O capital é tão dependente dos seus exteriores que está preparado para fazer investimentos consideráveis, por exemplo, em prospecção e pesquisa, para assegurar a reprodução constante desses exteriores. Basta pensar nos esforços direcionados à descoberta de minerais ou na constante expansão do cultivo da soja em áreas cada vez mais marginais. Em ambos os casos, existe uma interação complexa entre os avanços tecnológicos, a produção de conhecimento e a manipulação financeira que permite ao capital preparar o terreno para uma maior extração. (MEZZADRA e NEILSON, 2017, p. 190, tradução nossa)

Desse ponto de vista, os processos extrativos envolvem não só a retirada dos recursos da terra, mas também atividades de transporte, armazenagem, triagem e classificação, o que envolve uma série de operações logísticas e financeiras que ganham uma importância considerável nos processos atuais de acumulação. Na medida em que estão voltadas para a apropriação dos excedentes produzidos nas suas diferentes formas – e não apenas nos processos de criação de valor via exploração do trabalho assalariado – “a combinação dessas operações extrativistas configura um padrão de valorização muito diferente daquele que era hegemônico nas condições do capitalismo industrial” (GAGO e MEZZADRA, 2017, p. 587, tradução nossa).

Em síntese, Gago e Mezzadra (2017) apontam 3 características principais para um conceito estendido de extração: i) a extração não pode ser reduzida a operações ligadas a matérias-primas, ela também atinge o trabalho e a vida das populações; ii) a extração supõe uma exterioridade do capital em relação ao trabalho vivo, pois os agentes capitalistas não organizam diretamente a cooperação social que eles exploram (nesse sentido, seria uma exterioridade semelhante à noção de subsunção formal do trabalho ao capital); iii) a extração não pode ser associada unilateralmente com a paisagem rural ou não-urbana.

Nesse sentido, podemos entender como práticas extrativas uma série de atividades originadas pela privatização de ativos e serviços públicos. A extração de valor através de pedágios em rodovias, o ‘lucro’ das concessionárias de transportes públicos, das empresas de abastecimento de água e saneamento, de distribuição

de energia etc. Nesses casos, os processos de despossessão e mercantilização – via privatizações – criam as bases necessárias para que, na sequência, o excedente que circula na economia nacional seja, de diversas formas, apropriado privadamente. Uma apropriação que, da perspectiva acima mencionada, pode ser compreendida no sentido estendido de extração de valor – na forma de renda.

Dito isso, entendemos que uma descrição da forma atual de dependência e de seus canais de transferência de valor deve levar em conta e destacar esses aspectos extrativos cada vez mais relevantes no caso brasileiro. Portanto, associado aos aspectos especificamente rentistas da dependência já apontados por Paulani (2022), acrescentamos a dimensão extrativa em seu sentido amplo. E, assim, para demarcar as particularidades contemporâneas da extração e distingui-la das suas formas históricas anteriores, vamos pegar emprestado a expressão de Svampa (2019) e qualificar esse novo momento como neoextrativista. Dessa maneira, propomos, como já adiantado em outro trabalho (RIBEIRO, MATELA e DINIZ, 2023), denominar a forma atual de dependência como **dependência rentista-neoextrativista**. Uma quarta forma de dependência que, uma vez que ainda estaríamos no curso da mesma expansão financeira, seria um desenvolvimento da terceira – a dependência rentista.

Quais seriam, então, os padrões característicos da produção do espaço brasileiro ao longo dessa fase? Em seu estudo sobre a desconcentração da estrutura produtiva do país nas décadas de 1980 e 1990, Pacheco (1998) chama a atenção para um processo de ‘mudança do desenho regional brasileiro’ que vinha ocorrendo no período referido. Ele aponta que, após uma fase de forte concentração em São Paulo, a partir da década de 1970, as atividades econômicas iniciam um movimento de desconcentração relativa. Durante essa década, esse movimento esteve relacionado aos investimentos produtivos, com forte peso industrial, realizados ou induzidos pelo Estado e que buscavam completar a estrutura produtiva nacional – sobretudo os investimentos do II PND que se desdobraram até os anos 1980. Além disso, houve também a expansão regional da indústria de bens de consumo leve, integrada ao mercado interno. Entretanto, nos anos 1980, esse investimento tem

uma mudança abrupta de perfil. Em parte como consequência da crise da dívida, há uma queda no investimento estatal e uma interrupção nas políticas que fomentavam a integração do mercado brasileiro. O investimento, então, assume um viés pontual, localizado em setores com maior tendência à exportação.

Ou seja, especificamente para o período posterior a 1980, quero salientar o papel que assumiu a inserção pontual da economia brasileira em alguns segmentos do comércio internacional. Saliento este fato exclusivamente porque estas foram as poucas atividades dinâmicas do período e, também, porque iriam beneficiar diferenciadamente as diversas regiões do país (...). (PACHECO, 1998, p. 228).

A natureza da desconcentração a partir da década de 1980, portanto, seria, em grande medida, uma manifestação dos impactos diferenciados da crise econômica – que, como sabemos, foi diretamente influenciada por transformações sistêmicas – e não um reflexo de uma maior distribuição das atividades produtivas com crescimento conjunto das regiões. Nesse movimento, diferentes partes do espaço econômico nacional gradativamente se integravam de forma específica e direta às cadeias de mercadorias internacionais.

(...) quero dizer que há desconcentração sim, mas que ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante **fragmentação da economia nacional**, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação. Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos 80 e 90 **sobredeterminou** as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinha de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora. O que (...) foi um componente de ruptura – ou ao menos de problematização – nas formas de encadeamento intra-setoriais e inter-regionais que estavam na base da indústria do país. Quero com isto enfatizar o fato de que o dinamismo de algumas regiões não encontrou correspondência no desempenho agregado da economia (PACHECO, 1998, p. 226, grifos do autor).

Desta forma, grande parte da desconcentração econômica era resultado da expansão da fronteira mineral e do agronegócio, uma vez que os novos investimentos nessa década estavam fortemente vinculados a bens intensivos em recursos naturais (*commodities*), decorrentes da nova inserção internacional do Brasil. O resultado desse tipo de desconcentração foi uma “configuração econômica do país bastante distinta do que este possuía em 1970” (p. 229) que reconfigurou as estruturas produtivas regionais, conferindo-lhes maior heterogeneidade e reforçando algumas especializações.

Ou seja, a fragmentação e a heterogeneidade intrarregional aumentaram em função do sucesso de alguns projetos de natureza pontual que, entretanto, apresentavam baixo encadeamento interno, pois estavam prioritariamente voltados para a demanda externa. Na medida em que esses projetos adquiriram autonomia diante do desenvolvimento econômico como um todo, eles apenas foram capazes de melhorar o desempenho de algumas sub-regiões específicas, mas não de sustentar o crescimento geral da economia no período.

Coutinho (1998) acrescenta que a necessidade de exportação para obter divisas internacionais e compensar a crescente transferência de valor para o exterior foi o novo elemento diferenciador da dinâmica regional brasileira que emergiu a partir dos anos 1980.

(...) o *drive* exportador absolutamente indispensável para viabilizar o serviço dos passivos externos, numa situação de permanente escassez cambial, tendeu a privilegiar os setores e sub-regiões produtoras de *tradeables* exportáveis (...) (e.g. produtos siderúrgicos, mineração, papel e celulose, alumínio, suco de laranja, soja e derivados etc.). Este movimento favoreceu o interior de São Paulo, Minas Gerais, o Centro-Oeste (*agribusiness*), o Paraná, o Sul da Bahia e sub-regiões do Norte (Carajás) (COUTINHO, 1998, p. 7-8).

Uma descrição da conjuntura da economia brasileira do final do século XX que guarda impressionante semelhança com o que observamos para o final do século XIX. A especialização em produtos primários de baixo valor agregado como forma de inserção no mercado mundial surge como consequência

ência das necessidades da economia nacional de contrapor a crescente drenagem rentista de excedentes realizadas por meio da dívida externa.

O resultado geral foi o fortalecimento da “tendência já presente de fragmentação do dinamismo territorial brasileiro, provocando um perigoso movimento de desintegração nacional” (p. 8). Essas tendências se intensificaram nos anos 1990. Segundo Pacheco (1998), para isso contribuíram o impacto diferenciado da abertura comercial brasileira, do maior afastamento do Estado na promoção de políticas regionais e, em alguma medida, da implantação do Mercosul.

Entretanto, o autor dá um especial destaque à influência decisiva dos processos de globalização e de reestruturação produtiva que, ao alterar a inserção internacional do país, ampliaram ainda mais as desigualdades inter e intra regionais, exacerbando a fragmentação do espaço econômico nacional, pois, enquanto algumas poucas regiões dinâmicas puderam se beneficiar pontualmente de sua articulação com os mercados globais, inserindo-se de forma vantajosa nos fluxos de comércio internacional, a maioria delas enfrentou a crise econômica. Esse processo de crescimento heterogêneo das diversas regiões brasileiras teria levado à formação de “um mosaico espacial com poucas ilhas de crescimento em meio a extensas áreas deprimidas” (COUTINHO, 1998, p. 11).

Num quadro de enfraquecimento da capacidade de coordenação de investimentos do governo federal, as novas dinâmicas da produção passam a demandar qualidades específicas dos territórios, privilegiando a iniciativa local de captura de investimentos. Há uma intensificação da ‘guerra de lugares’, mediante o uso de instrumentos fiscais para atrair capitais produtivos. A abertura comercial e o desenvolvimento do comércio no Mercosul também produziram impactos seletivos nas regiões e a ‘guerra fiscal’ favoreceu a formação de ciclos de investimentos ‘espontâneos e desordenados’ em parte como resposta às demandas político-regionais dos aliados de coalizão do governo.

Portanto, ao fim do século XX, estavam enfraquecidas as solidariedades econômicas inter-regionais que haviam moldado a integração do mercado interno, fazendo emergir novos/velhos conflitos entre interesses subnacionais.

Largada [a integração] ao mercado, sem políticas ativas, o que se vislumbra são iniciativas pontuais e isolacionistas que fraturam a nação e alicerçam o regionalismo. Nada mais longe de um efetivo enfrentamento do problema das desigualdades regionais. (...). Reforçam-se assim as disputas entre regiões e Unidades da Federação, enquanto as políticas federais, formuladas *ad hoc*, sancionam uma trajetória de conflito entre os diversos interesses regionais (PACHECO, 1998, p. 269).

Esse processo vai se refletir claramente na organização espacial do território brasileiro. Se no período anterior as lógicas voltadas ao desenvolvimento e interesse nacional privilegiavam a criação de um espaço unificado, que pudesse internalizar os centros de acumulação e controle dos excedentes produzidos na economia do país, agora, o movimento adquire uma lógica contrária, com investimentos pontuais e voltados prioritariamente para o exterior, criando um padrão de produção do espaço regionalmente fragmentado. Como observaram Santos e Silveira (2006),

Com a globalização são instalados numerosos nexos extravertidos, na medida em que, havendo a política econômica deixado de privilegiar o mercado interno, a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que vai privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda. (...) Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 254).

Por isso,

Além de condicionar a construção de especializações, essa nova estrutura segmenta o território. Os compartimentos mais ativos são aqueles mais aptos aos produtos exigidos pelo chamado mercado mundial. (...) Alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 106).

Mais recentemente, Brandão (2019) propôs um balanço dos investimentos nas duas primeiras décadas do século XXI – mais especificamente entre 2003 e 2018 – para identificar seus impactos nas dinâmicas territoriais.

Em síntese, ele cria uma tipologia dos territórios baseada nos diferentes tipos de investimento no período. Essa tipologia demonstra a persistência de um espaço econômico nacional fragmentado, especializado e desarticulado, com forte peso dos investimentos voltados para a demanda internacional de *commodities*; dos investimentos estatais na logística necessária para o suporte à produção primária – infraestruturas de transporte, energia etc. – ; e dos investimentos em enclaves isolados com baixa capacidade de encadeamento e de indução do desenvolvimento espacial do entorno – como os grandes projetos de mineração e extração, por exemplo. Restando para as áreas industriais tradicionais (capitais e regiões metropolitanas litorâneas) – em que pese, na atração de investimentos, a força inercial derivada do peso populacional e da base material aí constituída – os serviços financeiros e a expansão do terciário em geral, além de conviver com os processos de desindustrialização, perda de diversificação produtiva e especialização regressiva.

Assim, podemos afirmar que o decorrer da expansão financeira do ciclo estadunidense impulsionou um processo de fundamental importância para a economia e a formação espacial brasileira: a desindustrialização. Nos anos 1980, as transformações sistêmicas atingiram em cheio a economia brasileira. A crise da dívida externa desencadeou uma crise generalizada do Estado. A incapacidade fiscal de manter os investimentos estruturantes do período anterior, que tiveram no II PND seu último suspiro, foi um fator chave. Além disso, como vimos, foram determinantes os processos sistêmicos de reestruturação produtiva e de mudança tecnológica relativos às tecnologias informacionais. Como resultado, a indústria brasileira perde competitividade e cai na hierarquia da divisão internacional do trabalho. Os anos 1990 acrescentam a esse contexto os ajustes internos, de viés liberalizante, que vão agravar o quadro anterior. A abertura comercial favorece um processo que poderíamos chamar de ‘importações substitutivas de industrialização’. A economia nacional é inundada pela importação barata

de bens de consumo não-duráveis, internacionalizando o mercado interno não apenas pelo investimento direto estrangeiro – que ainda gerava a produção interna de valor e um aumento da massa salarial – mas agora para a produção de mercadorias fora das fronteiras do território econômico brasileiro. Os capitais estrangeiros que de alguma forma se fixaram no território nesse período, o fizeram prioritariamente por meio de aquisições do patrimônio estatal. As privatizações, entretanto, não representaram investimentos substantivos que pudessem retomar uma industrialização sustentada. A maior parte do capital circulante atraído para a economia nacional veio, na verdade, aproveitar a possibilidade de valorização financeira fácil e rápida, propiciada pela abertura financeira e pelos altíssimos juros reais que se seguiram à estabilização cambial do Plano Real, sem estabelecer qualquer tipo de vínculo com a economia material.

Assim, os excedentes produzidos internamente eram drenados da economia nacional, antes de tudo, por meio dos mecanismos financeiros. Nesse contexto, o desenvolvimento de um setor exportador como forma de responder a necessidade de obtenção de divisas internacionais foi consequência da dependência rentista. Na medida em que a decadência da produção industrial brasileira não oferecia condições de competir vantajosamente com produtos de alto valor agregado no mercado mundial, a solução foi recuar para ‘setores intensivos em natureza’. É precisamente nesse sentido que afirmamos que a dependência rentista-neoextrativista é o desenvolvimento da forma histórica da dependência rentista do início da expansão financeira do ciclo estadunidense. O setor primário-exportador, entretanto, somente encontrou as condições que proporcionaram seu forte crescimento na virada do século XXI, a partir do aumento explosivo da demanda chinesa nesse período. É nesse momento que podemos delimitar a consolidação do neoextrativismo, que trouxe consigo todo um arsenal de transformações espaciais, econômicas, sociais e políticas no país.

Especialmente a partir dos anos 2000, com a ascensão chinesa e o *boom* das *commodities*, o Brasil começa a apresentar resultados positivos em transações correntes graças ao aumento exponencial das exportações de produtos primários. A dependência crescente dessa pauta de exportações, junto com a captação recorrente de

capital circulante internacional para equilibrar a balança de pagamentos (as contas externas) do país de impulso, ano após ano, para a reprimarização da economia brasileira. É o que afirma, por exemplo, Paulani (2013):

A reprimarização da pauta de exportações é o outro lado da nova forma de inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação. Garantindo ganhos em moeda forte dos mais elevados do mundo, o país torna-se um agente ativo do processo de financeirização em curso, absorve continuamente poupança externa e pode conviver com déficits em transações correntes que se elevam a cada ano (...). Assim, do ponto de vista produtivo, a economia brasileira vai inserindo-se cada vez mais como produtora de bens primários, recuperando uma posição análoga à da segunda fase [de inserção internacional] e que se pensava ter sido deixada para trás (PAULANI, 2013, p. 244-245).

O segundo momento da inserção brasileira na economia mundial no contexto da expansão financeira do ciclo estadunidense é marcado também por um importante aspecto no cenário geopolítico: a acelerada ascensão chinesa como principal economia industrial do mundo e um relativo deslocamento do poder mundial para a Ásia oriental. Autores como Svampa (2019) chegam a afirmar que se trata efetivamente de um período de transição hegemônica. Seja como for, o que parece incontestável é o fato de que a emergência chinesa estabelece um novo balanço de poder global, em que esse país assume o protagonismo no comércio mundial. Em relação à América Latina no geral e ao Brasil em particular, esse movimento gera consequências profundas para a estrutura econômica e um reposicionamento na divisão internacional do trabalho, impactando as formas de produção do espaço nacional.

No início do século XXI, rapidamente a China se consolida como principal parceiro comercial dos países da região – tanto como destino principal das exportações quanto como origem das importações – substituindo os EUA, a União Europeia e o Japão e intensificando sobremaneira os volumes de mercadorias negociadas. Este comércio, porém, está marcado por uma desigualdade

estrutural, no sentido de que as exportações para a China são compostas basicamente de bens primários, enquanto as importações são de produtos industrializados com crescente conteúdo tecnológico. Além disso, os capitais de origem chinesa estão cada vez mais presentes na região, sendo que o destino desses investimentos se concentra especialmente nas atividades extrativas (mineração, hidrocarbonetos, agronegócios e represas), reforçando o processo de reprimarização das economias da América Latina.

Estudos recentes mostram que a maioria dos empréstimos chineses na região foram para infra-estruturas (55%), seguidas de energia (27%) e mineração (13%). O principal credor tem sido o Banco de Desenvolvimento da China, tendo concedido cerca de 71% dos empréstimos à região, e o principal beneficiário é a Venezuela, com pouco mais de metade dos fundos emprestados para financiar 13 projetos. Brasil e Argentina se destacam como beneficiários dos empréstimos, recebendo cada um cerca de 14% dos empréstimos realizados na região (SVAMPA, 2019, p. 92).

Assim, a relação que se estabelece entre a os países latinoamericanos e a China adquire um caráter assimétrico e resulta no fortalecimento do extrativismo, das ‘trocas desiguais’ e da reprimarização das economias. Por isso, Svampa argumenta que a rápida consolidação da influência chinesa na América Latina – que chegou a ser vista como uma oportunidade de maior autonomia frente aos Estados Unidos – acabou por criar novas relações de poder, configurando a tendência de aprofundamento de um “extrativismo neodependentista” (p. 95).

Por um lado, o neoextrativismo não levou a um salto na matriz produtiva, mas a uma maior reprimarização das economias, o que foi agravado pela entrada da China, potência que rapidamente se estabeleceu como um parceiro desigual para o conjunto da região latino-americana. Ao mesmo tempo, a queda crescente do preço das matérias-primas gerou um déficit na balança comercial que impulsionou os governos a contrair maiores dívidas e a multiplicar os projetos extra-

tivos, entrando assim numa espiral perversa, que implica a consolidação de um padrão primário-exportador dependente e acentua o processo de violação dos direitos humanos. (SVAMPA, 2019, p. 120)

Dessa perspectiva, Svampa (2019) aponta que os processos de neoextrativismo e de reprimarização das economias latino-americanas podem ser lidos a partir de um movimento de transição hegemônica dos Estados Unidos para a China, marcado pela substituição do Consenso de Washington (associado a valorização financeira) por um Consenso das *Commodities* (associado ao desenvolvimento primário-exportador).

O Consenso das *Commodities* seria tanto uma ruptura como uma continuidade do Consenso de Washington. Ruptura porque, nos anos 1990, a agenda política estava baseada em políticas de ajustes e austeridade, nas privatizações e na valorização financeira dos fluxos de capitais internacionais. O Consenso das *Commodities* reorientou o desenvolvimento, com enfoque em grandes projetos extrativos voltados para exportação, redefinindo o papel do Estado em relação ao período anterior, recuperando algumas capacidades institucionais e permitindo, em certa medida, uma redistribuição dos recursos. Isso não significou, no entanto, um retrocesso da influência dos capitais estrangeiros nesses países, pelo contrário. Por outro lado, as continuidades se situam na reafirmação da posição periférica da América Latina na divisão internacional do trabalho e na consolidação de um modelo de apropriação dos bens comuns e dos excedentes internamente produzidos, modelo que atravessa toda a história do continente e que se mantém na passagem do Consenso do Washington para o Consenso das *Commodities*.

Para nós, no entanto, isso não significa que os fundamentos e as diretrizes do Consenso de Washington desapareceram. Como vimos, a dependência mantém um pilar fortemente fundado em seu polo rentista-financeiro. Da mesma maneira que, conforme observado por Marini ([1973] 1981), no início do século XX os Estados Unidos substituíam a Grã-Bretanha como principal parceiro comercial do país e se tornaram a principal fonte de investimentos estrangeiros na produção primária e nas infraestruturas que apoiavam a economia agroexportadora, hoje é a China que

assume esse papel. Por sua vez, assim como antes era a Inglaterra o principal centro financeiro que drenava os excedentes da economia brasileira pela via rentista, agora são os Estados Unidos que exercem essa função.

Em relação à escala urbana, uma série de autores vêm apontando para transformações nos padrões de produção do espaço brasileiro através da emergência e do desenvolvimento de uma diversidade de processos que, para nós, respondem a uma determinação comum. Dentre esses processos, podemos mencionar a financeirização da produção imobiliária e das políticas habitacionais (ROYER, 2009; FIX, 2011; SHIMBO, 2010; SANFELICI, 2013; ROLNIK, 2015), a produção e gestão financeirizada ou neoliberal das infraestruturas e dos serviços públicos (RUFINO, 2021; KLINK, 2018, 2020; WERNER, 2019; BRITO e QUINTSLR, 2022; MATELA, 2013; STROHER et. al, 2022), a sequência de rodadas de neoliberalização e seus impactos espaciais (BRANDÃO, 2017), a gentrificação e a renovação urbanas (SANCHEZ, 2001; SIQUEIRA, 2014), a (re)mercantilização do espaço urbano (RIBEIRO, 2018; RIBEIRO e DINIZ, 2017), a governança urbana neoliberal (NOBRE, 2019), a transformação da cidade em mercadoria e o empreendedorismo/ empresariamento urbano como estratégia de gestão e de planejamento das cidades num contexto de reescalonamento da competição pelo capital circulante (COMPANS, 2005; VAINER, 2000). Esses processos têm sido objeto de uma grande quantidade de pesquisas e têm protagonizado os debates do campo de estudos urbanos, resultando numa vasta e rica literatura acadêmica desde, pelo menos, o início deste século.

Não é nosso objetivo entrar no detalhamento de cada um desses debates, mas sim, apontar para os processos que eles iluminam no sentido de ressaltar suas raízes comuns. Portanto, a título de ilustração, destacamos algumas das contribuições mencionadas que dão a dimensão do que está em jogo.

Fix (2011), por exemplo, mostra que, apesar de o circuito imobiliário ter se configurado de modo muito específico no Brasil, desde os anos 1990 a implantação do marco regulatório do setor foi fortemente influenciada pelo modelo estadunidense de securitização, o que favoreceu a introdução de uma lógica financeirizada

nas políticas habitacionais. Essa ‘financeirização das políticas habitacionais’ brasileiras, conforme apontam Royer (2009) e Shimbo (2010), ocorreu na medida em que os parâmetros financeiros se tornaram os determinantes fundamentais da política – sobretudo com o programa Minha Casa Minha Vida – que passou a funcionar estritamente sob uma lógica de mercado. Isso veio a viabilizar a confluência entre Estado, mercado imobiliário e capital financeiro e a constituição do que Shimbo (2010) designou como ‘habitação social de mercado’.

Associado a esse processo, Fix (2011) afirma que a abertura de capital das empresas imobiliárias proporcionou a concentração e a centralização do setor, ampliando os canais de entrada do capital internacional em suas formas mais abstratas. Assim, os fluxos de capitais financeiros internacionais – por meio de fundos de participação acionária e fundos de investimentos – passaram a deter e comandar importantes parcelas das empresas imobiliárias brasileiras, até então sob controle exclusivo do capital mercantil local. Esse fato levou a mudanças na própria forma de gestão dessas empresas, antes tradicionalmente familiares e de capital fechado, resultando na adoção de um conjunto de práticas típicas das sociedades por ações e na necessidade de atender às expectativas, por parte dos acionistas, de valorização das ações da empresa. Isso tudo, como pontua Shimbo (2010), alavancado por incentivos governamentais e pela disponibilidade do fundo público para criar as condições de oferta e demanda efetiva para o mercado imobiliário.

Sanfelici (2013) também destaca a influência do processo de financeirização na produção do espaço urbano brasileiro a partir da abertura de capital das grandes incorporadoras/construtoras brasileiras. Para ele, esse fenômeno potencializou a extração de rendas urbanas – por meio da securitização – e teve efeitos importantes na estruturação das cidades. A novidade desse processo foi que as grandes incorporadoras brasileiras passaram a atuar como mediadoras dos fluxos financeiros globais com o dia-a-dia da produção do espaço urbano das metrópoles locais, o que levou a mudanças quantitativas e qualitativas nos negócios imobiliários, com reflexos em novas formas de produção do espaço. O resultado foi o lançamento de uma série de empreendimentos imobiliários de grande porte altamente padronizados e a produção de

um espaço urbano cada vez mais fragmentado por linhas de rendimento e classes sociais, exacerbando essas tendências históricas da urbanização brasileira. Ao definir um novo vínculo através da extração da renda entre a escala local e os fluxos econômicos que operam numa escala global, Sanfelici (2013) entende que a financeirização do urbano veio articular essas escalas de forma inédita no processo de urbanização no Brasil.

Rolnik (2015), a partir de sua experiência como relatora da ONU para moradia adequada, observa que o mundo experimenta atualmente os impactos de modelos de políticas habitacionais baseados na promoção do mercado e de crédito para a aquisição da casa própria. A propriedade individual da terra como única dimensão aceita de vínculo das populações com o território faz com que a relação do ser humano com seu espaço seja reduzida ao valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, permitindo, assim, a mercantilização e financeirização não só da moradia, mas também da terra. Neste sentido, a transmutação da habitação em ativo financeiro teria se disseminado, em diferentes formas, por todo o mundo.

Esse movimento global que coloca a propriedade imobiliária em geral e a habitação em particular como fronteiras privilegiadas da expansão do capital financeiro ganha força no Brasil a partir das primeiras décadas do século XXI. Nesse momento, a chegada ao poder de uma coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, conjugada com o avanço da hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, vai transformar as políticas habitacionais e urbanas, que serão marcadas pelas ambiguidades e contradições desta conjuntura. A produção do espaço urbano brasileiro passa a estar submetida às formas e ritmos da acumulação financeirizada, não apenas no circuito imobiliário, mas numa vasta gama de dimensões. Nesse contexto, a mercantilização da cidade seria uma pré-condição para a incorporação de volumes crescentes de renda nos circuitos financeiros.

Direcionando o olhar para além das políticas habitacionais e da produção imobiliária, muitos pesquisadores vêm chamando a atenção para essas outras dimensões da financeirização e da mercantilização urbanas. Klink (2018; 2020), por exemplo, busca captar os entrelaçamentos entre as cidades, o planejamento urbano

e a gestão no desenvolvimento de processos que, segundo o autor, exercem “pressões contínuas e variegadas para a transformação do espaço urbano em um ativo” (p. 108, tradução nossa). Para ele, a escala metropolitana se constitui como “arena privilegiada para o avanço do capital financeiro” (p. 733, tradução nossa), o que se dá através da crescente penetração de dispositivos, métricas, técnicas e modelos de precificação e de gestão de riscos e da governança corporativa em geral. Isso tudo criando as bases para a construção social dos novos mercados creditícios e financeiros em torno da produção do espaço urbano metropolitano brasileiro.

Dessa perspectiva, o autor analisa diferentes âmbitos da produção e gestão do espaço que estão tendo suas dinâmicas transformadas pela lógica das finanças. Ele começa por destacar a disseminação, nas principais metrópoles brasileiras, de mecanismos de criação de ativos financeiros e de capital fictício com base no próprio espaço urbano. Em primeiro lugar, o autor aponta a crescente utilização do instrumento de Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e do uso de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) para viabilizar projetos de desenvolvimento urbano. Os CEPACs são títulos negociáveis emitidos, via de regra pela administração pública, que dão direito à construção acima do que é estabelecido pelo zoneamento urbano em determinada área da cidade.

A lógica por trás do planejamento das OUCs com os CEPACs é a criação de novos ativos financeiros por meio do desenho e implementação de grandes projetos de redesenvolvimento urbano, impulsionados por ciclos sucessivos de aumento das receitas do governo local provenientes dos CEPACs, investimentos em infraestrutura e obras públicas realizadas por empreiteiros e valorização das áreas do projeto (KLINK, 2020, p.121, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, o autor mostra como os próprios bens públicos existentes nas cidades também estão sendo mobilizados como ativos por meio de arrendamentos de partes selecionadas do espaço urbano. Na cidade de São Paulo, por exemplo, isso estaria sendo viabilizado através dos Projetos de Intervenção Urbana

(PIUs), um dispositivo institucional-financeiro introduzido pela prefeitura em 2014 que abre a possibilidade para a transformação das redes de infraestrutura e dos espaços existentes em ativos financeiros.

Uma análise do pacote de vinte e quatro concessões de terminais rodoviários mostra que ele é concebido em torno do uso criativo do PIU como um dispositivo para mobilizar as redes existentes de infraestrutura terrestre e de transporte, bem como do próprio fundo público como base para a extração de rendas e lucros financeiros (KLINK, 2020, p. 123, tradução nossa).

Dessa forma, ainda segundo o autor, estaria em marcha um processo que articula a terra, as redes de infraestrutura e o fundo público na direção da criação de um ‘espaço abstrato financeirizado’ nas metrópoles brasileiras.

Um segundo caso abordado por Klink (2018; 2020) é o da transformação da gestão do saneamento básico, em particular no estado de São Paulo, de uma governança territorial compartilhada-participativa (envolvendo empresas municipais, concessionária estadual e população) para uma gestão guiada pelos critérios da governança corporativa e pelas premissas da maximização do valor do acionista na empresa paulista de saneamento (SABESP), indicando a penetração de métricas e dispositivos financeiros no padrão de governança da empresa e da própria gestão da água. Esse caso demonstraria mais claramente o avanço do processo de financeirização para os setores de infraestrutura e de serviços urbanos. Avanço que vem ganhando força e tende a se consolidar nas metrópoles brasileiras porque “do ponto de vista do capital financeiro, a receita tarifária [dos serviços públicos] representa um fluxo de caixa estável e previsível que pode ser capitalizado e, portanto, reflete-se diretamente no preço das ações e no lucro financeiro do acionista.” (KLINK, 2018, p. 728)

Klink (2018) também aborda os recentes casos de securitização de ativos públicos por entes subnacionais (como as prefeituras e os estados federados) através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), empresas estatais criadas especificamente para realizar a

articulação com os mercados de capitais num contexto de restrições de financiamento público nos marcos das políticas de austeridade impostas a partir do nível federal desde os anos 1990. Esse subterfúgio permitiria aos entes federados acessar financiamentos via mercados de capitais, uma alternativa de captação de recursos sem a necessidade de intermediação bancária e contornando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os processos de securitização de ativos públicos por entes estatais no Brasil também foram objeto de um trabalho realizado por Matela e Diniz (2021).

Por último, destacamos que Klink (2018; 2020) chama a atenção para a atualização do caráter ideológico do planejamento urbano no Brasil a partir da disseminação dos modelos, métricas, técnicas e dispositivos financeiros que estariam gradualmente se impondo com o auxílio de uma narrativa “pós-política” de neutralidade técnica, influenciando, de modo crescente, o desenho e a implementação dos projetos e das políticas urbanas no Brasil.

Enfim, o que queremos demarcar a partir dessas contribuições é a emergência e consolidação de um padrão de produção do espaço característico das fases de expansão financeira a nível sistêmico e radicalmente diferente do padrão predominante na fase de expansão material anterior. Um padrão em que o ambiente construído se torna objeto da acumulação capitalista, uma acumulação baseada nas diferentes formas de capital fictício e na apropriação do valor. Um padrão em que a gestão do espaço se volta para uma competição mais acirrada pelo capital circulante, resultando num espaço tendencialmente fragmentado e internamente desarticulado.

Para terminar, resta ainda indicar as mudanças recentes nos modos de regulação da terra e do trabalho, que apontam para a mesma direção dos processos até aqui apresentados. Há, no período, uma tendência crescente (porém não linear) de desfazer os ‘compromissos sociais’ estabelecidos na fase de industrialização. Esses compromissos estariam sendo substituídos por uma regulação orientada pela lógica dos mercados. Especialmente a partir dos anos 1990, observa-se uma série de medidas e processos que aprofundam a mercantilização da terra e do trabalho no Brasil. Várias reformas previdenciárias foram aprovadas desde então e, representando o auge dos ataques aos direitos e à proteção dos tra-

balhadores, a reforma de 2017 desmontou a legislação trabalhista, enfraquecendo brutalmente o polo do trabalho frente ao capital.

Também em 2017 é aprovado um novo marco legal para a regulamentação fundiária, que aponta para o aprofundamento da mercantilização da terra no país. Esse processo foi estudado por Ribeiro (2021), que demonstrou a tendência de homogeneização do regime jurídico da terra urbana no país sob o regime de propriedade privada individual. Essa homogeneização vem favorecer, segundo a autora, a incorporação da terra como mero ativo financeiro, atendendo a demanda do mercado financeiro-imobiliário e tornando mais vulneráveis os grandes extratos da população que não possuem um título de propriedade de suas moradias.

(...) uma hipótese que pode ser levantada é que o cenário de irregularidade fundiária no país é um entrave para transações envolvendo a propriedade imobiliária – ainda que haja transações comerciais tendo por objeto a terra mesmo em áreas irregulares – e, principalmente, para a alavancagem de um mercado de títulos dela derivados (...). Desse modo, sugere-se que o processo recente de revogação e criação regulatória envolvendo a regularização fundiária se situa em um cenário de mediações necessárias para o aprofundamento da inserção do Brasil em uma dinâmica mundial de dominância financeira (RIBEIRO, 2021, p. 479).

Essa nova regulação da terra urbana vai ao encontro da tendência de tratamento prioritário do espaço urbano como objeto da acumulação de capital. Um espaço aberto, não mais para absorção do exército industrial de reserva – como no período anterior, mas para a absorção de capitais excedentes superacumulados em busca de valorização financeira.

O quadro a seguir busca sintetizar os padrões de produção do espaço no Brasil em associação com as formas históricas de dependência e as fases do ciclo sistêmico de acumulação, delimitando, em linhas gerais, o período histórico correspondente.

Quadro 2 – Padrões de produção do espaço no Brasil no 'Longo Século XX'

Período	Fase do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Forma histórica da dependência (canais de transferência de valor + inserção do Brasil na economia mundial)	Padrões de produção do espaço no Brasil (aspectos dos ajustes espaço-temporais)
Fim do século XIX – 1930	Expansão financeira do ciclo britânico	<p>Dependência rentista-extrativista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de valorização financeira • Economia primário-exportadora 	<p>Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos especulativos na produção de capital fixo (ferrovias, projetos de renovação urbana, 'embelezamento') • Acumulação por apropriação-desposseção (mercantilização, privatização dos serviços públicos urbanos) • Urbanização de 'arquipélago': rede urbana pouco desenvolvida, voltada para o exterior
1930 – 1950s	Caos sistêmico	<p>Afrouzamento/deterioração das relações de dependência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento para dentro • Industrialização por substituição de importações 	<p>Investimentos com capital nacional/ estatal para criar as condições gerais de produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retenção de uma maior parcela do excedente • Integração do território • Formação do mercado nacional
1950s – fim dos 1970s	Expansão material do ciclo estadunidense	<p>Dependência industrial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remessas de lucros industriais • Internacionalização do mercado interno 	<p>Investimentos na produção do espaço visam aumentos de produtividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuste espacial dos países centrais via Investimentos produtivos diretos -> espaço de expansão do modo de produção capitalista e de suas relações sociais (processo que criou países 'semi-periferíticos') • Aumento da integração do território (via divisão espacial do trabalho na escala nacional) • Desenvolvimento do mercado (e economia) nacional (construção das redes técnicas/ infraestruturas produtivas) • Rede urbana hierarquizada e voltada para dentro; intensificação da urbanização • Desmercantilização parcial da terra, do trabalho e do dinheiro

Período	Fase do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Forma histórica da dependência (canais de transferência de valor + inserção do Brasil na economia mundial)	Padrões de produção do espaço no Brasil (aspectos dos ajustes espaço-temporais)
Início dos 1980s – 1995	Expansão financeira do ciclo estadunidense	<p>Dependência rentista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção passiva na financeirização (demanda por empréstimos internacionais em tempos de recessão e crise mundial) 	<p>Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura dos espaços urbanos para investimentos especulativos • “Guerra de lugares” • Acumulação por apropriação-desposseção (mercantilização, privatização de serviços públicos e infraestruturas) • Financeirização da produção imobiliária e de infraestruturas • Fragmentação do território (e do espaço econômico), especialização produtiva
1995 - Hoje	Caos sistêmico (?)	<p>Dependência rentista-neoextrativista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção ativa na financeirização • Plataforma internacional de valorização financeira • Economia primário-exportadora • Neoextrativismo, rentismos, economias de plataforma • Reperiferização 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço nacional reconfigurado em torno do extrativismo – reprimarização/ desindustrialização – e dos mercados internacionais (construção de um espaço extrovertido, voltado para fora) • Crescimento urbano nas áreas do extrativismo; crise urbana nas antigas metrópoles industriais

Fonte: elaboração própria

Conclusão

Nesse trabalho, quisemos desenvolver e demonstrar a hipótese de que os padrões de produção do espaço – formados por um conjunto de processos, dinâmicas e tendências – são inerentes aos modos de funcionamento assumidos pelo capitalismo ao longo de sua história de longa duração.

Partimos da análise do processo geral da acumulação capitalista. Para isso, recorreremos basicamente à teoria marxista da acumulação de capital e aos aportes feitos por David Harvey no sentido de costurar algumas lacunas ou dar maior coerência explicativa ao enorme arcabouço já avançado por Marx. A grande contribuição de Harvey com a teoria dos ajustes espaço-temporais foi, a nosso ver, revelar como a produção do espaço se constitui num momento próprio, intrínseco, ao processo de acumulação de capital, sendo a urbanização a própria manifestação espacial do processo de acumulação capitalista.

Da mesma forma, a existência de poderes territoriais, segmentados e conflitantes, está, a partir dessa perspectiva, incorporada ao processo de acumulação. O desenvolvimento do capitalismo a partir da constituição dos Estados nacionais não é, portanto, um processo casual, que ocorreu de forma contingente pela forma como se desenvolveu a história concreta do capitalismo. Mas, ao contrário, como já observado por autores como Weber e Braudel, o capitalismo nasceu, se desenvolveu e existirá com base em poderes político-territoriais em constante expansão e competição. A ausência dessa dimensão significaria a própria transformação do sistema mundial em um império global ou outra coisa que já não poderíamos chamar de capitalismo.

Continuando nosso caminho, chegamos à descrição feita por Arrighi do desenvolvimento histórico de longa duração do capitalismo. Em sua perspectiva, o capitalismo é um sistema histórico e um modo de acumulação, não restrito, portanto, a seu modo

de produção. Por isso, Arrighi recua até o século XV, no sistema de cidades-Estados italiano, para mostrar como a aliança entre o poder e o dinheiro foi responsável pelo surgimento e expansão de um sistema mundial interestatal capitalista que, no decorrer dos cinco séculos seguintes se difundiu para todo o mundo. Ao fazer sua exposição, Arrighi demonstra que esse desenvolvimento histórico-concreto do capitalismo em nível sistêmico ocorreu seguindo um determinado padrão cíclico: em cada estágio de seu desenvolvimento um bloco de agentes empresariais e governamentais liderou a expansão do sistema e, ao longo de cada um desses estágios, o sistema alternou seu modo de funcionamento entre uma fase de expansão material – quando as atividades de comércio e de produção de mercadorias dominaram a expansão da acumulação de capital – e uma fase de expansão financeira – quando as atividades do comércio de dinheiro, a intermediação financeira e a criação de capital fictício protagonizaram esse processo de acumulação. Porém, independente da fase em questão, não muda o fato de que a acumulação de capital é permeada pela competição entre unidades político-territoriais em disputa pela expansão do poder, que utilizam, para isso, tanto estratégias capitalistas (instrumentos econômicos) quanto estratégias territoriais (instrumentos político-militares) para alcançar seus objetivos.

Munidos dessas potentes contribuições, buscamos desenvolver e confirmar a hipótese de que para cada fase de um ciclo sistêmico de acumulação temos um padrão característico de produção do espaço. Um padrão que obedece aos princípios gerais de acumulação da fase respectiva, seja ela dominada pela produção e reprodução ampliada de valor, seja ela dominada pela apropriação do valor existente e futuro (através da criação ampliada de capital fictício).

O sistema mundial interestatal capitalista, entretanto, é fundamentalmente assimétrico e hierárquico. Isso quer dizer que as unidades político-territoriais – os Estados – que integram esse sistema estão inseridos em posições desiguais, que vão impactar tanto na capacidade política de tomada de decisões internas e de influenciar decisões externas, como na capacidade diferencial de internalizar a acumulação de capital que é produzida e circula nesse sistema. Portanto, os padrões de produção do espaço irão se manifestar de forma variegada em cada parte da totalidade. Aqui importam não só a posição de cada

país nessa estrutura hierárquica, mas também as contingências históricas intrínsecas a qualquer desenvolvimento social. Não há determinismo absoluto, mas tampouco navegamos ao acaso.

Da estrutura do sistema mundial podemos distinguir, pelo menos, centros e periferias. Das relações entre centros e periferias podemos identificar formas de dependência que são atualizadas no decorrer do processo histórico. De maneira bastante esquemática, a partir dos fluxos de capital, começamos a definir os países centrais e os países periféricos da seguinte maneira: i) os países centrais, centros dinâmicos da acumulação sistêmica, como aqueles que conseguem realizar seus ajustes espaciais em direção a outros países e, com isso, capturam os excedentes de capital produzidos nesses territórios, incorporando, em alguma medida, tais territórios à sua esfera econômica de acumulação e circulação; ii) os países periféricos como aqueles que sofrem o ajuste espacial de outros países, ou seja, onde parte do excedente internamente produzido é drenado para os países centrais. Esses países são espaços dos ajustes dos capitais superacumulados no centro. Entre esses extremos, sabemos, há uma série de situações que aumentam de complexidade na medida que as relações interestatais não são, via de regra, estáticas nem bidirecionais, assim como a hierarquia do sistema mundial não pode ser reduzida a apenas duas classes de Estados. Entretanto, essa abstração é útil, pois nos permite deixar mais nítido o tipo de relação baseada na dependência.

Numa relação de dependência, os capitais exportados do centro para a periferia são os que conduzem o ritmo e a direção dos investimentos gerais da economia do país periférico. O desenvolvimento desses fica então condicionado ao comando externo realizado a partir dos capitais dos países centrais. Um desenvolvimento econômico é possível, mas ele está limitado pelas temporalidades e estratégias que emanam de fora. Essa relação, é bom deixar claro, não é totalmente imposta do exterior. Grupos internos dos polos dependentes se associam aos interesses do polo dominante e se beneficiam da relação.

O estabelecimento dessas relações não pode ser explicado como se os fluxos econômicos não estivessem subordinados às questões relativas ao poder e à hierarquia no sistema mundial interestatal capitalista. Portanto, a posição periférica e depen-

dente é, antes de tudo, resultado de uma dinâmica política. A análise da acumulação sistêmica não pode ser desvinculada da competição interestatal, dado que a própria acumulação sistêmica é essencialmente determinada por ela (competição pelo capital circulante, competição para realizar os ajustes espaciais, para evitar a desvalorização em seu território e empurrar para outros). Importa não apenas a direção dos fluxos de capital, quem os exporta via ajustes espaciais e quem os absorve, mas entender que as formações socioespaciais não são passivas nesse processo. Isso vai determinar as formas de absorção dos capitais, como, aonde e por quem os excedentes são apropriados e reinvestidos, que tipo de benefícios eles geram nos territórios dependentes etc.

As formas históricas de dependência buscam descrever exatamente isso, ou seja, as formas específicas pelas quais os ajustes espaço-temporais se realizaram em cada época em cada formação socioespacial, de que forma os capitais excedentes foram deslocados dos centros dinâmicos de acumulação e como foram absorvidos na periferia. Nossa tarefa foi identificar como esses processos determinaram os padrões de produção do espaço.

Ao tomarmos o caso brasileiro, o objetivo inicial era, conforme antecipado na introdução, demonstrar a aplicabilidade do quadro teórico até então construído em uma realidade histórico-concreta. Entretanto, à medida que fomos construindo e desenvolvendo a análise, tornou-se mais visível que esse não era um mero complemento, um apêndice de nossa proposta, mas um esforço necessário e inerente a ela. Surgem desse capítulo elementos que se apresentam não só como uma demonstração, mas que, ao incorporar uma dialética agência-estrutura, determinação-contingência, constituem o próprio método de exposição e de análise, estabelecendo uma relação fundamental entre a forma histórica e a construção teórica. Uma análise que parte de uma formulação no nível mais abstrato da totalidade e vai gradualmente ampliando e construindo até chegar no nível mais complexo da concretude de uma formação socioespacial específica. Foi dessa maneira que pudemos apontar com maior precisão os padrões de produção do espaço particulares do desenvolvimento histórico-geográfico brasileiro no longo século XX.

Ao nos aproximarmos do final desse trabalho e a partir do que foi exposto, gostaríamos de colocar como horizonte de reflexão a seguinte pergunta: quais as perspectivas para as transformações estruturais do capitalismo, as mudanças nas formas de dependência e nos padrões de produção do espaço no Brasil? Para começar a esboçar uma resposta, devemos levar em consideração que, em primeiro lugar, há uma escalada dos conflitos intercapitalistas e interestatais, uma disputa cada vez mais clara entre uma antiga hegemonia e uma potência em ascensão – uma hegemonia que teria se convertido em pura dominação e uma potência ascensão que não dispõe dos instrumentos organizacionais, econômicos e militares para se converter numa nova hegemonia. Fala-se de uma ‘segunda Guerra Fria’, de uma transição de ordens mundiais (da unipolaridade para a multipolaridade), de um deslocamento do poder mundial do eixo atlantista para a Eurásia etc. Expressões que buscam destacar a emergência de dois blocos antagônicos que vêm erodindo a globalização neoliberal. De um lado, um bloco liderado por Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental; de outro lado, um bloco liderado por China e Rússia. Entre eles, uma série de países, os novos ‘não-alinhados’, que estão, de diferentes maneiras, no jogo geopolítico. Como ficam as relações de dependência sob essa dupla determinação? Por um lado, ainda há uma dominância muito forte do rentismo, vindo do núcleo orgânico do “Ocidente”. Do outro lado, especialmente por parte da China, uma influência que estaria condicionando o desenvolvimento de extrativismos primário-exportadores na periferia (com todos os impactos ambientais daí decorrentes). Isso tudo num quadro geral de crise estrutural do capitalismo, ou nos termos aqui empregados, de uma crise sistêmica e crônica de superacumulação. Porém, como Arrighi faz questão de ressaltar, os ciclos sistêmicos de acumulação não são previsões do futuro e, nesse sentido, a própria história de recorrência e evolução do sistema mundial pode ter chegado ao limite. Nada garante (e é difícil imaginar) que haverá um novo *hegemon* liderando uma nova fase de expansão material que siga os mesmos padrões dos últimos cinco séculos. As dimensões do poder econômico e, principalmente, do poder militar da potência declinante são sem precedentes, o que nos leva a crer que os Estados Unidos não irão optar por uma acomodação pacífica a uma nova ordem

mundial em que não sejam dominantes ou que tenham que compartilhar objetivamente o poder mundial.

Como o Brasil se posiciona nesse quadro em rápida transformação? Apesar de muita coisa indicar que caminhamos, de fato, rumo a um novo caos sistêmico, não parece haver dessa vez, como houve durante caos sistêmico do fim do ciclo britânico, as condições para a emergência de um bloco de poder portador de um projeto nacional, de um projeto de emancipação ou de enfrentamento da dependência. Essa é, portanto, uma grande diferença para o período histórico de cem anos atrás. Não há no horizonte forças políticas que apontem para uma ruptura com o rentismo-extrativismo. Portanto, a tendência imediata é de aprofundamento dos atuais processos de desindustrialização, reprimarização e reperiurização do país. Esses são os processos mais fundamentais. Além disso, nos marcos da dependência rentista-neoextrativista, novos e velhos mecanismos de extração tendem a se expandir e se desenvolver – como, por exemplo, os baseados em economias de plataforma – assim como a continuidade e avanço da financeirização e da mercantilização, das práticas neoliberais de governo etc.

Enfim, buscamos construir uma maneira transescalar de pensar a totalidade: desde a dinâmica do sistema mundial, passando pela mediação e condicionamento dos Estados, suas posições hierárquicas e as relações de dependência. Mas, fundamentalmente, considerando a história concreta das formações socioespaciais particulares. O trabalho buscou seguir esse caminho, certamente deixando muitas brechas e esquecendo de pontos importantes, mas tentamos apontar uma metodologia, uma forma de entender os padrões de produção do espaço na longa duração, na esperança de oferecer uma pequena contribuição para a compreensão do mundo tão complexo em que vivemos.

Referências

- ABREU, M. A. Cidade brasileira: 1870-1930. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP GASPERR, p. 35-44, 2001.
- AGLIETTA, M. **Le capitalisme de demain**: Réflexion sur le nouveau régime de croissance qui dirige le développement des sociétés salariales. Notes de la fondation Saint-Simon, novembre, n. 52, p. 1-52, 1998.
- ANTUNES, J.; BENOIT, H. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- ARBOLEDA, M. Circuitos de extração: valor em processo e o nexos mineração/cidade. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.
- AREND, M. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. *In*: VIEIRA, R. L. (Org.). **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 135-172.
- ARRIGHI, G. Costume e Inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista. *In*: ARRIGHI, G. **A Ilusão do desenvolvimento**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, [1988] 1997. p. 19-51.
- ARRIGHI, G. A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia. *In*: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997b. p. 137-206.
- ARRIGHI, G. Financial Expansions in World Historical Perspective: A Reply to Robert Pollin. **New Left Review**, n. 224, Jul./Ago. 1997, p. 154-159.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, [1994] 2012.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Vozes, 2008.
- ARRIGHI, G. Postscript to the Second Edition of The Long Twentieth Century. *In*: **The Long Twentieth Century**: Money, Power, and the Origins of Our Times. 2ª Ed. Londres: Verso, 2010.
- ARRIGHI, G. Os caminhos sinuosos do capital. Entrevista concedida a David Harvey. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 11-50, jan./jun. 2011.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica. *In*: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997a. p. 137-206.

ARRIGHI, G.; MOORE, J. W. Capitalist Development in World Historical Perspective. *In*: Albritton, R.; Itoh, M.; Westra, R.; Zuege, A. (org.) **Phases of Capitalist Development**. Londres: Palgrave Macmillan, 2001.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ – Contraponto, 2001.

BASTOS, P.P. Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? Texto para discussão n. 138. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2008.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil (1930-1945)**: o caso de São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BOTELHO, M. L. A Teoria da Crise em David Harvey. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 3, n. 4, 2014.

BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos Metr pole**, v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017.

BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfigura o territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 21, p. 258-279, 2019.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

BRAUDEL, F. **Civiliza o Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

BRAUDEL, F. **Civiliza o Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 2: Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fonte, 2009a.

BRAUDEL, F. **Civiliza o Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2009b

BRENNER, N. **New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood**. Oxford University Press, 2004.

BRENNER, N. A globaliza o como reterritorializa o: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. **Cadernos Metr pole**, n. 12 (24), p. 535-564, 2010.

BRENNER, N. **Espaços da urbaniza o**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metr poles, 2018.

BRITTO, A. L.; QUINTSLR, S. A política neoliberal no saneamento básico. *In*: RIBEIRO, Luiz Queiroz (org.). **Reforma urbana e direito   cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globaliza o. *In*: GOMES, H. (Org.). **Especula o e lucros fictícios**. São Paulo: Outras

Expressões, 2015. p. 31-59.

CASTELLS, M. La Urbanización Dependiente en América Latina. *In*: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y Urbanización en América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

CASTREE, N. The limits to capital (1982): David Harvey. *In*: HUBBARD, P.; KITCHIN, R.; VALENTINE, G. (Eds.). **Key texts in human geography**. SAGE Publications Ltd, 2008. p. 61-70.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CHRISTOPHERS, B. Revisiting the urbanization of capital. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 101, n. 6, p. 1347-1364, 2011.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. **Dialogues in Human Geography**, v. 5, n. 2, p. 183-200, 2015.

CHRISTOPHERS, B. **Rentier capitalism**: Who owns the economy, and who pays for it? London: Verso Books, 2020.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

COUTINHO, L. Apresentação. *In*: PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

DINIZ, N. **Financeirização na longa duração**: dinheiro, tempo e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

DINIZ, N.; GONÇALVES, P. P. As cidades dos galpões: dinâmicas e contradições da urbanização logística. **e-metropolis**, n. 49, ano 13, pp. 7-15, 2022.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 30, p. 5-18, [1970] 2011.

FILOMENO, F. A. A Crise Baring e a Crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, 2010.

FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. **Série Textos para Discussão**, n. 343. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995.

FIORI, J. L. Estados, moedas e desenvolvimento. *In*: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.

FIORI, J. L. A propósito de uma “Construção Interrompida”. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 1-19, jun. 2000.

FIORI, J. L. **História, Estratégia e Desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. Petrópolis: Boitempo, 2014.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário**

- no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FRANCO, G.H.B. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GAGO, V.; MEZZADRA, S. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. **Rethinking Marxism: a Journal of Economics, Culture & Society**, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GARCIA, F. E. S. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- HARVEY, D. **The urbanization of capital**: studies in the history and theory of capitalist urbanization. Oxford: Blackwell, 1985.
- HARVEY, D. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. **Geografiska Annaler**, 71B, p. 3-17, 1989.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, [1989]1996.
- HARVEY, D. Notes towards a theory of uneven geographical development. *In: Spaces of neoliberalization*: towards a theory of uneven geographical development. Hettner-Lectures Vol. 8. Stuttgart: Steiner Verlag, 2004.
- HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. *In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. *In: A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011b
- HARVEY, D. **Rebel Cities**. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.
- HARVEY, D. **Para entender O Capital: livros II e III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KLINK, J. **Metropolis, Money and Markets**: brazilian urban financialization in times of re-emerging global finance. London: Routledge, 2020.

- KLINK, J. MetrÓpole, moeda e mercados. A agenda urbana em tempos de reemergência das finanças globais. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 717-742, dez. 2018.
- LANNA, A. L. D. Ferrovias no Brasil, 1870-1920. **HistÓria EconÓmica & HistÓria de Empresas**, v. 8, n. 1, 23 jul. 2012.
- LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolizaçÓo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulaçÓo do capital**, Rio de Janeiro: Zahar [1912] 1970.
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependência**. 5ª ed. México D.F.: Ediciones Era, [1973] 1981.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Polítca. Livro 1: o processo de produçÓo do capital**. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Polítca. Livro 2: o processo de circulaçÓo do capital**. São Paulo: Boitempo, [1885] 2014.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Polítca. Livro 3: o processo global da produçÓo capitalista**. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.
- MATELA, I. P. ReestruturaçÓo urbana neoliberal e as empresas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos MetrÓpole**, v. 16, n. 31, p. 151-169, 2014.
- MATELA, I. P.; DINIZ, N. A financeirizaçÓo do Estado por meio da securitizaçÓo de ativos no Brasil. *In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). As metrÓpoles e o capitalismo financeirizado*. 2ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 490-531.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **On the multiple frontiers of extraction: excavating contemporary capitalism**. *Cultural Studies*, v. 31, n. 2-3, p. 185-204, 2017.
- NOBRE, E. **Do plano diretor às operaçÓes urbanas consorciadas: a ascensÓo do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano**. São Paulo: Anna-blume, 2019.
- OLIVEIRA, F. AcumulaçÓo monopolista, Estado e urbanizaçÓo: a nova qualidade do conflito de classes. *In: MOISÉS, J. Á. et al. ContradiçÓes urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. jun./set., p. 36-54, 1982.
- PACHECO, C. A. **A fragmentaçÓo da NaçÓo**. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- PAULANI, L. M. A dependência revisitada: relaçÓes de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Polítca**, n. 64, 2022.
- PAULANI, L. M. AcumulaçÓo Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observaçÓes sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 27, 2013.

- POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, [1944] 2012.
- QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. *In*: ALMEIDA, F. L. (Org.). **A questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1978. p. 9-60.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. [Recurso eletrônico].
- RIBEIRO, L. C. de Q. **A metrópole em questão**: desafios da transição urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. Financeirização e mercantilização à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação e de urbanização. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 2ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p.197-247.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; MATELA, I. P.; DINIZ, N.; RIBEIRO, T. F. Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 2ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p.7-60.
- RIBEIRO, L. C. de Q., Matela, I. P., Diniz, N. (2023). O urbano como antinacção: para entender a crise das metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, 26(59), 309–331.
- RIBEIRO, T. F. Capitalismo sob dominância financeira e a terra urbana: uma análise do caso brasileiro a partir da regulação fundiária. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 2ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. P. 465-489
- ROLNIK, R. **A Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- RUFINO, B. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.
- SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **EURE-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 39, p. 27-46, 2013.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: Record, 2006.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. “O duplo movimento” de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n° 16, ano 5, 2014.

SIQUEIRA, M. T. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, n. 16, v. 32, p. 391-415, 2014.

STROHER, L. E. M.; ABREU, M. A.; YASSU, A.; KLINK, J.; CUNHA, L. F. Infraestruturas de papel: novos instrumentos de financeirização do espaço. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 26, n. 2, 2022.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Guadalajara: CALAS, 144 pp., 2019.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or ‘glocalisation’? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs**, 17:1, p. 25-48, 2004.

TAYLOR, P. J.; FIRTH, A.; HOYLER, M.; SMITH, D. (2010) Explosive city growth in the modern world-system: an initial inventory derived from urban demographic changes. **Urban Geography**, 31:7, 865-884.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, I. **World-System analysis**: an introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WERNER, D. Neoliberalização da infraestrutura: mudanças regulatórias e configuração do setor elétrico brasileiro (1990-2018). **Semestre Económico**, v. 22, n. 50, p. 151-177, jan.-mar. 2019.

YASSU, A. Arranjos multiescalares da atividade imobiliária e a (re)produção da metrópole. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 490-531, 2021.

ISBN 978-65-5252-052-4



9 786552 520524

Esta tese busca construir um quadro teórico que forneça uma interpretação abrangente dos processos e dinâmicas espaciais a partir de um enfoque sistêmico. Esse quadro deve permitir compreender os processos gerais do sistema mundial e, simultaneamente, capturar as particularidades de cada unidade político-territorial que integra esse sistema. Além disso, ele deve revelar as estruturas sociais sem obscurecer a dimensão de contingência da ação histórica. Partimos da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, de Giovanni Arrighi, que descreve o desenvolvimento do capitalismo histórico como um longo processo de recorrência e evolução que alternou fases de expansão material e de expansão financeira. Também recorreremos à teoria dos ajustes espaço-temporais, de David Harvey, que aponta a produção do espaço como um momento intrínseco do processo de acumulação capitalista. Nossa hipótese é que para cada fase do desenvolvimento do capitalismo podemos identificar um modo de funcionamento sistêmico e um padrão característico de produção do espaço. Na medida em que o sistema mundial interestatal capitalista é hierárquico e assimétrico, esses padrões – compostos por processos, dinâmicas e tendências – se apresentam de maneira variegada em cada parte da totalidade. De modo a refinar nossa análise, buscamos, em linhas gerais, definir os espaços centrais e os periféricos assim como as relações historicamente cambiantes de dependência que se estabelecem entre eles. Por fim, tentamos demonstrar, a partir do caso brasileiro, a aplicabilidade do quadro teórico em nossa realidade histórico-concreta.

LETRCAPITAL



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia